MARIA DE JESUS DAIANE RUFINO LEAL

CARLOS CASTELLO BRANCO:
o comentarista paradigmático da imprensa brasileira

Universidade Metodista de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
São Bernardo do Campo – SP, 2011

MARIA DE JESUS DAIANE RUFINO LEAL

CARLOS CASTELLO BRANCO:
o comentarista paradigmático da imprensa brasileira

Dissertação apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da UMESP-Universidade Metodista de São Paulo, para obtenção do grau de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. José Marques de Melo

Universidade Metodista de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
São Bernardo do Campo – SP, 2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

A dissertação Carlos Castello Branco: o comentarista paradigmático da imprensa brasileira, elaborada por Maria de Jesus Daiane Rufino, foi defendida no dia _____ de _____ de _____, tendo sido:

( ) Reprovada
( ) Aprovada, mas deve incorporar nos exemplares definitivos modificações sugeridas pela banca examinadora, até 60 (sessenta) dias a contar da data da defesa.
( ) Aprovada
( ) Aprovada com louvor

Banca examinadora:

_____
_____
_____

Área de concentração: Processos Comunicacionais
Linha de pesquisa: Processos comunicacionais midiáticos

À minha mãe, Ana Rufino Leal. Pela compreensão que sempre teve de que a Educação é um caminho para a dignidade e pelo esforço de nos guiar, apesar dos tempos tão hostis.

Ao meu irmão, José Geraldo Rufino Leal, pelo investimento, carinho e atenção que me dedicou todos estes anos.

"[...] a plenitude da liberdade de imprensa, cujo exercício é a base do exercício de toda e qualquer liberdade. O Congresso, para afirmar-se como instituição em que suas correntes se manifestam com autonomia, deverá contar com esse pressuposto, sem o qual se tornará inútil a própria liberdade da tribuna parlamentar".

Carlos Castello Branco,
Jornal do Brasil
2 de março de 1971

AGRADECIMENTOS

Sem a ajuda dos familiares, amigos, professores e instituições, os meus esforços teriam sido em vão, a eles os meus mais profundos agradecimentos pelo incentivo, amor e atenção.

Inicialmente agradeço a Deus e às forças invisíveis que me guiam na caminhada da vida e à minha família: minha mãe Ana Rufino Leal, aos meus irmãos Helenita, Maria da Cruz, Marcos Odilon, João Luiz, Lourdes e José Geraldo. À minha sobrinha Tamires, pela companhia constante mesmo na distância. Ao meu noivo Iury Campelo, pela imensa compreensão e amor que me dedicastes e acima de tudo pela persistência e confiança no nosso futuro.

Um agradecimento especial ao prof.dr. José Marques de Melo, por ter acreditado no nosso projeto, por ter nos possibilitado a oportunidade de conviver com ele. À Capes- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento desta pesquisa. À UMESP- Universidade Metodista de São Paulo, aos funcionários e professores desta instituição, especialmente ao prof.dr. Adolpho Queiroz.

Aos amigos da Metodista e especialmente as amigas Camila Pierote, Tyciane Vaz, Rose Vidal e Rani Leal. Aos meus tios Vilani, José Rufino, Mário, João, Pascoal, Assis, Clara e Ana Rita e à prima Fátima, pela gentileza e alegria que me acolheram. Aos professores da Universidade Federal do Piauí, doutora Ana Regina Rego e doutor Paulo Fernando de Carvalho, pelo incentivo e orientação. À Maria da Cruz Rufino, pela revisão dos originais. Ao escritor e jornalista Júlio Romão da Silva, a minha primeira inspiração para um real projeto de pesquisa. À dona Dulcila Castello Branco. Ao jornalista Zózimo Tavares. Ao Osmar Júnior e à Lourdes Rufino. À Casa da Cultura de Teresina, especialmente às funcionárias Maria Amélia e Graça.

LISTA DE FOTOGRAFIAS:

FOTO 1: Carlos Castello Branco, aos 17 anos 26
FOTO 2: Carlos Castello Branco na Columbia University (1978) 27
FOTO 3: Castello durante formatura em bacharelado em Direito.....30
FOTO 4: Jânio Quadros entre José Aparecido e Carlos Castello Branco 50
FOTO 5: Carlos Castello Branco e José Aparecido (1986) 51
FOTO 6: Ernesto Guevara recebendo a Ordem Cruzeiro do Sul 61
FOTO 7: Jânio Quadros condecora Iuri Gagárin 62
FOTO 8: Em edições extras, os jornais noticiavam a renúncia do presidente 65
FOTO 9: Castello na redação do Jornal do Brasil, em Brasília (1990) 77
FOTO 10: Carlos Castello Branco, durante posse na ABL (1982) 80
FOTO 11: José Sarney, Castellinho e
Austragesilo de Athayde (1982) 82
FOTO 12: Carlos Castello Branco, durante posse na ABL (1982) 83

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 – Distribuição dos gêneros nos jornais regionais 108
TABELA 2 – Distribuição dos formatos opinativos em jornais regionais 109
TABELA 3 – Os gêneros jornalísticos em jornais de prestígio nacional 110
TABELA 4 - Classificação dos gêneros jornalísticos proposto por Marques de Melo 122
TABELA 5 - Classificação dos gêneros jornalísticos proposto por Luiz Beltrão 123
TABELA 6 - Classificação dos gêneros jornalísticos proposta por Chaparro 124
TABELA 7: Caracterização dos títulos dos comentários na primeira fase da *Coluna do Castello* 155
TABELA 8: Caracterização da estrutura da *Coluna do Castello* na primeira fase 156
TABELA 9: Presença de fontes na *Coluna do Castello* na primeira fase 156
TABELA 10: Tipos de fontes na *Coluna do Castello* na primeira fase 156
TABELA 11: Tipos de comentários na *Coluna do Castello* na primeira fase 158
TABELA 12: Temas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na primeira fase.....158
TABELA 13: Subtemas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na primeira fase 158
TABELA 14: Uso do recurso de contextualização na *Coluna do Castello* na primeira fase.....159
TABELA 15: Personagens ou grupos citados na *Coluna do Castello* na primeira fase...159
TABELA 16: Nomes citados na *Coluna do Castello* na primeira fase 160
TABELA 17: Caracterização dos títulos dos comentários na segunda fase da *Coluna do Castello* 168
TABELA 18: Caracterização da estrutura da *Coluna do Castello* na segunda fase 168
TABELA 19: Presença de fontes na *Coluna do Castello* na segunda fase 168
TABELA 20: Tipos de fontes na *Coluna do Castello* na segunda fase 169
TABELA 21: Tipos de comentários na *Coluna do Castello* na segunda fase 169
TABELA 22: Temas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na segunda fase..170
TABELA 23: Subtemas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na segunda fase 170
TABELA 24: Uso do recurso de contextualização na *Coluna do Castello* na segunda fase 170

TABELA 25: Personagens ou grupos citados na *Coluna do Castello* na segunda fase ...171
TABELA 26: Nomes citados na *Coluna do Castello* na segunda fase 171
TABELA 27: Caracterização dos títulos dos comentários
na terceira fase da *Coluna do Castello* 186
TABELA 28: Caracterização da estrutura da *Coluna do Castello* na terceira fase 186
TABELA 29: Presença de fontes na *Coluna do Castello* na terceira fase 187
TABELA 30: Tipos de fontes na *Coluna do Castello* na terceira fase 187
TABELA 31: Tipos de comentários na *Coluna do Castello* na terceira fase 187
TABELA 32: Temas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na terceira fase...188
TABELA 33: Subtemas dos comentários tratados na
Coluna do Castello na terceira fase.....188
TABELA 34: Uso do recurso de contextualização na
Coluna do Castello na terceira fase 188
TABELA 35: Personagens ou grupos citados na *Coluna do Castello* na terceira fase 189
TABELA 36: Nomes citados na *Coluna do Castello* na terceira fase 189
TABELA 37: Caracterização dos títulos dos comentários na
quarta fase da *Coluna do Castello* 201
TABELA 38: Caracterização da estrutura da *Coluna do Castello* na quarta fase 201
TABELA 39: Presença de fontes na *Coluna do Castello* na quarta fase.....202
TABELA 40: Tipos de fontes na *Coluna do Castello* na quarta fase 202
TABELA 41: Tipos de comentários na *Coluna do Castello* na quarta fase.....202
TABELA 42: Temas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na quarta fase 203
TABELA 43: Subtemas dos comentários tratados na
Coluna do Castello na quarta fase.....203
TABELA 44: Uso do recurso de contextualização
na *Coluna do Castello* na quarta fase 203
TABELA 45: Personagens ou grupos citados na *Coluna do Castello* na quarta fase 204
TABELA 46: Nomes citados na *Coluna do Castello* na quarta fase 204
TABELA 47: Tipos de comentários identificados na *Coluna do Castello*.....237

GRÁFICO 1 – Os gêneros jornalísticos em jornais de prestígio nacional 110
GRÁFICO 2 – Gêneros jornalísticos em revistas regionais 111

SUMÁRIO

1 Introdução 14

1.1 Metodologia 17

Capítulo I – Carlos Castello Branco: o comentarista paradigmático 22

1. Influências intelectuais: como se formou o comentarista 27

2. Trajetória profissional 32

2.1 O Secretário de Imprensa do governo Jânio Quadros 44

2.2 A atuação no Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal 66

2.3 Consagração profissional: a *Coluna do Castello* 68

2.4 O jornalista e a eleição para a ABL 79

3. Reflexões sobre o Jornalismo 84

Capítulo II - Perfil teórico do comentário 91

1. O jornalismo e a opinião pública 91

1.1 Fatores complementares: Jornalismo e Assessorias de Comunicação.....100

1.2 Opinião Pública, Democracia e Imprensa.....104

2. O jornalismo opinativo 107

2.1 A manifestação da opinião nos jornais impressos 120

2.2 A questão dos gêneros 121

3. O comentarista como formador de Opinião Pública 129

4. O perfil teórico do comentário 140

Capítulo III – O comentário jornalístico na *Coluna do Castello* 150

1. Análise e quantificação dos dados 150

1.1 Primeira fase (1963 a 1967) 150

1.2 Segunda fase (1968 a 1973) 160

1.3 Terceira fase: (1974 a 1984) 171

1.4 Quarta fase: (1985 a 1993) 190

2. Discussão dos resultados 205

2.1 Instabilidade política e o golpe militar: a *Coluna do Castello* entre os anos 1963 a 1967 205

2.2 O AI-5 e a repressão à imprensa: a *Coluna do Castello* entre

os anos 1968 a 1973 209
2.3 A abertura lenta e gradual: a *Coluna do Castello* entre
os anos 1974 a 1984 217
2.4 Transição política e a redemocratização do Brasil:
a *Coluna do Castello* entre os anos 1985 a 1993 226
3. Questões acerca do comentário jornalístico 230

5 Conclusões 235
6 Referências 241
7 Apêndice 250

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

LEAL, Maria de Jesus Daiane Rufino. **Carlos Castello Branco**: o comentarista paradigmático da imprensa brasileira. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2011.

RESUMO

Carlos Castello Branco atuou nos principais jornais do país, vivendo principalmente em Brasília, de onde escreveu, durante 30 anos, a *Coluna do Castello*, espaço emblemático do jornalismo opinativo no século XX. Esta dissertação busca descrever as características do formato comentário, tendo como base a teoria dos gêneros jornalísticos. A pesquisa identificou oito tipos de comentários no jornalismo praticado pelo repórter piauiense, possibilitando a diferenciação das características relacionadas ao contexto histórico e à conjuntura política.

Palavras-chave: Jornalismo. Gêneros jornalísticos. Jornalismo opinativo. Comentário. Carlos Castello Branco.

RESUMEN

Carlos Castello Branco actuó en los principales periódicos del país, viviendo en Brasilia, de donde escribió por 30 años la *Coluna do Castello*, espacio emblemático del periodismo de opinión en el siglo XX. Esta disertación busca describir las características del formato comentario, teniendo por base la teoría de los géneros periodísticos. La investigación identificó ocho tipos de comentarios en el periodismo practicado por el periodista piauiense, posibilitando la diferenciación de las características relacionadas al contexto histórico y el contexto política.

Palabras-clave: Periodismo. Géneros periodísticos. Periodismo opinativo. Comentário. Carlos Castello Branco.

ABSTRACT

Carlos Castello Branco has worked for the main newspapers in the country, living especially in Brasília, where he wrote, for 30 years, *Coluna do Castello* (*Castello's post*), an emblematic space in 20th century's Opinion Journalism. This paper intends to describe the characteristics of the remark format, based on the journalistic genre theory. This research has identified eight types of remarks in Journalism practiced by this North Eastern reporter born in the Brazilian state of Piauí, making it possible for us to understand the different characteristics related to the historical context and the political juncture.

Keywords: Journalism; Journalistic Genres; Opinion Journalism; Remark; Carlos Castello Branco.

1 INTRODUÇÃO

A história política recente do Brasil foi marcada por alternâncias entre democracia e ditaduras. Os principais momentos da vida pública do século XX representam a trajetória de uma nação que ainda buscava consolidar-se como sociedade livre. Nestas décadas de instabilidade política e econômica, a imprensa valeu-se de um exímio contador de histórias, o jornalista Carlos Castello Branco, que desempenhou as atividades de repórter, cronista e comentarista, registrando, diariamente, nas páginas dos principais jornais do país, o cotidiano político brasileiro. Por isso mesmo, a dissertação tem como tema principal o comentário jornalístico produzido por Carlos Castello Branco.

Este jornalista destacou-se como comentarista político, assinando durante 30 anos a *Coluna do Castello*, publicada no *Jornal do Brasil*. A partir do seu estudo, a pesquisa investiga quais os elementos que caracterizam o comentário praticado por ele no *Jornal do Brasil* entre os anos 1963 a 1993.

Teoricamente, o estudo busca entender as peculiaridades do formato comentário na esfera dos gêneros jornalísticos, pois Carlos Castello Branco é considerado o responsável para consolidação do formato no Brasil.

Por conta da sua longa trajetória de atuação na imprensa, pela relevância dos periódicos em que atuou e pela abrangência do seu texto no meio político, a produção de Carlos Castello Branco significa a compreensão do ofício de um comentarista da imprensa, possibilitando a reflexão e o advento de novas interpretações sobre o gênero opinativo. A história de vida deste jornalista e sua produção são questões pouco estudadas no campo acadêmico, merecendo atenção, pois contribuem para o entendimento da atividade jornalística.

Depois de escolhido o material a ser pesquisado, buscou-se entender os meandros que rodeiam a produção do comentário e as funções desempenhadas, a fim de elaborar um perfil teórico para o formato. Para atingir este objetivo recorreu-se à discussão sobre o jornalismo, sobre os gêneros jornalísticos com enfoque no gênero opinativo, bem como sobre o papel desempenhado pelo comentarista e sua influência junto ao público. Esta última questão perpassou o debate sobre a formação da Opinião Pública, partindo do pressuposto de que o jornalista atua como um formador de opiniões e, portanto, o comentarista e o comentário contribuem para este processo junto ao público. Estas discussões tiveram

embasamento em autores brasileiros, espanhóis e americanos que pensam a questão do jornalismo, dos gêneros e da opinião pública.

Além de perseguir o objetivo principal, a caracterização do comentário de Carlos Castello Branco, a pesquisa foi orientada por objetivos específicos: descrever a trajetória profissional deste jornalista, com foco na sua atuação como comentarista político e na caracterização do comentário, buscando identificar tipologias. Para atingir tais objetivos, o estudo foi norteado por hipóteses elaboradas em forma de perguntas. As principais proposições foram: quais as principais características do texto de Castello Branco? Quais as peculiaridades do comentário feito por ele? Quais elementos da atuação profissional de Carlos Castello Branco possibilitaram que ele viesse a se tornar um dos jornalistas mais lidos da história da imprensa brasileira? Como Carlos Castello Branco conseguiu manter a publicação de sua coluna no *Jornal do Brasil*, com comentários sobre a política, nos anos de Ditadura Militar?

Antes de estudar a produção jornalística de Carlos Castello Branco, pesquisou-se a sua história de vida, sua formação intelectual e trajetória profissional. O objetivo é traçar uma breve biografia do personagem a fim de entendê-lo enquanto jornalista e ser humano, para saber como se deram suas relações profissionais. Enfim, quais os caminhos que ele trilhou até consagrar-se como "o comentarista paradigmático da imprensa brasileira".

Depois de conhecer o personagem, passou-se a construção do arcabouço teórico que daria suporte à análise da *Coluna do Castello*. O principal teórico a que se recorreu foi José Marques de Melo, que orienta esta pesquisa. Referência no estudo do jornalismo na América Latina, seus livros e artigos funcionaram como ponto de partida para ampliar a literatura, recorrendo a autores que discutem o jornalismo e questões relacionadas, como a formação da Opinião Pública, os gêneros jornalísticos e o jornalismo político. Destas leituras, aproveitou-se tudo o que fazia alusão direta ao comentário, a fim de produzir um perfil teórico consistente.

O terceiro momento desta pesquisa compreendeu a análise dos comentários publicados na *Coluna do Castello*. Não foi tarefa fácil. Inicialmente fez-se uma leitura superficial do material, depois elaborou-se uma tabela de análise com dados e categorias. Cada comentário foi analisado separadamente, a contagem de informações que conduziram à análise qualitativa. A amostra foi composta por 62 colunas, organizadas em quatro extratos e selecionadas considerando o período total de 30 anos.

A dissertação é composta de três capítulos. O Capítulo I tem a função de apresentar quem foi Carlos Castello Branco e contar sua história de sua vida, subdividido em três itens:

influências intelectuais; trajetória profissional e reflexões sobre o jornalismo. Em "influências intelectuais" discorre-se sobre a formação pessoal e intelectual do jornalista, citando nomes de pessoas com quem conviveu, a sua linha de pensamento, os seus gostos literários, etc. Em "trajetória profissional" conta-se como começou no jornalismo, quais os jornais em que atuou, em que período, com destaque para o trabalho no *Jornal do Brasil.* Este capítulo descreve ainda sua atuação como secretário de Imprensa do governo Jânio Quadros, como presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal e sua eleição para a Academia Brasileira de Letras. Na última parte, apresenta-se a visão de Carlos Castello Branco sobre o jornalismo, reproduzindo trechos de suas entrevistas, momentos em que falou sobre seu trabalho e analisou a atividade jornalística.

No Capítulo II, é feita uma discussão sobre o formato comentário, considerando-se os gêneros jornalísticos opinativos. Nesta parte, fez-se uma apresentação dos principais conceitos já elaborados sobre o comentário no Brasil e na literatura internacional. A seguir discute-se a relação do jornalismo com a opinião, enfocando de que maneira ela é manifestada e como age nos meandros do fazer jornalístico.

O segundo capítulo está dividido em quatro partes. No primeiro, discute-se a natureza do jornalismo, sua relação com o público e contribuição para a elaboração da Opinião Pública. Apresentando-se os fatores que atuam na formação da Opinião Pública e no segundo discute-se a relação entre Opinião Pública, democracia e imprensa.

Seguindo, discorre-se sobre os gêneros jornalísticos, as características, funções e formatos do jornalismo opinativo. Posteriormente, elabora-se um pensamento acerca do papel do comentarista, especificamente o jornalista especializado em política e sua contribuição para a formação da Opinião Pública. Concluem-se estas reflexões com o detalhamento da descrição teórica do formato comentário.

No Capítulo III são expostos os dados da análise dos comentários e detalhadas as informações colhidas, além de fazer a discussão e contextualização dos resultados. Na primeira parte são apresentados os textos pesquisados e as tabelas com a quantificação dos dados. Na segunda, é feita a discussão dos resultados com base nas teorias descritas e em contextualização política da história brasileira.

Na última parte, faz-se um debate sobre questões que surgiram no decorrer da análise e que, embora não façam parte dos objetivos iniciais do projeto, contribuem nas reflexões, permitindo desdobramentos para este estudo.

As conclusões da dissertação apontam os elementos que caracterizam o comentário de Carlos Castello Branco nas diferentes fases da *Coluna do Castello*.

1.1 Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia que procurou reunir técnicas quantitativas e qualitativas, promovendo uma integração entre os dois tipos, a fim de que fosse possível analisar os significados aparentes, mas também aqueles significados implícitos nos conteúdos. A investigação sobre o comentário praticado por Carlos Castello Branco é um estudo de natureza exploratória, que reúne duas técnicas para coleta e análise do material: pesquisa documental e análise de conteúdo.

A pesquisa documental serviu como eixo para descrição do personagem no que diz respeito a sua história de vida e atuação profissional. Esta pesquisa usou como fontes, documentos pessoais, correspondências, fotografias, documentos oficiais, entrevistas concedidas pelo personagem, textos publicados sobre ele e textos de autoria do próprio Carlos Castello Branco publicados na imprensa. Os documentos foram coletados na *Casa da Cultura,* na cidade de Teresina, onde está instalada a biblioteca pessoal de Carlos Castello Branco e no sítio na internet, onde a família disponibilizou cartas e discursos de Castello.

O material coletado serviu para a construção da narrativa biográfica, neste caso centrada na trajetória profissional e formação intelectual de Castello Branco, usada como alternativa para a construção da memória midiológica, assim como defende Marques de Melo (2005).

> Na medida em que se institucionaliza um novo campo do saber, torna-se imprescindível oferecer às novas gerações um quadro histórico que estimule a acumulação orgânica de experiências, evitando-se a repetição de etapas já percorridas, mas que escapam muitas vezes à percepção dos pesquisadores neófitos. (p 97).

A segunda técnica, a análise de conteúdo, foi utilizada na análise dos comentários publicados na *Coluna do Castello* no *Jornal do Brasil*. A análise de conteúdo é uma técnica tradicional dos estudos quantitativos, mas passível de ser usava como complemento para os estudos qualitativos. Neste caso, a técnica permitiu a aquisição de informações descritivas do objeto.

Como bem definiu Herscovitz (2008, p.123), a análise de conteúdo pode ser utilizada para:

> Detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquandramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas.

A análise de conteúdo da mídia surgiu com Harold Laswel, em 1927, embora o método já fosse aplicado em outras áreas das ciências sociais, principalmente na sociologia alemã de Max Weber. Para Laswell (1927; 1936 apud HERSCOVITZ, 2008, p.124), "a análise de conteúdo descrevia com objetividade e precisão o que era dito sobre um determinado tema, num determinado lugar num determinado espaço". Segundo Bardin (1977, p.115) a análise de conteúdo funda-se na freqüência de aparição de certos elementos da mensagem. A técnica oferece "[...] dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático esta é mais exata, visto que a observação é mais bem controlada".

Para a seleção dos comentários analisados foi empregada o tipo de amostra estratificada, descrita por Gil (1999) como o processo em que a população é dividida em subgrupos e a amostra a ser analisada é selecionada de cada um dos grupos de forma aleatória. No caso desta pesquisa, a população total compreende 30 anos e quatro meses de textos publicados diariamente, com interrupções aos domingos e em outras datas excepcionais.

As colunas foram divididas em quatro extratos, conforme os diferentes períodos históricos porque passou a política brasileira, a divisão teve como objetivo relacionar a produção jornalística com a conjuntura real do momento. No total foram selecionadas 62 colunas, duas de cada ano. Os extratos foram assim divididos:

Primeiro extrato (1963 a 1967) – são 10 colunas que representam cinco anos, estende-se do período pré-golpe, com o governo João Goulart até a primeira fase do regime militar, governo Castello Branco e parte do governo Costa e Silva;

Segundo extrato (1968 a 1973) – a amostra compreende 12 colunas relacionadas ao período de endurecimento do regime militar com a decretação do Ato Institucional n°5, em dezembro de 1968, e o governo de Emílio Médice (de 1969 a março de 1974);

Terceiro extrato (1974 a 1984) – período mais longo da amostra, são 22 colunas publicadas na fase de enfraquecimento do regime militar, nos governos Geisel e Figueiredo;

Quarto extrato (1985 a 1993) – são 18 colunas publicadas no período de redemocratização da política e da imprensa, iniciada com o governo civil de José Sarney até o governo de Itamar Franco.

Para fazer a seleção das colunas em cada extrato procurou-se reunir uma variedade de meses e dias para que a amostra pudesse ser o mais representativa possível. No primeiro extrato, como eram apenas cinco anos, selecionaram-se duas colunas de meses intercalados (janeiro; março; maio; julho e setembro). A seleção das datas das colunas, tinha a intenção inicial de escolher, para o primeiro mês, a primeira e a 10° coluna, para o segundo mês, a 20°

e a 25° coluna, e assim por diante. Mas em nem todos os meses haviam 25 colunas disponibilizadas na página na rede mundial de computadores de onde coletou-se a amostra. Então procurou-se selecionar colunas do começo, meio e o final do mês, conforme detalhado nos quadros abaixo:

Construção da amostra:

Primeiro extrato:

ANO:	**COLUNA:**	**DATAS:**
1963	primeira e décima coluna de janeiro	3/01/1963 e 15/01/1963
1964	décima quinta e vigésima coluna de março	19/03/1964 e 27/03/1964
1965	primeira e décima coluna de maio	04/05/1965 e 16/05/1965
1966	décima quinta e vigésima coluna de julho	19/07/1966 e 24/07/1966
1967	primeira e décima coluna de setembro	01/09/1967 e 12/09/1967

Segundo extrato:

ANO:	**COLUNA:**	**DATAS:**
1968	sexta e décima segunda coluna de dezembro[1]	07/12/1968 e 14/12/1968
1969	primeira e décima coluna de janeiro	03/01/1969 e 14/01/1969
1970	oitava e décima sexta coluna de fevereiro	15/02/1970 e 25/02/1970
1971	primeira e décima coluna de março	O2/03/1971 e 12/03/1971
1972	décima quinta e vigésima quinta coluna de abril	19/04/1972 e 30/04/1972
1973	primeira e décima coluna de maio	01/05/1973 e 19/05/1973

[1] Estavam disponibilizadas apenas 10 colunas do mês de dezembro de 1968.

Terceiro extrato:

ANO:	COLUNA:	DATAS:
1974	décima quinta e vigésima quinta coluna de junho	18/06/1974 e 29/06/1974
1975	primeira e décima coluna de julho	01/07/1975 e 12/07/1975
1976	décima quinta e vigésima quinta coluna de agosto	17/08/1976 e 28/08/1976
1977	primeira e décima coluna de setembro	01/09/1977 e 11/09/1977
1978	décima e décima oitava coluna de outubro	13/10/1978 e 21/10/1978
1979	primeira e décima coluna de novembro	01/11/1979 e 11/11/1979
1980	vigésima e vigésima nona coluna de dezembro	24/12/1980 e 31/12/1980
1981	primeira e décima coluna de janeiro	02/01/1981 e 13/01/1981
1982	décima quinta e décima terceira coluna de fevereiro	18/02/1982 e 28/02/1982
1983	primeira e décima coluna de março	01/03/1983 e 11/03/1983
1984	vigésima e vigésima quinta coluna de abril	18/04/1984 e 29/04/1984

Quarto extrato:

ANO:	COLUNA:	DATAS:
1985	primeira e décima coluna de maio	01/05/1985 e 11/05/1985
1986	primeira e décima coluna de junho	01/06/1986 e 12/06/1986
1987	vigésima e vigésima quinta coluna de julho	18/07/1987 e 31/07¹1987
1988	primeira e décima coluna de agosto	02/08/1988 e 12/08/1988
1989	quinta e nona coluna de setembro	06/09/1989 e 10/09/1989
1990	primeira e décima coluna de outubro	02/10/1990 e 12/10/1990
1991	décima quinta e trigésima coluna de novembro	19/11/1991 e 26/11/1991
1992	primeira e décima coluna de dezembro	01/12/1992 e 11/12/1992
1993	vigésima coluna de janeiro e última coluna publicada antes da morte do jornalista	27/01/1993 e 20/05/1993

Os comentários coletados nestas colunas foram avaliados com base nos pressupostos teóricos de autores que trabalham com os conceitos e classificações de gêneros jornalísticos. A unidade de registro analisada foi o documento completo, nesta pesquisa compreendida como sendo um comentário[2]. Foram usados nove conjuntos de categorias para codificação das informações: tipo de título (informativo, descritivo ou opinativo); a estrutura da coluna (com presença ou não de notas informativas); citação de fontes (se o comentário citava a origem das

[2] Em algumas colunas além do comentário eram publicadas notas informativas abaixo do comentário. Ressalta-se que estas notas foram analisadas apenas em relação à sua presença ou ausência na coluna, no entanto não foram consideradas em outras categorizações.

informações); tipos de fontes (a quais grupos ou setores sociais pertencem as fontes citadas); tipos de comentários (a partir da leitura dos textos de Castello fez-se a identificação dos tipos); temas e subtemas (de que tratam os comentários); contextualização do tema (se o comentário fazia referencia ao passado); grupos citados (a quais grupos sociais pertencem os nomes citados nos comentários) e nomes citados (quem esteve mais presente nas referências de Castello). Vale explicar que nem sempre as personagens citadas atuam como fontes, pois podem figurar apenas como referência no texto. Já as fontes, quando citadas explicitamente, são também personagens.

A análise de conteúdo através da categorização permitiu quantificar os dados e a posterior interpretação qualitativa das informações. O foco principal da análise qualitativa foi o referencial histórico, onde a realidade social, política e econômica do país é usada para caracterizar o comportamento da imprensa em determinado momento. Os resultados são expostos conforme cada extrato. A comparação entre eles permitiu a caracterização do comentário em cada momento da história da imprensa brasileira.

CAPÍTULO I – CARLOS CASTELLO BRANCO: O COMENTARISTA PARADIGMÁTICO

O certificado de reservista do Ministério da Guerra, expedido em Belo Horizonte, em dezembro de 1941, descrevia o jovem estudante de Direito como um homem de cor branca; cabelo castanho liso; 1,59 altura; nariz afilado; rosto oval e boca retangular. Este rapaz era Carlos Castello Branco, o jovem que viria a se tornar o comentarista paradigmático do jornalismo político brasileiro.

No começo da década de 1940, Carlos Castello Branco vivia a segunda fase de sua vida e a primeira como jornalista. Neste período, Castello era repórter de Polícia no jornal *Estado de Minas*, praticando um jornalismo essencialmente informativo. A segunda fase de sua vida profissional corresponde a sua atuação como repórter de Política, que começou no jornal *Estado de Minas* e continuou no *Diário Carioca* e na *Tribuna da Imprensa*, neste período produziu notícias e reportagens.

Na terceira fase, considera-se o trabalho de Castello como colunista, praticando o jornalismo opinativo no *Diário Carioca* com a coluna *Diário de um Repórter*; a quarta fase, na revista *O Cruzeiro*, onde Castello praticou o jornalismo interpretativo e opinativo em textos reunidos numa seção chamada de *Análise de Conjuntura* e continuou com o colunismo, assinando a coluna de notas intitulada *Em Confiança* e ainda escrevendo crônicas. A quinta fase do jornalismo de Castello Branco compreende o período mais longo de sua trajetória e o que lhe consagrou na profissão: a fase de comentarista do *Jornal do Brasil* com a *Coluna do Castello*.

Para compreender como se deu a evolução do jornalismo praticado por Castello nas diversas fases de sua carreira é preciso entender sua história de vida e sua formação intelectual.

Carlos Castello exerceu o jornalismo durante 54 anos, dos 19 até os 73 anos de idade, quando faleceu, em 1993. Atuou em dez veículos de comunicação do país. Foi Secretário de Imprensa da Presidência da República, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, membro da Academia Brasileira de Letras e titular da coluna de comentários políticos de maior longevidade da imprensa brasileira, a *Coluna do Castello*, do *Jornal do Brasil*, de 1963 a 1993.

Como bem avaliou Melo Filho (2005, p.125), Castello pertenceu a "uma geração atormentada e aflita", que se defrontou com as revoluções de 1930, 1932 e 1935; com o

Estado Novo de 1937; com o "putsch" integralista[3] de 1938; com a Segunda Grande Guerra de 1939 a 1945; a deposição de Getúlio em 1945, sua volta triunfal em 1950 e seu dramático suicídio em 1954; a derrubada de dois presidentes: Carlos Luz e Café Filho, em 1955; a tumultuada posse de Juscelino Kubitschek, em 1956; as revoltas de Jacareacanga em 1956, de Aragarças[4] em 1959 e a inauguração de Brasília em 1960; a renúncia de Jânio, em 1961; a destituição de João Goulart em 1964; os 21 anos de governos militares de 1964 a 1985; a doença, o sofrimento e a morte de Tancredo em 1985 e o impedimento de Collor em 1992. A esta relação de fatos, acrescenta-se ainda as três Constituições Brasileiras (1946, 1969 e 1988) e as mudanças da economia nacional, com adoção de sete moedas (Mil-réis, Cruzeiro, Cruzeiro Novo, Cruzado, Cruzado Novo, URV e Real), que refletiam a instabilidade econômica porque passava o país.

> Ele foi, única e exclusivamente, um homem vocacionado para a imprensa, um jornalista profissional e participante do seu tempo, do seu povo e do seu país, envolvidos com os dramas de um velho mundo, de um velho século e de um velho milênio, que se debatiam nos estertores de uma agonia in extremis, ao lado de mundo novo, de um século novo e de um novo milênio, que terminaram nascendo, envoltos em grandes esperanças. (MELO FILHO, 2005, p.127)

Sua personalidade era de um homem simples, mas exigente, "era também um impaciente, com aversão à burrice, à impontualidade, aos palavrões, aos secretários e aos dogmáticos. [...] Não raro, exagerava na sua mudez machadiana – meio casmurro – que usava como tática e como estratégia para obter o máximo dos entrevistados. [...] No fundo era um socrático[5], espirituoso e irônico, cheio de verve e de graça". (MELO FILHO, 2005, p.132)

Piauiense, nasceu na capital Teresina, em 25 de junho de 1920, era filho do Desembargador Christino Castello Branco e Ducilla Santana Castelo Branco, casal que fazia parte da classe média brasileira do começo do século XX. Fez o primário no Grupo Escolar Teodoro Pacheco e, em seguida, ingressou no Liceu Piauiense. Quando Castello nasceu,

---

[3] Foi com o termo "Putsch" Integralista que ficou conhecido o levante integralista de 11 de maio de 1938, que tinha como objetivo liquidar o presidente da República, seus ministros e auxiliares diretos, implantando no Brasil uma ditadura elitista e corporativista, à sombra de Deus, mas guardada pela força das armas. O movimento conspiratório que culminou com o ataque ao Palácio Guanabara era uma frente ampla que reunia várias forças contrárias a Getúlio e que, após o golpe do Estado Novo, pretendiam vê-lo fora do poder.

[4] A revolta de Jacarecanga ocorreu em 11 de fevereiro de 1956, duas semanas após a posse de Juscelino Kubitschek. Liderada pelos militares derrotados nas eleições de novembro. A rebelião de Aragarças, iniciada em 3 de dezembro de 1959, foi a reedição, igualmente fracassada, do levante de Jacarecanga. Liderada pelos mesmos oficiais da FAB, Aragarças teve por estopim a indignação com o fato de Jânio Quadros haver renunciado à candidatura presidencial, postulada pelas oposições. Os rebeldes denunciavam também "a conspiração comunista em marcha", que seria inspirada pelo então governador gaúcho Leonel Brizola.

[5] Referente ao filósofo grego Sócrates.

Teresina tinha apenas 68 anos de fundação, era uma cidade jovem e calma, a primeira capital planejada do país. O jornalista descreveu a Teresina daquela época como uma cidade burocrática, onde a política local era formada por pessoas de profissões liberais, diferentemente do resto do interior do Estado, onde prevalecia o coronelismo. "A Teresina que nós deixamos era uma pequena cidade, com ruas sem calçamento ou com calçamento apenas iniciado, sem esgotos, com iluminação fraca, água corrente das 7 às 11 da manhã, sem instalações internas que permitissem a construção de banheiros". (DISCURSO..., 1984, on-line).

A calmaria de Teresina, da década de 1920, lhe permitiu uma infância tranqüila e de muita liberdade. Junto com os pais e mais oito irmãos (Flórisa, Alita, Ysis, Hélio, Amélia, Adelina, Lucídio e Maria Dulce), Castello morava na Rua da Glória, no centro da capital piauiense, hoje Rua Areolino de Abreu. "Os limites da cidade para nós das boas famílias, como se dizia então, iam da rua da Estrela à rua São José, passando pelas ruas da Glória, do Amparo, dos Negros, do Fio, rua Grande, rua Bela e Paissandu". (DISCURSO..., 1984, on-line). As ruas do centro de Teresina decoradas com a elegância da Igreja São Benedito fora o ambiente em que o menino Carlos viveu suas primeiras paixões. "A cidade era alegre, o povo atencioso, simples e divertido, poucas brigas, escassa crônica policial". (DISCURSO..., 1984, on-line).

Na juventude, nunca fora atraído por nada que representasse aperfeiçoamento físico, no entanto gostava de jogar futebol e andar de bicicleta. "Andava muito na rua, tinha muitos amigos. Era uma vida pobre, mas no interior, naquele tempo, a comida era farta, abundante" (ZARVOS, 1986).

O pai de Castellinho, Christino Castello Branco era um homem ligado às letras. Foi advogado, professor, juiz no Maranhão e desembargador nomeado no Piauí. A mãe Ducilla Santana Castelo Branco, dona de casa, era prima do esposo Christino. Entre os nove filhos do casal, além de Castello, mais um seguiu a profissão de jornalista: Lucídio, que foi diretor do *Jornal do Brasil* no Rio Grande do Sul. Quase todos os irmãos saíram do Piauí, um hábito freqüente naquele período.

A família Castello Branco estava instalada no Piauí desde 1701. É originária de um português chamado Francisco da Cunha Castello Branco, segundo irmão do sexto conde de Pombeiros. Ele viera para o Brasil na última década do século XVII, viveu inicialmente em Recife, depois recebeu uma sesmaria em Santo Antonio do Seroby de Campo Maior, no Piauí, para onde migrou com a família. Quando Francisco viajava de Pernambuco para o Piauí, para assumir as terras que havia ganhado, seu navio naufragou, e ele perdeu tudo o que tinha, sua

mulher faleceu; só se salvaram três filhas: Ana, Maria e Clara. Destas três moças nasceram todos os Castello Branco que existem no Brasil hoje. O presidente do Brasil, entre os anos 1964 a 1967, Humberto Castelo Branco era primo do pai de Castello, Cristino. (ZARVOS, 1986).

No Piauí eles se concentraram nos municípios de Campo Maior , Livramento, Barras, União, Miguel Alves e Teresina. As irmãs Ana e Maria casaram-se, em núpcias sucessivas. Ana com João Gomes do Rego Barros, e Clara, com Manuel Carvalho de Almeida, fidalgo português da vila de Linhares. Já em 1765 os netos assinavam Dom Francisco da Cunha e Silva Castello Branco, Dom Belchior Castello Branco e Dom Manuel de Almeida, capitães de cavalos no Regimento sediado no Piauí. A família Castello Branco, oriunda daquelas três meninas, desdobrou-se em diversas famílias e aliou-se a outras que compuseram as primeiras camadas de habitantes do Piauí. Dentre outros, vinculam-se ou descendem dos Castello Branco os Ferraz, os Pereira da Silva, os Burlamaqui, os Fortes, os Santana, os Almendra Freitas, os Cruz, os Borges Leal, os Sampaio, os Rego. (DISCURSO..., 1984, on-line).

A variação na forma de escrever o sobrenome (Castelo/Castello/Castélo) é bastante comum na família. Em um documento escolar de Carlos Castello Branco datado de 23 de novembro de 1931 o sobrenome aparece escrito apenas um “l” e acento no “e” (Castélo), em outros documentos, sem o acento, e em outros com os dois “l”, forma adotada pelo jornalista.

Instigado pela família, o talento do menino Carlos para as letras ficou perceptível nos primeiros anos escolares. Castello aprendeu a escrever as primeiras palavras no Grupo Escolar Teodoro Pacheco e no curso ginasial, no Liceu Piauiense, onde teve as primeiras experiências com jornais. No ginásio, fez amizades importantes para sua vida cultural, com Abdias Silva e Neiva Moreira, jornalistas que viriam a encontrar tempos depois no Rio de Janeiro. Aos 15 anos, Carlos escreveu a crônica “Teresina na distância” publicada em um catálogo telefônico da época. No Liceu escrevia para o jornal *A Mocidade* – órgão oficial da Associação dos Estudantes Secundaristas de Teresina, impresso no fundo do quintal da casa de seus pais. Contribuiu ainda com o periódico *Almanack Piauhyense* e junto com os amigos do Liceu fundou a Academia Liceística de Letras e conseguiu do diretor da escola uma sala própria no novo prédio, renomeado de colégio Zacarias de Góis. Na juventude, foi um leitor apaixonado das obras de Machado de Assis, hábito que se tornou permanente até a vida adulta. Mesmo depois de ir embora para Belo Horizonte, Castello enviava semanalmente uma pequena crônica para o jornal teresinense *O Tempo*. (FORTES, 1983).

FOTO 1: *Carlos Castello Branco, aos 17 anos.*

Fonte: Casa da Cultura de Teresina

Depois de Teresina, Castello viveu em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e em Brasília. Casou-se com Élvia Castello Branco com quem teve três filhos: Luciana, Pedro e Rodrigo, este último faleceu em um acidente de carro, em 1976, aos 25 anos de idade. Durante sua vida Carlos enfrentou duas doenças graves, um infarto e um câncer que veio a lhe tirar a vida.

Castello atingiu o sucesso e o respeito profissional, sendo condecorado com as medalhas do Itamandaré – Marinha Brasileira; Medalha Santos Dumont – governo de Minas Gerais; Medalha do Mérito Legislativo – Piauí; Medalha José Antonio Saraiva – Piauí; Medalha Renascença – Piauí; Medalha do Mérito Judiciário do Trabalho; Ordem do Rio Branco; Ordem do Mérito das Comunicações; Prêmio Nereu Ramos de Jornalismo Político – Universidade de Santa Catarina; Medalha da Amizade Internacional – Universidade de Columbia EUA e o Premio Maria Cabot – Nova Iorque.

FOTO 2: *Carlos Castello Branco na Columbia University, recebendo o prêmio Maria Cabots de liberdade de imprensa (1978)*

Fonte: Casa da Cultura de Teresina

Em 1993, seis meses após a morte do jornalista, o Instituto Tancredo Neves de Estudos Sociais e Políticos, ligado ao Partido da Frente Liberal (PFL), instituiu o Prêmio Jornalista Carlos Castello Branco de Jornalismo Político. Na mesma ocasião, o ministro das Comunicações, o piauiense Hugo Napoleão fez o lançamento do selo dos Correios para homenagear Castello.

A esposa Élvia Castello Branco contou, em entrevista, que Castello ficava "perplexo" com as homenagens que recebia:

> [...] muito espirituoso, irônico, cheio de verve. E também muito humilde. Ficava perplexo com as homenagens que recebia (´Por que isso, minha filha, o que é que eu fiz? Só faço o meu trabalho...´). Mas tinha também seus defeitos: era impaciente, não tolerava impontualidade e burrice, não dava bom dia, nem boa tarde. Raramente respondia às cartas dos amigos, dizendo que já lhe bastava escrever as colunas. Não gostava de falar de política com quem considerava ´amador´. Não chamava ninguém de excelência. (CASTELLO BRANCO, E. 2010).

Pouco falava sobre si, em algumas poucas conversas se permitia dizer algo. Em entrevista ao *Pasquim* disse em tom irônico: "Sou um pobre nordestino perseguido pela adversidade". (ZIRALDO, 1976).

1 Influências intelectuais: como se formou o comentarista

O personagem histórico do Brasil Carlos Castello Branco formou-se a partir da convergência das atividades profissionais no campo do jornalismo, das experiências no mundo literário, no meio político, da teoria jurídica e da educação familiar.

O pai de Castellinho, Christino Castello Branco, foi o incentivador e a inspiração para que o menino de Teresina se apaixonasse pelas letras. Desembargador no Piauí, Christino costumava receber, em sua casa, intelectuais do Estado, como Clodoaldo e Lucídio Freitas, Higino Cunha, Celso Pinheiro e o poeta Da Costa e Silva. A família Castello Branco mantinha uma biblioteca em casa que instigava a curiosidade de Castello para a leitura. "Só tinha pretensões literárias! Meu pai tinha uma biblioteca de Direito e de Literatura e eu sempre me trancava lá, pra ler". (ZIRALDO, 1986).

Na infância e adolescência Carlos Castello Branco viveu rodeado de intelectuais. No discurso de posse na Academia Piauiense de Letras (APL), em setembro de 1984, ele relembrou aqueles tempos através de amigos e familiares que ajudaram a formar a APL: "A casa de meu pai, as de meus tios e primos eram uma extensão desta Academia, cujos fundadores conheci quase todos e com a maioria deles convivi na intimidade da família, nas aulas do Liceu Piauiense e nas primeiras sortidas boêmias nos bares da Praça Rio Branco". (DISCURSO..., 1984, on-line). O fundador da APL, Lucídio Freitas, era primo do pai de Castello.

O primeiro contato de Castello com a literatura se deu através da Revista da Academia Piauiense de Letras, a essa leitura somaram-se os recitativos domésticos de seu pai, dos textos e versos de Da Costa e Silva, e os dos grandes da poesia brasileira e portuguesa. "Ele sabia de cor quase tudo dos primos Alcides e Lucídio Freitas, de Da Costa e Silva, de Celso Pinheiro, de Bilac, de Raimundo Correia, de Augusto dos Anjos, de Antonio Nobre e trechos de Camões, de Bocage, de Guerra Junqueira", contou Castello durante a posse na ABL. (DISCURSO..., 1984, on-line).

Além do incentivo à leitura, o pai de Catellinho o motivou a ver cinema. Quando menino, em Teresina, o pai pagava 50 mil réis por mês ao dono do único cinema da cidade, o *Cine Rex*, para toda a família ter o direito de assistir às películas. Fora do ambiente doméstico, na escola e nos momentos de lazer no cinema e teatro, Castello convivera com pessoas que influenciaram sua formação não somente nas letras, mas na vida. Do escritor Higino Cunha, aprendera sobre vinhos e licores e com o seu professor de Português, João Pinheiro, aprendeu a compreender e gostar de Luis de Camões. Além destes, costumava citar como piauienses importantes na sua vida: "Edison Cunha, o poeta Antonio Chaves, gerindo sua livraria, seus sonhos e suas suaves filhas, minhas colegas de ginásio. Benedito Aurélio de Freitas, o Baurélio Mangabeira, que fazia o jornal '*A Jornada*'. Celso Pinheiro, a ingressar sem bilhetes nos cinemas sob a senha bradada - Imprensa!". (DISCURSO..., 1984, on-line).

Castello cresceu sob uma intensa orientação católica, que depois viria a abandonar na vida adulta. Cumpriu todos os ritos eclesiais, desde o Batizado, a Primeira Comunhão até o Casamento, mas tinha ressalvas quanto à atuação da Igreja, não praticava a religião e não se considerava católico. Em entrevista a Ziraldo e sua equipe do *Pasquim* em 1976 disse que a briga entre setores da Igreja era a mais grave do país naquele momento. Descreveu a existência de três Igrejas dentro da Igreja católica brasileira da época: "A Igreja clássica, aliada aos fazendeiros e senhores rurais; A Igreja conciliatória, representada por Dom Eugênio, um político do Rio Grande do Norte; e a igreja do Vaticano II, encarnada no Brasil por Dom Evaristo Arns". (ZIRALDO, 1976)

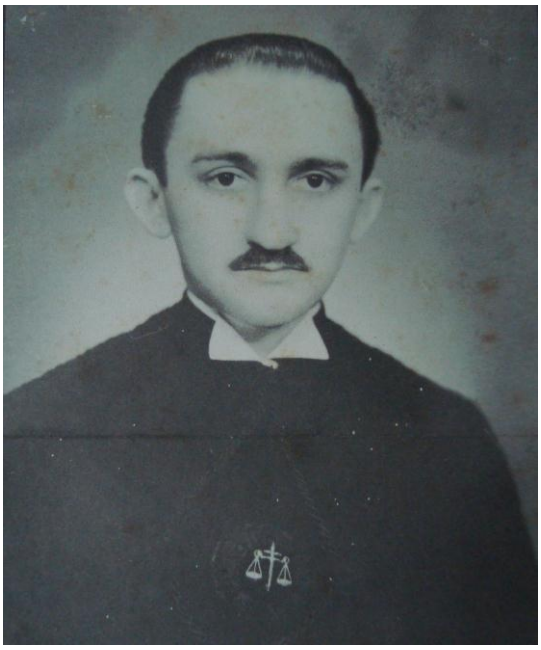
Depois da experiência familiar no Piauí, a segunda influência intelectual de Castellinho decorreu da vivência na cidade de Belo Horizonte, onde estudou Direito e produziu os primeiros trabalhos como jornalista e escritor. Influenciado pela família formada por militares e bacharéis em Direito, Castello optou pela formação universitária no campo jurídico. Naquela época, a Faculdade de Direito era um dos caminhos para o acesso à literatura e aos conhecimentos gerais, era o núcleo de formação cultural mais conhecido, o mais rotineiro.

Segundo a estrutura educacional da época, depois do Ginásio, se fazia um curso pré-universitário, pré-jurídico ou pré-médico, conforme os objetivos de cada estudante. Em Teresina não havia esta preparação, então Castello saiu da capital piauiense para continuar os estudos em Belo Horizonte. Cidade escolhida pelo pai por indicação de um amigo que via em Minas Gerais mais vantagens do que no Rio de Janeiro, outro centro universitário da época.

Carlos Castello Branco empreendeu uma viagem de 25 dias. Saiu de Teresina no dia 7 de janeiro de 1937, aos 16 anos de idade, atravessou o Rio Parnaíba de canoa, até a cidade de Flores, hoje Timon, no Maranhão. De lá seguiu de trem a vapor até o Rio de Janeiro. Depois de chegar ao Rio, seguiu por ferrovia, chegando em Belo Horizonte no dia 1° de fevereiro de 1937. Entre um trem e outro, naquela longa viagem cheia de perspectivas, Castello "não pensava muito no que eu ia ser, não tinha um objetivo definido na vida". (ZARVOS, 1986)

Antes de entrar na Faculdade de Direito, em Minas, Castello estudou dois anos em um curso preparatório, onde teve acesso às disciplinas Sociologia, Psicologia, História da Filosofia, além das matérias clássicas, que eram Português, Literatura, Latim e Geografia humana. Fora da escola, costumava freqüentar a livraria *Alemã*, onde havia um bom estoque de livros europeus. Dos autores brasileiros sempre apreciou a obra de Machado de Assis, Mário de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Ferreira Gullar.

FOTO 3: *Castello durante formatura em bacharelado em Direito*



Fonte: Casa da Cultura.

Como estudante, em Belo Horizonte, deparou-se com uma vida literária muito intensa, passando a conviver com uma geração de escritores, juristas e políticos que anos depois viriam a se tornar conhecidos nacionalmente. Castello considerava que a convivência com os amigos na capital mineira foi a principal contribuição para sua formação cultural.

O mundo acadêmico estava bipolarizado, onde os estudantes se dividiam em comunistas e integralistas. Mas Castello se eximia de tomar partido, manteve amizades nos dois lados. Na maturidade, Castello assumiu orientação liberal, proclamando-se um defensor do liberalismo político[6].

Ele considerava o liberalismo político essencial. "O ideal da evolução da sociedade humana é a conjugação de justiça e igualdade. Liberdade e igualdade. É a filosofia da minha função de repórter político: defender os direitos humanos, o exercício das liberdades públicas, onde a ordem não esteja comprometida com privilégios". (ZIRALDO, 1976). No entanto, tinha algumas ressalvas com relação ao liberalismo econômico, que entendia ser "algo já ultrapassado e hoje interesse de grupos muito restritos, de defesa de privilégios sociais e econômicos". (ZIRALDO, 1976).

[6] O liberalismo surgiu na Inglaterra durante a luta política que culminou na Revolução Gloriosa de 1688 contra Jaime II. Os objetivos dos vencedores eram tolerância religiosa e governo constitucional. Ambos tornaram-se os pilares do sistema liberal. Sobre a política, o liberalismo defende uma limitação e uma divisão da autoridade. Defende ainda o estado constitucional e uma ampla margem de liberdade civil. (MERQUIOR, 1991)

Ao descrever o amigo no livro "A Revolução Conservadora", Aristóteles Drummond ressaltou o posicionamento político de Castello: "O príncipe dos comentaristas políticos brasileiros tem a coragem de enfrentar tabus, entre os quais o de não esconder sua posição de democrata autêntico [...]. No que toca ao comunismo e ao marxismo, sua posição sempre foi nitidamente de condenação". (DRUMMOND, 1991, p.82-83)

Seu interesse pela política e pela vida pública surgiu do contato com os professores do curso de Direito, que também eram políticos, como Pedro Aleixo (diretor do *Estado de Minas*), Milton Campos, Alberto Deodato e Bilac Pinto. Além dos professores, os amigos de Castello lhe inspiraram interesse pela atividade pública. Em Minas ele conviveu com Oscar Dias Correia, Rondon Pacheco (que foi governador daquele Estado), Armando Rollemberg (do Tribunal Superior de Justiça e ex-deputado por Sergipe) e Abílio Machado Pinto. Apesar da relação que teve durante toda vida profissional com a política, ao contrário de outros jornalistas, como Carlos Lacerda, Assis Chateaubrinand, Danton Jobim, Castello não almejava cargos públicos. Ele contou em entrevista a Adriana Zarvos (1986) que foi convidado algumas vezes para ser candidato a suplente de senador e a deputado pelo Piauí, mas nunca aceitou e respondeu humoradamente: "eu realmente não gosto de política. Gosto é de mulher".

A experiência em Minas Gerais lhe possibilitou dialogar com importantes escritores, poetas e jornalistas. Era integrado ao grupo da "famosa geração de 45". Seu círculo de amigos mais próximos incluía escritores como Autran Dourado e aqueles intelectuais que viriam a ser chamados *os quatro mineiros*: Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende e Hélio Pelegrino. Nos anos 60, ao enviar um telex ao *Jornal do Brasil* com informações biográficas para complementar noticia de que havia ganho um prêmio internacional de jornalismo, arrematou o texto com informações de que enviava os dados objetivos – "para os subjetivos, se interessar, procurem o Otto Lara Resende", escreveu.

A concepção de jornalismo ele a aprendeu na prática com a experiência no *Estado de Minas* e com a observação do trabalho de jornalistas mais velhos. Admirava e reconhecia os trabalhos de José Eduardo Macedo Soares, Assis Chateaubriand, Costa Rego; da geração que veio em seguida, Rafael Corrêa de Oliveira, Osório Borba e Carlos Lacerda e ainda costumava ler Walter Lipmann, escritor, jornalista e comentarista de política americana.

Carlos Castello Branco conheceu Carlos Lacerda em 1944, quando este era diretor da agência de notícias *Meridional*, do mesmo grupo a que pertencia o *Estado de Minas*, os *Diários Associados*. As vidas dos dois jornalistas se cruzaram em outras ocasiões: uma delas no Congresso de Escritores em São Paulo, no começo de 1945, depois no Rio de Janeiro e em

Brasília. Quando Castello era Assessor de Imprensa de Jânio Quadros, Lacerda era governador do Rio de Janeiro e o principal inimigo do presidente. As declarações de Castellinho no livro "A Renúncia de Jânio" mostram que, como governador, Lacerda era intolerante com a imprensa. Castello disse no livro que tinha motivos para hostilizar Lacerda, apesar de que não faria. "Atacara-me várias vezes, a mim e a meus companheiros de reportagem política, indo até ao insulto". (CASTELLO BRANCO, 2006, p.24)

O contato de Castellinho com Chateaubriand se deu quando o piauiense atuava como repórter no *Estado de Minas*. Chateaubriand era um homem das classes dirigentes, membro da família tradicional do Nordeste, proprietário da cadeia de comunicação *Diários Associados*. Era paraibano, formado em Recife, foi contemporâneo do pai de Castello na Faculdade de Direito em Pernambuco.

2 Trajetória profissional

Carlos Castello Branco foi levado a trabalhar como jornalista por fatos circunstancias de sua vida, quando ainda era estudante universitário em Minas Gerais, no ano de 1939. Apesar de nunca ter planejado ou desejado seguir na profissão, fez uma longa carreira nela, permanecendo no jornalismo até 1993, ano de sua morte.

No final da década de 30, Castello fazia o curso de *Direito* em Belo Horizonte e precisava de dinheiro para custear os estudos. O colega Arquimedes Mota, líder do Partido Comunista na faculdade e funcionário do jornal *Estado de Minas*, da cadeia de comunicação *Diários Associados*, levou Castellinho para fazer um estágio no periódico. Junto com ele outro Castelo Branco, mesmo sobrenome, mas não eram parentes, Lucio Castelo Branco, também concorreu a vaga no *Estado de Minas*. Passados 20 dias de estágio, o chefe da redação, Orlando Bonfim Junior, também dirigente do Partidão, morto depois pela repressão, disse que só havia vaga para um dos estagiários: "dos dois Castelo Branco fico com aquele que escreve como quem manda bilhete para a lavadeira", teria dito a Arquimedes Mota. (FOGO CERRADO, 1990). "Escrever como quem manda bilhete a lavadeira" traduzia o estilo do texto de Castello: simples e direto.

Castello contou em entrevista que o começo da profissão como jornalista foi muito difícil, porque tinha que conciliar os estudos e o trabalho e se manter financeiramente em Belo Horizonte. Começou recebendo 150 mil Réis no jornal, mas só de pensão pagava 130 mil Reis e o pai lhe ajudava, mandando mais 100.

Um dos primeiros trabalhos que desenvolveu naquele jornal, foi o de repórter de polícia. Uma atividade complicada naqueles tempos de ditadura em que o governo Vargas não permitia acesso a muitos dos crimes que ocorriam. Segundo Castello o jornalismo desta área era precário. "O nível é que era muito baixo. Os repórteres geralmente eram analfabetos [...] O trabalho era uma rotina muito penosa, ter que correr distritos policiais, entrar em contato com investigações boçais, receber represálias de comissários, pessoas que escondiam as notícias e davam pra outros jornais". (ZIRALDO, 1976). Na mesma entrevista, disse:

> Em 35, depois da chamada Intentona Comunista, é que houve uma repressão mais violenta. Era contra integralistas e comunistas. Depois a coisa amainou, a situação internacional melhorou e a polícia ficou menos cautelosa.
> ---
> Na ditadura a vigilância policial ficou muito mais intensa, não sei se porque o número de pessoas visadas era menor. Se você era jornalista e sentava num lugar pra tomar um café, tinha logo um cara de chapéu sentado ao lado que era tira. (ZIRALDO, 1976).

Castello começou no jornalismo em um período difícil para a imprensa, a censura prévia era muito presente e a Ditadura sufocava jornalistas e estudantes. Castello contou em entrevista, que ele e seus colegas tinham antipatia pelo presidente Getúlio Vargas "e por tudo aquilo que ele representava. "O Getúlio entrou no Estado Novo na base do integralismo e do fascismo caboclo. Nossa equipe toda tinha uma atitude de reserva e resistência contra o Getúlio, e a polícia do Estado Novo era muito vigilante, muito agressiva". (ZARVOS, 1986)

Eram tempos complicados para os meios de comunicação. A postura autoritária do governo Vargas influenciou diretamente no comportamento da imprensa. Instaurado em 1937, o Estado Novo, que permaneceu até 1945, foi marcado pelo cerceamento da liberdade de imprensa e pela ação da censura e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O artigo 122 da Constituição de 1937, que tratava dos direitos e das garantias individuais, considerava a imprensa um serviço de utilidade pública, o que alterava a natureza de sua relação com o Estado e impunha a obrigação aos impressos de inserir comunicados do governo.

O governo vê nos meios de comunicação um instrumento para difundir o conhecimento, sempre como uma orientação à população vista como uma massa amorfa. A imprensa adquire, assim, um papel de educação.

> "No Estado Novo, o pilar para a construção de um projeto de identidade nacional foi a inclusão, via formulação discursiva e ideológica, do grupo urbano em maior crescimento nas cidades: os trabalhadores. E também para realizar esta proposta, a ação dos meios de comunicação". (BARBOSA, p.110)

Neste cenário, as alianças com os dirigentes da imprensa eram importantes porque o governo queria a cooptação daqueles que possuíam o discurso e também a disseminação de uma nova visão de mundo. Percebe-se ainda o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o Regime. Os que não aderiram ao novo sistema de governo sofreram perseguições, mas no geral houve mais acordos e relações conjuntas entre o governo e a imprensa do que divergências. Para conquistar proprietários de meios de comunicação e jornalistas, o governo isenta os profissionais do imposto de renda e financia inteiramente o papel para impressão para os jornais que apóiam o governo. Para a construção do consenso, o governo usa previamente a coerção da própria imprensa.

Os anos de Ditadura Vargas coincidem com o período em que Castello atuou na imprensa mineira. Em Belo Horizonte ele exerceu ainda o cargo de secretário da *Agência Meridional de Notícias*, a convite de Carlos Lacerda, que era diretor da *Agência* e do *O Jornal*, empresas também pertencentes aos *Diários Associados* de propriedade de Assis Châteaubriant. Relembrando deste período, Castello contou: "Andei muito pelo interior de Minas fazendo reportagens a pedido de Carlos Lacerda. E ele gostou das reportagens que eu fiz". (FOGO CERRADO, 1990)

Os *Diários Associados* foram a primeira cadeia de comunicação no Brasil, chegando a reunir em seu auge, 90 empresas, entre jornais, rádios e emissoras de televisão. A formação das cadeias de comunicação aconteceu com a compra de jornais já existentes no fenômeno na ampliação das corporações. O fenômeno se fortaleceu na década de 50, período marcado pela competição por tiragens, a guerra das notícias, a busca incessante de prestígio, o crescimento dos sistemas de radio e teledifusão, a renovação dos quadros profissionais com a contribuição universitária, a sedimentação das pressões da opinião pública e o aperfeiçoamento dos meios regionais de comunicação.

Os *Diários Associados* sobreviveram bem à ditadura de Vargas. (1937-45). Viveram seu ápice no período democrático de (1946-1960), mas sucumbiram com a política pós 64. Hoje ainda existem 13 jornais que pertenceram ao grupo. Os principais são *Diário de Pernambuco*, *Diário de Minas* e *Correio Brasiliense*. Além de sete emissoras de TV; 12 emissoras de rádio; 1 fundação; 6 provedores de internet; 1 teatro; 1 fazenda e 1 cinevídeo.

Depois de um período cobrindo polícia, Castellinho passou a trabalhar com notícias internacionais. Com a emergência da Segunda Guerra Mundial, os meios de comunicação necessitavam de mais pessoas fazendo a cobertura do conflito. Castello foi chamado para trabalhar na escuta do noticiário internacional através do telefone. Suas habilidades como datilógrafo foram essenciais para assumir o novo cargo. Ele contou, em entrevista, que sua

função principal era a de copiar o texto que ouvia. "Naquele tempo não tinha telex, as notícias vinham por telefone. Então eu botava aquelas cangalhas de telefonistas na cabeça e anotava as notícias [...] Tenho problema de ouvido até hoje". (ZIRALDO, 1976) A rotina como escuta era difícil, Castellinho chegava a ficar até quatro horas ouvindo os discursos de Hitler e Mussolini na íntegra e quando acabava de ouvir no telefone ficava na redação para ver como a notícia ia ficar. "Assim aprendi". (ZIRALDO, 1976).

Como repórter do noticiário internacional, Castello sofreu ainda mais a perseguição da polícia de Vargas, que atuava dentro das redações na figura do censor, responsável por vigiar e autorizar ou proibir o que seria publicado. O censor que atormentou as noites de Castello no Estado de Minas chamava-se Ataliba, "usava sempre um terno panamá branco, chapéu também panamá. Era um policial conhecido, solteirão, vivia na zona boêmia". Costumava chegar às 10 horas da noite na redação, sentava ao lado de Castello, "tirava o paletó, e ia lendo as coisas. A palavra democracia, era proibido publicar. Só aparecia quando eu punha entre aspas, na boca do Churchill e do Roosevelt", relembrou Castello, em entrevista. "Eu é que fechava o jornal e organizava as matérias finais. Eu titulava, diagramava e mandava para a oficina. Então o censor se sentava na minha mesa, ficava defronte de mim e ia lendo tudo que eu mandava. E vetava". (ZARVOS, 1986)

Quando a censura do Estado Novo foi rompida, Castello pode vingar-se do censor. Ele contou, em entrevista, que o Assis Chateaubriand ligou para o *Estado de Minas* e orientou o Pio Canedo, diretor do jornal, a não receber mais o censor, após saber do enfraquecimento da censura. Naquela noite, Canedo foi para casa e mandou Castello despedir o censor, assim que ele chegasse à Redação. Em entrevista, Castello contou: "Quando ele chegou e tirou o chapéu, eu disse: 'Ataliba, se você quiser ler o jornal, compre amanhã, porque não vai ler aqui não'. Aí ele olhou para mim, muito calmo, e disse: 'Já sei, não tem importância, um dia eu volto'. Deve ter voltado mesmo, anos mais tarde". (ZARVOS, 1986)

Com o fim do Estado Novo, em 1945, a imprensa se permitiu fazer alterações nos formatos e conteúdos. Naquele momento, os jornais dos *Diários Associados* implementaram revoluções gráficas, entre elas, a adoção do título contado e da paginação vertical. Castellinho conta que, a partir daquele ano, os jornais começaram a opinar e ele teve as primeiras experiências com o gênero opinativo, escrevendo os editoriais do *Estado de Minas*. "Foi a época da campanha presidencial para a sucessão de Getúlio Vargas, da legalidade do Partido Comunista. Tudo aquilo nos empolgava muito e a política passou a ser o centro da vida de todos nós". (IMPRENSA, 1992)

Depois que se formou em Direito, Castello chegou a abrir um escritório de advocacia com Oscar Dias Correia e Paulo Neres de Carvalho, num edifício que tinha no andar térreo, uma Casa do Chope (por mera coincidência...) (MELO FILHO, 2005, p.128). Mas o empreendimento não prosperou, naquela época, Castello ganhava no jornal 1.800 Cruzeiros, uma quantia equivalente ao que um advogado levava cinco anos para ganhar. "Conclui o curso de Direito e vi que não tinha nada a ver com direito. Eu tinha feito aquele curso porque meu pai era advogado, desembargador, por causa do ambiente em casa". (FOGO CERRADO, 1990). Continuou no jornalismo e passou a ser subsecretário de redação no *Estado de Minas*.

E em 1945, Carlos Lacerda convidou Castello para trabalhar no *Diário Carioca* no Rio de Janeiro. Castellinho não deixou a oportunidade escapar e mudou-se para a capital do país, mas quando chegou ao *Diário Carioca*, 15 dias depois, soube que Lacerda havia pedido demissão. O piauiense então recorreu a Neiva Moreira, redator dos *Diários Associados* e colega de Castello no Liceu Piauiense, que o convidou para ser subsecretário de *O Jornal*.

Em *O Jornal* Castello conheceu Elvia Lordello, que também trabalhava como jornalista no mesmo periódico, mulher com quem viria a casar-se em 1948 e com quem teve três filhos. Quando casou, Castello era um jovem de 27 anos, mas tinha uma vida corrida, trabalhava das 2 da tarde às 4 horas da manhã, todos os dias. Ao relembrar aquele período, ele contou com bom humor o seu encontro com a futura esposa: "Não tinha vida social, não conhecia ninguém, não tinha namorada e nem tempo para namorar. Ai eu olhei para ela e pensei: vou casar com essa menina. Tomei a decisão e resolvi casar com ela". (FOGO CERRADO, 1990)

Após o casamento, os filhos começaram a nascer e Castellinho passou a acumular funções em alguns jornais. Em 1950 assumiu a chefia de reportagem política do *Diário Carioca*, permanecendo no periódico até 1961, perfazendo uma trajetória de 11 anos trabalhando para este periódico. No Diário, Castello trabalhou com diferentes gêneros do jornalismo, escrevendo reportagens, notícias e editoriais, no entanto, o trabalho mais emblemático dele, nesta fase, foi a seção *Diário de um Repórter*, onde escrevia "curtas historinhas, explorando o pitoresco, o ridículo, o lado cômico, o lado sério, surpreendido em flagrantes saborosos". (JORNAL DO BRASIL, 1993).

O *Diário Carioca* pertencia a Horacio de Carvalho, o marido de Dona Lili de Carvalho, que depois viria a ser esposa de Roberto Marinho. Horácio era sócio de José Eduardo de Macedo Soares, um grande jornalista que escrevia os artigos de primeira página. (FOGO CERRADO, 1990)

A década de 50 foi um período de grandes mudanças na imprensa brasileira. Segundo Bahia (1990) é a partir de 1945 que as diversas manifestações políticas foram mais constantes na imprensa. O pós-guerra, a Constituição de 1946, a nova estrutura sindical, o pluripartidarismo ajudam na manifestação de idéias. A meta de modernização do governo Juscelino Kubitschek também tomou conta das redações dos jornais do Rio de Janeiro na década de 50. É esta modernização que torna mais disponível o caráter industrial do jornal, provocando mudanças na estrutura das empresas.

No *Diário Carioca,* a equipe formada por Pompeu de Sousa, Armando Nogueira, Evandro Carlos de Andrade, Janio de Freitas, Ferreira Gullar e Carlinhos Oliveira foi responsável por uma impactante renovação do jornalismo brasileiro. Naquele jornal, se deu a renovação dos métodos e dos processos de trabalho, de redação e de apresentação de notícias através da implantação do modelo norte americano de objetividade.

A relação de amizade de Castello com a equipe vinha de bem antes do *Diário Carioca*, o Pompeu de Souza, por exemplo, era amigo de Castello desde a campanha da UDN, em 1945. Naquele ano, Pompeu de Sousa costumava ir a Belo Horizonte, acompanhando as caravanas da UDN. No *Diário Carioca*, eles dividiram uma das salas do jornal com Prudente de Moraes Neto. Em entrevista, Castellinho relembrou com certo saudosismo aquele período: "O Prudente era o principal redator e Pompeu era o editor chefe do jornal. O Luis Paulistano era o chefe de reportagem. Era o grande 'amansador de Focas', como Pompeu o chamava". (FOGO CERRADO, 1990)

Na função de editor de política do *Diário Carioca*, Castello ganhou notoriedade, em parte devido ao seu talento, em outra, a atenção especial que o periódico detinha aos temas de política. Castello conta que, no começo Pompeu de Sousa "doutrinava a redação a fazer um jornal desengajado. A notícia pela notícia. O espírito da equipe era esse, o não engajamento. Depois, o Diário se engajou abertamente na campanha do Juscelino e o Pompeu passou a reclamar do nosso não engajamento". (FOGO CERRADO, 1990)

Neste período de engajamento político do *Diário Carioca,* Castellinho viajou muito a São Paulo para cobrir a campanha de Jânio Quadros a prefeito daquela cidade. A partir de então, começou uma relação de proximidade entre assessores de Jânio e Castello, a amizade resultou em um convite para o jornalista assumir a Secretaria de Imprensa, quando Jânio foi eleito presidente do país, em 1961. (FOGO CERRADO, 1990)

Descontente com a situação financeira no *Diário*, Castello recorreu a empregos paralelos para manter o orçamento. Nos anos em que trabalhou no jornal, ele desempenhou também as funções de correspondente político da *Folha de São Paulo* no Rio; editor da

Tribuna da Imprensa, juntamente com Carlos Lacerda, em 1953; editorialista do jornal *O Mundo*, de Geraldo Rocha; além de tudo isto ainda escrevia para os jornais *A Noite*, *O Estado de São Paulo* e as revistas *Cruzeiro*, *Comício*, *Manchete* e *Revista da Semana*. Escrevia também os artigos de Epitácio Pessoa (filho do ex-presidente) para um jornal chamado *Diário Popular*. (FOGO CERRADO, 1990)

Sobre este último trabalho, Castello viveu fatos curiosos. Ele revelou durante entrevista, que só conhecia o Epitácio Pessoa de vista, escrevia o artigo e entregava sempre na *Agência Nacional*, onde um rapaz chamado Alberto Araújo, amigo dele, tinha encomendado. Um dia desses, quando levava o texto a ser entregue, lera manchete no *O Globo* que Epitácio havia falecido e na primeira página estava o último artigo dele, ao se deparar com a chamada, Castelo refletiu: "era mentira, o último estava no meu bolso". (FOGO CERRADO, 1990)

No período em que acumulou as funções de editor do *Diário* e da *Tribuna*, Castello costumava sair de casa às 5 e 30 da manhã para a *Tribuna da Imprensa*, que fechava as 13 horas, depois ia almoçar. A partir das 14 horas, freqüentava a Câmara dos Deputados e o Senado. Às 18 horas estava no *Diário Carioca*, trabalhava até as 23 horas, ia para a casa e recomeçava tudo no dia seguinte. Assim, Castello relatou sobre o período:

> Quando o *Diário Carioca* começou a atrasar nos pagamentos e deixou de inspirar confiança, passei a escrever todos os dias para o Geraldo Rocha. Ele era uma figura muito curiosa, um gangster da imprensa, dizem que recebia dinheiro do Perón,. Tinha uma grande aspiração de poder e de influência no país. Durante a campanha de Getúlio pelo Estado Novo, ele tinha um jornal chamado *A Nota*, e todo dia publicava a mesma manchete: "Não se muda o timoneiro no meio da tempestade". Parei de escrever para *O Mundo* e para a *Tribuna da Imprensa*, onde fiquei exatamente um ano, quando juntei o dinheiro para comprar um apartamento. Saí e fui trabalhar em *O Cruzeiro*, onde passei a ganhar muito bem. Aí fiquei lá e no *Diário Carioca*, até que eu fui trabalhar com o Jânio, com o José Aparecido. (ZARVOS, 1986)

O trabalho como analista político começou em 1954, na revista *O Cruzeiro*[7], o principal veículo do grupo *Diários Associados*. Castello foi trabalhar na publicação por intermédio de Neiva Moreira. "Eu trabalhava nos Associados, e ele que era redator predileto do Chateaubriand e resolveu fazer uma seção política no *O Cruzeiro* e me chamou para trabalhar com ele". Depois do primeiro número da seção, Neiva foi para o Maranhão fazer política, candidatar-se a deputado federal, pelo PSP e Castello assumiu a seção, ficando na

[7] "O Cruzeiro vendia 720.000 exemplares, no Brasil todo. Tudo que era publicado tinha repercussão. Era muito mais que a Veja, que hoje tem 800.000 exemplares e o país tem 130 milhões de habitantes. Na época do Cruzeiro, o Brasil tinha 40.000.000 de habitantes". (ZARVOS, 1986).

revista de 1954 a 1963, sendo que, durante sete meses do ano de 1961 se afastou do periódico para trabalhar no governo de Jânio Quadros. (FOGO CERRADO, 1990)

Na revisa *O Cruzeiro,* Castello tinha o desafio de escrever uma coluna que resistisse aos três dias de antecipação de publicação e mais sete dias de venda nas bancas. Nestas colunas, ele explorou as possibilidades da análise e da especulação aos extremos limites da antecipação dos desdobramentos. Cunhou o formato do gênero, da coluna política analítica, interpretativa, valorizando a informação exclusiva com precisa avaliação de sua importância e de suas possíveis conseqüências. (JORNAL DO BRASIL, 1993)

As quatro páginas que Castello escrevia estavam organizadas com uma matéria de avaliação, chamada *Análise de Conjuntura* e uma seção de notinhas intitulada *Em Confiança*. "Como eu tinha muita convivência com os políticos, trabalhava com abundância de informações. Eu fazia uma seção no *Diário Carioca,* as quatro páginas de *O Cruzeiro* e ainda sobrava matéria". (IMPRENSA, 1992)

Castello foi favorecido pelo fervor do jornalismo político, que se desenvolveu no final dos anos 40 e anos 50, no Rio de Janeiro. Ele relatou ao Pasquim que, ao chegar ao Rio, em 1945, a reportagem política começava a se desenvolver dentro dos partidões, a UDN e o PSD porque as pessoas que faziam as reportagens eram articulistas dos partidos (ZIRALDO, 1976). Segundo Castello, o jornalismo político vivia naquele período uma segunda fase de sua história. A primeira fase teria sido marcada pelo surgimento do jornalismo político moderno, através da atuação dos articulistas, representados por Rafael de Oliveira, Carlos Lacerda, Osório Borba, Pompeu de Sousa e Prudente de Moraes Neto. O emblemático Carlos Lacerda fazia nesta época a coluna de comentários parlamentares chamada "*Tribuna da Imprensa*" na segunda página do *Correio da Manhã*. Na avaliação de Castello, a coluna de Lacerda "pretendia ser um comentário da vida parlamentar, mas era um panfleto diário contra Getúlio". Castello se inclui numa segunda geração de repórteres de política junto com Odylo e Villas-Boas. Este grupo teria inovado na medida em que procuraram dar um conteúdo mais informativo aos textos políticos. (ZIRALDO, 1976). "Castellinho já exercia aí, em todos nós, uma liderança espontânea e autêntica, de poucas palavras, mas de enorme importância moral". (MELO FILHO, 2005, p.127)

Na década seguinte, Castello Branco desenvolveu atividades como funcionário público, primeiro como procurador-geral do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) e depois como secretário de imprensa do governo do presidente Jânio Quadros, em Brasília. No cargo de procurador, Castello era responsável por fazer o acompanhamento dos processos do DNER em curso no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal de Contas da

União, dos projetos de Lei de interesse do DNER no Congresso Nacional e pelo contato com os ministros do STF, com os deputados e senadores.

Castello disse, em entrevista, que foi levado a trabalhar no setor público devido a insegurança econômica nos meios de comunicação. Ele foi nomeado para o DNER pelo então presidente Juscelino Kubitschek, por intermédio de Autran Dourado, que era secretário de Imprensa. “Eu era um jornalista, a atividade de jornal é muito precária, a pessoa nunca tem muita segurança para ficar no emprego, e os jornais de repente param de pagar. O Diário Carioca ficou quase seis meses sem pagar a ninguém”. (ZARVOS, 1986)

Depois de 16 anos vivendo no Rio de Janeiro, Castello e sua família mudaram-se para a nova capital do país. Em Brasília, o jornalista assumiu o cargo de secretário de Imprensa do governo Jânio Quadros, em 1961, e acabou permanecendo por lá além da duração do mandato do presidente. Jânio ficou no governo por apenas sete meses e Castello teve que permanecer em Brasília, porque sua esposa Élvia havia sido nomeada, pelo então presidente Jânio, para o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

> Então fiquei aprisionado aqui em Brasília, porque a Élvia tinha deixado o emprego no Rio e tinha mudado para a Procuradoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal. O Jânio nomeou ela para me reter aqui. A última vez que conversei com ele ainda como presidente, ele perguntou: ‘a mulherzinha quando vem?’, eu disse: chega amanhã. E ele: ‘parabéns’. Quando eu acordei ele já não era mais presidente. (FOGO CERRADO, 1990)

Depois da renúncia de Jânio, ele voltou a trabalhar na revista *O Cruzeiro*, (ZARVOS, 1986). No mesmo ano, Castello recebeu um convite feito por Hermano Alves, a pedido de Alberto Dines e de Mário Faustino para assinar uma coluna sobre política na *Tribuna da Imprensa*. Ficou pouco tempo na *Tribuna*, pois transferiu sua coluna para o *Jornal do Brasil*, que desde o final da década de 50 passava por transformações.

Em 1958, uma equipe formada por profissionais vinda da *Tribuna da Imprensa* e do *Diário Carioca* foi convocada para renovar o JB. Da *Tribuna* estavam Hermando Alvez, Carlos Lemos e outros. Do *Diário Carioca*, o Janio de Freitas, Carlinhos Oliveira. (FOGO CERRADO, 1990)

> O Conde Pereira Carneiro tinha morrido, e a Condessa resolveu fazer do jornal um jornal importante. Antes era um jornal de pequenos anúncios, só comprava quem queria alugar casa, contratar cozinheira, e a Condessa viu logo que dava lucro. Então ela chamou o Odilo Costa Filho, a quem encomendou a modernização do jornal. Ele criou um suplemento literário, que deu para o Reinaldo Jardim fazer, este foi o primeiro sinal de que o *Jornal do Brasil* estava se modernizando. O Odilo começou a renovar o jornal de ponta a ponta. Ele botou pra fora todo mundo, mudou a equipe toda. Zerou o jornal. Contratou uma nova geração, gente que tinha se formado no *Diário Carioca*, na *Tribuna da Imprensa*. Foi com essa gente, basicamente que ele fez o Jornal do Brasil. Mas em 1958 o Odilo brigou com o Nascimento Brito e saiu do jornal. O Brito me chamou para ficar no lugar do Odilo, para ser o diretor. Eu falei: "Olhe, Brito, eu sou muito amigo do Odilo, de modo que eu não tenho condições morais de substituir o Odilo. Fica pra outra oportunidade, mais adiante eu vou trabalhar com você. Agora não vou não". O pessoal da redação me fez apelo, o Araújo Neto, o Jânio de Freitas, o Hermano Alves, todos pediram para eu aceitar, mas eu não podia agredir o Odilo aceitando o lugar dele. (Carlos Castello Branco, em entrevista a Adriana Zarvos, 1986)

O primeiro convite para Castello trabalhar no *Jornal do Brasil*, foi feito por Nascimento Brito, que chamou o jornalista para substituir Odillo Costa Filho na função de editor-chefe. Castello recusou, com o argumento de que era amigo íntimo de Odillo. (FOGO CERRADO, 1990). Depois aceitou um segundo convite para transferir a *Coluna do Castello* para aquele periódico. Posteriormente, Castello veio a assumiu a direção da sucursal do *JB* em Brasília.

A rotina de Castello no *Jornal do Brasil* começava às 7h30, quando chegava ao jornal antes mesmo do porteiro e do pessoal da faxina. Ao meio dia sempre ia almoçar em bons restaurantes de Brasília, geralmente na companhia de boas fontes. Com pouco tempo na capital, Castello construiu uma rede de relacionamentos e sua coluna tornou-se referência na política. Segundo depoimento do jornalista Luiz Orlando Carneiro, que trabalhou com Castellinho no *JB*, "os presidentes e os ministros é que ligavam pra ele. Para se informar, para usar a coluna como canal confiável entre o poder e a opinião pública, para explicações e satisfações, para lamentar eventuais injustiças, para tentar desmentir o que lhes convinha". (IMPRENSA, 1987)

Após a tentativa de golpe frustrado em 1961, "A atividade jornalística mal remunerada e desvalorizada pela perda de liberdades de opinião sofre o agravamento do

controle da imprensa. As empresas jornalísticas cedem ao imperialismo das agências internacionais, principalmente norte-americanas". (NAVA, 2007, p.103). Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, o Brasil mergulhou em uma crise política, provocada pela tentativa militar de impedir a posse do vice-presidente João Goulart. (BENEVIDES, 1999, p.7). Depois de 13 dias de gestão de Raniere Mazzili na Presidência da República, o vice Goulart conseguiu tomar posse no mês de setembro. O governo de Jango, como era chamado João Goulart, foi marcado por polêmicas e novas crises que, juntamente com os episódios iniciados no governo Jânio Quadros, levaria o governo a submeter-se à ditadura militar por duas décadas. Naquele momento, a maioria dos jornais foi favorável à queda do presidente João Goulart e, inclusive, contribuiu com o Golpe de 1964, que chamou de "Revolução":

> A propaganda ideológica veiculada no período anterior ao Golpe tinha na elaboração da realidade mais convincente: a de que a administração militar seria uma revolução no sentido de sublevação, de valorização do trabalhador e do bem estar social, protegendo do comunismo os valores mais caros para a sociedade brasileira: a família, o direito de propriedade e a religião. (SAKAI, 2005, p 97).

A partir de 1964, com a instalação do governo militar, o *JB* e o próprio Castello sofreram represálias por conta da censura. Nos anos do endurecimento do Regime, Castellinho tentou sair do *Jornal do Brasil* para livrar a empresa das perseguições dos militares, sem êxito, a direção da empresa nunca aceitou suas cartas de demissão. Em mais de 30 anos, a *Coluna do Castello* só deixou de ser publicada entre os dias 14 a 31 de dezembro de 1968, porque Castello estava preso, em decorrência do AI5.

Segundo Castellinho, o jornalismo sobre política sofreu um declínio no período da ditadura, especialmente após o fechamento do Congresso. Ele próprio, que freqüentava o Congresso diariamente desde 48, no Rio perdeu o interesse por aquela Casa. "Quando o Congresso reabriu, no Governo Médice, já não tinha muita importância. Os políticos de importância no Congresso estavam cansados. Já não tinha mais graça. A partir do AI5, o Congresso não tinha mais função nenhuma e ficou assim até 74. Não adiantava mais ir lá. (FOGO CERRADO, 1990)

A vida em Brasília não fora somente de prosperidade e reconhecimento profissional para o casal Castello Branco. Além das prisões arbitrárias que sofreu Castellinho, ele e sua esposa Élvia enfrentaram momentos difíceis, em decorrência de doenças e da morte do filho mais velho Rodrigo, aos 25 anos, em um acidente de carro em 1976.

Élvia contou em depoimento ao Observatório da Imprensa que foram levantadas suspeitas de que a morte de Rodrigo havia sido provocada por vingança, mas Castello preferiu não pensar nesta possibilidade:

> Rodrigo se foi num acidente de carro, a caminho do aeroporto. Não bateu em poste ou em outro carro. Devia estar indo depressa. O carro capotou, porque uma roda se soltou. Expirou logo ao ser socorrido. Começaram a levantar a hipótese de acidente encomendado. Castello se recusou a pensar na hipótese: ´Filha, preciso manter minha alma e meu espírito limpos e livres para continuar a trabalhar com a isenção de sempre. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2010).

Em entrevista a Adriana Zarvos (1986) Castellinho falou sobre a morte do filho e sobre um diálogo com Jânio Quadros, em que o ex-presidente também questionou a possibilidade de acidente encomendado. Jânio teria perguntado: "Castello, você não mandou apurar a morte do seu filho? [...] Olhe, acho que você fez mal porque você causou muitos danos a esses militares. (ZARVOS, 1986)

> Depois de ele me contar essa história, eu me lembrei que eu recebia toda semana uma carta de ameaça, ameaçando meus pais, que eram velhinhos e moravam no Rio de Janeiro, na rua tal, número tal. Eu me lembro da carta: "tudo pode acontecer a eles, até mesmo por acidente" e depois vinha um pedacinho de papel com o desenho de uma forca. Era uma reprodução do desenho sobre a morte do Herzog e dizia: "O próximo será você, seu filho da puta". Eu nunca dei bola para aquelas cartas, agora meu filho passava no jornal recolhia aquilo tudo, e levava pra casa. Ele é que guardava essas cartas todas. Depois da morte dele, essas cartas desapareceram. Não sei o que aconteceu com essas cartas. Aí não adiantava mais, meu filho já estava morto, não é? Prefiro não pensar no assunto. O negócio do Jango nesse dia me perturbou muito. (ZARVOS, 1986).

Antes da morte de Rodrigo, o casal perdera outros dois filhos ainda durante a gestação. Um no terceiro mês de gravidez, em 1950 e o outro, uma menina, às vésperas do parto, em 1962.

Aos 52 anos de idade, Castellinho sofreu um infarto. Não fez safena porque as condições em que estava o seu coração não permitia este recurso, sobrevivendo mesmo assim. Nove anos depois repetiu o exame e a equipe médica ficou surpresa com a recuperação. Contou em entrevista: “Nove anos depois eu repeti esse exame com a mesma equipe, que perguntou qual era meu whisky? Eu perguntei porquê, ele me disse: ‘o que aconteceu com você é um caso que acontece 1 em cada 50 mil na história da medicina, a sua circulação está irrigada como se não tivesse acontecido nada”. (FOGO CERRADO, 1990).

Ao falar de doenças nesta mesma entrevista, Castello disse que não temia a morte, entendendo-a como algo natural:

> O sujeito morre como a folha que cai. Então eu não tenho nenhum sentimento religioso. Quando a floração vai desflorando, vai caindo as folhas, vão nascendo outras, tudo é a mesma coisa. Tudo é muito panteísta na vida. Não me alarmo, sei que vou morrer, todo mundo vai morrer, não há problema nenhum. (FOGO CERRADO, 1990)

Em 1993, recebeu o último golpe, o câncer que lhe corroia o corpo foi implacável e lhe tirou a vida. Faleceu no Rio de Janeiro, para onde se mudou no fim da vida para fazer o tratamento médico. No seu apartamento no Rio havia montado um computador para escrever a coluna após a recuperação. (VEJA, 1993)

Mauro Santayana, assessor de Itamar Franco, esteve com Castello pouco antes de sua morte e testemunhou o depoimento de um homem que ainda tinha muita gana para viver. "O que me dói a memória é uma de suas últimas confidências. Disse-me que sabia ser o calendário mera convicção, sem nenhuma interferência sobre os atos humanos e o curso da história, mas queria ver o século XXI [...] O século XXI precisava conhecer Castello Branco". (SANTAYANA, 1993)

Quando Castellinho morreu, era véspera da nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda e uma reforma ministerial transitava pela oferta de uma Pasta dos Remédios ao PP do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. No entanto, Castello já estava impedido de comentar estes fatos. A história prossegue seu curso e fica o conselho de um jornalista experiente: "vivam, vivam uma vida sem medo, sem reserva. Vivam sem preconceitos, abertamente". (FOGO CERRADO, 1990).

2.1 O secretário de Imprensa do governo Jânio Quadros

Foi no comitê de campanha de Jânio Quadros a prefeito de São Paulo, na Rua Augusta, que aconteceram os primeiros contatos entre o futuro presidente do Brasil e o jornalista Carlos Castello Branco. Assim contou em entrevista: "Eu era um rapazinho sem gravata, de camisa aberta e perguntei a ele: o senhor quer ser prefeito por ser prefeito ou tem alguma idéia nova? Ele olhou pra mim e disse: 'pergunta-se tanto que eu faço proselitismo. Não, não faço proselitismo. Aí fica uma coisa diferente'". (FOGO CERRADO, 1990)

Depois desta primeira entrevista, Castello e Jânio se encontraram em muitas outras ocasiões, com Jânio no cargo de prefeito e depois de governador do Estado de São Paulo e como presidente do Brasil. Na campanha presidencial de 1960, Castello já havia ficado muito

próximo da UDN (União Democrática Nacional), legenda de Jânio e se envolveu diretamente no processo eleitoral. Durante este período, Castello ficou amigo de José Aparecido de Oliveira[8], então representante do líder udenista, governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto junto a Jânio. Através de Aparecido, Castello receberia, anos depois, convite para ser secretário de Imprensa da Presidência da República. (JORNAL DO BRASIL, 1993). Descrevera em entrevista:

> Quando o Zé chegou ao Rio, começou a fazer uma grande movimentação política, para aproximar os jornalistas do Magalhães Pinto. O Magalhães era Deputado há 15 anos, mas não tinha importância, só tinha como banqueiro. Quem deu importância ao Magalhães foi o Zé Aparecido, abrindo os canais com os jornais. Antigamente procurava-se o Magalhães pra se pedir dinheiro emprestado, só depois para pedir notícias. Eu conheci o Magalhães indo ao banco fazer um papagaio [empréstimo] lá. (ZARVOS 1986).

Durante a campanha de Jânio para presidente do Brasil, a revista *O Cruzeiro* mandou Castello para acompanhar o candidato numa viagem ao exterior, esta seria a primeira de muitas viagens juntos. Castello viria, inclusive, a participar da primeira viagem internacional de Jânio após as eleições para a cidade de Londres. "Nós conversávamos todo dia", falou Castello ao relembrar aquela viagem. (IMPRENSA, 1992). Já trabalhando no governo, o jornalista acompanhou o presidente em viagens a Istambul, Israel e Itália. (ZARVOS 1986)

Quando Jânio Quadros chegou à presidência, em janeiro de 1961, travou-se uma guerra de bastidores entre Zé Aparecido e Pedroso Horta, também assessor do presidente. Horta havia levado para Brasília outro nome para secretário de Imprensa, Márcio Aranha, mas a indicação de Zé Aparecido prevaleceu e Castello assumiu o cargo.

Castellinho revelou, em entrevistas, que resistiu ao convite. Em conversa com o presidente lhe explicara que não poderia assumir o cargo, já que sua esposa, Élvia era juíza de Direito no Rio de Janeiro e não poderia mudar-se para Brasília. Para convencer Castello a ficar em Brasília, Jânio Quadros nomeou Élvia como Procuradora-geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, cargo que só deixou para assumir vaga no Supremo Tribunal Federal, nomeada por José Sarney, velho amigo de Castello. Segundo Paulo Markun, em entrevista à *Revista Imprensa*, em setembro de 1987, "a indicação de Élvia para o Tribunal de Contas havia sido a fórmula encontrada pelo presidente Jânio para manter no cargo o seu secretário de Imprensa". Castello contou, em entrevista, como se deu sua nomeação para o cargo:

[8] José Aparecido de Oliveira foi um dos fundadores do Movimento Popular Jânio Quadros. Mineiro, fora jornalista em Belo Horizonte na década de 1950.

> Quando o Jânio Quadros foi eleito, o José Aparecido foi para a festa de posse, como convidado, e entrou na fila de cumprimentos ao Jânio. Quando o Jânio viu o Zé, perguntou: "O que você faz aí?" "Vim cumprimentá-lo." "Não, senhor, seu lugar é aqui do meu lado, como meu secretário particular". Depois ele disse: "Amanhã às sete horas no Palácio". No dia seguinte, o Zé disse a ele que, para ficar, precisaria ao menos um Secretário de Imprensa. Eu não estava interessado em ser, não queria. Estava aqui para fazer a cobertura da posse do Jânio para *O Cruzeiro*. Mas o Zé Aparecido estava obstinado, o Jânio me chamou no Palácio e me convidou. Eu disse: "Olha, Presidente, eu não tenho nenhuma razão para vir trabalhar com o senhor, não sou político, estou com minha vida organizada no Rio, sou jornalista, trabalho no *O Cruzeiro* e no *Diário Carioca*, minha mulher é juíza lá no Rio, não tenho nem como vir pra cá". Enquanto eu estava falando, ele tinha pedido uma ligação interurbana para o Rio, aí foi atender o telefone, era Leão Godim, Diretor do O Cruzeiro. "Leão, eu quero que você me empreste o Castello por seis meses, são só seis meses" Aí eu estava perdido, né? Ele disse: "O assunto está resolvido". Eu saí dali e fui conversar com o Quintanilha[9]. "Fui compelido pela minha empresa a vir trabalhar aqui, emprestado, somente por seis meses. (ZARVOS, 1986)

Ao falar em seis meses, Jânio parecia prever que o seu governo teria curta duração. Em agosto de 1961 ele renunciou, provocando um dos momentos mais conturbados da história política brasileira. Castello disse, em entrevista, que Jânio tinha uma fixação sobre o período em que estaria como presidente. Quando convidou Castello falou em seis meses, depois quando foi convidar o Otto Lara Rezende para ser seu assessor teria dito: "Otto você vai me dar cinco meses de sua vida". (FOGO CERRADO, 1990)

Ao relembrar aquele período em que foi secretário de Imprensa, Castellinho dizia que se encontrava em um momento difícil, por volta dos 40 anos "estava sem fé na imprensa e sem projeto de vida" (ZARVOS 1986). No entanto, a experiência no Palácio do Planalto não lhe trouxe muitas alegrias, de todos os trabalhos que desempenhou, o de atuar no governo era o de que falava com menos empolgação, sem esquecer de reconhecer os benefícios para sua vida profissional. "Não fiquei feliz. Trabalhar no governo não é bom. Toda corte é um lugar de intriga, de disputa". (FOGO CERRADO, 1990). "Eu achei chatíssimo trabalhar no Palácio. Agora, do ponto de vista profissional me enriqueceu muito. (ZIRALDO, 1976).

A nomeação de Castello para a função de Secretário de Imprensa agradara as entidades ligadas ao setor de comunicação no país. Em nota, a Associação Brasileira de Imprensa elogiou a escolha do presidente: "A designação de Carlos Castello Branco para chefiar um setor que tanto interessa à informação jornalística foi recebida com satisfação nos meios jornalísticos, pois se trata de um velho profissional da imprensa, escritor e advogado". (Boletim da Associação Brasileira de Imprensa, 1961).

[9] Francisco Quintanilha Ribeiro foi chefe da Casa Civil do governo Jânio Quadros.

Muitas reportagens e perfis escritos sobre Castellinho apresentam o jornalista como sendo o primeiro a ocupar o cargo de Secretário de Imprensa da Presidência da República. No entanto, documento de 1° de julho de 1960, assinado pelo chefe do gabinete Civil do governo Juscelino Kubitschek, Oswaldo Maia Penido atesta que já existia um setor de Assessoria de Imprensa no Palácio do Planalto. O documento trata das "Normas reguladoras das relações da Secretaria de Imprensa da Presidência da República com os jornalistas acreditados[10] junto à sala de imprensa".

Em entrevista, publicada no livro "*Manual da Fonte*", Castello contou que desempenharam esta função antes dele, Odilo Costa Filho, no governo Café Filho e Autran Dourado, no governo Juscelino Kubistchek. (SOBREIRA, 2002, p.155). Após Castello, outros nomes passaram pelo cargo. Nos governos militares foram três assessores civis: José Wanberto, no Governo Castello Branco; Heráclito Sales e o Carlos Chagas, no Governo Costa e Silva. Do governo Médice em diante, a função de Assessor de Impressa passou a ser desempenhada apenas por militares. Ao criticar o governo militar, Castello disse que após a gestão de Carlos Chagas, o setor passou a ser Assessoria de Comunicação, mas não melhorou o trabalho. "Eles passaram a fazer assessoria como eles imaginam que seja uma assessoria de comunicação social. Foi mais um trabalho de promoção do que de informação". (SOBREIRA, 2002, p.153).

No livro *A Renúncia de Jânio – um depoimento*[11], escrito por Castello e publicado após a morte do jornalista, a seu pedido, ele relata um pouco de seu trabalho enquanto descreve os fatos que anteciparam a renúncia do presidente. Na publicação, Castello minimiza seu poder de influência dentro da estrutura do governo:

> Minha tarefa junto a Jânio, embora me levasse ao contato direto com ele, era discreta e modesta, não me conduzindo a intimidade das decisões do governo. É verdade que participava indiretamente do fato político, a medida que o Jose Aparecido atuava, ruminando em minha presença, com a confiança do amigo. [...]. Aparecido era meu ângulo do governo. Vi e vivi os sete meses de Jânio quase sempre através dele. (CASTELLO BRANCO, 2006, p.105).

No entanto, documentos oficiais, encaminhados por Jânio Quadros e por outros membros daquele governo a Castello, revelam que as funções desempenhadas pelo jornalista dentro do Palácio e junto ao presidente foram além das atividades de assessoria de imprensa. Em depoimento sobre o amigo, Aparecido Oliveira revelou que Castello era um dos

[10] Credenciados.
[11] Castello escreveu *A Renúncia de Jânio* entre 1° de agosto e os últimos dias de dezembro de 1963 e completou o trabalho depois do furacão de 1964, entre os dias 10 e 12 de março de 1965. (MARKUN; HAMILTON, 2001, p.108).

responsáveis pela política externa. "Poucos sabem, mas ele foi, ao lado de Afonso Arinos, um dos pensadores da política externa independente, como ficou conhecida à época, a ênfase dada no Itamaraty aos assuntos da América Latina, do Caribe, da Ásia e da África, no breve tempo do saudoso presidente Jânio Quadros". (OLIVEIRA, J., 2005). Carlos Castello Branco atuava como um político, sempre presente nos bastidores do poder, tinha a confiança de Jânio e essa proximidade o fazia funcionar como uma ponte para muitos que queriam aproximar-se do presidente. (CASTELLO BRANCO, 2006).

Chegavam até Castello correspondências oficiais relacionadas à diplomacia internacional e à nomeação de cargos no governo. Em um desses documentos, Jânio Quadros pedia o aconselhamento de Castello sobre a indicação do nome de Vilhena de Moraes para a direção do Arquivo Nacional. Em outro documento, o presidente consulta Castello sobre a indicação de Antonio Hermann Dias Menezes para diretor da *Rádio Nacional*. O nome havia sido sugerido pelas *Emissoras Reunidas*, empresa que incluía as rádios *Record*, *São Paulo*, *Panamericana*, *Santo Amaro*, *Guarulhos* e *Rádio Interior*.

O jornalista recebia, por telegramas e cartas, pedidos de parentes, de amigos e de políticos de diversos estados para interceder junto ao presidente ou para ajudar a resolver problemas em ministérios. Um exemplo destes é o telegrama enviado por Sigefredo Pacheco[12], do município de Campo Maior, no Piauí, pedindo interferência de Castello junto ao presidente sobre um hospital e maternidade naquela cidade.

Em outro telegrama, assinado por Claudio Castelo Branco Benjamim Constant pede a ajuda de Castellinho no convencimento de Jânio para indicá-lo como diretor do Banco Amazônia. Em outra correspondência, João Clímaco de Almeida[13], à época como diretor da Rádio Teresina do Piauí LTDA, solicita ao "ilustre conterrâneo" que interceda junto ao presidente para que ele autorize o funcionamento daquela rádio. No telegrama, João Clímaco descreve o Piauí como "pobre e subdesenvolvido estado", estigma que persegue a terra natal de Castello até os dias atuais.

Em viagens pelo país era procurado pelos políticos para tratar, informalmente, de assuntos do governo. Quando retornava a Brasília, repassava a Jânio, através de descrição em memorando, as conversas que ouvia dos políticos. Em uma dessas ocasiões, relatou ao presidente um diálogo que teve com Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul.

[12] Sigefredo Pacheco nasceu em Campo Maior, Piauí, em 1904 e faleceu em Teresina, em janeiro de 1980. Foi um farmacêutico, médico e político brasileiro, fez carreira no Piauí onde exerceu três mandatos de deputado federal e um mandato de senador.

[13] João Clímaco de Almeida nasceu em Teresina, em 30 de março de 1910 e faleceu na mesma cidade em 9 de setembro de 1995. Exerceu o mandato de Governador do Piauí entre 1970 e 1971.

Brizola sugeria a Jânio, através de Castello, que o presidente alterasse seu esquema militar. “Essa gente que o cerca e o acompanha não vai longe no apoio: forçam Jânio a mudar ou o derrubam”, teria dito Brizola. (CASTELLO BRANCO, 2006, p.32). O governador gaúcho avisava, através de Castello, a conspiração dos militares contra o governo do Rio Grande do Sul e contra o presidente.

Os militares também procuraram Castello. Em um episódio, durante a crise final do governo, uma comissão de militares teve um encontro com o jornalista no Rio de Janeiro. Eles foram dizer a Castello que apoiavam a política externa de Jânio. Mas Castello conta que: “O presidente cometera um erro grave, ao confiar-se militarmente a homens hostis a política adotada. A verdade era que essa gente conspirava e estava preparada para derrubar o governo”. (CASTELLO BRANCO, 2006, p.39).

A política externa empreendida por Jânio Quadros fora um dos principais problemas enfrentados pelo governo. O presidente adotou uma política econômica afinada com as regras do Fundo Monetário Internacional, com quem o ex-presidente Juscelino Kubitschek havia rompido, controlando a inflação com o rigor do monetarismo, mas deslocou a política externa do modelo determinado pelos Estados Unidos. (MARKUN; HAMILTON, 2001, p.17). No entanto, este não era a única questão grave daquele momento histórico, o governo Jânio Quadros “[...] transcorreu num período marcado pelo prenúncio de grave crise econômica, pela diversificação dos movimentos sociais [...], além da crescente intervenção, tanto de militares, quanto da Igreja, na cena política”. (BENEVIDES, 1999, p.10).

O modelo de gestão janista sofreu críticas fora e dentro do país. Castello acompanhava as notícias internacionais através dos jornais dos mais diversos países e tentou fazer a implantação de uma agência internacional de notícias que pudesse divulgar as informações do Brasil para os demais países do mundo através de uma visão brasileira. A criação de uma agência internacional brasileira foi uma ideia ousada e moderna, mas que Castello não teve tempo de concluir. Trataremos mais adiante deste assunto.

Já o presidente, se mantinha distante dos comentários internacionais, não dava entrevistas a jornais e não lia os recortes de jornais que o Itamaraty entregava. Em seu livro Castello relatara que Jânio não tinha “nenhum interesse por qualquer notícia sobre sua pessoa ou seu governo” (CASTELLO BRANCO, 2006, p.110)

Jânio Quadros nunca recebeu um repórter estrangeiro individualmente. Para comunicar-se com a imprensa internacional, autorizava Castello a responder, por escrito, as perguntas e depois assinava como se ele estivesse feito. No total, foram mais de 20 entrevistas sobre política externa. Conforme descreveu Castello: “Primeiro foi o *L'Unitá*, de Roma. Eu

escolhia o jornal, respondia às perguntas e levava pra eles. Depois foi o *La Nación* de Buenos Aires". (ZARVOS 1986). Para redigir os discursos e auxiliar nas entrevistas de Jânio, Castello contava com a ajuda de um amigo, Araújo de Castro, que morava em Tóquio e lhe enviava sugestões e ideias sobre a política externa. (FOGO CERRADO, 1990).

FOTO 4: *Jânio Quadros entre José Aparecido e Carlos Castello Branco, em ocasião rara em que concedeu entrevista coletiva à imprensa estrangeira.*

Fonte: Casa da Cultura de Teresina

Nem mesmo a conceituada revista *Time* conseguira conversar com Jânio Quadros. Depois de esgotada as tentativas de entrevistar o presidente, o repórter da publicação disse a Castello que seria a primeira vez na história da revista que seria publicada uma reportagem de capa sem que seu representante tivesse uma conversa com o personagem. No entanto, contrariando as regras de publicidade pessoal, o presidente Jânio Quadros tornou-se um personagem mundial. "Todo mundo ficava na maior curiosidade daquele personagem que tinha surgido aqui na América do Sul". (ZARVOS 1986)

No relacionamento com a imprensa nacional e internacional, Castello se colocava como um mediador. Em muitas entrevistas e em seu livro sobre a renúncia de Jânio, ele contou que sua função primeira era dar aos repórteres a versão oficial dos fatos. "Concebia minhas funções como de ligação entre governo e imprensa, para informar com correção e abundância possível, de maneira que as versões oficiais dos acontecimentos estivessem

sempre presentes e dominassem, se possível, o espaço do noticiário". (CASTELLO BRANCO, 2006, p.107).

> Eu cumpria o ritual de dar as informações oficiais do governo. Eu não tinha interesse nenhum em dar versões nem dar explicações: eu dava fatos do governo, organizava coletivas, facilitava o acesso dos jornalistas ao presidente, despachava com ele, redigia papéis para ele. Dava uma assessoria muito modesta e não me ajustei muito à função – não gosto de trabalhar para o governo. (Castello, em entrevista à revista Imprensa, 1992)

Coube a José Aparecido usar a Secretaria de Imprensa politicamente. Castello descreveu em *A Renúncia de Jânio* que Aparecido "reunia os repórteres, influindo no preparo das notícias, filtrando interpretações, orientando na valorização do que seria o interesse político do governo, da máquina publicitária". (CASTELLO BRANCO, 2006, p.106). Era José Aparecido quem coordenava as ações de publicidade e ainda atuava como portavoz de Jânio. "Como um político, o Zé passou a trabalhar politicamente os repórteres do Palácio e dava a eles as versões do Governo. Isso eu não queria fazer, e o Zé tinha o maior prazer. Ele queria pessoalmente montar na máquina da imprensa" (ZARVOS, 1986).

FOTO 5: *Carlos Castello Branco e José Aparecido (1986)*

Fonte: Casa da Cultura de Teresina

A Secretaria de Imprensa da Presidência da República do governo Jânio Quadros enfrentou dificuldades para se impor, mas representou um embrião do modelo de assessorias de imprensa governamentais que se tem atualmente. Castello e José Aparecido foram protagonistas de uma experiência inédita de comunicação governamental, que viria a se modernizar nos governos seguintes.

> Aparecido foi, em conseqüência, me substituindo [...] na direção do fato político dentro do Palácio, e a eficiência de seu método, até prova em contrário, parece evidente um meio em que se faz pouco uso das simples informações. Era, aliás, convicção geral que o serviço de imprensa da Presidência deveria funcionar como uma espécie de agência de relações públicas. (CASTELLO BRANCO, 2006, p.107)

Localizada no quarto andar do Palácio do Planalto, a Secretaria de Imprensa não funcionava como uma pasta independente, era subordinada ao Gabinete Civil. Castello não costumava participar das reuniões ministeriais, era convocado somente quando o assunto tratado devesse ser divulgado para a imprensa.

Além de Carlos Castello Branco, atuaram na Assessoria de Imprensa neste período, Eunice Marques, Fernando Ricardo (fotógrafo), Luiz Gonzaga de Macedo Filho, Evandro Carlos de Andrade e João Ferreira de Oliveira[14]. Todos estes funcionários eram de outros ministérios e estavam lotados na Secretaria de Imprensa.

No período em que esteve como secretário, Castello dedicou-se integralmente ao Palácio, a rotina incluía trabalho durante todo o dia e depois reuniões informais com o Zé Aparecido até as onze horas da noite. A experiência nos bastidores do poder lhe permitiu conhecer muito dos segredos da política e do governo, como explicou, em entrevista:

> Às vezes a gente saía para missões políticas. O diálogo entre o Jânio e o Jango era através do José Aparecido, e eu o acompanhava à casa do Jango na Granja do Torto, ficava lá até altas horas, bebendo uísque e conversando com Jango. Às vezes vinha o Brizola. Era politicamente muito interessante aquela intimidade do poder. Foi muito útil do ponto de vista de entender o processo político. Até então eu nunca tinha estado do lado de dentro. Vivi intensamente aquelas coisas todas. (ZARVOS 1986).

Dentro dos limites das intervenções de José Aparecido, das manias de Jânio Quadros e da interferência dos demais assessores, Castello desempenhava as funções de organização de entrevistas coletivas, da elaboração de documentos oficiais, do credenciamento de jornalistas para acesso ao Palácio, dos discursos presidenciais, da revisão e verificação de notas oficias e informações repassadas à Agência Nacional, da revisão do noticiário *A Hora do Brasil* e do contato com os jornais e com as emissoras de televisão e rádio, concentradas

[14] Não foram encontrados registros de outros funcionários, mas não é possível afirmar se foram somente estes nomes que trabalharam com Castello na secretaria de Imprensa do governo Jânio Quadros.

no Rio de Janeiro[15]. Sua fiel companheira era uma moderna máquina de escrever da Underwood.

Naquele começo dos anos de 1960, Brasília era uma cidade de pouquíssima atividade econômica e cultural. O centro da mídia ainda era a antiga capital, o Rio de Janeiro. Para conceder entrevistas às emissoras de televisão, o presidente tinha que muitas vezes se deslocar até o Rio. Por sua vez, Castello viajava frequentemente à antiga capital para tratar da divulgação em jornais, rádios e televisões, de slogans de convencimento da opinião pública sobre a política econômica do governo.

Os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand controlavam o único e precário sistema de transmissão de televisão de Brasília para o Rio, financiado por um conjunto de bancos mineiros; da Agência Nacional, do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) e da Comissão Técnica do Rádio. O veículo de maior abrangência e importância era o rádio, a televisão era um meio de comunicação jovem e não chegava a toda a população[16].

O empresário Herbert Richers, proprietário da *Cine Jornais Herbert Richers LTDA*, com sede no Rio de Janeiro era responsável pela produção dos jornais cinematográficos "*Atualidades Brasileiras*" e "*Repórter da Tela*".

Os equipamentos para as emissoras de televisão eram muito caros, o governo de Jânio contribuiu financeiramente com algumas empresas privadas para a aquisição desses equipamentos. Um documento da Divisão de Financiamento e Investimentos Estrangeiros da Superintendência da Moeda e do Crédito com a "relação de beneficiados" descreve a concessão de quatro financiamentos para a *Rádio Globo S.A* em apenas um mês. Os valores descritos são: US$ 170.000,00; US$ 40.000,00; US$ 30.000,00 e US$ 360.000,00.

Em outro documento, também do acervo de Carlos Castello Branco, a *Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga*, com sede no Rio de Janeiro, reclama ao presidente Jânio da existência do que seria "uma disparidade no tratamento" por parte do governo às emissoras de rádio. Segundo o documento, o governo teria autorizado um crédito de US$ 600.000,00 para importação de equipamentos de televisão para a *Rádio Globo SA*. Enquanto que a *Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga* teria conseguido, em 1957, crédito de US$ 495.000,00 e reclamava igualdade na quantidade do financiamento para as diferentes empresas.

---

[15] "Até o final da década de 60, 90% dos jornais do país são editados no Rio de Janeiro e em São Paulo". (BARBOSA, 2007, p.176)

[16] A televisão foi inaugurada no Brasil em 1950, operou inicialmente nas duas metrópolis nacionais: São Paulo e Rio de Janeiro. Expandiu-se posteriormente para Minas Gerais, chegando ao Nordeste no início dos anos 60. (MARQUES DE MELO, 2010, P.14)

Enquanto no Brasil os meios de comunicação estavam concentrados no Rio de Janeiro e a televisão ainda era incipiente e as assessorias de imprensa começavam a aparecer, as agências de notícias e as empresas de promoção de imagem dos países ricos estendiam sua atuação para os países pobres da América do Sul. "A chegada de novas agências internacionais de notícias [...] contribui para o novo formato de jornais, que passam a destacar notícias provenientes da Europa e agora também dos Estados Unidos". (BARBOSA, M., 2007, p.85).

A agência de notícias *Reuters*, em correspondência enviada ao presidente Jânio Quadros, anunciava vinda ao Brasil e interesse em atuar no país. O documento descrevia que, com 110 anos de existência, a agência ainda ocupava posição de pouco destaque na América do Sul, "por não ter meios suficientes para a transmissão de notícias" e ressaltam o Brasil como o principal país sul-americano. Recorrendo à ajuda de Jânio para resolver este problema, solicita uma audiência com o presidente para tratar do assunto.

Além da *Reuters*, outras agências e assessorias internacionais assediaram o presidente brasileiro para contratação dos serviços, mas os documentos preservados por Castello e sua família não dão conta de confirmar se houve alguma atuação destas empresas no governo de Jânio.

Observando a deficiência brasileira na área de informação e, principalmente, com relação à comunicação do Brasil com o mundo, Castello sugeriu ao presidente Jânio a criação de uma Agência Internacional de Informações, a fim de repassar para o mundo o noticiário sobre o Brasil produzido com o olhar brasileiro. Já havia uma Agência instalada dentro do Palácio do Planalto, mas com atuação restrita em território nacional[17].

A iniciativa de Castello estava diretamente relacionada às críticas freqüentes que a imprensa internacional e setores na imprensa nacional faziam à política externa do governo Jânio Quadros. Conforme descreveu Benevides (1999, p.11), dois grandes temas dominaram a administração janista: "a política externa independente", onde o governo tentava retirar o Brasil da condição de "satélite" dos Estados Unidos, que tinha como principal defensor o Chanceler Afonso Arinos de Melo Franco e a "política econômica de estabilização ortodoxa", representada pela "instrução 204", que restabelecia a "verdade cambial", com o corte dos

[17] A Agência Nacional desempenhou papel crucial durante a ditadura do Estado Novo, no primeiro governo de Getúlio Vargas, juntamente com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Naquele período, a Agência funcionava como um jornal e dispunha de grande equipe com redatores, repórteres, tradutores, provendo os jornais com material noticioso sobre o governo.

subsídios para produtos exportados e desvalorização do Cruzeiro. Estas medidas causaram o aumento dos gêneros alimentícios, dos transportes e o congelamento parcial dos salários.

Com relação à política externa independente ou a mudança da tradicional "satelitização", a ação "[...] significava não apenas reformular o alinhamento incondicional com os Estados Unidos em questões internacionais, como também admitir que haviam áreas de atrito entre interesses brasileiros e norte-americanos". (BENEVIDES, 1999, p.59). Em breve resumo, Victoria de M. Benevides (1999, p.60) elencou as características principais da política externa daquele governo:

> Estabelecimento ou fortalecimento de vínculos comerciais e diplomáticos com os países socialistas, sobretudo a União Soviética; estabelecimento de relações cordiais com Cuba e uma posição de apoio à autodeterminação do povo cubano; redefinição do apoio tradicional à política salazarista quanto às "províncias ultramarinas" (Goa, Damão, Timor e Macau, na Ásia, e Guiné, Angola e Moçambique, na África); solidariedade aos movimentos de emancipação do Terceiro Mundo, incluindo a soberania da Argélia e o movimento de Patrice Lumumba. (BENEVIDES, 1999, p.60-61).

Segundo a autora, a política externa "[...] tornou-se o principal elemento precipitador da ruptura irreversível entre as forças, já contraditórias, que compunham o governo". (BENEVIDES, 1999, p.70). Na verdade, os rumos que tomou a administração de Jânio, culminando com a renúncia do presidente, "[...] permanece até hoje envolta na polêmica que ora enxerga o golpe, ora a insanidade do protagonista". (BENEVIDES, 1999, p.7). No entanto, é certo afirmar que a política externa fora um agravante, pois tornou-se o principal alvo dos setores mais reacionários das Forças Armadas, da Igreja, das Finanças, dos partidos políticos e da imprensa.

Preocupado com tais questões, Carlos Castello Branco enviou documento a Jânio Quadros relatando que "os acontecimentos internacionais chegam à opinião pública brasileira através de versões e interpretações de agências e correspondentes estrangeiros". O secretário de Imprensa alerta o presidente de que "não temos a visão brasileira, de ângulo próprio, do que se passa no mundo". Castello argumenta ainda que as notícias do Brasil no Mundo, são filtradas por correspondentes estrangeiros que "refletirão sempre interesses específicos, alheios aos nossos".

Depois de expor o cenário desfavorável do país, Castello Branco sugere a criação, por iniciativa do governo e com atuação do setor privado, de uma Agência Internacional de Informações. Explica que seu projeto não trata de criar uma agência oficial, nem de oferecer material oficial aos jornais, a exemplo do que estava acontecendo com agências de outros

países, "trata-se de fomentar a iniciativa privada, dando-lhe condições de suprir uma falha dos serviços nacionais de informação".

Neste diálogo, via documento oficial, com o presidente, Castello deixa entender que defende a presença da rede privada de empresas de comunicação para modernizar o sistema de informações do governo. Ao Palácio do Planalto caberia o fomento, organização e financiamento desta iniciativa. A agência funcionaria como uma associação de empresas jornalísticas e de rádio-difusão em uma empresa autônoma, com quadro de correspondentes brasileiros em todos os centros de informação do mundo. O governo participaria com minoria no capital da sociedade, através de concessão de facilidades técnicas e financeiras.

Logo depois desta primeira discussão sobre o projeto, Castello começou a pô-lo em prática, telegramas trocados entre o secretário de Imprensa e responsáveis por jornais de vários estados do país mostram como se deu os primeiros passos para a criação do que seria a Agência Internacional de Informações do Brasil. Nos telegramas, Castello convida jornalistas e empresários a participarem de um grupo de trabalho para estudar "a formação de empresas jornalísticas para constituição da Agência Brasileira de Informações. Entidade privada, cuja criação, o governo deseja estimular".

Entre aqueles que foram convidados para formar o Grupo de Trabalho e participaram das primeiras reuniões para discutir a implementação do projeto, estavam Calazans Fernandes, da equipe *O Cruzeiro*; Enildo Franzosi, da *Folha de São Paulo*; Jorge Calmon, do jornal *A Tarde*, da Bahia; Esmaragdo Morroquim, do *Jornal do Comércio*, de Recife; Carlos Joel Nelli, de *A Gazeta*, de São Paulo; Arlindo Pasqualini, do jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, Olivieiros Ferreira, do *O Estado de São Paulo*, Luiz Alberto Bahia, do *Correio da Manhã*, Prudente de Morais Neto, do *Diário de Notícias*, João Etcheverray, do *Última Hora* e Nascimento Brito, *Jornal do Brasil*. Mais representantes do Ministério da Justiça, o presidente da Comissão Técnica de Rádio, representante da DCT, além do Secretário Particular e do Secretário de Imprensa[18].

A proposta de criação da Agência de Informações era bastante ousada. Em documento assinado por João Etcheverray, do jornal *Última Hora*, membro do grupo de Trabalho, o jornalista apresenta um plano de estrutura do que seria o Consórcio Brasileiro de Difusão Exterior. O documento oferece um resumo das questões discutidas dentro do grupo sobre o projeto. João Etcheverray sugeria a instalação de postos de atuação com correspondentes em 20 lugares diferentes de todos os continentes. (5 na América do Sul; 3 na

[18] Informações de documento do Gabinete Civil da Presidência da República. GP/GC-148. 22 jun. 1961.

América do Norte, 3 na Europa Ocidental, 2 na Europa Oriental, 3 na África, 3 na Ásia e 1 na Oceania). A Agência ou Consórcio seria composto por sete departamentos, com objetivo de atingir todos os tipos de meios de comunicação de massa:

A Agência de Informação e reportagem (serviço telegráfico com notícias sobre acontecimentos diários; serviços fotográficos e de reportagens); o Serviço de Copyright (cessão de direitos de imprensa de matérias, de colunas e de ilustrações publicados na imprensa brasileira para a imprensa mundial); o departamento de Cinema (remessa aos correspondentes de cenas filmadas de atualidades brasileiras para repassar a programas; vendas de documentários; venda de filmes educativos brasileiros); serviço de Rádio (produção de programas em diversas línguas, fornecimento de discos e textos para programas culturais nas rádios); de Televisão (troca de películas, promover contrato de artistas brasileiros em televisões estrangeiras); setor de Edições (promover a cessão dos direitos de tradução de obras brasileiras, direito para adaptação ao cinema, promover obras de estrangeiros sobre o Brasil) e de Direito Autoral (acompanhar a cobrança de direito autoral jornalístico em países onde não há correspondente e estimular a difusão de autores brasileiros).

Não demorou muito para que a proposta do governo ruísse. Documentos oficiais encaminhados por empresários do ramo da comunicação atestam que o ideal de um consórcio de empresas e governo era uma realidade longe de ser concretizada. A idéia sucumbiu em meio aos interesses egoístas dos empresários. Em ofício encaminhado ao presidente Jânio Quadros, o dono do *Jornal do Brasil*, Nascimento Britto, tentava convencer o governo de que a maioria das empresas que compunha o grupo de trabalho não estaria interessada pela ideia. No mesmo documento, informava ao presidente que, ele, Nascimento Brito, estaria em negociação com as agências de notícias, *Asapress* e a *Brasil Press*, com o objetivo de transformá-las na primeira agência internacional de notícias do país. Nascimento solicitava, ainda, que o governo assegurasse a ele as mesmas concessões e os mesmos direitos de uso dos canais e do equipamento já em poder daquelas empresas.

No mesmo período, a proprietária da agência *Transpress*, Ivone Sperandio, encaminhou documento ao presidente, em que reclamava das condições técnicas para a comunicação no Brasil, que, segundo ela, representava um entrave para a instalação de uma agência internacional. No documento, a empresa *Transpress* se apresenta como capaz para instalar o serviço noticioso internacional, mas alega não ter meios de fazer chegar ao mercado consumirdor o material noticioso que dispõe. Entre os problemas, estava a dificuldade para a

Transpress instalar um teletipo[19] porque o monopólio da freqüência era do estado. A empresa argumenta que já havia solicitado ao Ministério da Viação permissão para instalação de uma rede de teletipo interligando Rio-Brasília, São Paulo e Belo Horizonte e uma concessão de freqüência para instalar um serviço de rádio-foto dentro do Brasil, mas não, o pedido não havia sido atendido.

Até aquele período, a *Agência Transpress* funcionava com a remessa de notícias pelo DCT, cabo submarino, telegrama DCT e fonia e remessa de malas aéreas. Para as cidades onde havia aviões diários o atraso das notícias era de 12 horas, para as cidades cujo tráfego aéreo não era diário, o atraso chegava a 24 horas. Para o estado do Acre, por exemplo, havia avião apenas uma vez por semana.

Através de um convênio com a DPA (*Deustch Press Argentur*), uma agência alemã, a Transpress estava enviando ao exterior notícias nacionais, mas o noticiário estava indo de avião, pois a empresa não dispunha de freqüência.

Ivone Sperandio explica no documento que a concorrência com o trabalho das agências internacionais era desleal, devido às disparidades técnicas:

> As agências estrangeiras trabalham com os meios negados às nacionais. Por exemplo, a UPI através de sua freqüência internacional para captar e transmitir o seu serviço no Brasil, consegue cobrir o território brasileiro graças a um processo elementar: a notícia enviada do Manaus para o exterior é interceptada em São Paulo. Ou então, enviam notícia para a sede central – New York – e devolvem para todo o Brasil, num tempo mínimo (não chega a uma hora).

Diz o documento que o governo francês e o americano davam auxílio "valioso" e pagava pela transmissão dos assuntos de interesse do governo. Ivone disse, no documento: "Este fato é negado, mas é sabido".

Um artigo publicado pela revista *Visão*, em julho de 1961, indica que o projeto da Agência não fora concretizado por aquele governo. A publicação argumenta que as empresas de comunicação não teriam condições de manter o empreendimento e faz uma crítica direta a política econômica fiscal do governo. "Em suas reuniões preliminares, esses jornalistas chegaram à conclusão de que a iniciativa privada não está em condições de enfrentar os custos

[19] O teletipo é uma máquina de escrever eletromecânica para transmissão de dados, agora obsoleto devido às modernas tecnologias de telecomunicação. Foi utilizado durante o Século XX para enviar e receber mensagens mecanografadas, ponto a ponto e ponto a multi pontos, através de um canal de comunicação simples.

elevados impostos pela criação de uma agência de notícias". Alegam que o reajuste do câmbio deixou a imprensa em situação pouco confortável[20]. (VISÃO, 1961)

Ao longo do texto, que não tem assinatura, são elencados alguns problemas que dificultariam a criação da Agência e sugere alternativas para viabilizar o projeto. A revista cita a *Associated Press*, dos Estados Unidos, como exemplo de sucesso, formada por um grupo de empresas jornalísticas e apresenta duas alternativas a serem executadas pelo governo, como sugestão do grupo de Trabalho: a primeira seria o aluguel das redes de transmissão de alguma agência internacional e a segunda seria a criação de um serviço informativo oficial, nos moldes do *British News Service*, que seria internacionalmente distribuído. Outra questão levantada pela revista é o acesso às fontes de informação nos diversos países do mundo, a dificuldade de manter profissionais nestes lugares. *Visão* argumenta que nem mesmo na ONU há um jornalista brasileiro, onde 46 países já estavam presentes com seus repórteres. No total 1.600 profissionais, entre jornalistas de jornais, rádio e TV transmitem o que acontece nas assembléias da ONU. (VISÃO, 1961)

Cerca de um mês depois de publicado este artigo, aconteceria a fatídica renúncia do presidente e com ele toda sua equipe deixaria o Palácio do Planalto. Castello não teria mais tempo de dar continuidade aos seus projetos.

Além da proposta de criação de uma Agência Internacional de Informações, Castello analisava a sugestão do jornalista Jânio de Freitas de desenvolvimento de um Instituto Brasileiro de Jornalismo, que surgiria inicialmente de uma revista. Jânio de Freitas sugere, em documento a Castello, que o governo viabilizaria a revista concedendo papel e impressão, através da Imprensa Nacional, e uma sala no Palácio da Cultura que seria estruturada com materiais do Ministério da Educação. A revista seria administrada por um conselho de direção formado por cinco jornalistas nomeados pelo governo. "Assim teríamos o embrião de um pequeno, mas eficiente Instituto Brasileiro de Jornalismo". (JÂNIO DE FREITAS, 1961)

A preocupação de Castello em criar um órgão de imprensa que pudesse oferecer ao mundo as informações sobre o que acontecia no Brasil estava diretamente relacionada às críticas que a imprensa internacional estava fazendo contra a política externa do governo. A gestão de Jânio Quadros nesta área instigava não só os jornais de outros países, mas também os periódicos brasileiros. Castello relatou, em entrevista, que os jornais tinham desconfiança com relação à política externa do presidente. "Quem combatia o Jânio era a imprensa

[20] "Num período de cinco anos e cinco meses, de fevereiro de 1958 a julho de 1963, a alta do preço do papel importado para a imprensa foi de mais de 3.294%; de 5.744%, se for considerado período mais largo, dois decênios, de 1943 a 1963". (SODRÉ, 1966, p.472).

juscelinista, era o *Diário Carioca* e o *Correio da Manhã*. Mas o *Diário Carioca* fazia campanha contra ele". (ZARVOS, 1986).

Jânio Quadros despertou a atenção da imprensa internacional desde a campanha para presidente da República, quando usou como símbolo contra a corrupção uma vassoura. "O instrumento janista foi assunto de artigos jornalísticos pelo qual os autores teciam comentários sobre a popularidade e a significação do símbolo maior de Janio". (GROSSI, 2001, p 63). Enquanto candidato, jornais como *El Mundo* (Venezuela); *La Prensa* e *La Nacion* (Argentina); *Moçambique Ilustrado* (Moçambique) se dedicaram a publicar comentários e artigos sobre a campanha que Jânio protagonizava no Brasil. (GROSSI, 2001).

Como presidente, Jânio não foi tratado com a mesma simpatia pelos periódicos internacionais. Um dos exemplos de crítica mais ferrenha foi um artigo publicado na Alemanha sob o título "Quadros spielt gefanrlich" ou "Quadros joga perigosamente". (NÓBREGA, 1961). O artigo, assinado por Peter Von Zahn, fora enviado a Jânio por Vandick da Nóbrega**,** catedrático da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Na correspondência enviada ao presidente e repassada a Castello, o acadêmico alertava o chefe brasileiro para os males que aquele texto poderia causar aos investimentos alemãs no Brasil. (NÓBREGA, 1961).

O artigo descreve os principais problemas porque o país passava, como alta inflação a que a população estava submetida. Segundo Nóbrega, o articulista afirmara "que o nosso país poderá transformar-se em um Congo ou um Laos[21] e, pior do que isso, considera Vossa Excelência discípulo de Fidel Castro, pois ao invés de liderar a política do continente, o Brasil se tornaria caudatário da agitada Cuba". (NÓBREGA, 1961).

O relacionamento de Jânio com Cuba fora alvo de críticas dentro e fora do país. Conforme descreveu Markun, Hamilton (2001, p.18) "a atitude do governo brasileiro em relação à Cuba era um calo no pé dos ianques". Um dos episódios mais complicados entre o presidente e os militares brasileiros se dera quando o governo brasileiro decidira condecorar, com *Grã Cruz do Cruzeiro do Sul*, o então ministro da Fazenda de Cuba Ernesto Che Guevara. Carlos Castello Branco participara diretamente deste acontecimento.

O jornalista conta em *A Renúncia de Jânio*, que foi alertado pelo chefe da Casa Militar, general Pedro Geraldo, sobre as dificuldades que a condecoração de Guevara criaria. Castello relata que Jânio pediu-lhe a divulgação sobre a homenagem por todos os meios de comunicação, através de uma pequena nota redigida pelo próprio Jânio. O texto dizia que o

[21] Congo é um país localizado na África e Laos, na Ásia.

presidente da República decidira condecorar o ministro, no sábado seguinte, quando passaria por Brasília, de volta da Conferência de Punta Del Leste. Ao saber da divulgação, o general Pedro Geraldo disse para Castello não publicar nada sobre o fato, mas era tarde: a nota já estava nas estações de rádio. Além do chefe Militar, o chefe da Casa Civil Francisco Quintanilha Ribeiro também reclamou à Castello sobre a divulgação. No dia da homenagem, apareceram rumores de que os militares da Casa Civil tramavam a devolução de condecorações ao governo como protesto. (CASTELLO BRANCO, 2006, p.61).

Como bem descreveu Markun, Hamilton (2001, p.93), a rápida passagem de Che Guevara no Brasil "[...] deixou um rastro de confusão". O primeiro a reagir foi o governador da Guanabara Carlos Lacerda, seguido por parlamentares no Senado e na Câmara. Grande parte da imprensa criticou a condecoração. Em editorial, o jornal *O Globo*, de 21 de agosto, declarou:

> Jânio Quadros condecorou um aventureiro internacional, representante de um bando de fanáticos que se apoderou, pela violência, do governo da pátria de José Martí, desrespeitando os compromissos, desvinculando a República das obrigações e tratados interamericanos, para jogar-se nos braços do comunismo sino-soviético. (Trecho reproduzido em Markun, Hamilton (2001, p.94)

Segundo Markun, Hamilton (2001, p.18), o ministro cubano viera ao Brasil agradecer o apoio de Jânio Quadros por ter, junto com a delegação da Argentina, na Conferência de Punta Del Leste, impedido que a Organização dos Estados Americanos (OEA) discutisse temas políticos, inviabilizando o projeto americano de excluir Cuba da OEA. Che Guevara ficou pouco tempo no Brasil, embarcou no mesmo dia levando uma carta para Fidel Castro com um pedido de Jânio Quadros para que Cuba autorizasse a saída dos asilados que estavam na embaixada brasileira em Havana.

FOTO 6: *Ernesto Guevara recebendo a Ordem Cruzeiro do Sul. O primeiro à esquerda é Carlos Castello Branco.*

Fonte: livro "A renúncia de Jânio Quadros – um depoimento".

Outra homenagem veio a irritar os setores mais conservadores do governo janista, quando o presidente recebeu com festa o soviético Iúri Gagarin, o primeiro homem a alcançar o espaço sideral, para preocupação dos americanos. (MARKUN; HAMILTON, 2001, p.18).

FOTO 7: *Jânio Quadros condecora Iuri Gagárin*.

Fonte: arquivo *O Estado de São Paulo*/ acervo jornal *Última Hora*/ reproduzido do livro "1961: que as armas não falem".

Enfrentando problemas em diversos setores, o governo janista também vivia uma crise com a imprensa. A um mês de Jânio renunciar ao cargo de presidente, alguns jornais "falavam" em crise entre o presidente e a imprensa, tecendo criticas a forma como o governo tratava os meios de comunicação. No dia 23 de julho de 1961, o jornal português *Diário do Norte* publicou artigo intitulado "*Guerra entre Jânio Quadros e os órgãos de informação do Brasil*". O periódico fazia referência a um editorial do jornal *Diário Carioca*, assinado por Danton Jobim, onde comenta as medidas restritivas impostas pelo governo brasileiro à imprensa, ao Rádio e à Televisão. Reproduzindo trechos do editorial, que diz que "a imprensa paulista está mobilizada contra a ameaça à liberdade de expressão", o artigo relaciona uma série de fatos que teriam sido determinados por Jânio contra a imprensa, como a "suspensão de transmissão de rádios" e a "advertência". (DIÁRIO DO NORTE, p.1, 1961).

Os problemas enfrentados pelo governo de Jânio Quadros colocavam Castello em uma situação, nada confortável. Responsável pelo relacionamento com os veículos de comunicação, Carlos Castello Branco tinha que conviver com o conflituoso governo formado por lideranças antagônicas, com o jeito reservado do presidente, com as reclamações dos

militares que atuavam no governo e com a cobrança da própria imprensa. Conforme descreveu Markun, Hamilton (2001, p.40), "A imprensa que Castellinho deveria abastecer de notícias durante o novo governo torceu o nariz para aquele ministério inexpressivo e conservador, que Pedro Horta imaginava ser o melhor para executar o revolucionário programa de Jânio". Referindo-se ao ministério da Justiça.

A variedade de documentos oficiais que estavam sob o poder de Castello mostra como o jornalista esteve presente nos núcleos de poder do governo. Entretanto, a melhoria da imagem do presidente junto à imprensa nacional e internacional estava além das possibilidades de um secretário de Imprensa. Os problemas enfrentados por Jânio não eram somente de imagem, as crises econômicas e a preparação para o golpe militar que viria a acontecer três anos depois eram ameaças iminentes ao governo.

Dentre os problemas, o mais criticado deles era a dívida externa que assolava as finanças do país. Apesar de registrar crescimento econômico de 7% ao ano, o Brasil estava endividado, o déficit anual representava a cifra de 100 bilhões de cruzeiros, um terço da receita prevista e a inflação estava na média dos 30% anuais. O drama da dívida assombrava a gestão Janista e preocupava também a população. Uma das saídas encontradas pelo governo foi a realização de uma campanha de comunicação para arrecadar fundos para o país pagar a conta com os credores internacionais.

O plano de comunicação foi idealizado pelo radialista Renan França, que pensou o uso do rádio para "a liquidação premente desse horror que se prolonga sobre a nossa dignidade: a Dívida Externa". Em documento entregue ao presidente Jânio, o comunicador sugere uma "campanha de caráter social e histórico – desperte o Brasil para as verdades do Brasil; sacuda o ânimo dos brasileiros; estimule a participação do povo – não mais somente nas alegrias de seu Governo – mas, principalmente, nas amarguras e preocupações de seus governantes", dizia o documento de 1961. Recorrendo ao "implacável patriotismo" do presidente Jânio, o radialista propõe o "Plano para uma campanha nacional visando à coleta de doações populares para o pagamento da dívida externa do Brasil".

Conforme documento assinado por França, o plano consistia basicamente em: uso inicial de uma rádio do Rio de Janeiro (sugere ser a *Rádio Mundial*), posteriormente a formação de uma Rede da Boa Vontade com emissoras de rádio de todo o país; as doações seriam feitas em depósitos bancários nas agências bancárias do *Banco do Brasil* e da *Caixa Econômica*; uso de cantores populares fazendo o apelo ao povo e em seguida cantando sua música mais conhecida; os patrocinadores das rádioa também usariam frases de apelo em seus

comerciais, referentes a campanha; realização de Comícios da Boa Vontade, em praça pública, com artistas famosos e delegados indicados pelos bancos para receberem as doações.

Como nos conta a história, a campanha não teve êxito para quitar a dívida, mas conseguiu sensibilizar muitos brasileiros de todas as idades. Nas mãos de Castello chegou uma carta enviada ao presidente por uma menina de nome Tereza Maria Reider, junto a carta estava uma pulseira de ouro. Na correspondência, Tereza dizia que aquela jóia era para ajudar o presidente a pagar a dívida externa. A pulseira da menina caridosa e patriota não foi usada para o fim a que se propôs, encontra-se em meio aos documentos do acervo da biblioteca de Carlos Castello Branco.

Dívida externa, crise com a imprensa, insatisfação dos militares. Uma sucessão de fatos marcaria aqueles últimos dias de governo janista. Em meio a tantas crises, um dos episódios mais constrangedores para o presidente, para Zé Aparecido e para o próprio Castello acontecera durante um dos pronunciamentos de Jânio Quadros em cadeia nacional.

Castello conta que o presidente não costumava antecipar o teor dos seus discursos na televisão, que eram transmitidos ao vivo e, costumava surpreender aos próprios assessores. Em seu segundo discurso em rede nacional, ao final da fala do presidente, um locutor dizia que a transmissão fora possível graças ao patrocínio de uma rede de bancos mineiros, relatando cada nome dos bancos enquanto a imagem pálida e atônita do presidente permanecia no vídeo. A locução surpreendeu não só a Castello, mas ao próprio presidente. Após o vexame nacional, Jânio cobrou explicações de Castello, que também se disse surpreso. Jânio havia dito: "Por menos que isto, o Getúlio deu um tiro no coração". (CASTELLO BRANCO, 2006, p.85). Depois deste trágico episódio, Castello viajou para o Rio de Janeiro. Três dias depois lia nos jornais, um bilhete de Jânio a ele, em que dizia ainda estar interessado em um projeto que o jornalista apresentara.

Carlos Castello Branco sobrevivera com profissionalismo ao conturbado governo janista, mas nos últimos meses de gestão janista, ele já estava insatisfeito com a função que exercia no Palácio. Escrevera: "A renúncia, para mim, dando-me embora uma frustração maior, resolveu-se um problema pessoal, o que registro com certa vergonha". (CASTELLO BRANCO, 2006, p.110).

Quando Jânio Quadros renunciou, coube a Castello e a José Aparecido redigirem a nota à imprensa. No Palácio, os dois trancaram-se numa sala, enquanto Castellinho anotava precisamente cada palavra de Aparecido. "Quintanilha e o general Pedro Geraldo aprovaram os termos do documento, que ficou guardado no bolso do jornalista – os militares haviam pedido pelo menos três horas para tomar providências". (MARKUN; HAMILTON, 2001,

p.110). Logo em seguida Castello e Aparecido retiraram seus pertences da sala em que trabalhavam e foram almoçar com integrantes do governo no apartamento do ministro da Justiça Pedro Aleixo. Na hora da sobremesa, uma ligação de Carvalho Pinto, governador de São Paulo, informava que Jânio estava chegando ao Estado já como ex-presidente. "O almoço terminou por volta das 14h40. Horta vai para o Congresso entregar o ato de renúncia, e Castello, para o palácio, onde, à hora combinada, daria a notícia para os jornalistas". (MARKUN; HAMILTON, 2001, p.110). A Nota da Renúncia, lida por Castello às 15 horas, avisava sobre a decisão de Jânio, que ocorrera por volta das 11 horas da manhã do dia 25 de agosto de 1961.

Castello conta no livro *A Renúncia de Jânio*, que, no momento em que soube da renúncia, contestou silenciosamente "se o presidente teria o direito de lançar o país naquela frustração e naquele pânico", mas não recebera a notícia com surpresa, pois já esperava tal desfecho. "A notícia da renúncia não me emocionou. A intimidade com a vida pública deu-me cedo a sensação de que o cálculo inspira geralmente as decisões, mesmo as mais nervosas. E o clima em que decorria o governo preparara-me para episódios decisivos e dramáticos". (CASTELLO BRANCO, 2006, p.17)

Depois de entregar a carta aos auxiliares, Jânio Quadros embarcou para a base aérea de Cumbica, em São Paulo. Antes de despedir-se do presidente, Castello ouviu de Jânio que voltaria ao poder em três meses. No entanto, os fatos não seguiram as pretensões de Jânio Quadros e Castellinho voltou a trabalhar para a revista *O Cruzeiro*. O jornalista estava novamente do outro lado, na posição que mais o agradava: o de observador e comentarista político.

FOTO 8: *Em edições extras, os jornais noticiavam a renúncia do presidente*.

Fonte: arquivo *O Estado de São Paulo*/ acervo jornal *Última Hora*/ reproduzido do livro "1961: que as armas não falem".

2.2 A atuação no Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal

Aos 56 anos de idade e 37 de atuação profissional, Carlos Castello Branco enfrentou mais um desafio em sua vida, o de presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, entre os anos de 1976 e 1980. O ano em que ocorreram as eleições que deu vitória ao jornalista compreendeu um momento conturbado para os trabalhadores e profissionais. O sindicalismo brasileiro estava desarticulado, tentando se reerguer depois dos anos de sufocamento por conta dos governos militares. Como lembra Helio Doyle, que participou da administração da entidade junto com Castello: "Era tempo de Ditadura, a legislação em vigor e os órgãos de segurança cuidavam de evitar a queda do peleguismo atrelado ao Estado e submisso". (DOYLE, 1993, p.19)

A candidatura de Carlos Castello Branco nasceu a partir de um convite feito por um grupo de jovens profissionais que estavam insatisfeitos com a gestão de Arnaldo Ramos, que esteve na presidência por 13 anos, desde 1964, quando foi eleito e reeleito seguidas vezes, com o apoio ostensivo dos militares.

Os jovens articuladores da chapa de oposição eram tidos como esquerdistas, adversários da ditadura militar, e temiam que este fato pudesse provocar reações no Ministério do Trabalho, que à época, intervinha nos sindicatos, cassava mandatos e vetava registros de candidatos, por isso precisavam de um nome mais neutro. (DOYLE, 1993). O grupo, formado entre outros por Hélio Doyle, Carlos Marchi e Fernando Lemos recorreu a Pompeu de Sousa para convencer Castello a ser o candidato a presidente. Pompeu não integrou a chapa porque era diretor da Editora Abril.

Castello contou, em entrevista a revista Fogo Cerrado (1990), que não fora Pompeu que o sensibilizara, mas os próprios jovens. Um deles, Hélio Doyle, que depois viria a suceder Castello na presidência do sindicato, era amigo dos filhos do jornalista: Rodrigo e Pedro, este último militou com Hélio Doyle em um grupo armado na década de 1960 (DOYLE, 2010). O sentimento de Castello pelos filhos o teria sensibilizado a aceitar o convite.

A chapa *Sindicato Livre*, tendo como vice-presidente Rubem de Azevedo Lima, era formada por uma variedade de correntes políticas combatentes do regime. Conforme contou Hélio Doyle, haviam naquele grupo militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e da Ala Vermelha, grupo que em 1980 aderiu ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em meio a esta miscelânea política, Castello soube manter o grupo unido. "Ele mantinha a postura de jornalista, profissional, mas defensor da democracia. Nunca foi conivente com a ditadura. [...] Respeitava todos". (DOYLE, 2010).

Orientados por Castello, os jovens fizeram uma campanha centrada em visitas aos jornalistas, políticos e donos dos jornais. Entre as estratégias adotadas, eles realizaram visitas a Petrônio Portela e Marco Maciel, presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente, com o intuito de neutralizar as manobras dos órgãos de imprensa. (DOYLE, 1993). Rubem de Azevedo Lima lembrou que "embora avesso ao engajamento político, ele (Castello) não se negou, em Brasília, a agir, politicamente no movimento sindical, em defesa da liberdade e da democracia". (NOTA DE REDAÇÃO, 1993).

Vitorioso, Castello conseguiu tornar o Sindicato mais ativo. Foi na gestão dele que surgiu o piso de jornalista, com valor de CR$ 2.600, 00. Começou a circular a *NR - Nota de Redação*, órgão oficial do sindicato, que inicialmente tinha o formato de mural, depois virou meio ofício e depois tablóide.

> Foi a partir deste trabalho que Brasília passou a ter presença significativa nas decisões nacionais referentes à categoria e ao exercício do jornalismo. Tema como a Democratização da informação, ética e regulação profissional começaram a ser debatidas pelos colegas de Brasília. Deste debate, tivemos sempre uma participação efetiva e representativa em nível nacional. (NOTA DE REDAÇÃO, 1993)

> Sempre com o apoio de Castello participávamos das reuniões que um pequeno grupo de sindicatos de São Paulo e do Rio, Minas e Rio Grande do Sul articulavam para iniciar um nova época no movimento sindical brasileiro. Éramos o único sindicato de Brasília nessas reuniões, ao lado de Lula, Jacó Bittar, Arnaldo Gonçalves, Ivan Pinheiro, João Carlos Araújo, João Paulo Pires de Vasconcelos, Olívio Dutra, Dídimo de Paiva, Audálio Dantas. (DOYLE, 1993)

Na função de presidente, Castello agiu como um político, fazendo conciliações e procurando integrar o movimento. No discurso de posse ele teve a altivez de elogiar a atuação de seu antecessor, Arnaldo Ramos: "O esforço realizado traduziu-se numa obra concreta, que está aí, a consolidação de nossa entidade e a aquisição de um precioso patrimônio".

Bom articulador, Castello soube impor sua ideias, sem bater de frente com o governo. Ao tomar posse como presidente, ele teve que assinar um documento de compromisso com as leis do país e de "acatamento às ordens emanadas das autoridades constituídas", exigência do Ministério do Trabalho, por intermédio das Delegacias Regionais do Trabalho e dos órgãos de informação, que exerciam vigilância sobre os sindicatos. No entanto, no discurso de posse ressaltou que, apesar de ser obrigado a cumprir todas as leis do país, discordava de algumas delas e também "dos métodos de ação" do governo, deixando claro que seu objetivo e do grupo que o elegera era o de "renovar a política sindical". "Estamos decididamente empenhados em agir segundo novas inspirações", falou no discurso.

Ressaltou ainda que a missão da entidade ia além das reivindicações dos jornalistas, pretendia ele trabalhar também pelas aspirações dos trabalhadores em geral, procurando uma integração social. “Desses valores, destaca-se a liberdade e o ordenamento jurídico da sociedade, que não são pressupostos exclusivamente políticos, mas, sobretudo, no caso especial dos jornalistas, são condicionantes ao exercício honesto da nossa profissão”. Disse que estes propósitos coincidiam com os do presidente da República, “empenhado no aperfeiçoamento das instituições e da constitucionalização do país”. Com atitudes cautelosas, Castello procurou fazer com que o governo aceitasse o novo grupo que formava o sindicato e, ao mesmo tempo, que este tivesse autonomia diante dos militares. “Castello sempre teve uma postura altiva diante do governo. Mas sempre com cautela, pois queria evitar atitudes extremas contra o sindicato [...] Mas nunca se submeteu ao governo. (DOYLE, 2010).

O então ministro do Trabalho Walter Barelli relembra o fato de ter sido a partir da gestão de Castello Branco que o DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas) passou a existir no Distrito Federal, tendo o sindicato dos Jornalistas como um de seus fundadores em Brasília. (NOTA DE REDAÇÃO, 1993)

Na avaliação do próprio Castello Branco, a sua maior contribuição para a entidade, naquele momento, foi conciliar politicamente o movimento. “Eu resolvi assumir aquele papel para fazer a transição: tomar dos pelegos e passar para vocês, a nova geração de jornalistas. Tanto que nunca admiti a ideia de ser reeleito”. (NOTA DE REDAÇÃO, 1993)

No final do seu mandato, em 1980, Castello trabalhou para fazer a sucessão e para manter o grupo unido. Com seu apoio, Hélio Doyle foi eleito presidente.

2.3 Consagração profissional: a *Coluna do Castello*

A *Coluna do Castello*, publicada no *Jornal do Brasil* de 1963 a 1993, constitui o espaço jornalístico de maior longevidade da imprensa brasileira. Em 30 anos foram quase 8 mil textos. “O maior volume produzido por um só autor sobre essa fase do país”. (VEJA, 1993). Nas 70 linhas que escrevia diariamente para a coluna, Castellinho consolidou-se como o comentarista paradigmático da imprensa brasileira.

Os comentários feitos até hoje sobre a *Coluna do Castello*, em geral por amigos de Carlos Castello Branco, são quase unânimes em retratarem o espaço e o próprio jornalista como um exemplo de “independência” e da capacidade de influenciar na vida pública do país. “Era um profissional que aceitava as amenas intimidades do convívio humano, mas não

permitia que elas interferissem na retidão de seus comentários e de suas opiniões". (MELO FILHO, 2005, p.130). Outros ressaltavam o rebuscamento de seu texto: Marques de Melo (2003, p.119) caracterizou o texto de Castello como um "[...] tom solene, do estilo rebuscado e da exposição metafórica"; Melo Filho (2005, p.130) destacou o estilo: "Tematizava os assuntos políticos com temas meio pragmáticos, algo a ver com a tematização do alemão Spengler, do francês Pascal e do italiano Maquiavel". Alguns elogiavam a capacidade de perenização dos comentários em relação aos acontecimentos em curso: "com ele, o jornalismo se resgatava da fugacidade inerente, para transformar-se em História permanente". (HÉLIO PELLEGRINO apud MELO FILHO, 2005, p.134)

A coluna mais lida do jornalismo político nasceu em um momento conturbado da história do país, no governo João Goulart, que assumiu em 1962, após a renúncia de Jânio Quadros. E viveu seus primeiros anos sob o olhar severo da Ditadura Militar. "A tentativa de golpe de Estado, ocorrida em agosto de 1961, quando os ministros militares procuraram impedir, pela força, a posse do vice-presidente João Goulart, que estava em viagem oficial ao Oriente, em seguida à renúncia do presidente Jânio Quadros", provocou o desencadeamento de forte censura à imprensa. (SODRÉ, 1966, p.470).

Segundo Bahia (1990, p.325), a imprensa foi inicialmente conivente com a ação revolucionária dos militares. Quando vibrou com a queda do presidente João Goulart, a imprensa não previu os horizontes de mudança que estavam por vir. Nos primeiros textos publicados na coluna, Castello escrevera que a situação porque passava o país era insustentável, posicionando-se favorável ao golpe de 64 que depôs Goulart. Disse em entrevista:

> Não estava notoriamente a favor. Me esforçava para ficar neutro, mas era evidente que o regime estava caindo. Estava sendo destroçado pela incompetência de política de João Goulart e do Brizola. Propiciaram uma conspiração civil e militar. Eu estava na ilusão de que era um processo clássico de golpe militar no Brasil. (ZIRALDO, 1976)

Pouco tempo depois, posicionou-se contra o governo do militar Humberto Castelo Branco. Assim como outros setores da imprensa, Castello decepcionou-se quando o presidente Castelo Branco aceitou a prorrogação do mandato e depois quando assinou o Ato Institucional n° 2, que estabeleceu em definitivo as eleições indiretas para presidente e extinguiu os partidos políticos existentes, instituindo o bipartidarismo.

A Ditadura Militar que comandou o Brasil dos anos de 1964 a 1985, restringiu a liberdade de informação e anulou os direitos básicos dos cidadãos. Assim a relação de conivência entre os proprietários de veículos de comunicação e os militares não foi duradoura,

a censura sufocou a aliança. Outros problemas vieram a afetar a aparente estabilidade, sustentado pelo milagre econômico, fruto de uma política liberal de crédito e endividamento externo. "As relações entre o poder e a imprensa se agravam a partir da crescente hostilidade do governo, que não reconhece como legítimo o direito à informação". (BAHIA, 1990, p.325) Os governos militares centralizaram as decisões políticas nos gabinetes das figuras de projeção e o ar de mistério cercou o palco da notícia no período. (MARQUES DE MELO, 2003, p.117).

A *Coluna do Castello* foi inicialmente *Coluna de Brasília*. Surgiu em 1992 a partir de um convite de Alberto Dines, Hermano Alves e Mário Faustino, que trabalhavam na *Tribuna da Imprensa*, nesta época sob propriedade de Nascimento Brito. Durante seis meses Castellinho escreveu para aquele jornal, morando em Brasília, de onde mandava o material para o Rio de Janeiro. (FOGO CERRADO, 1990)

Em julho do mesmo ano, Nascimento Brito vendeu a *Tribuna da Imprensa* para Helio Fernandes e perguntou se Castellinho queria continuar na *Tribuna* ou preferia ir para o *Jornal do Brasil*. Na época ainda não havia sucursal do *JB* em Brasília, o jornal estava representado por André Marques na capital federal. Castello assumiu a sucursal e ficou como chefe até 1972, quando teve um enfarte e foi substituído primeiro por Walter Fontoura e depois por Haroldo Hollanda. (FOGO CERRADO, 1990)

A mudança do título da coluna aconteceu a partir de iniciativa de Alberto Dines, que não considerava bom o nome inicial. Castello já havia pensando em uma alternativa e aproveitou para sugerir *Coluna do Castello*, mas antes disse: "é meio promocional". Alberto Dines, editor do *JB*, aprovou a sugestão. (FOGO CERRADO, 1990).

> Foi um sucesso a partir do primeiro dia. Castello encontrou imediatamente a entonação apropriada _ informação de bastidores combinada à análise personalizada, distanciamento crítico e malícia. Tudo isso num estilo enxuto e aliciante. O leitor saía da primeira página e, em seguida, mergulhava no emaranhado da política explicado por um escritor de talento. (DINES, 2010)

A *Coluna do Castello* estava entre as inovações introduzidas por Alberto Dines no *JB*. As outras foram: departamento de pesquisa, departamento educacional, caderno infantil, o *jornal do Futuro*, o *festival JB* de curta metragem, o newsletter *Essências* e os *Cadernos de Jornalismo*[22]. (NAVA, 2007, p.105). A reforma no periódico foi longa, iniciada no final da década de 1950, contou com a atuação de Alberto Dines, Wilson Figueiredo e Jânio de Freitas. Antes da reforma no Jornal do Brasil, os jornais eram pesados, usavam linguagem

[22] Além destas mudanças, o JB passou a publicar fotos na capa, ampliou-se o número de páginas e criou-se uma página para esportes. O período é considerado como o de transformação do *Jornal do Brasil* em um grande jornal.

rebuscada, quase ilegível e pouco atraente, seccionado em colunas por fios verticais. A partir de 1956, a contratação de novos e jovens jornalistas, para ganhar o dobro, possibilitou as alterações no processo editorial e gráfico. Fundado em 1891 por Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco, o matutino carioca nasceu no centro de acirrados debates políticos, reunia intelectuais que questionavam o regime republicano recém-instalado. O jornal ingressou na década de 50 sob a administração da condessa Pereira Carneiro e de seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito.

O primeiro passo para a reforma foi a compra de novos equipamentos gráficos. Em 1956, houve a criação de um suplemento literário elogiado pelos intelectuais da época. Odilo Costa Filho foi contratado para coordenar a reforma, que contou entre outros pontos com a introdução de fotografia na primeira página e a organização da página de esportes com inovações de diagramação. O noticiário político ganhou mais espaço e o jornal definiu sua posição contrária ao governo Juscelino Kubitschek, acusando-o de corrupção e de responsável por desmandos na construção de Brasília. O periódico criticou o monopólio da Petrobras, mas aplaudiu iniciativas como a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1959, aconteceu uma das modificações mais impactantes: a primeira página foi totalmente reestruturada, passando a ser ocupada pelo noticiário e preservando apenas uma pequena faixa dos antigos classificados. Em 1960, os classificados passaram a ocupar um caderno extra.

Naquele jornal, a *Coluna do Castello* foi valorizada e reconhecida por sua qualidade, logo migrou do miolo do *Jornal do Brasil* para o canto esquerdo da página 2. Pelo estilo e pertinência dos textos, as análises publicadas na coluna passaram a ser referenciadas no mundo político. Castello atuava "lendo" o futuro no passado dos políticos e a coluna tinha fama de fazer premonições. No dia em que Tancredo assumiria, Castello escreveu: "Ao longo de sua vida, Tancredo jamais concluiu uma missão". (VEJA, 1993)

No entanto, a fama de vidente que tinha Castello, nem sempre se confirmava. Em entrevista a revista *Ela Ele*, errou ao comentar sobre as possibilidades do então líder sindical Luis Inácio Lula da Silva, na política. Questionado sobre como a classe operária viria a se posicionar em períodos de abertura política, respondeu: "Em São Paulo, tem a figura do Lula, que é um líder sindical afirmado. Mas, politicamente, eu o acho um ingênuo. [...] Particularmente, acho que ele vai ser superado pelos acontecimentos". Mas Castello acertou quando disse, na mesma entrevista, que o PT precisava de outro partido para se sobressair. "O PT dele (de Lula) vai ter de se agregar a um partido, porque em parte alguma no mundo existe

um partido de classe". (SOARES, 1979). A coligação duradoura entre PT e PMDB dos dias atuais comprova a análise e projeção do comentarista.

O jornalismo praticado por Castelinho em sua Coluna no *Jornal do Brasil* o levou a ser denominado de diferentes formas, ora jornalista político, ora colunista, ora cronista político e muito mais raramente comentarista. Depoimento de Luiz Orlando Carneiro (2000) sintetiza a confusão de conceitos, "Castelinho deu à crônica política, como disse alguém, 'um inequívoco status de história'. Sua prosa cotidiana (ou como romancista e contista) era 'feita de nervo e cristal'". (REGO, A., 2009, p 8). No entanto, o cerne de sua produção jornalística está no comentário. Análise feita por Ana Regina Rêgo (2009, p.15) atesta que a atuação de Carlos Castello Branco "ajudou a consolidar o gênero opinativo no jornalismo brasileiro [...] escolheu o comentário, como o melhor meio para traduzir os meandros da política nacional".

Ele próprio não se considerava um comentarista, mas um repórter. "Ofereço na minha coluna material jornalístico para os cientistas políticos examinarem, aceitarem ou não, e corrigirem. Sou apenas um repórter que oferece subsídios". (ZIRALDO, 1976). Castellinho costumava negar as referências literárias que atribuíam ao seu texto. "Pode ter alguma qualidade literária, mas basicamente é um trabalho jornalístico". (ZIRALDO, 1976). Dizia que a análise era um instrumento para dizer o que sabia sobre o assunto. (ZARVOS, 1986)

Para conseguir publicar suas análises e opiniões durante a censura prévia instalada pelos governos militares, Castello usou de subterfúgios da linguagem para burlar a vigilância do Estado ditatorial. Ele considera que a Coluna teve diferentes fases conforme o modelo de governo vigente.

Na administração de João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), de irrestritas liberdades, e nos governos Castello Branco (setembro de 1964 a março de 1967) e Costa e Silva (março de 1967 a agosto de 1969), de compreensão progressiva, ela foi, na definição do próprio Castello: "densamente informativa e ostentamente formativa". (JORNAL DO BRASIL, 1993). Esta primeira fase foi até o dia 13 de dezembro de 1968, quando foi promulgado o AI 5[23], ocasião em que Castello foi preso pela primeira vez e a coluna proibida, por semanas proibida. Quando voltou a escrever teve que enfrentar uma nova realidade. "Tive que partir para a informação implícita. Me tornei quase um ensaísta, pra poder transmitir minhas informações em mensagem cifrada". (ZIRALDO, 1976). Boa parte desta ensaística

[23] O AI 5 determinou o fechamento do Congresso Nacional, dando início à fase mais repressiva da ditadura. Este ato durou até 1979, entre outras medidas, dava poderes ao presidente para intervir nos Estados e municípios e até mesmo suspender o *habeas-corpus*.

está nos volumes de *Os militares no poder*. Em entrevista a Ziraldo (1976) e a Autran (2007), Castello falou sobre este momento:

> Havia um condicionamento, né?! Não havia uma censura declarada, mas havia comunicações aos jornais dizendo o que não se podia tratar de tais e tais assuntos. É claro que passamos a arranjar maneiras de tratar desses assuntos. Nunca sofri pressões diretas, mas o jornal sofreu muitas pressões por minha causa. Sempre deixei o jornal à vontade, mas na verdade sempre tem me dado um mínimo de condições para continuar trabalhando. (ZIRALDO, 1976)
>
> ---
>
> De 1968 para cá, mudou muito o caráter da coluna. Antes, era uma grande massa de informações. Hoje, o cidadão que conhece os fatos sabe que, por trás da coluna, se pode percebê-los, já que não podem ser ditos. (AUTRAN, 2007, p.45)

Defensor da liberdade de imprensa, Castello nunca se intimidou e nem se sentiu coagido, procurava manter sua autenticidade. "A gente vai agindo instintivamente, vai experimentando as resistências, vendo como é que pode dizer aquilo que não pode ser dito". (IMPRENSA, 1992). "Chega um momento em que temos que ser sutis, senão estamos liquidados". (ZIRALDO, 1976).

Quando questionado, em entrevista, de que forma a situação política o fez mais analista que um repórter, respondeu dizendo que, na falta de liberdade "o jeito é escrever dizendo as coisas, mas escondendo as notícias, sem parecer que a gente sabe. É partir para o mais geral, ficando menos no particular", pois, "O pressuposto da análise são certas informações que tenho e que não posso tornar explícitas". (AUTRAN, 2007, p.45)

Mesmo sendo sutil, Castello incomodou aqueles que exigiam silêncio e ausência de críticas. A relação de Castellinho com os militares é composta de histórias curiosas que representam a relação entre imprensa e governo nos anos *de chumbo*. Em um desses episódios, Castello ouviu de um Coronel: "O senhor escreve o que está escrevendo e não lhe acontece nada porque sabemos que só nós entendemos isso". (ZIRALDO, 1976)

Em outro acontecimento similar, o chefe militar de Brasília General Bandeira teria dito a Pompeu de Sousa (da editora Abril):

> Esse assunto de censura é muito grave. Os senhores intelectuais deveriam colaborar conosco, Os censores são policias sem condições de fazer esse trabalho. Nós militares, também não temos muita flexibilidade para perceber certas coisas. O senhor veja: estava aqui com a coluna do Castello. Li a coluna toda com um lápis vermelho na Mao. Castelo disse tudo o que não podia dizer. Não deu pra eu baixar o lápis vermelho nem uma vez. (ZIRALDO, 1976)

E assim, Castello seguia burlando a censura, "muitas vezes tenho que escrever pra dar a impressão de que não sei". Questionado sobre o porquê tanto reproduzia o jargão

“distensão lenta e gradual” do governo Geisel (março de 1974 a março de 1979), disse: “eu insisto porque sei que isso aborrece os militares”. (ZIRALDO, 1976).

No período entre o Ato Institucional n°5 até o início do governo Geisel, Castello resistiu, com Nascimento Brito, numa luta quase diária, às tentativas militares de “enquadrar” sua coluna. (CARNEIRO, 2005). Chegou a pedir demissão duas vezes por não ter espaço para fazer suas análises. Numa dessas ocasiões, no governo Médice (outubro de 1969 a março de 1974), “foi dissuadido por dois ministros de origem militar, Mario Andreazza e Jarbas Passarinho, que sabiam da péssima repercussão política que essa decisão geraria, e trabalharam para arrefecer as pressões”. (PEREIRA, M., 2010)

Em depoimento, Carlos Lemos, chefe de Redação, contemporâneo de Castello no *Jornal no Brasil*, ameniza o grau dos conflitos que existiam entre o jornalista e o governo militar. Lemos contou, em entrevista, que grupos liberais de dentro do governo trabalhavam para que a *Coluna do Castello* não sucumbisse à censura. Liberal assumido, Carlos Castello Branco, seria, segundo Lemos, um dos poucos jornalistas que não eram rotulados como ‘esquerdistas’ pelo governo.

O que se sabe de concreto é que Carlos Castello Branco não fugiu das amarras do Regime. Além dos telefones, o governo militar censurava também o telex, meio por onde Castello enviava suas crônicas de Brasília para o Rio. Em entrevista, Castello demonstrou insatisfação com a restrição de liberdade imposta pelo governo: “Sou um inconformado com o regime de restrições decorrentes dos atos institucionais. Todos os governos da Revolução foram de boa qualidade, mas sou substancialmente contra o regime político em que se ampararam estes governos. [...] Não estou dentro do jogo político, sou apenas contrário ao regime – não ao governo”. (AUTRAN, 2007, p.46)

Durante os anos em que escreveu a coluna, Castello sofreu ameaças e prisões arbitrárias. Recebia dezenas de cartas, uma delas tinha um sujeito enforcado e a frase “o próximo será você, seu efedapê” (ZIRALDO, 1976) Castello foi preso a primeira vez em dezembro de 1968, após a decretação do AI 5. Ele foi acusado de ter participado dos acontecimentos que levaram a Câmara dos Deputados, naquele mesmo dia, a negar a licença para processar o deputado oposicionista Márcio Moreira Alves, contrariando pedido feito pelos militares.

Na noite em que foi anunciada o novo Ato Institucional, Castello e sua esposa Élvia recebiam amigos em sua residência, quando soube do fato, o jornalista foi dormir e antes avisou a esposa que iria ser preso na manhã seguinte. Às seis horas, chegou a polícia em sua casa e Castello foi recolhido ao quartel da Polícia do Exército (ZIRALDO, 1976)

No quartel, Castello foi recebido pelo Coronel Epitácio, que já conhecia de reuniões sociais e festas de embaixadas. Ficou preso por 48 horas junto com Otacílio Lopes, colega de trabalho do *Última Hora*. "Fui muito bem tratado, mas saí de lá meio paranóico". (ZIRALDO, 1976). Enquanto estava detido, Castellinho foi levado para uma sala com um sistema de som ruim para ser interrogado, vários coronéis se posicionaram em torno da mesa onde estava o jornalista e lhe fizeram uma série de perguntas. Foi interrogado nesta sala durante duas horas e quarenta e cinco minutos. "As onze e meia da noite quando todo mundo estava recolhido, fui acordado na minha cela e levado para o gabinete do comandante do batalhão para responder às mesmas perguntas por escrito. Sou rápido na datilografia, entreguei logo". (ZIRALDO, 1976)

Três semanas depois da prisão, voltou a escrever na coluna. Voltaria a ser preso outras três vezes, quando chegava ao quartel pediam desculpas e diziam ser engano. Em uma das prisões, Castellinho havia sido convidado para um jantar, naquele dia, com o governador de Nova York, Nelson Rockefeller, em visita oficial à Brasília. Foi levado para o DOPS, onde chegou dizendo que queria falar com o delegado, pediu-lhe para avisar que ele não iria ao jantar porque estava preso. Meia hora depois Castello já estava solto. (MELO FILHO, 2005)

A esposa Élvia contou em depoimento ao *Observatório da Imprensa* que Castello era sempre preso por volta das seis horas da manhã e que não havia explicações claras sobre os motivos das prisões:

> Quando eu perguntava quem estava mandando prendê-lo, sempre diziam não poder informar. Mas uma vez disseram que havia sido o coronel Fulano (não me lembro mais do nome). Minutos depois, o telefone tocou; Queriam falar com o ´jornalista Castello Branco´. Perguntei quem era. Era o coronel Fulano. E eu: ´Coronel, o senhor não tem vergonha? Não se respeita? O Castello acabou de ser preso por ordem sua. Só peço uma coisa: quando quiserem prender meu marido mandem buscá-lo às 8 h, que é quando ele acorda. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2010)

A tentativa de intimidação contra o jornalista não se dava somente com as prisões, na redação do *Jornal do Brasil*, além dos telefones, o governo militar censurava também o telex, meio por onde Castello enviava seus textos de Brasília para o Rio de Janeiro. Em 1970 no governo do General Emilio Garrastazu Médici, o *Jornal do Brasil* sofreu inúmeras pressões por conta do caráter crítico da coluna. Castello pediu demissão, mas depois permaneceu no jornal, ao governo não interessava fechar a coluna, mas discipliná-la.

Outra estratégia adotada pelo governo para conter a influência da coluna foi o uso de outros jornais para contestar as informações publicadas no *JB*. Matéria de 9 de setembro de 1977 publicada no *Jornal de Minas* contestava o texto da *Coluna do Castello* do dia 4 do

mesmo mês. Com o título "O que está por detrás", a matéria do *Jornal de Minas* acusava Carlos Castello Branco de "investidas de cunho conturbatório contra o governo atual e, por extensão, contra os princípios do Movimento de março de 1964, dos quais o presidente Geisel é um sereno e correto aplicador". Na versão dos militares, Castello era o portavoz de um grupo de contestadores que seriam contra a democracia. Este grupo estaria usando setores do meio estudantil, o político, o jornalismo, a literatura, o operariado, as instituições de classe e o clero. (JORNAL DE MINAS, 1977).

Para Castello, o período de endurecimento do Regime e, principalmente, o fechamento do Congresso Nacional, prejudicou o jornalismo político no país. Segundo ele, a política estava sendo feita dentro dos Quartéis, onde os jornalistas não tinham acesso às informações. "Nosso problema no sistema autoritário, fechado, foi procurar a informação onde ela existia, mas onde havia uma grande oposição e resistência ao jornalista, que era o meio militar". (SOBREIRA, 2002, p.154)

O Congresso foi a grande escola para muitos dos repórteres de política. O seu fechamento, durante seis anos, representou uma lacuna no desenvolvimento desta especialidade noticiosa, atingindo especialmente a jovem imprensa de Brasília. (AUTRAN, 2007, p.46)

Com a posse de Ernesto Geisel na Presidência da República, em março de 1974 e o estabelecimento de uma política que afrouxou a censura à imprensa, a Coluna do Castello voltou a ser publicada com maior liberdade e passou a ser transcrita por jornais de vários estados. Em um episódio no Planalto, o presidente Geisel disse ao ministro da Justiça, Petrônio Portela, que não sabia como convencer a opinião pública de que continuava com a intenção de promover a abertura política do país, mesmo com o Congresso fechado. O ministro aconselhou que só havia um homem no Brasil capaz de convencer que o presidente queria mesmo fazer a abertura: seria Castello. (PEREIRA, 2010).

Já no período democrático, Castellinho continuou a sofrer algumas represálias. O presidente Itamar Franco chegou a mandar uma carta ao *Jornal do Brasil* denunciando a má vontade do colunista. (CORRÊA, 1993)

Durante três décadas de coluna, Castellinho tornou-se símbolo da relação imprensa e poder. A proximidade com os políticos fora construída desde os tempos de repórter e estudante em Minas e depois com as experiências no Rio de Janeiro, então capital do país e depois na condição de Secretário de Imprensa de Jânio Quadros. Esta proximidade com o poder "lhe possibilitou o acesso aos políticos que decidiam os destinos do país, alargando o seu leque de relacionamento e de fontes, que através da *Coluna do Castelo* antecipavam fatos

importantes. O texto de Castelinho tornou-se então leitura obrigatória para todos que se interessavam por política". (REGO, A., 2009, p 14)

FOTO 9: *Castello na redação do Jornal do Brasil, em Brasília (1990):*

Fonte: Jamil Bittar/ acervo Casa da Cultura de Teresina.

Na edição de *Veja* publicada após a morte de Castellinho, a revista enfatizou a relação do jornalista com os políticos, em diversos momentos da história do país, como o principal artifício da *coluna do Castello*. No entanto, a proximidade com os homens do poder não lhe tirara o perfil crítico e combativo.

> Na ditadura, em 1971, Castello teve em Roberto Médice, filho do secretário do presidente, um fã, no Chefe do Gabinete Civil, João Leitão de Abreu, uma fonte de informação quase cativa, e no ministro da Indústria e do Comércio, Pratini de Moraes, um parceiro semanal de sua mesa de pôquer. Mas foi justamente nesse governo que pediu duas vezes demissão ao jornal, debaixo de pressões para que amaciasse a coluna. (CORRÊA, 1993).

Nem mesmo o amigo íntimo José Sarney escapou das críticas impressas por Castellinho. Quando presidente, Sarney nomeou a mulher de Castello, Elvia, para o Tribunal de Contas da União e lhe apadrinhou a eleição para a Academia Brasileira de Letras. Mas em 1987 quando Sarney andava às turras com a Constituinte, Castello não hesitou em contrariar o então presidente e escreveu que estava na hora de encurtar o mandato e chamar eleições diretas. (CORRÊA, 1993). Apesar de tentar manter a postura independente e não poupar os amigos, as relações sociais acabavam por influenciar no comportamento do jornalista. Questionado em uma entrevista se a amizade com Sarney influiu na sua postura jornalística, Castello respondeu: "limitou". (FOGO CERRADO, 1990)

Na verdade, foram as relações com os políticos que lhe garantiram boas informações no período em que o Congresso foi fechado (1966). Suas principais fontes foram Petrônio

Portela, seu conterrâneo do Piauí, Magalhães Pinto, Célio Borja, Ulisses Guimarães e Thales Ramalho. Segundo Castellinho, "o político é sempre um informante interessante. Nunca te diz uma coisa que seja um fato, mas dá segundo a sua versão". (ZIRALDO, 1976). "Modesto, mas objetivo, confessou-me certa vez reconhecer que apenas em sua coluna o Congresso Nacional estava conseguindo existir e sobreviver". (MELO FILHO, 2005, p.132)

A relação entre jornalistas e políticos esconde um jogo de interesses. De um lado, o repórter em busca das informações mais quentes e do outro um político em busca de popularidade. Como bom repórter que era Castello sempre se mantinha atento, contou que "no começo, me senti manipulado. Depois vamos apanhando e aprendendo, né?". A receita, segundo Castello, é "identificar imediatamente qual é o seu interesse (do político) pra descontar daquela informação". (ZIRALDO, 1976)

Com muitos políticos Castello construiu uma relação de amizade pessoal, alguns deles freqüentavam a casa do jornalista. Entre alguns nomes o do presidente Juscelino Kubistchek, íntimo de Castello desde quando foi governador de Minas. Outros muitos nomes poderiam ser citados como o do Ministro da Justiça do governo Castelo Branco, Milton Campos, o senador Petrônio Portela e o presidente José Sarney.

Para Barbosa Lima Sobrinho, Castello tinha o perfil de um político e poderia ter sido líder de qualquer partido "se a timidez não estivesse presente para lhe desviar as expansões", era um "enamorado da política". "Por isso fazia da *Coluna do Castello* as demonstrações de seu culto pela vida política". (JORNAL DO BRASIL, 1993 apud PEREIRA, 2001, p 52)

> A Coluna do Castello seria com o tempo o monólogo impessoal a serviço de uma reflexão coletiva. Numa ampla faixa social, dentro da qual se movimenta e faz opinião a classe média bem situada e com responsabilidades políticas, o dia não começava antes da leitura matinal do Castelinho. (FIGUEIREDO, 1994).

Castello contou, em entrevista, que foi convidado algumas vezes para ser candidato a suplente de Senador e candidato a Deputado pelo Piauí. Quando questionado sobre a possibilidade de sair candidato, respondeu: "Eu realmente não gosto de política. Gosto é de mulher". (ZARVOS, 1986). Em outra ocasião, disse: "A política é um pouco coisa de bandido". (AUTRAN, 2007, p.43)

Quem conviveu com Carlos Castello Branco nos ambientes das redações no Rio de Janeiro e em Brasília o descreve sempre como homem tímido e observador. Paulo Markun conta que para produzir suas 70 linhas diárias Castelinho ligava pouco, só telefonava para conferir as informações que recebeu ao longo do dia, era sempre procurado por ministros e pelos presidentes da República. Colhia informações também nos bons restaurantes de Brasília,

onde costumava almoçar e tomar *Black Label* muito aguado, num copo alto. “Jamais entrega a fonte, mas acaba sabendo se o cochicho do restaurante ou a notícia vazada pelo telefone tem ou não fundamento”, relembra Markun. Sobre o gosto pela bebida, disse: “Comecei a beber praticamente depois que vim morar em Brasília. [...] Sou um tímido e, nas reuniões aqui em Brasília, sentia necessidade”. (AUTRAN, 2007, p.46-47)

Na sua biblioteca pessoal em Brasília, recebia amigos, lia e decifrava palavras cruzadas. Outro hábito era ler diariamente um trecho qualquer de Machado de Assis. Relia de vez em quando Marcel Proust. Durante a noite voltava à Biblioteca e ficava jogando paciência, sofria de insônia.

2.4 O jornalista e a eleição para a ABL

Embora não se considerasse um escritor, Carlos Castello Branco foi reconhecido como tal, sendo eleito, no ano de 1982 aos 62 anos de idade, para ocupar a cadeira 34 da Academia Brasileira de Letras (ABL). Apesar do êxito entre os imortais, o sentimento de Castello era de alguém que não havia conseguido realizar um sonho, evitava freqüentar a instituição e recusava o título de escritor, disse em entrevista: “Essa condição de acadêmico não aderiu a minha vida interior [...]. Eu não me considero um escritor, porque, pelas contingências da minha vida, fui jornalista”. (ZARVOS, 1986).

No discurso de posse na ABL exaltou a obstinação e o incentivo do pai para que ele aprendesse a gostar de literatura. Dois anos depois, em 1984, foi eleito para a Academia Piauiense de Letras, ocupando a cadeira n° 15, que tinha como patrono Antonio Borges Leal Castelo Branco e havia sido ocupada, inicialmente, por Nogueira Tapety e Cristino Castelo Branco, pai do jornalista. Castello foi também membro do Pen Clube do Brasil e da Associação Nacional de Escritores.

Publicou os livros: *Continhos brasileiros* (1952); *Arco de triunfo* (1959); *Introdução à Revolução de 1964*, 2 vols. (1975); *Os militares no poder*, 4 vols. (1977, 1978, 1980 e 1981); *Retratos e fatos da história recente* (1994); *A renúncia de Jânio*, publicação póstuma (1996); seus comentários jornalísticos também foram traduzidas para o espanhol no livro *Crónicas Politicas* (Extractos 1964-1968), publicado pela Embaixada Brasileira no Peru, em 1989. Publicou ainda um dos capítulos de *Idos de Março*, com depoimentos de jornalistas sobre o movimento militar que depôs João Goulart. Destes, apenas os dois primeiros são ficção.

O romance *Arco do Triunfo*, que traz uma análise da vida política, e principalmente, da vida de políticos, em meio a história fictícia, causou burburinhos no meio político e irritou os militares. O título de uma reportagem assinada por Carlos Alberto Tenório traduz o sentimento dos chefes do poder em relação ao livro: "Lançamento de romance 'Arco do Triunfo' começa preocupando Mal.Lott"[24], dizia o texto. O artigo contava que a referência no romance ao '10 de novembro' estava preocupando o Marechal, que havia perguntado ao ministro da Justiça se a data referia aos acontecimentos de 1955[25]. Os militares desconfiavam que Castello estava usando histórias reais de alguns generais em seus personagens. "Aqueles que lhes sugere grandes nomes da vida pública para enfiar a carapuça de José do Egito, querendo devassar os segredos de seu laboratório e cultivar os ócios da maledicência. Castello responde, apenas, que não aceita provocações. E os protege com o seu silêncio", dizia a reportagem. Durante o lançamento do livro em Belo Horizonte, o presidente da UDN[26] Magalhães Pinto fizera discurso argumentando que Castello não era udenista, como vinha sendo acusado o jornalista.

FOTO 10: *Carlos Castello Branco, durante posse na ABL (1982):*

Fonte: acervo Casa da Cultura de Teresina

No discurso de posse na ABL, Castellinho deu um tom modesto a sua apresentação destacando sua atuação como repórter: "Chego à Academia como jornalista. Foi essa a condição que me deu notoriedade e abriu-me caminhos nos vossos corações". (DISCURSO..., 1983, on-line).

[24] Mal.Lott foi ministro da Guerra do governo Juscelino Kubitschek e candidato a presidente da República contra Jânio Quadros, em 1960.
[25] Em 1955 os militares promoveram a candidatura do general Juarez Távora, mas foram derrotados e Juscelino Kubitschek fora empossado como presidente da República.
[26] União Democrática Nacional – partido fundado em 1945, em oposição a Getúlio Vargas. Teve enorme influência no período de 1945-1965, quando foi extinto em conseqüência do Ato Institucional nº2.

A eleição na ABL em que derrotou o poeta gaucho Mário Quintana, por 21 a 17 votos, fora cheia de polêmicas e controvérsias. Reportagens publicadas na imprensa da época, ressaltavam as amizades de Castello com políticos e o acusaram de ter sido beneficiado para vencer o pleito. O jornal *Última Hora* relatou que a eleição de Carlos Castello Branco fora uma das mais rápidas da história da Academia Brasileira de Letras. "Durou 10 minutos, apenas". Segundo o periódico, a votação fora precedida por uma discussão proposta pelo acadêmico Vianna Moog. "Vianna que foi um dos que mais batalhou para eleger Mário Quintana, apresentou sugestão, não aceita, para que a eleição fosse adiada". (ULTIMA HORA, 1982) O então presidente da ABL, Austregésilo Athayde explicara que o adiamento da votação feria o regimento. Vianna queria tempo para que Quintana pudesse se defender, esclarecendo uma entrevista em que teria dito que "só entra para a Academia quem é amigo do presidente da República". (ÚLTIMA HORA, 1982)

As declarações de Quintana antes e depois da eleição incitaram as críticas contra a Academia. Nota do jornal *Tribuna da Imprensa* intitulada "Castello vence e é acusado de 'amigo do rei'", reproduziu o anúncio feito pelo poeta Mário Quintana, de que não mais se candidataria à ABL. "Não sou palhaço", teria dito. Quintana atribuiu a vitória de Castello às "suas boas relações com o regime". A nota finalizava: "À noite, o presidente do PDS[27], José Sarney, confraternizou-se com Castello". (TRIBUNA NA IMPRENSA, 1982)

O próprio Castello já teria sido vítima dos artifícios políticos dos membros da ABL. Concorreu a primeira vez, em 1970, mas por questões políticas foi vencido por Antonio Houaiss, num segundo turno. "Como havia sido eleito pouco antes um ex-ministro do Exercito de Costa e Silva e membro da junta militar de 1969, General Aurélio de Lira Tavares, que usava o pseudônimo de Adelita, um grupo de acadêmicos desejava preencher a nova vaga com um candidato de oposição". (PEREIRA, M., 2010)

Castello contou em algumas entrevistas que as suas candidaturas a uma cadeira na Academia, por duas vezes, foram iniciativas dos amigos. A primeira vez em que foi candidato seu nome foi apresentado como um representante de oposição ao então governo Costa e Silva. Em 1971, a ABL elegeu o general Lira Tavares, que era ministro da Guerra. Em troca, o presidente Costa e Silva havia doado um terreno no Rio de Janeiro à instituição. Nesta

[27] Partido Democrático Social (PDS) foi fundado em 30 de janeiro de 1980 após o fim do sistema bipartidário em voga durante o Regime Militar de 1964 no bojo de uma reforma ocorrida no governo João Figueiredo. Sucessor da ARENA, foi extinto em 1993 após seus integrantes aprovarem sua fusão com o PDC para criar o Partido Progressista Reformador. Em meados da década de 1980, de uma dissensão nos seus quadros surgiu o Partido da Frente Liberal (PFL), hoje o atual Democratas (DEM). Posteriormente o Partido Progressista Reformador mudaria para Partido Progressista Brasileiro (PPB) em 1995 e numa nova mudança se tornaria o Partido Progressista (PP) em 2003.

situação de disputas por representação política, o amigo Zé Aparecido, que participara do governo Jânio com Castello, incentivara a candidatura do jornalista. (FOGO CERRADO, 1990). Neste primeiro pleito, Castello disputou com Herbert Salles e o reitor da Universidade de Brasília. Teve 17 votos, mas precisava ter 20 votos. Sobre o episódio, disse: "Coloquei a minha candidatura para impedir a eleição de qualquer outro e ninguém se reelegeu, reabriram as candidaturas e elegeram Antonio Houais". (FOGO CERRADO, 1990).

> O Zé e o Mário Palmério lançaram meu nome como de oposição ao regime. Tive 17 votos, mas ninguém foi eleito. Da segunda vez quem lançou meu nome foi o Nascimento Brito (presidente do Conselho do Jornal do Brasil). Concordei mais por causa do meu pai, a quem agradava a idéia de que eu fosse um imortal. Tenho um romance e um livro de contos. Na verdade, o jornal me absorveu. (JORNAL DO BRASIL, 1993).

Uma década depois de sua posse na ABL, a imprensa falava abertamente que sua eleição havia sido resultado do apoio de políticos e da Federação Nacional de Jornalistas. Segundo a *Revista Imprensa* (1992) foi Sarney quem articulou a eleição de Castello na Academia, em 1982, a pedido de Manoel Francisco Nascimento Brito, o dono do *Jornal do Brasil*. Castello revidou: "Ele não me indicou, mas me apoiou" (IMPRENSA, 1992). Castellinho assumiu na ABL a vaga que era de outro jornalista, Raimundo Magalhães Junior. "O fardão de posse lhe estava prometido, desde a primeira candidatura, pela Federação Nacional dos Jornalistas" (JORNAL DO BRASIL, 1993).

FOTO 11: *José Sarney, Castellinho e Austragesilo de Athayde (1982):*

Fonte: Carlos Mesquita/ acervo Casa da Cultura de Teresina.

A amizade de Castello com Sarney vinha desde os anos em que morou no Rio de Janeiro, relação que ficou mais estreita quando os dois se reencontraram em Brasília, Castello

como comentarista político e Sarney como senador da República. Sobre a relação com José Sarney, Castello explicou em entrevista:

> A Bossa Nova da UDN foi um grupo particular, e ele era uma espécie de intelectual do grupo. Ele foi Deputado, depois governador. Brasília aproximava muito os políticos dos jornalistas, era o começo da cidade e a gente vivia junto em toda parte, o dia inteiro no Congresso. Íamos para os mesmos restaurantes, eram as mesmas pessoas, a gente ia para a casa uns dos outros, e foi se formando uma grande intimidade entre o político e o jornalista. [...] estávamos sempre juntos, ou na casa dele ou na minha casa, ou na casa dos outros. (ZARVOS, 1986)

Sobre a eleição que venceu, Castello contou: "Um dia eu estava no sítio do general Golbery do Couto e Silva[28] aí ele me perguntou: 'Castello como está a sua candidatura?' eu respondi: estou liquidado, não consigo nem mais um voto [...] O Golbery deu três telefonemas e eu fui eleito". (FOGO CERRADO, 1990)

Em várias ocasiões Castello demonstrou indiferença com a condição de imortal. Questionado por Zarvos (1986) sobre o que significava a Academia Brasileira de Letras, respondeu seco e direto: "nada".

Depois da morte de Castello, a cadeira 34 na ABL, foi ocupada por João Ubaldo Ribeiro.

FOTO 12: *Carlos Castello Branco, durante posse na ABL, sendo cumprimentando por Leonel Brizola e Hugo Napoleão (1982)*

Fonte: Casa da Cultura de Teresina

[28] Golbery do Couto e Silva foi chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Conselho Nacional, setor ligado a Casa Militar do governo Jânio Quadros. Fora nos anos posteriores um dos nomes mais influentes dos governos militares.

3 Reflexões sobre o Jornalismo

O homem que alçou o reconhecimento nacional como um ícone entre os jornalistas do país, considerava o jornalismo uma atividade menor. Carlos Castello Branco expressou esta opinião verbalmente em diversas entrevistas que concedeu, em uma delas, conceituou: "Acho que o jornalismo é uma maneira de expressão secundária, uma atividade sem maior importância. O jornalismo, de maneira geral, é uma atividade inferior". (ZARVOS, 1986).

A posição de constante crítica negativa com o seu próprio ofício deixa transparecer a relação conflituosa com outra atividade que exercera com menos intensidade: a de escritor. Carlos Castello Branco nunca hesitou em afirmar que o jornalismo não fazia parte de seus objetivos de vida, costumava sempre dizer que a literatura chegou primeiro em sua vida, depois o jornalismo. (IMPRENSA, 1992). Castello deixava sempre a entender, em entrevistas, a frustração de um jovem que sonhara em ser escritor. Tinha uma relação instável com o jornalismo, em alguns momentos reduzia a atividade e em outros se envaidecia de ser repórter.

Durante sua vida, Castello publicou livros e foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, mesmo assim não se considerava um escritor, dizia sempre ser um repórter e que gostava do trabalho. "Eu gostaria de ter sido escritor. Mas não estou frustrado". (ZIRALDO, 1976) "Eu não me considero um escritor, porque, pelas contingências da minha vida, fui jornalista". (ZARVOS, 1986). Questionado por Ziraldo (1976) sobre o porquê ter escolhido o jornalismo, respondeu: "Meu projeto de vida era ser escritor. Mas fui envolvido pela profissão, que tem uma marca muito grande". Em entrevista, disse:

> Eu não me sentia identificado com o jornalismo, tinha aspiração de ser escritor, pela convivência com aquele grupo mineiro. Lia muita literatura, passei a ter uma certa aspiração literária, de me realizar literariamente. Escrevi uns contos, um romance, mas continuei sempre muito vinculado a jornal. Aí me casei, comecei a ter filhos, passei a ter a minha vida muito prisioneira ao negócio de jornal. Quando verifiquei, numa certa altura da vida, aos 40 anos, eu não era escritor, era jornalista, aí aceitei a situação. (ZARVOS, 1986).

Se Castello não conseguiu a realização de um sonho pessoal, a paixão pela literatura o ajudou a ser um grande jornalista, um grande contador de histórias. O tempo que gostaria de ter dedicado para escrever livros, ele usou para escrever em jornais e revistas, abdicando da ficção para contar a história real do Brasil.

Apesar de crítico, Castello era um profissional consciente e nunca se eximiu de refletir sobre o seu trabalho, sobre a imprensa e sobre a atividade jornalística. Não chegou a

escrever nada sobre o ofício, mas, sempre que convinha, opinava sobre a natureza do jornalismo, sobre o seu papel como repórter e comentarista e sobre a imprensa no Brasil do século XX.

Ao descrever o seu dia a dia como jornalista, em entrevista a Cristina Autran (2007), Castello fez importante reflexão sobre a essência do jornalismo, ao explicar as condições de produção da notícia: tempo, estrutura do jornal e efemeridade.

> Escrevo pensando que estou sempre praticando um ato de extrema transitoriedade. Jornalismo é coisa que se faz todo dia e dura o tempo que dura o jornal. É uma atividade subalterna, superficial, pelo próprio contigenciamento da feiura do jornal. Daí que o jornalista é leviano e não pode dizer coisas com muita nitidez, tal é a pressão dos acontecimentos e a escassez do tempo que tem para escrever. (AUTRAN, 2007, p.44)

Em outro momento, por ocasião da apresentação de um projeto de lei do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), em 1987, para pôr fim à exigência do diploma para exercício da profissão de jornalista, Carlos Castello Branco fez duras críticas à formação dos jornalistas, posicionando-se contra o diploma, sem, no entanto, deixar de defender a necessidade de uma formação ética. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, Castellinho disse que o currículo do curso de Jornalismo era insuficiente. "Precisaria, em lugar de se deter nas técnicas específicas, ampliar o universo cultural do estudante. A técnica, em si, não tem grandes segredos". (NATALI, 1987). Na visão de Castello, as escolas de jornalismo teriam sido responsáveis por uma desvalorização do profissional, porque "elas lotaram o mercado de mão-de-obra que pode ser recrutada. Isso fez com que as redações tivessem uma alta rotatividade". (NATALI, 1987). No entanto, o advento das escolas de comunicação teria, segundo ele, contribuído para melhorar o nível ético dos profissionais, devido a convivência dos estudantes com o ambiente acadêmico, mas considerava a legislação que tornou obrigatório o diploma de jornalismo como prejudicial. (NATALI, 1987)

Para ele, a questão ética não depende somente do diploma ou da influência das universidades. O fim das relações promíscuas entre governos, jornalistas e empresas era um problema muito além da formação acadêmica. Segundo Castello, o problema seria solucionado através de melhorias trabalhistas, especificamente o aumento do salário dos profissionais. "O que acaba com a picaretagem são os salários mais altos, que tornam mais seletivas as redações". (NATALI, 1987)

Quando criaram o Curso de Jornalismo na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, Danton Jobim, primeiro professor do novo curso, convidou Castello para trabalhar como assistente dele. Castellinho aceitou, mas não teve êxito, foi vencido pelo cansaço da rotina da

redação; trabalhava até 4 horas da manhã depois seguia para casa e tinha que dar aula às 8 horas. “Só fui lá duas vezes. Eu morava no Grajaú e dava aula na Avenida Antonio Carlos, aí falei com Danton que não agüentava dar aula. Não só não tinha vocação para ser professor como não tinha condições materiais. Então sugeri o Pompeu de Souza para me substituir”. (ZARVOS, 1986)

Castello não fizera qualquer curso de jornalismo, aprendera o ofício na prática e, costumava usar o seu exemplo para argumentar que alguém formado em qualquer área poderia “dentro de seis meses” aprender a ser jornalista. Para Castellinho o jornalismo era “uma técnica”. (NATALI, 1987).

A experiência prática de Castello lhe concedeu respaldo para falar sobre a atividade jornalística. Em cinco décadas de profissão, ele foi testemunha não só da vida pública brasileira, mas da história da própria imprensa. Quando começou no *Estado de Minas*, em 1939, havia somente uma máquina de escrever, disputada na redação, o telefone que usava para receber as notícias da II Guerra lhe causou males permanentes na audição. Na última década do século XX, Castello já convivia com computadores, reconhecendo que as novas máquinas facilitavam a comunicação entre a sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília e a sede do periódico no Rio de Janeiro, mas confessava: “preferia a máquina de escrever”. Este era um instrumento familiar a Castellinho desde os anos de juventude, em Teresina, quando na Escola *Remington* fez um curso de datilografia, que mais tarde lhe garantira o emprego no *Estado de Minas*. Apesar de reconhecer as vantagens dos eletrônicos, resistia a usar gravadores. “Quero registrar minha desconfiança com essas máquinas eletrônicas”. Dono de uma memória privilegiada conversava com as fontes sem anotar uma linha sequer. Chegava à redação e conseguia transcrever exatamente o que lhes disseram. Ele acreditava que os entrevistados ficavam mais à vontade sem gravadores por perto, assim conseguindo muitas informações exclusivas.

Castello acompanhou muitas das reformas e revoluções tecnológicas nos jornais brasileiros, fez parte da expansão da primeira cadeia de comunicação do país, os *Diários Associados*. Viu nascer os cursos de comunicação, a chegada do modelo norte americano de jornalismo, o crescimento financeiro de muitas empresas e conviveu com grandes jornalistas de sua época.

Ao seu ver, alguns fatores econômicos e políticos vieram a prejudicar o desenvolvimento do jornalismo e sua função pública. Um dos fatores negativos teria sido a industrialização da imprensa, por ter afetado diretamente a relação entre empresa e jornalistas:

> A imprensa hoje é uma indústria, em que o lado empresarial é mais importante que o lado jornalístico, e o lado boêmio da imprensa praticamente desapareceu. O jornalista dissociou-se muito da empresa, antigamente o jornal era feito por um jornalista que queria influir nos acontecimentos, na vida do país, então havia muita identidade até entre a redação que se formava e a empresa do jornal, havia muita solidariedade. Hoje não há nenhuma solidariedade entre o jornal e os jornalistas, os repórteres e redatores, o sujeito trabalha para aquela empresa, mas não tem nada a ver com aquela empresa. (ZARVOS, 1986)

Outro fator que veio a interferir diretamente no jornalismo impresso fora o surgimento da televisão no país. Na análise de Castello, a grande vantagem nesta mudança fora a implementação de uma linha mais interpretativa aos jornais. "Antes da época da televisão, o jornal competia na base do furo. Hoje não tem mais a mínima importância para o jornal, ele trabalha a partir de informações já dadas. Aprofunda a informação situando-a dentro de um contexto para que o leitor entenda". (ZIRALDO, 1976)

Além da prioridade para o gênero interpretativo no jornalismo impresso, Castello defendia outras alternativas para a sobrevivência dos jornais. Na sua visão, os periódicos brasileiros deveriam preocupar-se mais em fazer reportagens sobre os problemas nacionais. "Nossos jornais publicam grandes reportagens sobre a Guerra do Golfo, mas sobre os garimpos não temos nada, não há uma cobertura específica. Nós temos mais interesse no que se passa no Oriente Médio do que no que se passa na Amazônia". (IMPRENSA, 1992)

A receita para um jornalismo eficaz reúne, segundo ensinamentos de Castello, boa infraestrutura técnica, liberdade de opinião e a qualidade do profissional. Castellinho defendia e acreditava na objetividade e isenção do jornalista. "Embora a psicologia negue a possibilidade de uma ação destituída de subjetividade, o fato é que, como regra de comportamento, deve o jornalista procurar o ângulo do descomprometimento". (JORNAL DO BRASIL, 1976)

Ao jornalista caberia ser humilde e fugir do mal que, segundo Castello, ameaçava até mesmo os mais experientes: a arrogância.

> O jornalista tende a se achar importante: convive com gente importante, assimila aquela coisa e passa a se achar importante. O jovem repórter entra na profissão e vê um mundo que ele não imaginava existir. Então, acaba se acreditando personagem desse mundo. Mas não é, ele é do outro mundo. Daí vem a arrogância e uma série de coisas que são negativas para o exercício da profissão. (IMPRENSA, 1992)

Sobre o jornalismo político, que exercera por quase toda a vida, considerava apenas "uma especialização dentro do jornalismo". E não via diferenças com relação a atuação dos

repórteres nas diversas editorias. “O jornalista político tem a mesma função de qualquer outro jornalista, que é apurar os fatos e torná-los inteligíveis ao leitor”. (CASTRO, 2006, p.23)

No entanto, é cabível afirmar que o jornalismo político tem suas peculiaridades. A própria atuação de Castello como repórter, analista e comentarista político mostra que a práxis possibilita ao jornalista que cobre política ter relações complexas e singulares com o poder. Castellinho, por exemplo, levou décadas para construir uma rede de relacionamentos dentro do mundo político que possibilitaram êxito e reconhecimento aos seus comentários. Depois de longa experiência, os políticos é que o procuravam, mas no começo de sua trajetória, o jornalista teve que identificar e conquistar fontes. “No começo o relacionamento era importante para identificar quem tem ou não tem notícia, quem sabe e quem não sabe. [...] eu descobri que as pessoas dão o que se pede, e enquanto a maioria dos jornalistas pedia favores e emprego, eu só pedia as notícias”. (AUTRAN, 2007, p.45)

Segundo Castello, a proximidade com o poder e com pessoas influentes pode afetar o trabalho do profissional. “O jornalista político acha que está influindo e por isso fica querendo orientar e com isso perde o distanciamento e a objetividade que deve ter”. (AUTRAN, 2007, p.45-46). Ao jornalista é necessário uma certa dose de desconfiança, pois “O político é sempre uma fonte interessada [...] É uma pessoa inserida em um sistema de decisões. Quer influir. [...] O repórter tem que conversar com o político no pressuposto de que o político quer fazer a cabeça dele”. (SOBREIRA, 2002, p.153). Para Castello, “o entrevistado é que precisa se defender. A posição do repórter deve ser sempre de ataque, seja estimulando as vaidades descobrindo o ponto fraco, para aí extrair o que quer. O entrevistado é uma fortaleza e você deve escolher qual a melhor maneira de abortá-lo”. (AUTRAN, 2007, p.48)

Um novo fator veio a intervir no relacionamento de repórteres e políticos: as assessorias de imprensa. Castello acompanhou o surgimento dos fenômenos das assessorias de imprensa no país e criticou a forma como este trabalho vinha sendo desenvolvido. “Hoje se o sujeito ocupa uma função qualquer, quer ter um assessor de imprensa. Não é bem um assessor de imprensa, é um comunicador, um homem de comunicação social para abrir as portas para ele. Mas eu, por exemplo, não quero conversar com um assessor de imprensa, quero conversar com o deputado, se possível. Se não for, procuro outro”. (SOBREIRA, 2002, p.153).

Como comentarista político, Carlos Castello Branco desenvolveu estratégias próprias. Apesar de dizer que escrevia “sem pensar”, o sucesso de seus textos partia diretamente de sua capacidade de interpretação e contextualização das notícias. Dizia que sua técnica era “ficar calado” e escrevia com base “no meu conhecimento do processo político, da

vida política, do tipo de raciocínio do político e de suas reações. E também no conhecimento das pessoas". (IMPRENSA, 1992). Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Castello ensinava que, para se fazer respeitada e perene, uma coluna e seu autor precisam muito mais do que talento:

> Para que uma coluna de comentários políticos exista e seja eficiente, faz-se necessário a conjugação de três fatores. O primeiro é que exista um jornal, desengajado das questões facciosas, independente, que se disponha a editá-la. O segundo, é que o jornalista que aceitou a tarefa, preserve o animo isento, o equilíbrio e a liberdade de espírito, indispensáveis a ver de cima e não de baixo os fatos postos sob sua observação. O terceiro, finalmente, é que as condições gerais do país suportem a exposição franca dos fatos e o seu debate livre. (JORNAL DO BRASIL, 1993).

Modesto, ele sempre negava a grandeza da influência da *Coluna do Castello* sobre os fatos, sobre os políticos e sobre a vida pública do país. "Apenas ofereço a quem vai ler uma análise a mais desengajada e objetiva possível. Eu pretendo que o que escrevo seja aceito e compreendido, mas não tenho a aspiração de influir em nada". (IMPRENSA, 1992). Quando foi questionado se ele se dava conta de que era o colunista político mais importante do país, respondeu: "Eu ouço falar, mas não sinto". (IMPRENSA, 1992).

Depois de longa e exitosa trajetória, já com 50 anos de profissão, Castello mostrava-se desanimado e descrente com a imprensa. "Não acredito na seriedade dos jornais, não é uma atividade correta. Nenhum deles era correto. Todos os jornais acabam e os donos ficam ricos". (ZARVOS, 1986). Quatro anos depois, Castello flexibilizou um pouco o seu pessimismo e passou a ver com olhos de esperança, o estágio democrático porque passava a imprensa no começo da década de 1990.

Em depoimento à *Revista Imprensa*, em 1992, Castellinho descreveu como entendia a imprensa daquele começo de nova década. Para quem enfrentara as ditaduras Vargas e Militar, Castello estava empolgado com a redemocratização do Brasil:

> A imprensa conquistou seu lugar. Eu acho que em nenhum outro país do mundo há uma quota de liberdade de Imprensa maior que a do Brasil. A liberdade de imprensa aqui é total. Os jornais ganharam seu espaço e nenhum jornal deixa de publicar uma notícia. A imprensa brasileira tem uma grande vitalidade econômica e técnica. Os jornais, hoje, são uma indústria muito bem articulada, com tecnologia moderna e com um quadro de redatores muito sofisticado. (IMPRENSA, 1992)

Na mesma entrevista, concedida um ano antes de falecer, Castello também demonstrou preocupação com a produção jornalística no Brasil. Ele entendia que a mídia cobria prioritariamente esporte, crime e política local para atender ao perfil de leitor brasileiro, mais interessado nestas questões, segundo ele. No entanto criticou a eminência progressiva do jornalismo de serviço nos jornais. "É claro que o jornalismo de serviço tem o

seu papel, mas não é isso que o leitor procura. O leitor não está em busca de serviços, mas de notícias". (IMPRENSA, 1992).

No final da vida, Castello, ícone entre os jornalistas, virou uma referência e passou a ser convidado a opinar sobre as questões que envolviam a atividade jornalística. Concedeu diversas entrevistas que foram publicadas em revistas e jornais e, posteriormente em livros. As suas lições de trabalho e sua experiência como profissional tornaram-se parâmetro para a compreensão e o debate da práxis jornalística.

CAPÍTULO II – O PERFIL TEÓRICO DO COMENTÁRIO

Para cumprir um dos objetivos previstos, ou seja, descrever o perfil teórico do comentário, torna-se indispensável refletir sobre os elementos que contribuem para a sua existência ou surgimento, para a finalidade do comentário no jornalismo. Estes elementos compreendem: o suporte, em que o comentário é transmitido; o público receptor e os efeitos causados pela mensagem; o meio em que é produzido, com destaque para a atuação do jornalista/comentarista e o ambiente social que demanda este tipo de formato.

Para tanto, dividiu-se a discussão em quatro momentos distintos, porém conexos: a natureza do jornalismo, sua relação com o público e contribuição para a elaboração da Opinião Pública[29]; o gênero jornalístico opinativo, suas características, funções e formatos; o papel do comentarista, especificamente o jornalista especializado em política e sua contribuição para a formação da opinião pública e, por fim, uma breve conclusão destas reflexões com o detalhamento da descrição teórica do formato comentário.

1 O jornalismo e a Opinião Pública

Marques de Melo (1975), Beltrão (1980; 1992; 2006) e Jobim (1992) fizeram importantes reflexões acerca da relação entre jornalismo e Opinião Pública, todos considerando os pressupostos pioneiros de Lippmann (2008), no livro *Public Opinion*, importante obra publicada em 1922, nos Estados Unidos, um axioma para a compreensão do tema.

Antes de relacionar jornalismo e a Opinião Pública, discorre-se inicialmente sobre os conceitos e pormenores deste fenômeno, considerando as ações que contribuem para sua formação, incluindo a atuação dos meios de comunicação e do público receptor, além do interesse público e da significação dos estereótipos e símbolos. Estas questões são abordadas por Lippmann (2008) na sua explicação de como funciona e como é formada a Opinião Pública. O autor inclui, além destas, a opinião do indivíduo, do grupo social, a convivência em sociedade, a representação do mundo através dos meios de comunicação, a atuação das

[29] Optou-se por usar a expressão "Opinião Pública" com letras iniciais maiúsculas para indicar o fenômeno social e diferenciar os diferentes usos da palavra "opinião" ao longo do texto, que pode ser usada para expressar a preferência individual.

lideranças, o ideal de democracia, o comportamento dos leitores e a natureza dos jornais entre os tópicos para discussão do fenômeno, lições e conceitos que este estudo utiliza.

Lippman (2008) trata a opinião pública como um fenômeno social, recorrendo à psicologia social e a ciência política: "[...] aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome dos grupos". (LIPPMAN, 2008, p.40). Conforme demonstrou a obra de Lippman, a discussão sobre sociedade e comportamento de indivíduos é crucial para a compreensão do tema.

A sociedade aparece em Lippman (2008, p.40) como "[...] um tipo de coisa que corresponde a sua ideia do que é normal, ou o tipo de coisa que corresponde a sua idéia do que é livre. Ambas as ideias são meramente opiniões públicas". A Opinião Pública é fator determinante para a própria constituição da sociedade, enquanto que os meios de comunicação atuam como contribuintes na formação das ideias do que é normal e do que é livre, ou seja, da própria noção de 'normalidade' para uma comunidade.

O indivíduo é o núcleo da célula social, é o criador das ideias, a partir da qual a opinião pública é formada e o conceito de sociedade é instituído. No entanto, é preciso vislumbrar o indivíduo como um ser limitado pelo tempo e espaço e, em função destas limitações, não tem condições físicas de conhecer e ver tudo o que existe, então cria a ideia de mundo a partir do recorte das informações que lhes chega (LIPPMAN, 2008, p.37). Acrescenta-se às informações, as versões dos fatos e as opiniões que chegam aos indivíduos. A ideia de mundo e as ideias que formarão a opinião pública e, consequentemente, a ação individual e coletiva, estão baseadas em imagens transmitidas a cada indivíduo e não em conhecimento direto. (LIPPMAN, 2008, p.37).

Ao longo da história da humanidade, outros pensadores fizeram referências à Opinião Pública, relacionando-as às reflexões sobre sociedade, política e natureza humana. Resgate feito por Marques de Melo (1975) mostra como a questão permeou os debates por séculos:

> Homero – "todos os vizinhos se diziam a mesma coisa" *(Ilíada*). Cícero – "o Senado terá o apoio do povo contra Catilina", "seria grave não seguir essa opinião do povo romano" (*Catilinárias*). Locke – "lei que constitui, junto com a lei divina e a lei civil, a norma de comportamento dos homens" (*Ensaio sobre o entendimento humano*). Maquiavel – "um dos remédios mais eficientes que tem um Príncipe contra as conspirações é não tornar odiado pela população, pois quem conspira pensa sempre que está satisfazendo os desejos do povo" (*O Príncipe*). James Bryce – "uma das novas forças do mundo, reconhecida apenas a partir do dia em que os governos adquiriram caráter popular" (*A Comunidade Americana*). Marx – "na mesma medida em que é um produto da opinião pública, a imprensa livre cria também essa opinião". Lippman – "obra de homens individuais que reagem de um modo semelhante ante um determinado fenômeno, mas que conservam, individualmente, um poder ativo de decisão à margem de qualquer estereótipo ou imagem". Raymon Nixon – "tendência ou orientação nas opiniões individuais da maioria ou de todo um grupo social, em um assunto de interesse comum, adotada depois de ter-se a oportunidade de discuti-lo". (*Opinión Pública y Periodismo*). (MARQUES DE MELO, 1975, p.51-52)

Pioneiro no país na reflexão entre Opinião Pública e meios de comunicação de massa, Marques de Melo (1975, p.58) definiu a Opinião Pública como sendo "um produto da atividade social [...] tem um caráter dinâmico, estando submetida à influência das opiniões que refletem as forças vivas da sociedade". "[...] Resulta do choque entre opiniões divergentes, diante de um fato, logrando uma delas galvanizar as atenções e as preferências da maioria dos indivíduos". (MARQUES DE MELO, 1975, p.55)

Outro pioneiro, Danton Jobim, proferindo palestra em seminário na Escola de Jornalismo da Universidade do Texas, fez, em 1953, importantes reflexões acerca da opinião pública. Esta aula faz parte dos textos publicados em *Espírito do Jornalismo* (1992), em que trata da formação da opinião pública, das características do público receptor e do leitor, dos tipos de opinião, dos estereótipos, dos jornais e da democracia, questões similares àquelas abordadas por Lippman (2008) e que serão expostas em minúcias mais adiante.

Entre os brasileiros, este estudo recorre ainda aos escritos de Luiz Beltrão que, utilizando das definições de Marques de Melo (1975), Homero, Cícero, Locke, Lippman (1956), Juan Beneyto (1961), Jean Chistian Fauvet (1966), Jacques Antoine (1966), Carlos Cossio (1958), Julian Marías (s/d) e Luis Gonzalez Seara (1968) apresenta quatro características principais do fenômeno da opinião pública: 1-consciência histórica coletiva

(conhecimento emocional acerca dos fatos); 2-ocorrência do interesse público (não afeta apenas um grupo, mas toda a comunidade); 3-confronto com o sistema de valores vigente (versa sobre coisas que mobiliza os princípios estabelecidos); 4-julgamento de categorias sociais à base de uma compreensão objetiva (composição do público). (BELTRÃO, 1980, p.25-27)

Dentre estas características, discutem-se duas questões: o interesse e o comportamento do público, acreditando serem fatores que englobam os demais itens apontados por Beltrão.

A compreensão do interesse público perpassa, inicialmente, pelo entendimento de como funciona o interesse humano, pois o primeiro é a reunião do segundo. Conforme explica Lippman (2008, p.150), para que algo incite o interesse humano é preciso fazer uma abstração do original e uma animação do que foi extraído para que se encaixe nas limitações da realidade do receptor. O bom e o belo não bastam, neste contexto é importante o valor tátil ou visual da ideia para que um número maior de pessoas compartilhem uma mesma opinião e que esteja relacionada à personalidade individual. (LIPPMAN, 2008, p.151). O autor aconselha que, naqueles discursos sobre fatos ou ambientes que não se conhece, o estímulo pode ser uma série de imagens mentais despertas por palavras faladas ou impressas. (LIPPMAN, 2008, p.185)

No caso da política, como exemplifica Lippman (2008, p.152-153), ela passa a ser interessante quando há uma luta, uma questão. O ponto de apoio do discurso do político é a imagem de algum mal real, comum ao público e que faça parte do presente. Porque aqueles que buscam falar de um futuro, onde o receptor não poderá verificá-lo, corre o risco de cair em grave erro. “Ao descrever o presente você é mais ou menos amarrado à experiência comum”. (LIPPMAN, 2008, p.156). A obtenção do sucesso no discurso ou o alcance da “transferência do interesse” é possível quando “se num número de pessoas, possuindo várias tendências para responder, você encontrar um estímulo que despertará a mesma emoção em muitos deles [...] A antítese do que eles todos odeiam”. (LIPPMAN, 2008, p.186)

O estímulo ao interesse humano, a que se refere Lippman (2008), é otimizado com a utilização dos meios de comunicação de massa ou no processo de “midiatização” dos assuntos; Silva (2006, p.52) defende que, para se tirar da Opinião Pública uma tendência predominante, o assunto tem que ser “mediado” (produção de sentido e valor) e “midiatizado” (meios de comunicação patrocinando a polêmica). No processo de “midiação”, acontece o enquadramento dos temas por parte dos meios de comunicação ou o agendamento dos assuntos. (SILVA, 2006, p.51). Na raiz do interesse público está o conjunto de indivíduos que

formam o grupo receptor de mensagens e também produtor de ideias, "que jamais pode ser confundido com a massa, não é homogêneo em sua composição – por força dos diferentes graus de cultura e de status social – deve-se admitir que há vários públicos, cada um reagindo de modo distinto em face da ação que se exerça sobre eles". (JOBIM, 1982, p.87).

A corrente teórica que mais contribuiu para a mudança na visão sobre o público receptor foi a dos Estudos Culturais[30], situando a cultura em um patamar de prioridade na análise das transformações dentro do sistema social e seu relacionamento com a mídia, onde a audiência aparece como o elemento fundamental e complexo. Os Estudos Culturais são importantes para analisar a Opinião Pública porque insere, com mais ênfase, no debate sobre recepção de mensagens, as experiências dos indivíduos, suas práticas sociais e subjetividades. Como opinião também é sentimento, é recorrente citar que, a subjetividade dos indivíduos que compõem a audiência aparece como fundamental na análise da recepção midiática. "A importância que essas mensagens midiáticas têm para os indivíduos e as maneiras de usar os materiais simbólicos mediados dependem crucialmente dos contextos de recepção". (RODRIGUES, 2006, p. 07)

Vale lembrar que, embora inovadora, as propostas dos Estudos Culturais não são inéditas, pois autores como Marques de Melo, Luiz Beltrão e Danton Jobim já consideravam a variante cultural. Jobim (1992) e Beltrão (1980) comungam a idéia de que o público receptor compreende o segundo estágio na formação da opinião pública. Pois, em contato com os semelhantes, "os homens formam seus juízos mediante a troca de notícias e de ideias", sendo que os meios de comunicação são responsáveis por "organizar" esta troca de notícias, no que os autores chamam de primeiro estágio da formação da opinião pública. (JOBIM, 1982, p.87). Estes autores fizeram classificações dos leitores de jornais, considerando suas funções no processo de formação da opinião pública:

Beltrão (1980, p.27-28) dividiu o público em quatro extratos: 1- criação original (personalidade ou indivíduo criador da ideia); 2- a vocação intelectualizada (pessoas conhecidas em seu círculo de ação que se "apaixonam pelo valor de origem e vivem difundindo-o", deles se origina a opinião técnica); 3- a compreensão objetiva (maior número

[30] Os Estudos Culturais nasceram nos anos de 1970 no Center for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham na Inglaterra, são herdeiros de uma perspectiva científica oriunda do final do século XVIII que compreende as relações humanas como um conjunto de práticas que se norteiam através das ações culturais. Na América Latina a emergência dos estudos culturais em comunicação acontece na década de 80 do século XX com forte influencia de Gramsci. É neste momento que, segundo Jacks (2007) a pesquisa volta-se para a realidade latino-americana como eixo teórico explicativo de seus fenômenos sociais, culturais e comunicacionais.

de pessoas, que distinguem o valor em que se baseia a opinião); 4- a compreensão subjetiva ("indivíduos que simplesmente adotam o ponto de vista dos demais, por comodismo, por moda, por preguiça mental").

A classificação feita por Jobim (1992, p.88-89), considera os leitores a que se destinam os jornais americanos: 1- alfabetizados (grupo formado por aqueles que consomem jornais e revistas hiperilustradas); 2- o público que lê mais com os sentidos que com o cérebro (consomem mais notícias relacionadas ao crime e ao sexo); 3- grupo dos que gostam de ler; 4- público conservador ("que pensa que pensa"); 5- grupo dos que realmente pensam. Na sua análise, Jobim diz que não há limite da influência de um jornal em cada uma das categorias, que, apesar de predominante em cada grupo, os indivíduos podem consumir mais de um tipo de jornal, revista e demais meios e um determinado meio pode influenciar indivíduos de diferentes grupos.

A relevância da dinâmica do público no processo de formação da Opinião Pública também foi citado por Marques de Melo (1975, p.58), pois considera que o fenômeno "[...] envolve todo um complexo de circulação das informações na comunidade. Desde as informações transmitidas de geração a geração às informações ocasionais difundidas pelos meios de comunicação de massas e redifundidas pelos indivíduos nos grupos sociais". Neste processo, os meios de comunicação de massa não são "condutores" e sim "instrumentos" que "[...] atuam como intermediários na ação social dos grupos. Da atividade participante dos indivíduos [...] é que resulta a verdadeira conformação da Opinião Pública". (MARQUES DE MELO, 1975, p.65-66). Marques de Melo (1975, p.63) introduziu na discussão o caráter político que há nas relações entre os indivíduos ou grupos de indivíduos, considerando a "[...] consciência social que emana desses grupos", o autor foi feliz ao afirmar que a Opinião Pública "se forja na dinâmica das relações interpessoais que marcam os grupos primários. Ainda que os meios de comunicação, em sua totalidade, estejam a serviço do grupo dominante, detentor do poder, a Opinião Pública pode apresentar uma tendência divergente, contrária". (MARQUES DE MELO, 1975, p.68).

No interior da dinâmica das relações interpessoais a que se refere Marques de Melo (1975), alguns fatores corroboram com a formação da Opinião Pública, fatores intrínsecos ao próprio indivíduo e outros que constituem a vivência como grupo social. A educação, cultura, o acesso à informação, estratificação social, os estereótipos e os símbolos são alguns destes fatores citados pelos autores aqui utilizados, além dos meios de comunicação de massa, fator que será discutido mais a diante quando se faz a reflexão sobre a relação entre jornalismo e opinião pública. A partir da natureza destes fatores, entende-se que a Opinião Pública está

relacionada a fatos “indiretos, invisíveis e embaraçosos” (LIPPMAN, 2008, p.39), por isso a sua compreensão não é tarefa fácil.

A educação e a vida familiar são consideradas por Marques de Melo (1975, p.59-60) como fatores básicos para a formação da opinião. Os fatores complementares são: “os meios de comunicação de massas, os grupos de pressão e a propaganda”. A cultura, os costumes e a geografia, ou o ambiente em que se vive, são “valores constantes de traços aparentemente imutáveis”, classificados por Jobim (1982, p.88) como a “Opinião estática”. A opinião que se manifesta acidentalmente sobre acontecimentos contemporâneos, através dos juízos precários que o homem comum formula sobre os fatos trazidos ao seu conhecimento é denominada pelo autor de “Opinião dinâmica”. É sobre esta opinião inconstante que agem os meios de comunicação de massa, processo intensificado pela urbanização e pelo avanço da tecnologia, mas vale lembrar que não é uma ação unilateral, pois a imprensa também reflete as mutações da opinião dinâmica.

Paralelo à educação tem-se o fator do acesso à informação, pois, a partir do conhecimento do que se passa em seu ambiente e em outros ambientes é que se formula uma opinião. A qualidade das informações que cada indivíduo tem acesso é que irá constituir a opinião pessoal, formada pelas “imagens nas cabeças destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos”. (LIPPMAN, 2008, p.40). Como bem definiu Jobim (1982, p.87), a formação da Opinião Pública pressupõe o conhecimento e a interpretação dos fatos.

O fator da estratificação social reúne duas questões da dinâmica das comunidades: o grupo em que está inserido o indivíduo e a questão econômica. Sobre a participação nos diferentes grupos sociais, entendidos aqui como grupos religiosos, partidos políticos, movimentos sociais, entidades da sociedade civil como ONGs, sindicatos e associações considera-se como benéfica para a emancipação da consciência do indivíduo e dos grupos, pois nestes espaços se compartilham problemas e objetivos. Pensamento diferente daquele explícito por James Madison (apud LIPPMAN, 2008, p.166-167), pois ele considera que a opinião formulada dentro destes grupos sociais leva os seus seguidores “[...] muito mais a dispor-se a confundir e oprimir uns aos outros ao invés de cooperarem para o bem comum”. Deve-se levar em conta que esta reflexão foi elaborada em um período entre as duas grandes Guerras Mundiais.

Mais recentemente, correntes de pensamento socioculturais[31] apresentam visões menos pessimistas a respeito das relações dentro dos grupos sociais e do seu papel na sociedade. O sociólogo francês Alain Touraine (1978 *apud* SHERER-WARREN, 1989, p.90) é um dos pensadores que trabalha nesta perspectiva. Ele considera os movimentos sociais como "os mais importantes comportamentos coletivos". O autor defende que estes grupos expressam "[...] as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, etc. Mas expressam também o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comendo de uma nova historicidade". (1978 *apud* SHERER-WARREN, 1989, p. 94).

Voltando à discussão anterior, sobre os fatores que influem na formação da Opinião Pública, tem-se a questão econômica ou a situação financeira em que cada grupo está condicionado. Lippman (2008, p.57) argumenta que "[...] a renda de um indivíduo e a renda da comunidade determina a quantidade de comunicação que é possível", pois "o tamanho da renda de uma pessoa tem considerável efeito sobre seu acesso ao mundo que está distante [...]" e, consequentemente, sobre a quantidade e qualidade da informação que usa para formular opinião a respeito de algo ou alguém. Um exemplo claro é o poder de compra das famílias para o consumo de canais de televisão fechada, livros, revistas, jornais ou discos. Conforme dados da publicação *Hábitos e Consumos* da *Globosat*, do primeiro trimestre de 2010, 48% dos consumidores de TV fechada no Brasil pertencem as classes A e B; 23% da classe C e apenas 2% das classes D e E. Mas vale lembrar, que a "censura econômica" não é a regra geral, como lembrou Lippman (2008, p.57), há pessoas ou grupos que optam por não usarem a renda para adquirir mais informações. Sobre estes "não se pode dizer que estão sofrendo censura, ou de sigilo, ou alto custo de vida ou de dificuldade de comunicação. Sofrem de anemia, de falta de apetite e de curiosidade pela cena humana".

Parte-se agora para a discussão de outros dois fatores cruciais para a formação da Opinião Pública: os estereótipos e os símbolos, questões abstratas para o cotidiano, mas concretas o suficiente para a consolidação da Opinião Pública. Os estereótipos agem na deficiência da capacidade de se conhecer tudo o que existe, para suprir esta carência o homem tende a resumir os assuntos, as ideias, os conceitos, simplificá-los e fazer generalizações. Como bem definiu Lippman (2008, p.139), "[...] temos que pegar amostras, e tratá-las como

[31] As pesquisas feitas na perspectiva sociocultural levam em conta o cenário cultural em que está inserido o objeto de estudo e a multiplicidade de matrizes culturais no ambiente e do sujeito social. Na área da comunicação esta perspectiva é representada pelos Estudos Culturais, corrente com forte influência de Gramsci, que, por sua vez, tem base teórica no marxismo.

típicas". O estereótipo é uma ideia simplificada e reducionista daquilo que não se conhece, é o conceito supérfluo e irresponsável. Os símbolos são imagens visualizáveis ou imaginadas que são assumidas pelo consenso público e contribuem para a conservação da unidade de um conjunto social. (LIPPMANN, 2008, p.139).

Os estereótipos e os símbolos estão interligados na função da formação da Opinião Pública, uma relação intermediada pela cultura. "Pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura". (LIPPMAN, 2008, p.85). Conforme explica o autor, os símbolos fazem uso das imagens e devoções de uma sociedade já estereotipada. A exemplo da bandeira nacional, dos ídolos e dos reis, os símbolos são constituídos de apelos sentimentais e são vistos da mesma forma por todos os indivíduos. "No símbolo a emoção é descarregada através de um alvo comum, e a idiossincrasia das ideias reais desaparece". (LIPPMAN, 2008, p.208).

No processo de formação da Opinião Pública, os símbolos são usados pelos líderes, conhecedores do poder deste instrumento, para influir junto aos indivíduos e mobilizá-los por objetivos que eles não compreendem. "Devido ao seu poder de remover a emoção de ideias distintas, o símbolo é ao mesmo tempo um mecanismo de solidariedade e de exploração" (LIPPMANN, 2008, p.209). Um dos exemplos do uso de símbolos com o fim de exploração é o recrutamento dos jovens americanos para as muitas guerras que os Estados Unidos tem liderado nos países do Oriente Médio. A conformação das famílias e a aceitação por parte da população americana estão baseadas na solidariedade ao símbolo País, enquanto nação, traduzido no sentimento da nacionalidade radical.

Para o fim de solidariedade, os símbolos podem mover as populações ou grupos sociais para promoverem o bem comum. Esta mobilização social é a representação material do que a Opinião Pública é capaz. Lippman (2008, p.211) definiu com maestria o poder de influência do símbolo junto a Opinião Pública, segundo ele, o símbolo "[...] imobiliza a personalidade, enquanto ao mesmo tempo focaliza enormemente a intenção do grupo e unifica aquele grupo, como nenhuma outra coisa numa crise que pode unificá-lo, à ação com o propósito. Ele torna a massa móvel, muito embora imobilize a personalidade".

E com relação ao estereótipo? O que se pode falar sobre seu papel no fenômeno da Opinião Pública? Fazendo uso das reflexões de Lippman (2008) para explicar o processo, parte-se do pressuposto de que para se ter uma opinião, o indivíduo precisa descrever mais espaço do que se pode ver e mais tempo do que se pode sentir, conforme reflexões já apresentadas acerca do ambiente real e imaginário. É a partir desta necessidade que se dá a 'estereotipização' das idéias, "[...] costumamos observar um traço que marca um tipo já

conhecido e o resto da imagem a preenchemos com estereótipos que já possuímos". (LIPPMAN, 2008, p.91). Jobim (1982, p.88) explica que os meios de comunicação agem nesta fase do processo de formação da Opinião Pública, corroborando a orientação sobre os assuntos. O autor afirma que "[...] a estereotipização age sobre a opinião dinâmica", referente aos assuntos mutáveis. As opiniões "têm, portanto, quer ser formadas de pedaços juntados do que outros nos relataram e do que podemos imaginar". (LIPPMAN, 2008, p.83).

Os meios de comunicação também lutam por hegemonia, no sentido gramsciano, tentando conquistar o poder simbólico de fazer ver e fazer crer, predizer e prescrever, dar a conhecer e fazer reconhecer (Bourdieu, 1990, p.174 apud BARBOSA, p.183). "A lógica discursiva – envolvendo críticas, confrontos e campanhas entre os jornais – é determinada pela necessidade de os veículos afirmarem suas concepções e legitimarem a identidade construída, na qual se sobressai a imagem do formador de opinião". (BOURDIEU, 1989, p.175). Neste 'estágio' da Opinião Pública destaca-se a função de orientação do jornalismo representada pelos formatos do gênero opinativo, entre eles o comentário, questões discutidas com minúcias na segunda e quarta parte deste capítulo.

Vale ressaltar que os símbolos e os estereótipos não são incontestáveis ou inabalados, a educação que torna os indivíduos "mais agudamente conscientes" é a principal arma para enfraquecer estas pré-concepções que costumam governar o processo de percepção. (LIPPMAN, 2008, p.91).

Todos os fatores de formação da Opinião Pública descritos acima (a educação, o acesso à informação, estratificação social, os estereótipos, os símbolos) irão constituir o sentimento do indivíduo, alicerce das opiniões e da Opinião Pública, pois "[...] junto a um fato se levanta uma tomada de posição fundamentada sobre a realidade objetiva e como reflexo da personalidade: a opinião é, por isso, juízo e sentimento". (JUAN BENEYTO, 1961, apud BELTRÃO, 1980, p.23).

1.1 Fatores complementares: Jornalismo e a Comunicação Governamental

Antes de tornar-se opinião dominante ou Opinião Pública, a opinião primária ou ideia inicial surge em "círculos reduzidos" de indivíduos (MARIAS apud Beltrão, 1980, p.17) residentes em diferentes espaços, que podem vir a ser os grupos sociais, os meios de comunicação ou o governo. Não significa dizer que a ideia ou opinião primária permaneça a mesma, apenas ampliando o número de indivíduos, mas ao longo do processo, diversos fatores corroboram para que ela se torne opinião dominante.

No item anterior foram expostos alguns fatores básicos, agora faz-se a discussão acerca de dois fatores, considerados como complementares para a formação da Opinião Pública: o jornalismo e a comunicação governamental. A divisão dos fatores de influência em básicos e complementares, apresentados anteriormente, fora elaborado por Marques de Melo (1975). Em sua classificação ele chamou de "fatores complementares", os meios de comunicação de massas, os grupos de pressão e a propaganda. Esta classificação, usada apenas como referência inicial, foi ampliada neste debate com a inclusão de outros fatores identificados por Lippmann, Beltrão, Jobim e Bourdieu, expostos anteriormente.

O jornalismo e a comunicação governamental atuam no processo social como produtoras de ideias (informações e opiniões) das quais o indivíduo ou os grupos sociais utilizam para formularem suas opiniões acerca dos fatos, temas ou pessoas. Além da produção de ideias pode-se dizer que o jornalismo é também um mediador de opiniões entre os grupos de pressões e o próprio governo. A comunicação governamental é o termo usado para representar o conjunto da estrutura de comunicação dos governos (municipais, estaduais e federal) formada por profissionais de diversas áreas que atuam nos setores de Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Assessoria de Imprensa, que também atuam na produção de opiniões primárias.

Tanto os conceitos elaborados sobre o jornalismo, quanto aqueles sobre a comunicação governamental consideram a opinião pública como o propósito final de suas ações. Enquanto que o "Jornalismo é informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimento e orientar a opinião pública no sentido de promover o bem comum". (BELTRÃO, 2006, p.30); a comunicação governamental trabalha com o objetivo de "[...] levar à opinião pública fatos de significação, ocorridos na esfera governamental". (REGO, F., 1985, p.44).

Considerando as reflexões de Beltrão, Lippman e Marques de Melo sobre a natureza do jornalismo e sua relação com a Opinião Pública, extraiu-se alguns conceitos importantes para a compreensão desta questão. Beltrão (1980) defende a orientação da Opinião Pública entre as funções básicas do jornalismo e "a popularidade" e "a promoção" como características principais; Lippmann (2008) tratou a notícia como uma "representação do real" que ajuda na formulação das opiniões sobre um ambiente desconhecido e Marques de Melo (1975) ressaltou a "natureza política" do jornalismo.

Em *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*, Beltrão (1992, p.66) atrela a função de orientação do jornalismo a uma missão "educadora", "[...] visando esclarecer a opinião

pública para que sinta e aja com discernimento", idéia relacionada à "[...] difusão sistemática de conhecimento e a sistemática orientação da opinião pública". (p.69). Em Beltrão (1992, p.70), a função educativa do jornalismo significa criar, na Opinião Pública, uma disposição para realizar o bem-estar social. "Daí o caráter de promoção, inerente a todas as suas manifestações autênticas". Compreende-se que a função educadora do jornalismo permeia todos os tipos de produção, tanto na difusão de informações, quanto de interpretação dos fatos e emissão de opinião. Opta-se por conceituar a função educadora do jornalismo como uma transmissão de conhecimentos para que se evite o impasse com os conceitos de educação na família e no sistema de ensino, que possuem natureza, objetivos e situações muito diversas do jornalismo.

Deixando de lado a função de educar do jornalismo, enfatiza-se a função de orientação através da opinião, visto que este estudo busca, entre outros objetivos, entender a influência do texto opinativo na formação da Opinião Pública.

Conforme explica Beltrão (1980), o jornalismo oferece três categorias de opinião que contribuem para o fenômeno social da Opinião Pública: a opinião do editor, expressa pelos editoriais e pela linha do jornal, identificadas pela seleção de notícias, diagramação, entre outros; a opinião do jornalista, expressas nos textos e a opinião do leitor, manifestada em entrevistas e cartas. Ainda neste capítulo, apresenta-se a opinião do jornalista com um recorte para a discussão sobre a opinião do comentarista político.

Nesta perspectiva, todo o produto elaborado pelos meios de comunicação chega ao consumidor/receptor com alguma opinião ou sugestão para interpretação dos acontecimentos. Vale ressaltar que não se devem confundir os diversos tipos de opinião expressos nos distintos produtos midiáticos com os formatos do gênero opinativo, onde a opinião predomina sobre a informação objetiva[32].

Entre as características do jornalismo elencadas por Luiz Beltrão (atualidade; variedade; interpretação; periodicidade; popularidade e promoção), as duas últimas estão diretamente relacionadas à formação da Opinião Pública A "popularidade" está relacionada ao propósito de atingir todos os indivíduos, "até mesmo nas publicações especializadas". Assim, com linguagem e estilo apropriados, o jornalismo dirige-se a uma parcela da comunidade e através destes "leitores credenciados", atinge os demais membros da sociedade. (BELTRÃO, 2006, p.33). A "promoção" consiste na orientação e incitação da Opinião Pública para que esta possa executar o bem comum. "O jornal consegue fixar correntes da opinião e fazer com

[32] O gênero opinativo e os seus formatos são analisados na segunda parte deste capítulo.

que certas soluções recebam a sanção majoritária do grupo". (BELTRÃO, 2006, p.35). O jornalismo atua como propulsor da ação individual e coletiva. (BELTRÃO, 1992, p.99)

> A simples leitura das notícias causa ânimo da multidão, um efeito surpreendente, porque a atualidade de um fato ou acontecimento qualquer atrai a atenção pública e a concentra em uma ordem de coisas em que cada leitor se sente solitário com o grupo a qual pertence. (BELTRÃO, 2006, p.35)

Em Lippmann (2008), a contribuição do jornalismo para a formação da Opinião Pública se dá a partir do fornecimento de conhecimentos exógenos para a elaboração de imagens sobre coisas que não se conhece. No processo de elaboração da opinião, aquele que recebe a mensagem jornalística trata-a como se fosse o próprio ambiente, mas na realidade é apenas uma imagem do ambiente (LIPPMANN, 2008, p.22). Esta é uma imagem simplificada, pois as pessoas, segundo Lippmann (2002, p.31), tem a necessidade de terem "mapas do mundo" e estes roteiros são oferecidos pelos meios de comunicação. O jornalismo também contribui para criar personalidades fictícias, ou o ser público, que é diferente do ser privado. Esta característica do jornalismo pode ser aplicada hoje para entender a criação de personalidades artísticas e políticas.

Marques de Melo (2009a, p.58) diz que o jornalismo tem uma natureza essencialmente política, porque tornou-se "o lócus privilegiado da atividade política", representando "aquela assembleia de cidadãos que se reunia na *ágora* ateniense ou no *fórum* romano" (BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1923, p.17 apud MARQUES DE MELO, 2009a, p.58). Esta "natureza política" do jornalismo está diretamente relacionada à formação da Opinião Pública, pois, sendo uma "tribuna" de debates toma para si o centro irradiador de opiniões.

Ao lado do jornalismo, no círculo de fatores que contribui com a Opinião Pública, está a comunicação governamental, que integra "o vasto repertório do que em Ciência Política se chama linguagem do poder". (REGO, F., 1985, p.43). Semelhante ao jornalismo, a comunicação governamental também usa os meios de comunicação para transmitir suas mensagens, além de fazer uso do próprio jornalismo. Mas diferentemente do primeiro que age movido pelo interesse público, pelo menos esse deve ser o seu motivo principal[33], a

[33] Outros interesses, além do público, permeiam a produção no jornalismo, porém são questões que não cabem maiores aprofundamentos neste estudo.

comunicação governamental atua "a serviço de um projeto de governo". (REGO, F., 1985, p.44)[34].

É através das emissoras de rádio, televisão, jornais, revistas e portais de internet do mercado midiático, que a comunicação governamental age na tentativa de incluir na produção jornalística diária as opiniões do governo acerca dos acontecimentos, além de promover a divulgação de suas ações. Nesta relação entre jornalismo e comunicação governamental algumas questões são maléficas ao processo de formação da Opinião Pública. Uma vez que a publicidade governamental patrocina a veiculação de informações do governo pelos órgãos de imprensa, o jornalismo adota para si ou se sujeita a representar o que Francisco Gaudêncio Rego (1985, p.45) chama de "oficialismo informativo, [...] responsável por verdades não comprovadas". Para Lippmann (2008, p.294 e 308) o sistema de comunicação governamental é "também uma vigilância sobre a imprensa" e um "indicativo de que os fatos da vida moderna não seguem a espontaneidade.

Entranhado no jornalismo de mercado, a comunicação governamental é um dos fatores mais intensos na formação de opiniões sobre o próprio governo, mas não faz sozinha uma imagem popular de seu governante. A aprovação de governos pelo povo passa essencialmente pelas ações concretas da administração pública no cotidiano das pessoas, suprindo suas carências e necessidades. A comunicação governamental pode dar visibilidade a homens públicos e aos seus atos, mas não pode sustentar mentiras.

1.2 Opinião Pública, Democracia e Jornalismo

Tornou-se discurso comum falar da interdependência entre democracia e jornalismo. Nas tribunas legislativas, na propaganda dos governos e na publicidade das empresas de mídia o "bom jornalismo" é sinônimo de democracia. A exaltação de uma imprensa livre como pressuposto básico para a liberdade dos povos e para a livre formação da Opinião Pública é um discurso nada novo, que remota da própria teoria Democrática[35].

No Brasil, o jornalista, político e jurista Rui Barbosa, que acompanhou de perto a transição do regime monárquico para o republicano, no final do século XIX, foi o defensor

[34] Vale ressaltar que não se pretende qualificar a comunicação governamental apenas como mero instrumento do poder, considera-se o seu papel importante para que as populações tomem conhecimento do que se passa nos diversos setores do Governo, porém este é um dos seus propósitos principais.

[35] O pensamento democrático moderno tem raízes em John Locke, nas constituintes americanas, na Revolução Francesa de 1789. Em oposição às antigas, as democracias modernas foram construídas sob o dogma de que os direitos pessoais são anteriores à própria sociedade. O fundamento principal do sistema político democrático é o predomínio da vontade popular. (PAUPÉRIO, 1976).

mais emblemático da imprensa livre para consolidação de uma democracia no país. Ele entendia a imprensa como uma instituição social dotada de super-poderes para designar os destinos de uma Nação e de seu povo.

> A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.
>
> ---
>
> Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos, um país, que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições.
>
> ---
>
> O ótimo facilmente desanda, aqui, no péssimo. Quanto maior o bem, maior o mal, que da sua inversão procede. Nada mais útil às nações do que a imprensa na lisura da sua missão. Nada mais nefasto do que ela mesma na transposição do seu papel. (BARBOSA, R., 1990, p.22)

Autor da primeira constituição republicana brasileira, Rui Barbosa (1990, p.22) colocava a imprensa e a democracia como entes interligados e dependentes: "para existir plenamente, a democracia deve permitir uma imprensa livre". No entanto, Rui Barbosa viu cair por terra os seus sonhos de imprensa livre. Depois de Proclamada a República, ele denunciou publicamente as relações promíscuas entre governos e imprensa. Criticou os homens que "silenciavam diante dos subornos" e atacou a República que ajudou a formar. Para ele, a República havia se consagrado no culto da mentira, representando um problema para a Democracia.

> [...] se adoça com o nome de "subvenção", com a indulgência deste honesto eufemismo, a dilapidação e o peculato cometidos, com rosto sereno e mãos largas, pelos governos que assalariam jornais, quando (toda a gente o sabe) por tal nome, pelo nome de *subvenção*, familiar no uso jurídico, administrativo e político, nunca se designou senão o auxílio legal, outorgado legalmente a quem por lei se pode outorgar. (BARBOSA, R., 1990, p.33)

Na primeira metade do século XX, Walter Lippmann, no contexto da República Americana, identificou alguns problemas na imprensa que comprometiam o ideal de democracia daquele país. Ao abordar a relação entre imprensa e Opinião Pública, Lippmann (2008) fez uma crítica consistente à teoria democrática no que diz respeito aos meios de comunicação. Segundo ele, a teoria superestima o poder da imprensa na formação das opiniões e aponta este fato como um grande erro.

Segundo Lippmann (2008, p.42), os pensadores democráticos esperavam que a imprensa (pode-se ampliar para os meios de comunicação de massa) realizasse a ficção "de

que cada um deve ter uma opinião sobre assuntos públicos [...] que ela faça tudo aquilo que está previsto na teoria democrática, e que os leitores esperam que este milagre seja realizado sem custo ou problema para eles". No entanto, a imprensa não pode sustentar a democracia, pois, "[...] na maneira como a verdade social é organizada hoje em dia, a imprensa não é estabelecida para fornecer de uma edição à próxima a quantidade de conhecimento que a teoria democrática da opinião pública demanda". (LIPPMAN, 2008, p.306). Em todo o mundo considera-se que a imprensa "[...] deveria fazer espontaneamente por nós o que a democracia primitiva imaginava que cada um de nós faria espontaneamente para si próprio". (LIPPMANN, 2008, p.275). Para o autor, a teoria democrática colocou responsabilidade em demasia para a imprensa, refletindo "uma anomalia de nossa civilização" porque o leitor espera que o jornal forneça a verdade, "idéia que advém da crença de que a verdade é uma revelação, fornecida gratuitamente". (LIPPMANN, 2008, p.276).

> Tem sido à imprensa um grande custo moral, ao encorajar a democracia, ainda ligada as suas promessas originais, esperar que os jornais forneçam espontaneamente a cada órgão do governo, em todo problema social, à maquinaria, a informação que eles próprios geralmente não fornecem a si mesmos. (LIPPMANN, 2008, p.307)
>
> ---
>
> A imprensa não é substituta para as instituições. É como um raio de holofote que se move sem descanso, trazendo um episódio e depois o outro fora da escuridão à visão. Os homens não podem fazer o trabalho do mundo através desta luz somente. Eles não podem governar a sociedade por episódios, incidentes e erupções. Só quando eles trabalham com a ajuda de uma luz firme, que a imprensa, quando foca sobre eles, revela uma situação inteligível o suficiente para uma decisão popular. (LIPPMANN, 2008, p.308).

Os problemas na imprensa refletem diretamente na formação das opiniões públicas, que, conforme defende Lippmann (2008, p.42) precisam "ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa". Os jornais são considerados pelos democratas como "[...] uma panacéia para seus próprios defeitos", enquanto que a análise da natureza das notícias e da base econômica do jornalismo "[...] parece mostrar que os jornais, necessária e inevitavelmente, refletem, e, portanto, em grande ou menor medida, intensificam a defeituosa organização da opinião pública", e que nem mesmo a objetividade das notícias e a liberdade de imprensa são suficientes para se ter uma opinião pública livre.

Marques de Melo (1975, p.57) também alerta para o fato de que a opinião da imprensa não é a Opinião Pública e que não é sempre que a imprensa a reflete, "geralmente

reflete a sua própria opinião, ou seja, a opinião dos proprietários das empresas ou dos grupos políticos que estão ligados às organizações jornalísticas".

Se mesmo na democracia, o jornalismo não consegue cumprir os seus objetivos de atuar pelo bem público, como fazer para torná-lo menos maléfico ao processo de formação da Opinião Pública? Lippmann (2008) defende que um jornal verdadeiramente independente deve ter muitos assinantes e menos anunciantes. Sugere-se que os indivíduos consumam uma maior variedade de produções jornalísticas a fim de poder fazer comparações e ter acesso a mais informações e opiniões. Aliados à educação e preservação das experiências culturais, o indivíduo e os grupos sociais terão mais liberdade para opinarem.

2 O jornalismo opinativo

O jornalismo opinativo, entendido como manifestação jornalística que tem como função principal orientar o receptor sobre um determinado assunto, está presente em toda a história da imprensa brasileira e mantém-se sólido nos meios de comunicação eletrônicos (Radio e Televisão) e no meio digital (Internet)[36]. O livro *Gêneros Jornalísticos no Brasil*, publicado em 2010, organizado por José Marques de Melo e Francisco de Assis, demonstra, entre outras questões, como o jornalismo opinativo está presente na produção da mídia nacional neste começo de século XXI. A publicação é uma coletânea de pesquisas realizadas por alunos do Programa de Pós-graduação da Universidade Metodista de São Paulo que tem como base a teoria dos gêneros jornalísticos, que se expõe com detalhes ainda neste capítulo. Abaixo seguem dados das pesquisas com relação à presença do gênero opinativo em jornais, revistas, na televisão e no rádio.

No estudo empírico realizado por Ana Regina Rêgo e Maria Isabel Amphillo (2010, p.172) com os jornais *O Estado de São Paulo* e *Diário de São Paulo*, as autoras constataram que o gênero opinativo é o segundo mais presente nestes periódicos. No *Estado de São Paulo* o jornalismo opinativo ocupou 13% das Unidades de Informação[37], sendo 2,95% de artigos; 2,38% de comentários e 2,13% de resenhas. Os demais gêneros ocuparam: Informativo (78%); utilitário (6%) e interpretativo (3%). No jornal *Diário de São Paulo,* o gênero

[36] A definição "meios eletrônicos" e "meios digitais" está em declínio visto que a televisão e o rádio também já podem ser considerados meios digitais. Faz-se ainda uso destes termos neste estudo com vistas a definir etapas históricas de evolução dos meios de comunicação.

[37] Unidade de Informação é a metodologia de mensuração proposta por Violett Morin (1974, apud MARQUES DE MELO; ASSIS, 2010, p.171).

informativo ocupa 70%; opinativo (16%); utilitário (12%); interpretativo e diversional, 1% cada um. Os formatos mais expressivos do gênero opinativo são a coluna (10,15%); cartas (2,17%); comentário (1,08%) e editorial (0,95%).

Resultados semelhantes foram obtidos por Lailton Alves da Costa (2010, p.225) em pesquisa realizada com jornais das cinco regiões brasileiras, com amostra construída de edições dos meses de novembro e dezembro de 2006. Os jornais pesquisados foram: *Zero Hora* (Região Sul)*; Folha de São Paulo* (Sudeste)*; Correio Brasiliense* (Centro-Oeste)*; A Tarde* (Nordeste) e *O Liberal* (Norte). Os resultados, expostos na tabela abaixo, mostram que o gênero opinativo é o segundo mais presente em três dos cinco periódicos, com exceção do jornal *Correio Brasiliense*, onde o gênero utilitário ocupa mais espaço (13%), enquanto que o gênero opinativo ocupa 10,5% e do jornal *A Tarde*, onde o gênero utilitário ocupa 12,3% e o opinativo 12,2%.

TABELA 1 – Distribuição dos gêneros nos jornais regionais (2006):

Jornal		Gênero						Total
		Informativo	Opinativo	Interpretativo	Diversional	Utilitário	Outros	
ZH	Frequência	524	192	19	2	164	163	1.064
	% do Gênero	16,4	23,6	30,6	50,0	24,1	18,0	18,8
	% do Total	9,3	3,4	0,3	0,0	2,9	2,9	18,8
FSP	Frequência	760	223	12	0	153	215	1.363
	% do Gênero	23,8	27,4	19,4	0,0	22,5	23,8	24,1
	% do Total	13,3	3,9	0,2	0,0	2,7	3,9	24,1
CB	Frequência	664	110	18	2	136	120	1.050
	% do Gênero	20,8	13,5	29,0	50,0	20,0	13,2	18,6
	% do Total	11,7	1,9	0,3	0,0	2,4	2,1	18,6
AT	Frequência	595	136	9	0	137	241	1.118
	% do Gênero	18,6	16,7	14,5	0,0	20,1	26,5	19,8
	% do Total	10,5	2,4	0,2	0,0	2,4	4,3	19,8
OL	Frequência	655	153	4	0	90	163	1.065
	% do Gênero	20,5	18,8	6,5	0,0	13,2	18,0	18,8
	% do Total	11,6	2,7	0,1	0,0	1,6	2,9	18,8
Total	Frequência	3191	814	62	4	681	902	5.660
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	% do Total	56,4	14,4	1,1	0,1	12,0	16,0	100,0

Fonte: COSTA, Lailton Alves. Outros gêneros em jornais regionais. In: MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

A pesquisa de Costa (2010) revela que, apesar da prevalência dos gêneros informativo e opinativo, o gênero utilitário está ganhando espaço nos periódicos de todo o país. Destaca-se ainda os tipos de formatos opinativos mais freqüentes: em primeiro lugar a

coluna, com 4,8%, seguido pelo comentário, com 2,8%. Surpreendentemente, o comentário é o oitavo entre todos os formatos mais freqüentes dos jornais analisados, estando à frente do artigo, que teve 2,6% de ocupação. O jornal com presença mais freqüente do comentário é a *Folha de São Paulo,* no periódico, o formato aparece com 5,7%, entre os formatos opinativos. No *Zero Hora* (1,5%), *Correio Brasiliense (*1,6%) e no *A Tarde* (2%) o comentário é o terceiro mais freqüente. No *O Liberal* é o segundo empatado com o artigo, cada um ocupa 2,3%.

TABELA 2 – Distribuição dos formatos opinativos em jornais regionais (2006):

Artigo	Freq.	26	35	19	43	25	**148**
	%	0,5	0,6	0,3	0,8	0,4	**2,6**
Carica-tura	Freq.	14	5	8	7	8	**42**
	%	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	**0,7**
Carta	Freq.	16	10	8	7	9	**50**
	%	0,3	0,2	0,1	0,1	0,2	**0,9**
Coluna	Freq.	85	46	40	32	68	**271**
	%	1,5	0,8	0,7	0,6	1,2	**4,8**
Comen-tário	Freq.	16	78	17	22	24	**157**
	%	0,3	1,4	0,3	0,4	0,4	**2,8**
Crônica	Freq.	16	4	0	4	5	**29**
	%	0,3	0,1	0,0	0,1	0,1	**0,5**
Editorial	Freq.	14	14	7	6	7	**48**
	%	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	**0,8**
Resenha	Freq.	5	31	11	15	6	**68**
	%	0,1	0,5	0,2	0,3	0,1	**1,2**

Fonte: COSTA, Lailton Alves. Outros gêneros em jornais regionais. In: MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

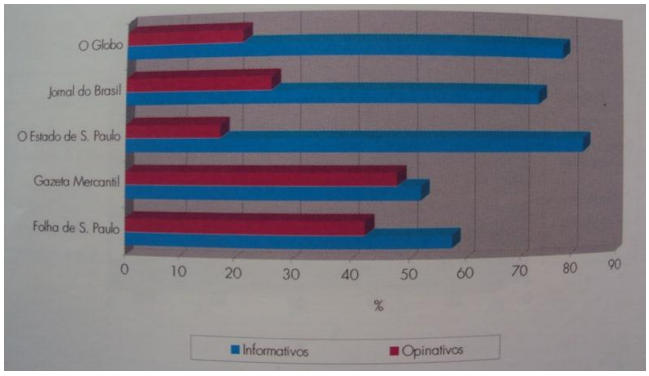
Estudo coordenado por Marques de Melo e Adolpho Queiroz (1998) sobre a Identidade da imprensa brasileira no final do século XX mostra uma presença maior dos formatos opinativos nos jornais de circulação nacional. Visto que os pesquisadores classificaram os textos jornalísticos em apenas informativos e opinativos, pois não consideravam ainda a existência dos formatos interpretativo, utilitário e diversional, não se pode avaliar se houve regressão da produção e publicação de textos opinativos. Na tabela abaixo pode-se observar os altos percentuais do gênero opinativo, quando comparado às pesquisas publicadas em 2010.

TABELA 3 – Os gêneros jornalísticos em jornais de prestígio nacional (1996):

GÊNEROS	*Folha de São Paulo*	*Gazeta Mercantil*	*Estado de São Paulo*	*Jornal do Brasil*	*O Globo*	**TOTAL**
INFORMATIVO	57,5 %	52,0 %	82,5 %	73,5 %	78,5 %	61,5 %
OPINATIVO	42,5 %	48,0 %	17,5 %	26,5 %	21,5 %	38,5 %

Fonte: MELO, José Marques; QUEIROZ, Adolpho (org). **Identidade da imprensa brasileira no final de século**: das estratégias comunicacionais aos enraizamentos e as ancoragens culturais. São Bernardo do Campo: UNESCO, 1998.

GRÁFICO 1 – Os gêneros jornalísticos em jornais de prestígio nacional (1996):



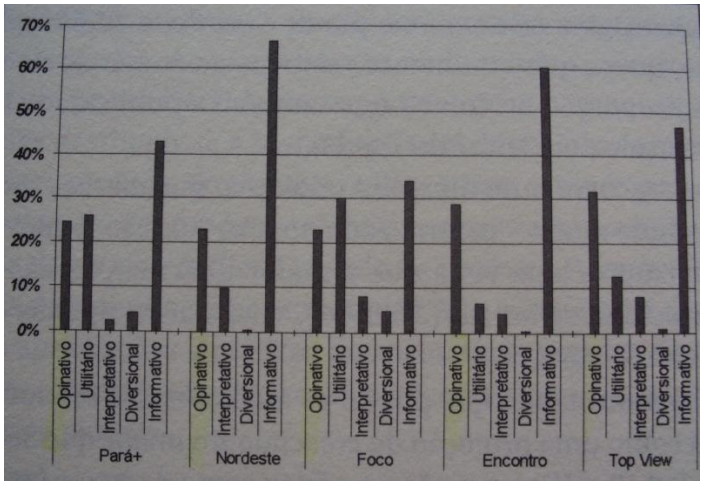
Fonte: MELO, José Marques; QUEIROZ, Adolpho (org). **Identidade da imprensa brasileira no final de século**: das estratégias comunicacionais aos enraizamentos e as ancoragens culturais. São Bernardo do Campo: UNESCO, 1998.

Na pesquisa de tese doutoral *"Mídia, cultura e desenvolvimento: estudo comparado de revistas regionais"* defendida em 2009 por Virgínia Salomão na Universidade Metodista de São Paulo com resumo publicado na coletânea *Gêneros Jornalísticos no Brasil*, a autora constatou que o gênero opinativo é, também, o segundo mais presente em revistas regionais, da mesma forma que acontecem nos jornais. Salomão (2010) pesquisou revistas consideradas como "de interesse geral" de cinco regiões do País: Revista *Pará+* (Região Norte); Revista *Nordeste* (Região Nordeste); *Foco* (Centro-oeste); *Encontro* (Sudeste) e *Top View* (Sul).

Na revista *Pará+*, 24,37% do conteúdo publicado é do gênero opinativo (comentário 11,76%; artigo 10,76%); na revista *Nordeste*, 23,03% são textos do gênero opinativo (comentário 7,89%; colunas e cartas 3,75% cada); na revista *Foco*, 23% do conteúdo é opinativo, sendo o terceiro mais presente, o primeiro é o gênero informativo (34%) e o segundo o gênero utilitário (30%). Dos formatos opinativos os mais presentes são: coluna (11,43%) e comentário (4,68%). Nas revistas *Encontro e Top View*, o gênero opinativo é o segundo mais presente: 28,28% e 31,82% respectivamente. Na revista *Top View* predominam

as colunas sociais extensas. Mais detalhes da pesquisa podem ser observados no gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 – Gêneros jornalísticos em revistas regionais (2009):



Fonte: SALOMÃO, Virgínia. Gêneros em revistas regionais. In: MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

Os estudos sobre a presença dos gêneros nas mídias eletrônicas (Rádio e Televisão) são bem mais escassos do que no jornalismo impresso, assim como pesquisas sobre os gêneros na internet ou no jornalismo digital ou ainda o webjornalismo. A coletânea *Gêneros Jornalísticos no Brasil* traz três artigos sobre os gêneros nos respectivos veículos, que ajudam a entender a configuração da produção jornalística atual.

Sobre os gêneros no radiojornalismo, Janine Marques Passini Lucht sugere uma classificação em cinco gêneros (informativo, opinativo, interpretativo, utilitário e diversional), baseada na classificação proposta por Marques de Melo (2003)[38] para o jornalismo impresso. Na classificação de Lucht (2010, p.273) o gênero opinativo possui dez formatos distintos: editorial, comentário, resenha, crônica (informação dos correspondentes), testemunhal, debate, painel, caricatura (ou charge eletrônica), carta (e-mail do ouvinte/participação por telefone) e rádio-conselho.

Para os gêneros no telejornalismo, Rezende (2010, p.303) propõe a classificação dos gêneros em apenas duas categorias: informativos e opinativos, pois considera que as demais categorias podem ser incluídas como informativas. Segundo a classificação proposta por Rezende (2010, p.310) são estes os formatos do gênero opinativo no telejornalismo: editorial, comentário, crônica, coluna, charge e participação do telespectador. Os três últimos considerados pelo autor como pouco freqüentes na programação dos telejornais.

[38] A classificação dos gêneros jornalísticos proposto por Marques de Melo está exposta ainda neste capítulo na página 122.

Sobre a presença dos gêneros nos telejornais da TV aberta no Brasil, uma análise dos quatro telejornais da *Rede Globo* (*Bom Dia Brasil*, *Jornal Hoje*, *Jornal Nacional* e *Jornal da Globo*) feita por Ana Carolina Temer (2002, p.175), mostra que os formatos opinativos são pouco presentes. A referida pesquisa mostra que apenas o *Bom Dia Brasil* apresenta um considerável número de formatos opinativos, especialmente os comentários especializados em economia, política e esportes. Já o *Jornal Hoje* e o *Jornal Nacional* não destinam espaço para o jornalismo opinativo. No *Jornal da Globo*, apesar de prevalecer também o gênero informativo, os formatos opinativos ocupam algum espaço, maior que no *Jornal Nacional* e bem menor que no *Bom Dia Brasil*.

Dos quatro tipos de suporte de veiculação do jornalismo citados, a internet é, sem dúvidas, o território menos estudado. Por estar em processo de formação, ainda não foi elaborada nenhuma classificação consistente para o webjornalismo. Muitos estudiosos acreditam que a internet seja o campo da hibridação dos gêneros, como defende Rego e Amphillo (2010, p.95). Para as autoras, na internet "[...] opinião e informação se fundem nos textos dos cidadãos jornalistas e que são enriquecidos pelos comentários postados e agregados a cada matéria publicada". Daniela Bertocchi (2010, p.315), sem excluir a tese de hibridação ou "fusão" para surgimento de novos formatos, entende que muitos dos modelos usados no jornalismo impresso tendem a se consolidar também no ciberespaço, especialmente os formatos opinativos. "Observamos que certas espécies mais duras, como o editorial e o artigo de opinião, até o momento estão sendo transladadas para a mídia digital sem sofrer grandes arranhões". (p.325).

Saindo do contexto contemporâneo do webjornalismo e voltando para o período de surgimento dos primeiros jornais, entende-se que o gênero opinativo ou a configuração do próprio jornalismo está relacionado à questões históricas, sociais, culturais, econômicas e tecnológicas. A opinião acompanha o jornalismo desde o seu nascimento. Conforme descreveu Beltrão (1980), as folhas avulsas, consideradas como precursoras do jornal, que circularam na Europa após a invenção da prensa por Gutenberg[39], eram eminentemente opinativas. No período em que se deu o surgimento dos primeiros jornais, a sociedade

[39] A prensa foi inventada em 1455 pelo alemão Johannes Gutenberg. A máquina fora usada para imprimir 200 Bíblias inicialmente, representou uma revolução para a cultura mundial, pois aumentou incrivelmente a quantidade de livros e de saber em circulação.

européia vivia a euforia da Reforma[40] e do Renascimento[41], um ambiente propício para a prática do jornalismo de opinião.

O espírito intelectual e público do Renascimento fez com que o jornalismo se tornasse uma atividade "comprometida com o exercício do poder político, difundindo ideias, combatendo princípios e defendendo pontos de vista" (MARQUES DE MELO, 2003, p.23), assumindo assim um caráter eminentemente opinativo. Posteriormente, quando as publicações adquiriram periodicidade regular, os artigos de opinião ocupam mais espaço do que as notícias. Conforme descreve Mendoza (1989, p.161, tradução nossa), durante os séculos XVII e XVIII "[...] a maioria dos jornais europeus continham temas sobre filosofia, moral, ciências e política. Em alguns casos convertiam-se em verdadeiros laboratórios de ideias". Ficando evidente "[...] a natureza eminentemente política que o jornalismo assume desde o seu nascimento como processo social". (MARQUES DE MELO, 2003, p.21)

No entanto, quando os jornais passaram a atuar como fiscalizadores do governo, os detentores do poder sentiram-se incomodados e passaram a praticar outro tipo de censura através da taxação de impostos e controle fiscal, punindo o que era considerado "excessos" pela lei vigente. "Tais restrições fizeram medrar o jornalismo de opinião e estimulam o jornalismo de informação" (MARQUES DE MELO, 2003, p.23). O primeiro a buscar a alternativa da informação foi Samuel Buckeley, com o objetivo de garantir a sobrevivência do jornal inglês *The Daily Courant,* criado em 11 de maio de 1702, como o primeiro diário de natureza política. Samuel Buckley introduziu o conceito da objetividade, preocupando-se com o relato, sem usar comentários e fazendo a separação na estrutura do jornal das notícias e dos comentários. *The Daily Courant* desapareceu em 1735. (CHAPARRO, 2000). "A diferenciação entre as categorias *jornalismo informativo* e *jornalismo opinativo* emerge da necessidade sociopolítica de distinguir os fatos (*new/stories*) das suas versões (*comments*), ou seja, delimitar os textos que continham opiniões explícitas". (MARQUES DE MELO, 2003, p.42). A tendência informativa foi seguida pela maioria da imprensa inglesa, enquanto que na França os jornais mantinham "o vigor opinativo, promovendo debates, levantando problemas, participando ativamente do cenário político". (MARQUES DE MELO, 2003, p.24).

[40] A Reforma religiosa foi um movimento ocorrido dentro do quadro de transformações, que caracterizaram a transição feudo capitalista, na Idade Média. Os fatores que corroboraram para a Reforma foram: crise interna na Igreja Católica; ascensão da burguesia; a mentalidade renascentista, dentre outros.

[41] O Renascimento foi o período da história europeia que abrange, em termos gerais, os séculos XV e XVI. Foi uma época de muitas transformações, em que se fixaram os princípios gerais que passaram a reger boa parte do mundo que se conhece hoje. A principal destas transformações diz respeito a uma nova consciência do próprio homem como centro e "medida de todas as coisas". (LETTES, 1981, p.7)

A prevalência do jornalismo informativo sobre o opinativo só se concretiza com a Revolução Industrial, ocorrida no século XIX, quando o movimento burguês mudou a essência do jornal, que passou a priorizar a busca pela objetividade e a ampliação das vendas, imprimindo uma base informativa. A sede destas mudanças ocorre nos Estados Unidos, onde a imprensa "assume feição industrial e convertendo a informação em mercadoria". (MARQUES DE MELO, 2003, p.24). Entretanto, é válido ressaltar que, apesar da predominância da informação sobre a opinião, o jornalismo opinativo não desaparece, tem apenas seu espaço reduzido, restringido ao espaço das páginas chamadas de "editoriais". (MARQUES DE MELO, 2003, p.24).

No Brasil, a imprensa também passou por todas estas transformações, mas com um pouco de atraso. A opinião prevaleceu nos jornais brasileiros durante todo o século XIX e permanecendo ainda com muita força até meados do século XX, "[...] a partir de quando os veículos impressos nacionais passaram a trabalhar com uma ótima mercadológica aderindo à pragmática norte-americana e, buscando a sobrevivência pela ótica capitalista, passando a atuar como empresas" (REGO; AMPHILO, 2010, p.97)

A história da imprensa brasileira mostra que a opinião nos jornais sempre esteve atrelada às circunstâncias políticas, às causas sociais ou partidárias. O primeiro jornal brasileiro, impresso em Londres, o *Correio Brasiliense*[42] tinha um caráter eminentemente opinativo. Escrito por Hipólito da Costa, o *Correio Brasiliense* tratava sobre a vida política do Brasil. Já a *Gazeta do Rio de Janeiro,* primeiro jornal impresso em território nacional, tinha um caráter mais informativo, mas totalmente oficioso, se destinava a divulgar ações do governo português no Brasil.

No começo do século XIX os jornais se comportavam como instrumentos na defesa de bandeiras das mais variadas correntes políticas. A República, o federalismo, a abolição da escravatura, por exemplo, foram alimentadas pelas disputas de ideias tendo o jornal como arena principal. Um destes exemplos fora a fundação do primeiro jornal Republicano do país, a *Gazeta Pernambucana*, por José Cipriano Barata. A Independência do Brasil, em 1822, veio a impulsionar a opinião na imprensa brasileira. Durante a Constituinte da Independência de 1823 outros jornais surgiram com o propósito de debater os rumos do país. Entre eles, o *Tifis Pernambucano,* periódico fundado por Frei Caneca que fazia críticas ao Império e *O Tamoio*, de José Bonifácio de Andrade e Silva, que fazia oposição ao governo e aos democratas. A

[42] O número inaugural do *Correio Brasiliense* apareceu em 1° de junho de 1808. O periódico é considerado por Sodré (1966, p.24) como sendo do tipo "doutrinário e não do tipo noticioso". Tratava as questões do Brasil com uma visão externa: "[...] todos os nossos grandes problemas foram por ele tratados muito mais segundo as condições internacionais do que das nacionais".

partir de agosto de 1827, quando um decreto ministerial declara abolida formalmente a censura, a opinião "explode incontrolável e apaixonada", (BELTRÃO, 1980, p 36).

Durante todo este século, o jornalismo opinativo foi ator ativo nos processos de mudança no país. No período de Regência (1831 a 1840) os jornais impulsionaram duas das muitas revoltas que aconteceram em diversos estados contra o centralismo: *A Sabinada* (na Bahia) e a *Revolta Praieira* (em Pernambuco). A primeira apoiada pelo médico Sabino Vieira, dono do jornal *Novo Diário da Bahia* e a segunda apoiada pelo jornal recifense *O Diário Novo*. No final do século, os periódicos desempenharam papel importante na defesa da República, com destaque para a atuação do baiano Rui Barbosa. Exímio orador, ele publicou inúmeros artigos na imprensa da Bahia e do Rio de Janeiro em prol da República, ganhando reconhecimento internacional por seu trabalho.

Além da defesa da República, a partir de 1870 outros temas começaram a aparecer na imprensa como a escravidão, questão religiosa, eleitoral, federativa, militar e o próprio regime político. Sodré (1977) diz que questões e reformas refletiam-se na imprensa e esta ampliava a sua influência. Os principais jornais da época eram *A Província de São Paulo,* que em 1889 passou a ser denominado de *O Estado de São Paulo* sob a bandeira Republicana e o *Jornal do Brasil*, fundado em 1891, no Rio de Janeiro. Depois de Proclamada a República, em 1889, o primeiro governo do presidente Marechal Deodoro da Fonseca usou a imprensa para a divulgação dos princípios republicanos, com a participação de intelectuais e jornalistas que souberam fazer uso dos jornais na defesa do novo modelo de governo. (GUIMARÃES, 2007).

A predominância do jornalismo opinativo permaneceu ainda nos primeiros anos do século XX, marcado pela opinião monolítica dos proprietários dos jornais, visto que eram empreendimentos individuais. (MARQUES DE MELO, 2003, p.101). Como exemplo deste momento, Marques de Melo cita os periódicos: *As Sentinelas*, de Cipriano Barata; *O Censor Maranhense*, de Garcia de Abranches; *O Carapuceiro*, do Padre Lopes Gama; *A Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga; *O Observador Constitucional*, de Libero Badaró; *Idade D´Ouro no Brasil*, inicialmente de Gonçalo Vicente Portela e depois de Inácio José Macedo. Este cenário só foi alterado, quando os jornais se tornaram instituições complexas, e a "[...] expressão da opinião fragmentou-se". (MARQUES DE MELO, 2003, p.101).

A ditadura de Getúlio Vargas, instaurada em 1937, fora um dos fatores determinantes para as alterações que se processaram no comportamento da imprensa. Diante de um governo marcado pelo cerceamento da liberdade de opinião e pela ação da censura através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a imprensa teve que optar por uma linha mais informativa a fim de evitar problemas com o governo. Com o fim da ditadura de Vargas, em

1945, o país passou por um processo de restabelecimento da democracia e da liberdade para os meios de comunicação, a possibilidade de atuar com liberdade. "Com o fim do Estado Novo, abria-se outro horizonte para a imprensa". (SODRÉ, 1966, p 445). Neste momento, o mundo enfrentava a segunda Grande Guerra que trouxe conseqüências para os mais diversos povos. O público estava ávido por notícias sobre as mudanças políticas econômicas e sociais no cenário da Segunda Guerra Mundial. É a partir da década de 40 que os jornais e revistas duplicam sua circulação em assinaturas e vendas avulsas.

No final da década de 1940 iniciaram-se as mudanças que seriam consolidadas nos anos seguintes. É neste período que o jornalismo começa a funcionar como indústria, atendendo às demandas dos conceitos de sociedade de massa, ditada pela distribuição de renda, vestuário, comercialização de mercadorias a crédito, transportes e cultura. A produção em série de bens de consumo gera novas formas de veiculação da publicidade, até então limitada aos classificados, contribuindo para acelerar o desenvolvimento econômico do jornalismo e sua viabilização como empresa. Nos anos 40 não há mais a imprensa partidária, característica dos anos 30, surge a imprensa de massa. Nas preferências políticas dos periódicos a tendência de direita permanece majoritária, sobretudo para refletir o que se entende por grande imprensa. Mas há conservadores e liberais e dentro destes, aqueles que fazem concessões às posições de esquerda.

A modernização da imprensa nos anos seguintes (décadas de 1950 e 1960) foi responsável pela separação definitiva entre notícia e opinião. "A divisão de campos coincide com uma experiência política e social que se projeta de fora para dentro do país e o insere no horizonte das sociedades de consumo". (BAHIA, 1990, p.107). Neste curto período de democracia (1945 a 1964)[43], a imprensa brasileira se modernizou absorvendo padrões objetivos do jornalismo norte-americano. "A evolução do jornalismo nos anos 50 e 60 tem muito a ver com o processo social e industrial que a experiência política demarca a partir de 45". (BAHIA, 1990, p.107).

A meta de modernização do governo Juscelino Kubitschek também tomou conta das redações dos jornais do Rio de Janeiro. É esta modernização que torna mais disponível o caráter industrial do jornal, provocando mudanças na estrutura das empresas. A publicidade é um dos setores que mais sofre alterações, todos os espaços do jornal também são disponibilizados à publicidade. A variedade de empresas anunciantes aumenta vertiginosamente e os jornais obtêm até 80 por cento de suas receitas de anúncios. Nesta nova

[43] Em 1945 termina a Ditadura do Estado Novo de Vargas. Em 1964 começa a Ditadura Militar, que permanece no poder até 1985.

conjuntura organizacional do impresso, a publicidade e o tipo de produto à venda no jornal passa a influir na escolha das notícias. A partir destas mudanças na nova sociedade industrial, o veículo de comunicação precisa ganhar adesão do público para conseguir mais anúncios publicitários, que passa a ser a sua principal renda. A imprensa se submete às leis do mercado "[...] ela se renova e amplia seus espaços à medida que se ajusta ao regime de concorrência". (BAHIA, 1990, p. 250). Para alcançar o público de maior poder aquisitivo nascem os jornais de maior qualidade em oposição aos jornais populares. São geralmente em formato *standard*, os populares são chocantes, espalhafatosos e em formato de tablóide. Os jornais de qualidade têm tiragens menores que os jornais populares, porém mais prestígio perante a classe alta e mais publicidade.

A década de 1950 é considerada como período de mudança do jornalismo literário para o jornalismo empresarial, é o momento de avanço das técnicas de impressão (novas rotativas) e de transmissão (telégrafo) de notícias. "A inserção da imprensa nos quadros de uma 'indústria cultural' já consolidada e a configuração de seus mercados em moldes oligopolistas implicam a necessidade de se pensar novos parâmetros para tal 'objetividade'". (ABREU et al, 1996, p.180). A imprensa abandonou definitivamente a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina e a substituiu por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida "objetiva" e "imparcialmente" na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião. Com a perseguição da objetividade, o discurso jornalístico ganha uma aura de fidelidade aos fatos, conferindo-lhe valor simbólico ainda maior. Barbosa (2007, p.150) analisa que a mítica da objetividade foi importante para dar ao jornalismo "[...] lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor".

Para Mendoza (1989) não foram somente as mudanças ideológicas ou políticas responsáveis pela alteração na presença do jornalismo opinativo em todo o mundo. Ele defende que foram, principalmente, as evoluções tecnológicas, as responsáveis pelas mudanças. O grande marco neste processo aconteceu com o advento do telégrafo, com este instrumento passou a ser possível a transmissão de informações entre cidades e até mesmo entre países, a notícia ganhou mais espaço. Além do telégrafo outras máquinas da comunicação (telefono, teletipo, telex, telefoto, telefax) vieram a contribuir com o caráter mais informativo dos jornais. Mendoza (1989) cita ainda a atuação das agências de notícias como contribuintes do processo de mudanças.

Depois do breve período democrático, o país é submetido a mais uma extensa ditadura (1964 a 1985), momento em que os jornais e demais meios de comunicação sofrem o

cerceamento da liberdade e a opinião é reprimida na grande imprensa, embora tenha ganhado espaço nos jornais da chamada Imprensa Alternativa (BELTRÃO, 1980).

Esta Imprensa Alternativa era representada por publicações de oposição ao regime militar e eram baseadas em uma estrutura modesta, chegaram a existir no período cerca de 150 periódicos desta natureza, a maioria deles de vida efêmera. O jornal *O Pasquim*, criado no Rio de Janeiro em 1969, destacou-se com os formatos do gênero opinativo como a coluna assinada e as charges. Outras publicações destacaram-se pelo caráter mais analítico do jornalismo praticado, entre eles os jornais *Opinião* e *Movimento*. O *Opinião* publicou vários textos opinativos de Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado. O jornal *Movimento*, fundado em 1975, publicava muitas colunas opinativas que "procuravam, em linguagem didática, discutir temas atuais". (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.148).

No entanto, na chamada grande imprensa o jornalismo opinativo fora sufocado, em função da restrição de liberdade dos jornalistas e das restrições impostas às empresas. Neste momento, os jornais e revistas foram submetidos ao poder público no que diz respeito aos fornecimentos de papel, máquinas, aos empréstimos, financiamentos, às isenções de impostos, aos favores fiscais e cambiais. "O jornal é menos livre quanto maior como empresa". (SODRÉ, 1966, p.515). Como bem definiu Marialva Barbosa (2007, p.175), o silêncio imposto à imprensa com a censura produzira drástica alteração no conteúdo dos jornais "[...] uma vez que terão que abandonar gradativamente o papel de amplificadores e, muitas vezes, construtores desses enredos, afastando-se dos protagonistas e deixando de ser eles mesmos personagens do campo político".

Pode-se entender o jornalismo opinativo praticado na ditadura militar em fases distintas, como o próprio regime se apresentou. No primeiro momento, no governo Humberto Castelo Branco a repressão à imprensa perseguiu muitos colunistas, comentaristas e analistas políticos, entre eles, o colunista Carlos Heitor Cony, do jornal carioca *Correio da Manhã*. O *Última Hora*, que havia sido emblemático na prática do comentário fora desmantelado pelo regime através de pressões econômicas. A partir do governo Costa e Silva e a publicação do Ato Institucional n°5, em 13 de dezembro de 1968, a possibilidade de manifestação de opinião na imprensa ficara ainda mais restrita. Muitos periódicos sofreram com a censura prévia e a autocensura dos jornalistas, além de outras formas de repressão, como os atentados a bomba, invasões a redações e a bancas de jornal, prisões, violência física contra jornalistas, dentre outros. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.133). O argumento do governo para tal censura aos meios de comunicação era de que "os jornais e os grandes magazines não sintonizavam sua dupla tarefa de informar e orientar com o esforço dos órgãos controlados

pelos militares, empenhados em fazer frente à guerra revolucionária". (BARBOSA, M., 2007, p.188).

Exemplos claros da censura à opinião e da intimidação de jornalistas foram a prisão de Lourenço Diaféria, da *Folha de São Paulo* e a supressão dos editoriais naquele periódico. Lourenço Diaféria fora preso em 1977 por causa de uma crônica em que se referia a personagens do Exército. As empresas *Jornal do Brasil* e a *Editora Abril*, responsável por publicações de revistas, elaboraram normas internas "que constituíam uma efetiva auto-censura" para orientar os jornalistas sobre assuntos "delicados". (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.134).

A partir de 1976, com o fim da autocensura, a imprensa começa a viver uma nova fase, acompanhando a política de distensão do governo do presidente Ernesto Geisel. No entanto, a censura prévia ainda não havia acabado, o processo fora lento e desgastante. Já na década de 1980, as campanhas pela instituição das Diretas Já impulsionou novamente a publicação dos formatos opinativos. O jornal *Folha de São Paulo* introduziu várias mudanças editoriais, entre elas, a criação de uma página de opinião. No seu Manual de Redação, que entra em vigor em 1984, o periódico preocupou-se em expressar a política editorial com enfoque para o pluralismo em termos do acolhimento de opiniões. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.163).

No governo de José Sarney (1985-1989), o primeiro governo civil depois da ditadura militar, as inúmeras medidas econômicas[44] vieram impulsionar o jornalismo econômico que surgira em décadas anteriores e, por conseguinte, os textos opinativos que tratavam de orientar o leitor sobre esta temática. Destacaram-se os jornais *Gazeta Mercantil*, *Jornal do Commercio* e *Valor Econômico*, que costumavam publicar muitos artigos.

O que se pode adiantar, após esta breve retrospectiva, é que todas estas circunstâncias da política brasileira não puseram fim ao gênero opinativo, ainda presente e atuante como instrumento de debate, como demonstrado nas pesquisas recentes citadas no começo deste capítulo. Objetiva-se neste estudo, compreender como uma das expressões opinativas, o Comentário, comportou-se nos períodos pré-golpe (até 1964), na Ditadura Militar e após a redemocratização, buscando contribuir com o debate sobre a história da opinião do jornalismo brasileiro.

[44] Entre as principais medidas econômicas do governo de José Sarney destacaram-se a adoção da moeda Cruzeiro e os planos Bresser (1987) e Verão (1989).

2.1 A manifestação da opinião nos jornais impressos

É certo que a opinião no jornalismo não se manifesta somente nos gêneros opinativos, como bem definiu Marques de Melo (2003) a expressão opinativa está presente também nos produtos dos demais gêneros (informativo, interpretativo, diversional e utilitário), pois toda a produção jornalística é submetida aos "filtros", expressão usada pelo autor para caracterizar as pautas, a seleção de coberturas, fontes e copidesque. São muitos os tipos e níveis de opiniões que permeiam a produção jornalística, detém-se neste item a discutir como a opinião se manifesta nos jornais impressos e sua relação com a ideologia.

Segundo Beltrão (1980, p.20), o jornalismo veicula três categorias específicas de opinião: a do editor, do jornalista e a do leitor, que juntas oferecem a corporificação da opinião pública, discutida anteriormente. A opinião do editor é o julgamento feito sobre determinado problema pelo grupo de elite que mantém o jornal. Expressas pelos editoriais, linha do jornal, seleção das notícias, destaque de matérias, títulos, fotografias e outros. A opinião do jornalista é "o juízo que manifesta sobre os problemas em foco e a respeito dos quais informa e comenta simultaneamente, em secções a seu cargo e em matérias por ele firmadas". A condição econômica, social e intelectual, sua formação e experiência profissional são elementos que o jornalista fundamenta sua opinião. A opinião do leitor se manifesta nas entrevistas concedidas, em pronunciamentos oficiais e em cartas.

Marques de Melo (2003, p.102) identificou quatro núcleos de onde emerge a manifestação jornalística: empresa; o jornalista; o colaborador; o leitor, esquema semelhante ao de Beltrão. A opinião da empresa se manifesta na seleção de pautas, no destaque para os textos e na titulação; a opinião do jornalista apresenta-se na forma de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e, eventualmente, artigo; a opinião do colaborador é manifestada na forma de artigos e a opinião do leitor, manifesta-se nas cartas.

O jornal é, portanto, uma arena de encontros de opiniões diversas, porém nunca produzidas ao acaso. Considerando a opinião como mecanismo de direcionamento ideológico, a mídia é, neste contexto, o instrumento de transmissão de idéias que interessam a um grupo social em particular: o dos proprietários do veículo. Através dos mecanismos de rotina produtiva e funcionamento das instituições jornalísticas, os veículos trabalham com a opinião a partir da "[...] direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem". (MARQUES DE MELO, 2003, p.73).

O direcionamento ideológico de uma empresa jornalística é manifestado através da linha editorial, que inclui seleção de fatos a serem noticiados, estrutura vertical da redação, seleção de fontes e elementos como títulos, manchetes e diagramação, os chamados filtros. Para escapar as armadilhas do direcionamento ideológico, Marques de Melo (2003) defende que o cidadão tenha acesso a um número considerável de veículos e suas diferentes versões para comparar os relatos e opiniões.

2.2 A questão dos gêneros

O estudo dos gêneros é um dos caminhos para entender o jornalismo. Através dos gêneros pode-se compreender a atividade jornalística em seu estágio de produção, a relação com o suporte, com a audiência e com o contexto social em que está inserido. O estudo dos gêneros jornalísticos tem origem nos gêneros literários e estes nos gêneros retóricos de Aristóteles, consiste na classificação dos produtos jornalísticos em formatos que são agrupados em categorias de gêneros. "Poderia definir-se como os gêneros jornalísticos como as diferentes modalidades da criação literária destinadas a serem divulgadas através de qualquer meio de difusão coletiva". (ALBERTOS, 1992 apud ESPINOSA, 2001, p.108, tradução nossa).

A elaboração de categorias de gêneros jornalísticos surgiu da necessidade de discernir a natureza da prática profissional, nasceu, portanto, na práxis. A pesquisa sobre os gêneros é útil para entender o processo de criação e desenvolvimento das diferentes formas de comunicação estabelecidas através dos meios de comunicação de massa. A classificação utilizada nesta pesquisa é a do doutor José Marques de Melo (2003), que tem como base critérios funcionais. Os gêneros em Marques de Melo são conceituados e categorizados conforme as funções desempenhadas pelo jornalismo, que o autor considera como sendo:

> [...] um processo social que se articula a partir da relação (periódica - oportuna) entre organizações formais (editoras - emissoras) e coletividades (públicos receptores), através dos canais de difusão (jornal, revista, rádio, televisão, cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos).
> Trata-se, portanto, de um processo contínuo, ágil, veloz, determinado pela atualidade. O fio da ligação entre emissor e receptor é o conjunto dos fatos que estão acontecendo. O ponto de tensão entre ambos está na diferença entre o que a coletividade gostaria de conhecer e o que a instituição jornalística quer fazer saber. A permanência da relação social está na íntima dependência do equilíbrio que se estabelece entre os interesses da instituição e as expectativas da coletividade. O que pressupõe velocidade, credibilidade e abrangência. (MARQUES DE MELO, 2003, p.17).

A classificação de Marques de Melo (2003, p.62) tem como base duas vertentes, que, segundo ele, norteiam o jornalismo: "[...] a reprodução do real e a leitura do real". Nesta estrutura de classificação, o jornalismo é entendido como atividade que está articulada "[...] em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa)". A partir destas considerações nasceu a classificação em *jornalismo informativo* e *jornalismo opinativo*.

> Descrever o real significa descrevê-lo jornalisticamente a partir de dois parâmetros: o atual e o novo. Ler o real significa identificar o valor atual e do novo na conjuntura que nutre e transforma os processos jornalísticos. Num caso, temos a observação da realidade e a descrição daquilo que é apreensível à instituição jornalística. Noutro caso, temos a análise da realidade e a sua avaliação possível dentro dos padrões que dão fisionomia à instituição jornalística. (MARQUES DE MELO, 2003, p.62-63)

Marques de Melo (2009c, p.3) deu continuidade aos estudos dos gêneros e ampliou sua classificação através da observação do fazer jornalístico brasileiro. "[...] O jornalismo opinativo coexistiu com o jornalismo informativo, competitivamente, durante todo o século XX. Na passagem para o século XXI, aparecem outros gêneros: interpretativo, diversional e utilitário, disputando espaço com os gêneros precedentes".

TABELA 4 - Classificação dos gêneros jornalísticos proposto por Marques de Melo (2009):

A) Jornalismo Informativo	**B) Jornalismo Interpretativo**	**C) Jornalismo Opinativo**	**D) Jornalismo Diversional**	**E) Jornalismo Utilitário**
1- Nota 2- Notícia 3- Reportagem 4- Entrevista	5- Análise 6- Perfil 7- Enquete 8- Cronologia 9- Dossiê	10- Editorial 11- Comentário 12- Artigo 13- Resenha 14- Coluna 15- Crônica 16- Caricatura 17- Carta	18-História de interesse humano 19- História colorida	20-Indicador 21- Cotação 22- Roteiro 23- Serviço

Fonte: MELO, José Marques. **Jornalismo:** compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009a.

A classificação de Marques de Melo (2009a) teve como referencial a classificação feita por Luiz Beltrão, pioneiro nos estudos de gêneros jornalísticos no Brasil. Os critérios

adotados por Beltrão (1980, p.62) dizem respeito às funções do jornalismo de informar, explicar e orientar, relacionados a "[...] natureza empírica que possui, aproximando-se, portanto, da práxis profissional observada".

TABELA 5 - Classificação dos gêneros jornalísticos proposto por Luiz Beltrão (1980):

A) Jornalismo informativo	***B) Jornalismo interpretativo***	***C) Jornalismo opinativo***
1- Notícia 2- Reportagem 3- História de interesse humano 4- Informação pela imagem	5- Reportagem em profundidade	6- Editorial 7- Artigo 8- Crônica 9- Opinião ilustrada 10- Opinião do leitor

Fonte: BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo.** Porto Alegre: Sulina, 1980.

Além dos estudos de Beltrão (1980), Marques de Melo (2003) recorreu a pesquisadores exógenos para elaborar sua análise sobre gêneros no jornalismo praticado no Brasil. Entre suas bases de pesquisa estão Curtis MacDougall, Fraser Bond e Raymond Nixon.

Curtis MacDougall (1963, apud MARQUES DE MELO, 2003, p.31) contribuiu com o pensamento que defende a separação entre opinião e interpretação, um dos pontos polêmicos das classificações. Ele argumenta que "Interpretação é um julgamento objetivo, baseado no conhecimento acumulado de uma situação, tendência ou acontecimento. O julgamento editorial, por sua vez, é a avaliação subjetiva: pode incluir uma perspectiva dos fatos, mas existe um elemento adicional e diferenciador chamado impacto emocional".

Fraser Bond e Raymond Nixon, assim como Marques de Melo estudam o jornalismo a partir das funções desempenhadas. Segundo Fraser Bond (1962 apud MARQUES DE MELO, 2003, p.27) o jornalismo tem quatro razões de ser: informar, interpretar, orientar, entreter. Raymond Nixon (1963, apud MARQUES DE MELO, 2003, p.28) recorre ao esquema de Lasswell/Wright para explicar o processo jornalístico, conforme as funções desempenhadas: *observação (*registra os fatos – jornalismo informativo); *aconselhamento* (difundir opiniões – jornalismo opinativo), *educação* (enriquecer o acervo de conhecimento da coletividade – jornalismo interpretativo); *diversão* (preencher os momentos de ócio – jornalismo diversional).

A partir da classificação proposta por Marques de Melo, surgiram críticas sobre os critérios adotados. A principal contestação partiu do professor doutor Manuel Carlos Chaparro. Posicionando-se contrário à separação entre opinião e informação, o estudioso propôs uma nova classificação a partir de pesquisa realizada com periódicos brasileiros e portugueses. Para o autor, o relato jornalístico, que incorporou a opinião e o comentário, baseia-se cada vez mais em informações. "Opinião e Informação perderam, portanto, eficácia enquanto critérios categorizadores de gêneros jornalísticos".

Chaparro (2000, p.114) defende uma nova discussão sobre a teoria dos gêneros jornalísticos, ancorando-a nas ciências da linguagem. "Porque gêneros são formas de discurso". Para elaboração de sua classificação, ele recorre a Todorov para explicar os gêneros como classes de textos com propriedades comuns e a Teun van Dijk e sua concepção de análise pragmática. A opção pela pragmática decorre do entendimento do jornalismo como sendo uma "[...] linguagem macrointerlocutória que, tendo em vista a preservação e o aperfeiçoamento da vida humana, realiza e viabiliza intervenções interessadas na atualidade, com efeitos desorganizativos, reorganizativos e/ou explicativos, que alteram o mundo real e presente das pessoas". (CHAPARRO, 2000, p.118)

A fundamentação teórica usada para a classificação de gêneros por Chaparro compreende: teoria literária (noção de semelhanças entre as espécies, oposição entre os gêneros); o pensamento de Todorov e Teun van Dijk (noção de gênero enquanto tipologia estrutural dos discursos) e conceito de duas formas de ações jornalísticas (relatar a atualidade e comentar a atualidade, com opinião e informação).

TABELA 6 - Classificação dos gêneros jornalísticos proposta por Chaparro (2000):

Gênero Comentário		**Gênero Relato**	
A) Espécies Argumentativas	***B) Espécies Gráfico-artísticas***	***C) Espécies Narrativas***	***D) Espécies Práticas***
1- Artigo 2- Crônica 3- Carta 4- Coluna	5- Caricatura 6- Charge	7- Reportagem 8- Notícia 9- Entrevista 10- Coluna	11- Roteiros 12- Indicadores 13- Agendamentos 14- Prev. de tempo 15- Cartas-consulta

Fonte: CHAPARRO, Manoel Carlos. **Sotaques d´aquém e d´além mar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Edições Jortejo, 2000.

Grande parte dos estudos sobre gêneros jornalísticos em diversos países focam a dimensão estilística do texto e de sua estrutura, sistematização feita pelo russo Mikhail Bakhtin (2003). Segundo pesquisa realizada por Francisco de Assis (2009), Marques de Melo, os espanhóis José Luis Martinez Albertos, Josep Maria Casasús e Luis Núñez Ladevéze; o peruano Juan Gargurevich são exemplos de autores que usaram o pensamento de Bakhtin para elaborar suas classificações. A partir de Bakhtin (2003, p.216), que considera "[...] os diversos campos da atividade humana ligados ao uso da linguagem", os seus seguidores compreendem que a comunicação e o jornalismo são atividades inerentes neste universo e, por isso, devem ser tratadas como tal e os gêneros são determinados socialmente, pois as intenções comunicativas do locutor e do interlocutor são parte das condições de produção dos discursos e geram usos sociais que determinam os gêneros.

Para Bakhtin (2003, p.262) três elementos configuram um gênero discursivo: conteúdo (referente ao tema que passa por processo de valoração); estilo (relacionado aos recursos léxicos e gramaticais) e a construção composicional (referente aos modos de organização do texto, se narração, descrição, etc). Esses elementos "estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação".

Na obra de Bakhtin, os enunciados dos textos em formas escrita e oral refletem as condições e finalidades de cada campo da atividade humana, caracterizados pelo conteúdo e pelo estilo da linguagem. Nesta perspectiva, o pensador russo explicou os gêneros do discurso como formatos de enunciados elaborados para cada campo específico. O estilo da linguagem, ou estilística, está relacionada à manifestação da individualidade de quem a produz. "Todo enunciado – oral e escrito, primário e secundário e também qualquer campo da comunicação discursiva – é individual e por isto pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual" (BAKHTIN, 2003, p.265). Para o autor, nem todos os gêneros são propícios a tal reflexo de individualidade, mais propícios são a ficção e menos propícios os textos que requerem um formato como documentos oficiais.

Em sua classificação, Bakhtin (2003) dividiu os gêneros discursivos em dois grupos: gêneros discursivos primários (simples), formados nas condições da comunicação discursiva imediata e os gêneros discursivos secundários (complexos), que são os romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc. Os gêneros discursivos secundários surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e mais organizado (predominantemente o escrito, artístico, científico, sociopolítico, etc). No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros simples. Tomando como base

os conceitos de Bakhtin, arrisca-se citar o jornalismo como um exemplo desta reelaboração de gêneros simples, onde o uso da linguagem coloquial é incorporada numa tentativa de aproximação com o público.

Outro teórico que trabalhou a noção de gênero a partir dos aspectos da linguagem foi Patrick Charaudeau (2006). Este pensador considera gênero como uma classe que reúne objetos com características semelhantes e que dificilmente um objeto ou um texto pertença a somente um gênero, mas defende que é necessário que este texto seja identificável como um tipo ou uma classe. Charaudeau (2006, p.212) fez uma importante análise sobre os discursos das mídias ao elaborar uma classificação para o que chamou de "gêneros midiáticos" ou "gêneros da informação". Para o autor, estes gêneros são "[...] o resultado do entrecruzamento das características de um dispositivo, do grau de engajamento do sujeito que informa e do modo de organização discursivo que é escolhido". Na sua classificação, Charaudeau reuniu os textos midiáticos em duas categorias: "acontecimento comentado" (que inclui o editorial, a crônica, os comentários e análises de especialistas) e o "acontecimento relatado" (os títulos, primeira página, perfis e reportagens). Esta organização foi feita a partir da noção de existência de um contrato midiático composto de três elementos ou situações: uma instância de informação; um mundo a comentar e uma instância consumidora.

Para se legitimar como gênero, a produção midiática tem alguns desafios a enfrentar conforme cada suporte de veiculação das mensagens. Segundo Charaudeau (2006) são três os desafios: *o desafio da visibilidade* (para que as notícias selecionadas sejam percebidas rapidamente e por maior número de consumidores); *o desafio da inteligibilidade* (hierarquização no tratamento das notícias, usando os recursos verbal, visual e auditivo para tornar a informação acessível); *o desafio da espetacularização* (usa o imaginário para causar interesse e até mesmo emoção). Como cada suporte tem suas peculiaridades, na imprensa escrita a visibilidade é perseguida através dos recursos de paginação, titulação e elementos textuais com função fática (de tomada de contato com o leitor); epifânica (de anúncio da notícia) e sinóptica (de orientação ao percurso visual do leitor). Para Charaudeau (2006, p.233) é a situação monolocutiva que distingue a mídia impressa das demais.

> [...] a situação monolocutiva de troca permite ao jornalista jogar sutilmente com o eixo do engajamento; não estando em situação física de contradição imediata (não há alternância de turno de fala, logo, não há interrupção possível), ele pode desenvolver sua análise ou sua argumentação planejando-a previamente, redigindo-a num determinado espaço de maneira contínua, escolhendo suas palavras e, se necessário, corrigindo-a. (CHARAUDEAU, 2006, p.233).

Entre os jornalistas, o que mais se adéqua a este perfil traçado por Charaudeau é o comentarista, sua função de orientação é feita em um direcionamento unilateral e solitário, já que a opinião emitida é de responsabilidade dele. A resposta do público advém após a publicação, através de cartas e e-mails, o que pode influir em comentários posteriores, mas a princípio, a argumentação opinativa do comentário é uma atividade monolocutiva.

De todas estas reflexões apresentadas sobre os critérios de classificação dos gêneros jornalísticos, pode-se afirmar que fazer esta categorização não é fácil, por isso os estudos desta natureza tem se revelado polêmicos dado suas especificidades. Além dos critérios e embasamentos teóricos para as classificações, a questão da rápida evolução dos suportes midiáticos tem sido alvo de críticas entre os pesquisadores. Alguns destes estudiosos consideram que o jornalismo passa atualmente por um processo de hibridização dos gêneros, posicionamento contrário ao de Marques de Melo, que defende a existência de um novo gênero ou formato quando há a junção de outros, opinião da qual se concorda. Pois, como bem definiu Todorov (1980, p.46), cada gênero é resultado da evolução de outro ou de outros gêneros. "Um novo gênero é sempre a transformação de um ou de vários gêneros antigos".

Ressalta-se, no entanto, que a evolução dos gêneros existe, pois é intrínseco a própria atividade jornalística, que compreende uma prática em constante transformação. Evolução entendida como o aparecimento de novos gêneros e novos formatos, como vem sendo demonstrado pelas pesquisas empíricas feitas ou orientadas por Marques de Melo no Brasil. Um destes exemplos é a identificação dos gêneros interpretativo, diversional e utilitário, não identificados nas primeiras pesquisas do autor. Acredita-se que estas mudanças ou evoluções acontecem lentamente, tanto nos meios impressos quanto digitais, onde acompanha-se atualmente uma transladação dos modelos do jornalismo impresso para a internet. Autores como Charaudeau (2006) e Grillo (2004) consideram que os gêneros do jornalismo impresso se modificam mais lentamente se comparado com as mutações nos demais meios de comunicação.

> Do ponto de vista da regulação institucional, a estabilidade provisória dos gêneros da imprensa é garantida pelos modelos anteriores de escrita e pela auto-reflexão que os órgãos de imprensa têm de sua prática, ou seja, os gêneros da imprensa se situam em relação a um horizonte de ocorrências já constituídas, e que dão sentido e estabilidade a cada nova ocorrência, em relação as normas instituídas nos manuais de redação, enquanto produto, ao mesmo tempo, da reflexão sobre a prática jornalística e da necessidade de legitimação social da instituição. (GRILLO, 2004, p.49).

Observa-se que somente a contemplação histórica do fazer jornalístico pode permitir a comparação entre as evoluções de gêneros nos mais diversos suportes de comunicação de

massa. Este processo histórico é sempre inconcluso e implica nas mutações ou evoluções dos gêneros, apresentando-se como um desafio para a pesquisa da área. “Os gêneros jornalísticos são o resultado de uma lenta evolução histórica ligada a uma evolução do conceito do que se entende por jornalismo”. (ESPINOSA, 2001, p.107, tradução nossa).

Atorrensi (1996, p.39, tradução nossa) faz uma observação importante quanto às mutações dos gêneros ocasionada pela evolução das práticas sociais. “Os gêneros formam suas características a partir da relação direta que se estabelece entre a língua e o seu uso concreto entre os homens e entre os homens e suas atividades. Bakhtin (2003) explica que as mudanças nos gêneros são provocadas pelas alterações constantes dos comportamentos dos grupos.

> A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (p.262).

As mudanças advindas com a invenção da internet ainda não foram avaliadas suficientemente, a expectativa é que, futuramente, novos formatos venham a serem criados usando os recursos do suporte, pois considerando que a invenção do rádio e da televisão causou alterações nos jornais impressos, pressupõe-se que a internet também incentive mudanças. Segundo Atorrensi (1996), houve dois momentos principais de ‘contaminação’ entre os gêneros jornalísticos: o primeiro, na década de 60, quando os meios audiovisuais começam a se firmar, momento em que houve a inclusão de comentários de opinião e interpretação na crônica narrativa e depois na década de 80, quando os meios audiovisuais estão estabelecidos e os jornais absorvem enunciados próprios do cinema, da televisão, da música popular. Neste período, os textos dos jornais buscam a diversificação através do jornalismo especializado, da interpretação e investigação, os gêneros informativos e opinativos deixam de ser puros.

Nos próximos itens deste capítulo discorre-se especificamente sobre um dos oito formatos do gênero opinativo: o comentário. De origem norte-americana, este formato caracteriza-se por explicar as notícias, seu alcance, suas circunstâncias e suas conseqüências. Raramente é conclusivo, as conclusões vão emergindo naturalmente como conseqüência dos julgamentos anteriores. (MARQUES DE MELO, 2003, p.115). No item 3, discute-se o papel do comentarista, acerca de sua práxis, da sua importância para na elaboração deste formato e de sua contribuição para a formação da opinião pública. No item 4, apresenta-se os conceitos

e classificações elaboradas sobre o comentário e ousa-se a traçar um perfil teórico para este formato.

3 O comentarista como formador de Opinião Pública

Falou-se no começo deste capítulo que o jornalismo é um dos fatores que corroboram com a formação da Opinião Pública, portanto, por ser um dos núcleos emissores de opinião[45], o jornalista atua diretamente neste processo. Os gêneros jornalísticos, discutidos no item anterior, correspondem às formas de expressão das opiniões, a do jornalista pode ser manifestada, entre outros formatos, através do comentário. Neste item, discute-se como o profissional jornalista e, especificamente, aquele que desempenha o papel de comentarista contribui com o processo de formação da Opinião Pública a partir da natureza de sua atividade. Esta reflexão visa compreender o papel desempenhado por Carlos Castello Branco no que se refere à capacidade de influir no comportamento dos leitores no período em que atuou na imprensa.

Inicialmente, procura-se ressaltar a tese de que o comentarista não representa a Opinião Pública, mas apenas contribui com sua formação, porque este profissional não possui subsídios para saber como o povo pensa ou de que forma se comporta diante dos fatos. Somente pesquisas constantes junto à população poderiam fornecer ao comentarista estas informações, o que não é feito com periodicidade suficiente, apenas as grandes empresas de mídia fazem este tipo de pesquisa, porém direcionadas mais a saber a opinião do público sobre o jornalismo oferecido do que sobre os assuntos em pauta. Até mesmo as informações em que o comentarista fundamenta suas opiniões são oriundas de um grupo limitado de fontes, geralmente composta por pessoas de seu grupo de convívio social. Outra questão que faz com que os comentaristas não conheçam a real opinião do público é a distância que estes profissionais estão em relação aos grupos sociais, pois como gozam de certos prestígios nas empresas e na sociedade e são, geralmente, profissionais com vasta experiência, não costumam mais freqüentar os ambientes em que os fatos acontecem, a coleta de informações se restringe a telefones e e-mails, alguns poucos, geralmente aqueles que também atuam como repórteres, freqüentam estes lugares. Refuta-se, portanto, a marca de porta-voz da Opinião

[45] Marques de Melo (2003, p.102) identificou quatro núcleos de onde emerge o jornalismo opinativo: da empresa; do jornalista; do colaborador; e do leitor. A opinião da empresa se manifesta na seleção de pautas, no destaque para os textos e na titulação; a opinião do jornalista apresenta-se na forma de comentário, resenha, coluna crônica, caricatura e, eventualmente artigo; a opinião do colaborador é manifestada na forma de artigos e a opinião do leitor, manifesta-se nas cartas.

Pública dada aos jornalistas, pois a opinião emitida por eles é a opinião em certa medida subjetiva, embora calcada em informações concretas oriundas de fontes confiáveis.

A função de porta-voz é bem diferente daquilo que Luiz Beltrão (1980, p.19) chamou de "pregoeiro da opinião", que seria a função de divulgar a opinião "própria ou de indivíduos e grupos sociais, a fim de que não fique ela restrita ao mundo privado das vivências de cada um, mas ingresse no mundo de todos". O jornalista tem sim condições de reproduzir em seu discurso, opiniões de líderes de grupos sociais, de personalidades de diversas áreas, pois é "[...] condição de suma importância para a orientação do homem e da sociedade nos nossos tempos", mas não tem o poder de reproduzir a opinião média da população. Ao usar a expressão "porta-voz", Beltrão (1980, p.20) limitou esta 'representação' como sendo o jornalista um "[...] porta-voz de um grupo ativo de opinião, como também cria aquela tendência para agir que é o fim último de seu ofício".

Teresa Cruvinel (2006, p.231), ao fazer uma análise sobre a opinião, interpretação e análise no jornalismo sobre política no Brasil, identificou haver um problema grave no que diz respeito à divulgação, por parte dos jornalistas, da imagem de que seriam porta-vozes da opinião média nacional "[...] quando muitas vezes estariam produzindo apenas opinião particular publicada". Acreditando que são porta-vozes da Opinião Pública, estes jornalistas "[...] confundem o inquestionável poder da mídia com o seu poder individual". (LIMA apud CRUVINEL, 2006, p.231). A imagem de porta-vozes da Opinião Pública vai além de uma demonstração de poder do profissional individualmente, funciona como uma simbologia para a legitimação social do jornalista, como pontuou Marialva Barbosa (2007, p.185), os jornalistas se instituem como transmissores de conhecimentos, mas, sobretudo, como orientadores acerca de padrões de comportamento e padrões políticos. "A imagem de porta-vozes legítimos da população é fundamental para que tenham direito, na sua argumentação, a apresentar interpretações legítimas do mundo".

Acredita-se, entretanto, que há uma fronteira entre a imagem de porta-vozes e a credibilidade profissional, apesar de uma aparecer como conseqüência da outra, defende-se que este não seja o caminho verdadeiramente leal com o público. A credibilidade do jornalista enquanto categoria profissional deve advir de seu caráter de orientador, interpretador, informante da realidade ou ainda de mediador entre o povo e as instituições e não como seu representante. O interesse público deve ser o objetivo da práxis jornalística seja com fins de informar ou opinar e este deve ser o caminho para a legitimação.

Vale ressaltar que nem todos os grupos de jornalistas apelam para a simbologia de "porta-vozes" da Opinião Pública, esta apelação remete mais à publicidade das empresas de

mídia e aos apresentadores populares ou sensacionalistas. Os comentaristas são profissionais que alcançaram a credibilidade não centrada na publicidade, mas através de denso trabalho em outras áreas do jornalismo como as reportagens e entrevistas de grande repercussão, são profissionais que possuem farta bagagem cultural e, portanto, "tem elementos para emitir opiniões e valores capazes de credibilidade". (MARQUES DE MELO, 2003, p.112)

"A vigência do comentário é uma função da projeção do comentarista", é o jornalista o elemento crucial na elaboração do comentário, pois, além de ser dele a responsabilidade da opinião expressa, é o seu conhecimento que garante o sucesso do texto. "Criando vínculos com os receptores, o comentarista torna-se um ponto de referência permanente", o leitor busca a opinião de um determinado comentarista porque "[...] quer saber como comportar-se diante dos acontecimentos, reforçando seus pontos de vista ou procurando conhecer novos prismas para entender a cena cotidiana". (MARQUES DE MELO, 2003, p.113)

Pode-se afirmar que o comentarista é um conselheiro que, alicerçado em sua experiência profissional, conhecimento cultural e inclinação para a observação minuciosa, consegue apreender dos fatos além do senso comum, consegue ler nas entrelinhas de discursos, atitudes futuras. Como bem definiu Marques de Melo (2003, p.112):

> O comentarista é geralmente um jornalista com grande experiência e tirocínio, que acompanha os fatos não apenas na sua aparência, mas possui dados nem sempre disponíveis ao cidadão comum. Trata-se de um observador privilegiado, que tem condições para descobrir certas tramas que envolvem os acontecimentos e oferecê-las à compreensão ao público.

O comentário não é só opinião, demonstrar-se-á no próximo item que a elaboração do comentário perpassa pelo tratamento da informação. Neste processo, o jornalista é o responsável pela coleta de informações e, a partir delas, elabora sua opinião. Conforme descreveu Beltrão (1980, p.43-44), para construir e manifestar a opinião, o jornalista tem que manipular a informação em três tempos: "dominar a informação" (calcular a extensão daquela informação, inteirando-se de suas causas e seus aspectos significativos); "reger a informação" (levá-la ao conhecimento público, observando as normas práticas e éticas); "assistir a informação" (acompanhar os efeitos daquela informação).

Em "Opinión Publica y periodismo de opinión" Carlos Mendoza (1989, p.165-168, tradução nossa) trata sobre o trabalho do comentarista, que ele chama de "analista/comentarista", relacionando-o à elaboração do texto. Para o autor, o estilo de opinião requer prudência, um determinado processo de elaboração e uma adequada atitude ética em função de suas conseqüências sobre a opinião pública. O esquema sobre o trabalho do analista/comentarista elaborado por Mendoza (1989, p.165) é semelhante ao descrito por

Beltrão (1980), consiste em: ordenar as informações reunidas, ordenar a documentação, confrontar os fatos, averiguar o grau de adequação com a realidade e julgar essa adequação.

Segundo esquema de Mendoza (1989, p.165-168, tradução nossa) para escrever um artigo, comentário ou coluna, o jornalista deve:

> 1-Dispor de informação (antes de opinar deve-se conhecer os fatos, buscando uma maior quantidade de fontes possíveis); 2- documentar-se e ilustrar-se (buscar quanta documentação possível para analisar o acontecimento e recorrer a especialistas para ter entendimento); 3-analisar e julgar (trata-se de um verdadeiro desafio para o jornalista enfrenta com o auxilio de sua cultura geral, inteligência e sentido ético).

Williams Rivers (apud MENDOZA, 1989, p.171, tradução nossa) também relaciona sugestões para quem se dispõe a escrever um texto opinativo:

> Dar razões ao comentário (não adianta que algo é bom ou mal, é preciso dizer o porquê); ter consistência (a crítica não deve estar separa em um parágrafo, mas em todo o texto); a palavra crítica não significa somente reprovação (pode-se falar de méritos); texto com unidade (frases e parágrafos ligadas entre si); ser claro (evitar frases ambíguas e vagas); evitar uso de linguagem totalitária (predomínio da oratória, evitar abstração, aspirações científicas e pretensão de possuir a verdade absoluta); evitar linguagem funcional (de tecnocratas e políticos).

Adaptando os conceitos de Beltrão (1980) e incorporando algumas questões apresentadas por Mendoza (1989), pode-se afirmar que o trabalho do comentarista é caracterizado por cinco fases: coleta de informações (quando o comentarista consulta fontes e reúne documentações); observação do cenário (faz uma análise da realidade e dos elementos que rodeiam aquela ou aquelas informações); formulação da opinião (determina qual seu ponto de vista conforme análise feita); elaboração das argumentações (com base nas informações defende seu ponto de vista sem explicitar conclusões); assistir o comentário (acompanhar os efeitos e desdobramentos do comentário e dar continuidade em novos textos).

Nesta concepção, de reunião de informação e opinião, demonstra-se a responsabilidade que tem o jornalista de buscar a verdade para a formulação do seu comentário, pois, mesmo nos textos opinativos o leitor também espera a verdade. O leitor espera do jornalista "[...] que lhe explique, enciclopédica e profeticamente, tudo o que de significativo está acontecendo e vai acontecer". (JOBIM, 1992). Para satisfazer o leitor e corresponder com a função social do jornalismo, o comentarista deve ter uma opinião "elaborada a base da técnica, da ética e do interesse social". (BELTRÃO, 1980, p.44).

Beltrão (1992, p.166) defende a formação educacional dos jornalistas como caminho para a liberdade de opinião responsável e critica o exercício da profissão por qualquer pessoa que não compreende o jornalismo como missão social. Segundo o autor, a liberdade de

opinião estaria atrelada não somente ao caráter ético do jornalista, mas também à formação dos receptores: "É o próprio povo, é o ouvinte, é o espectador do cinema e da TV, cujo dever fundamental é, sem dúvida, preservar esse bem (liberdade de opinião), legando-o, ampliando e firme aos seus pósteros, como o fizeram as gerações passadas".

O profissional denominado aqui de "comentarista" foi chamado por Beltrão (1980) de "opinantes profissionais", grupo que inclui os comentaristas, cronistas, críticos especializados e os ilustradores: fotógrafos e desenhistas, este último grupo comportam também os chargistas e cartunistas. Segundo o autor, estes profissionais desempenham papel importante para a cidadania, porque, através de sua opinião, eles elucidam questões que interessam ao público. Para Beltrão (1980, p.18), opinar não é apenas um direito do jornalista, mas um dever, pois, "[...] é sua função captar, em qualquer campo, aquele objeto importante sobre o qual a sociedade exige uma definição".

Atualmente os comentaristas estão organizados nas redações dos veículos de mídia conforme a área temática que atuam: política, esportes, economia e finanças, cultura, religião, assuntos urbanos, vida social, modas, educação e ciência, etc. Em estudo recente sobre a imprensa regional, Costa (2010) identificou dois tipos de comentarista: os "nacionais", distribuídos por serviços de agências de notícias e que tem seus textos publicados em diversos meios e aqueles com atuação exclusiva para o grupo midiático que controla o jornal.

Sobre o trabalho do comentarista, vale ressaltar que este profissional não é um bruxo ou qualquer personagem místico que vê precisamente o futuro. É um profissional passivo de erros e por isso, deve ter humildade para mudar de opinião quando os fatos assim exigirem. Como inteligentemente descreveu Beltrão (1980, p.54), "[...] os jornalistas estão mais perto dos astrólogos que dos astrônomos. Estes orientam pelas leis imutáveis da ciência do Universo; aqueles pelas instáveis conjugações planetárias".

Desta forma, a atividade de emitir opiniões é uma prática instável porque depende de fatos do presente, mas está diretamente relacionada aos fatos do futuro, pois prevê o desenrolar dos acontecimentos é uma das funções do comentarista. Para entender a essência desta práxis é preciso entender a natureza efêmera do jornalismo e a mutação constante da realidade onde os fatos acontecem. Conforme reflexões de Beltrão (1980, p.54), a opinião do jornalista "decorre do exame do perturbador e constante cambiar da atualidade". Ao mudar as circunstâncias, o jornalista tem o dever de "retificar as posições anteriores assumidas", pois, como defende Jobim (apud BELTRÃO, 1980, p.54) "a imprensa reflete as mutações da opinião dinâmica, mas reage ao mesmo tempo sobre ela" e como "[...] nenhum imortal está

mais sujeito à incoerência do que ele (o jornalista). As revisões de julgamento, as mudanças de ponto de vista em face de situações novas". (JOBIM apud BELTRÃO, 1980, p.55)

Como explicado no começo deste capítulo, a "opinião dinâmica" é aquela que se manifesta acidentalmente sobre acontecimentos contemporâneos, através dos juízos precários que o homem comum formula sobre os fatos trazidos ao seu conhecimento. É sobre esta opinião que age o jornalista ou comentarista, influindo em sua formação. Assim, a opinião do comentarista não apenas muda com as alterações de circunstâncias e fatos, mas também influi nestas mudanças.

Praticar o comentário é um trabalho sinuoso, a natureza deste ofício remete a algumas questões complexas: a participação da opinião subjetiva na formulação da opinião jornalística; a espetacularização e simplificação dos fatos. A primeira questão diz respeito aos limites entre as crenças do comentarista, aos seus pré-conceitos a cerca do mundo e a formulação de uma opinião baseada em informações. A segunda questão diz respeito ao reducionismo dos fatos, a tendência dos jornalistas de transformar acontecimentos complexos em combates entre personagens.

Como bem definiu Lippman (2008, p.205), os jornalistas não estão imunes à propensão humana da visão estereotipada ou como explicou Bourdieu (1997, p.25), "Os jornalistas têm 'óculos' especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado". Ao fazer reflexões a cerca do trabalho do jornalista[46], Pierre Bourdieu (1997, p.133) fez críticas polêmicas sobre este profissional, o que gerou descontentamento entre jornalistas franceses, mas que merecem ser citadas por trazer à tona alguns problemas. Para o autor, influenciado pelos interesses particulares do jornalista, "O campo jornalístico produz e impõe uma visão inteiramente particular do campo político". Ele afirma que a produção intelectual de muitos jornalistas não corresponde ao grandioso papel social que deveriam desempenhar. Ao situar o profissional dentro do que ele chama de "sistema estrutural do jornalismo", Bourdieu (1997, p.66) faz uma reflexão importante que pode ser adequada ao comentarista enquanto ator social: ele diz que, apesar do jornalista estar submetido a esta estrutura que condiciona sua atividade ou age como "dominador da produção de trabalho dos jornalistas", estes profissionais também exercem "uma forma raríssima de dominação", porque "[...] têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente,

[46] No livro "Sobre a televisão: seguido de A influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos", Bourdieu teve como referência o trabalho dos jornalistas na televisão francesa, mas considera-se suas críticas como inerentes aos profissionais da mídia de todos os tipos de veículos.

de ser conhecido, de ter acesso à *notoriedade pública"*. É esta questão que maximiza a responsabilidade do comentarista, porque a empresa de mídia concede-lhe uma liberdade opinativa acima daquela dada a outros profissionais, então ele tem compromisso não somente com o proprietário que lhe contratou, mas, prioritariamente, com o interesse público e com a orientação da Opinião Pública.

A segunda questão ou o segundo problema diz respeito a simplificação e espetacularização dos acontecimentos, recursos usados para despertar o interesse do público e não em prol do interesse público. Ao promover este tipo de delineamento da opinião jornalística, o comentarista contribui "para produzir um efeito global de despolitização ou, mais exatamente, de desencanto com a política". (BOURDIEU, 1997, p.139). Esta "simplificação" dos fatos ou do cenário político, como destaca o autor, acontece através da não contextualização das informações e da supervalorização de personagens em detrimento das reais conseqüências sobre o povo e sobre o mundo das atitudes relatadas. "Essa atenção exclusiva ao 'microcosmo' político e aos fatos e aos efeitos que lhes são imputáveis tende a produzir uma ruptura com o ponto de vista do público ou pelo menos de suas frações mais preocupadas com as conseqüências reais". (BOURDIEU, 1997, p.137)

Na análise de Bourdieu (1997, p.134-135), os jornalistas justificam a forma de fazer seu trabalho nas expectativas do público, priorizam "o combate sobre o debate, à polêmica sobre a dialética". "Empregam todos os meios para privilegiar o enfrentamento entre as pessoas (os políticos, sobretudo) em detrimento do confronto entre seus argumentos. Os profissionais estariam esquecendo de fazer averiguações e cruzamento de dados, mantendo suas coberturas baseados "[...] na intimidade dos contatos e das confidências (ou mesmo dos rumores e mexericos) mais que na objetividade de uma observação ou de uma investigação". (BOURDIEU, 1997, p.135). Este tipo de jornalismo, refutável, corrobora para "uma visão cínica do mundo político, espécie de arena entregue às manobras de ambiciosos sem convicção, guiados pelos interesses ligados à competição que os opõe". (BOURDIEU, 1997, p.136).

Para combater estas práticas amorais, o comentarista deve adotar o perfil descrito por Marques de Melo (2003, p.113): "[...] um juiz da coisa pública. Orienta sem impor. Opina sem paixão. Conduz sem se alinhar". Pois, o comentarista "[...] não é um julgador partidário, alguém que faz proselitismo ou doutrinação. É um analista que aprecia os fatos, estabelece conexões, sugere desdobramentos, mas procura manter, até onde é possível, um distanciamento das ocorrências". (p.112-113)

Depois de apresentar as questões e problemas que permeiam a atividade do comentarista, volta-se ao objetivo principal desta discussão que é a compreensão deste profissional como contribuinte no processo de formação da Opinião Pública.

Todos os autores a que se recorreu neste estudo concordam, sem exceções, de que o jornalista é um formador de Opinião Pública, ou como definiu Marques de Melo (2003, p.112) sobre o comentarista: "Atua assim como um líder de opinião". Segundo Lippmann (2008, p.198), o jornalista atua sobre o público como um símbolo, não formado aleatoriamente, mas constituído a partir de uma imagem de credibilidade, da qual o público tem total responsabilidade sobre sua aceitação. Os repórteres[47] fazem parte de um grupo de pessoas que "[...] constituem nossos meios de ligação com quase toda uma série de coisas desconhecidas" (LIPPMAN, 2008, p.199). É nesta missão de apresentar o mundo desconhecido e de orientar sobre as questões ainda não esclarecidas que se concentram o poder do comentarista de colaborar com a opinião dos cidadãos sobre estas mesmas coisas desconhecidas e sobre estes fatos não resolvidos ou inconclusos.

A consolidação do formato comentário, inicialmente nos Estados Unidos, e depois nos demais países, passou pela atuação dos homens de imprensa, dos "opinion makers" (RIVERS, 1965, tradução nossa). Os comentaristas norte-americanos Valter Lippman, James Reston e David Brinkley fizeram escola em todo o mundo e tornaram-se referência do gênero.

Rivers (1965, p.58, tradução nossa) afirma que Lippman influenciava diretamente a postura como o governo americano se comportava. O livro *The Essential Lippman* considera que Lippmann foi o "mais importante pensador político do século XX". Adiante, acrescenta: "sobre Washington recaiam os efeitos da sua coluna".

No Brasil, os mais destacados foram Newton Carlos, Paulo Francis e Carlos Castello Branco. (MARQUES DE MELO, 2003, p.114). Newton Carlos atuou nos jornais *Tribuna da Imprensa*, *Diário Carioca e Jornal do Brasil* e na revista *Manchete*. Paulo Francis começou sua vida profissional no teatro, mas foi no jornalismo que teve êxito. Durante os anos de 1957 e 1958 assinou a coluna de teatro do jornal *Diário Carioca*. Depois da crítica teatral, Paulo Francis se estabeleceu como jornalista e atuou como articulista político, editor literário, escritor de ensaios, memórias e ficção. Na década de 80, mudou-se para Nova York, onde passou a trabalhar para a televisão brasileira como comentarista político e cultural. Nos 90, escreveu e comentou sobre a vida da sociedade norte-americana na coluna semanal em

[47] No livro "Opinião Pública", Walter Lippman usa a expressão repórteres para referir-se aos profissionais que atuam nos jornais impressos.

O Estado de S. Paulo, "Diário da Corte", e participou de *Manhattan Connection*, programa de debates semanal sobre o assunto na TV a cabo *GNT*.

Em cada momento da história política do país e dos meios de comunicação, novos comentaristas despontaram e contribuíram com a consolidação do jornalismo nacional. O gênero só passou a ser praticado no Brasil na década de 1960, quando a imprensa brasileira passa por um período de modernização e absorve alguns dos padrões norte-americanos, "[...] entre os quais o tipo de unidade redacional assinada por um jornalista competente, que se torna, pouco a pouco, personalidade pública". (MARQUES DE MELO, 2003, p.114). Segundo Marques de Melo (2003) o marco do comentário no jornalismo brasileiro se dá com o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, no Rio de Janeiro. Este veículo contratou jornalistas para observar os cenários, fazer análises e passar suas impressões aos leitores. Posteriormente, o padrão foi seguido pelo *Jornal do Brasil*, *Estadão*, *Folha de S.Paulo* e *Abril*. Entre os comentaristas que ganham notoriedade neste período, Marques de Melo (2003) destaca Carlos Castelo Branco, Carlos Chagas, Newton Carlos, Alberto Dines, Josué Guimarães, Mino Carta etc. Na análise de Marques de Melo (2003, p.114-115), estes comentaristas "[...] despontam como exegetas do transitório, como captadores do sentido que entrelaça cada faceta do movimento da sociedade".

Carlos Chagas começou sua carreira como repórter de *O Globo* no ano de 1958, depois passou pelo *Estado de São Paulo*, onde permaneceu durante 18 anos. Até hoje, é apresentador do canal de TV *CNT* e escreve uma coluna publicada em 12 jornais do país.

Alberto Dines entrou no jornalismo através das críticas cinematográficas, depois como repórter de assuntos culturais para a revista *Visão*. Atuou também na revista *Manchete*, nos jornais *Última Hora*, *Diário da Noite* e *Jornal do Brasil*, onde foi diretor e um dos responsáveis pela reforma que fez deste periódico um dos mais respeitados do país. (DINIZ, 2010, p.3).

Josué Guimarães exerceu, além de comentarista, as funções de repórter, secretário de redação, diretor, colunista, cronista, editorialista, ilustrador, diagramador, analista político e correspondente internacional durante trajetória iniciada em 1944. Trabalhou nos jornais *Diário de Notícias*, onde assinou a coluna "D.Xicote"; *A Hora*, de Porto Alegre; jornal *Última Hora*, onde assinou a coluna "Um dia depois do outro"; na revista *O Cruzeiro*; revista *Quixote*; jornal *Folha da Tarde* e *Diário Carioca*. Mino Carta dirigiu o *Jornal da Tarde* e as equipes criadoras das revistas *Quatro Rodas*, Veja, *Isto É* e *Carta Capital*, da qual ainda é diretor de redação.

Anteriormente a este período, na década de 1950, o comentário fora intensamente praticado por Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia de veículos de comunicação *Diários Associados.* Neste momento, os jornais estavam fechados a manifestação da opinião dos jornalistas, o trabalho de Chateaubriand representou uma raridade para aquele período.

Na década de 1960, o surgimento do comentário no Brasil significou uma abertura de espaço para a opinião de jornalistas, pois as oportunidades de manifestação de opinião nos veículos brasileiros sempre estiveram disponíveis aos grandes intelectuais ou aos repórteres destacados. Nunca aos redatores que demonstravam potencialidades de análise e de previsão dos acontecimentos. "Aos que revelavam tendências dessa natureza restava a chance de produzir editoriais na medida em que merecessem a confiabilidade da empresa". (MARQUES DE MELO, 2003, p.114)

Com a abertura política, especialmente nos anos 1975-1976, o comentário reaparece. A *Folha de São Paulo* é responsável pela consolidação do gênero. "A transformação da página opinativa daquele matutino paulista, reintroduzindo até mesmo o editorial que chegou a ser suprimido durante certo tempo". O periódico abre espaço para os comentaristas Alberto Dines, Ruy Lopes, Josué Guimarães e Samuel Wainer, dentre outros. Os comentaristas assinam os textos das cidades onde estão, "O jornal adota a iniciativa de comentar os acontecimentos a partir de diferentes ângulos geográficos". (MARQUES DE MELO, 2003, p.119). Na *Folha de São Paulo*, "Distanciando-se do tom solene, do estilo rebuscado e da exposição metafórica (comum em Carlos Castello Branco e Carlos Chagas, mas que atinge sua maior sofisticação em Vilas-Bôas Côrrea), o comentário da FSP[48] adquire leveza, agilidade e simplicidade". (MARQUES DE MELO, 2003, p.119).

Escritor e jornalista, Vilas-Bôas Côrrea atuou em importantes jornais cariocas, entre eles o jornal A Notícia, O Dia, O Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil. Trabalhou também na TV Excelsior e na TV Manchete no começo da década de 1980. Samuel Wainer fundou, na década de 1950, o jornal *Última Hora*, no Rio de Janeiro, periódico dos mais emblemáticos da imprensa brasileira. Durou 20 anos, atravessando à morte de Vargas e à renúncia de Jânio, mas sucumbiu com a ditadura militar (1964-1985), em 1971, o jornal fechou as portas. Wainer foi colunista da *Folha de S.Paulo* e membro de seu conselho editorial.

Ainda na década de 1970 tem-se a valorização do comentário econômico, "pela significação cada vez maior que a economia assumiu no quadro da modernização nacional", destacando-se como o principal comentarista deste gênero, Joelmir Betting. (MARQUES DE

[48] O autor usa a sigla "FSP" para referir-se ao jornal *Folha de São Paulo*.

MELO, 2003, p.119). Este jornalista começou sua carreira cobrindo futebol nos jornais *O Esporte* e *Diário Popular* e na rádio *Panamericana*, hoje rádio *Jovem Pan*. Em 1962, Beting troca o jornalismo esportivo pelo jornalismo econômico. Inicialmente em 1968, com a nomeação para o cargo de Editor de Economia da *Folha de S.Paulo*, no entanto o marco de sua história como comentarista econômico acontece em 7 de janeiro de 1970, quando lança uma coluna neste jornal. Posteriormente, a mesma coluna foi, por anos, publicada simultaneamente por quase meia centena de jornais brasileiros, com o timbre da *Agência Estado* até 2004. Ainda na década de 1970, Beting atuou diariamente nas rádios Jovem Pan, Gazeta, Bandeirantes e CBN.

Joelmir Beting também foi o responsável, juntamente com Paulo Francis, pela consolidação do comentário na TV brasileira. Apesar de ter sido Newton Ramos o pioneiro do gênero na televisão, ele "nunca chega a atingir o padrão ideal para o comentário televisivo, pois permanece preso ao texto, se não o texto lido, a expressão oral atravessada pela construção escrita". O comentário na TV só atinge plena expressão com Joelmir Betting, depois com Paulo Francis, dedicado a comentar os fatos internacionais. (MARQUES DE MELO, 2003, p.120). Beting começou na TV ainda na década de 1970, atuou nas emissoras *Gazeta*, *Record*, *Bandeirantes* e *Globo*, nesta a partir de agosto de 1985, até julho de 2003, passando um período no canal fechado *GloboNews*. Volta à *Bandeirantes*, em março de 2004, onde permanece até hoje.

Fora no rádio que o comentário "encontrou sua maior expressão no jornalismo brasileiro contemporâneo", com destaque para Vicente Leporace, na *Rádio Bandeirantes*, que fazia uma análise do noticiário publicado pelos jornais matutinos e para Nevile Jorge e Maria Lídia na *Rádio Record*, que introduzem a espécie do comentário dialogado, "que suscita no ouvinte a impressão de estar participando de uma conversa agradável, onde os fatos de maior interesse são repassados e avaliados". (MARQUES DE MELO, 2003, p.120).

Vicente Leporace começou sua carreira no rádio em 1941, na *Clube Hertz*, na cidade de Franca (SP). Depois passou pelas Rádios *Mayrink Veiga*, no Rio de Janeiro; *Cruzeiro do Sul*; *Record* e *Bandeirantes*, em São Paulo. Seu famoso programa "O Trabuco", foi ao ar pela primeira vez em 1951, permanecendo por quase 30 anos, sempre comentando os fatos políticos do dia. Leporace também mantinha coluna em diversos jornais de São Paulo.

Na televisão, tem tido destaque atualmente o trabalho do jornalista, escritor e cineastra Arnaldo Jabor. Com estilo marcadamente irônico, ele é o principal representante do comentário na televisão. Começou como colunista do jornal *O Globo* e hoje tem participação no *Jornal da Globo*.

4 O perfil teórico do comentário

O comentário, que teve origem no editorial, formato que expressa a opinião da empresa jornalística, representou uma evolução do espaço opinativo nos periódicos, possibilitando aos profissionais de imprensa, a oportunidade de opinar sobre os acontecimentos. A elaboração do perfil teórico do comentário ou do conceito e caracterização deste formato perpassam pelo entendimento de como se deu a consolidação do comentário na imprensa brasileira a partir de sua história e da releitura de alguns dos conceitos já elaborados. Para permitir uma ampliação do conhecimento já existente, a fim de aprimorá-lo, faz-se uma reflexão sobre as funções desempenhadas pelo comentário em relação ao público leitor, a sua contribuição para o jornalismo opinativo e o papel do jornalista neste processo. Temas já abordados minuciosamente nos itens anteriores.

Para cumprir o objetivo de traçar o perfil teórico do comentário, busca-se ainda apresentar superficialmente algumas características deste formato nos diferentes suportes, apesar do objeto deste estudo ser o comentário no jornal impresso. Para começar a discussão conta-se um pouco de como o jornalismo brasileiro começou a praticar o comentário.

Este formato tem origem no jornalismo norte-americano, em seu surgimento, representou uma tentativa de quebrar o monopólio opinativo do editorial, característico da unidade ideológica que possuía o jornalismo pré-industrial. Quando as empresas jornalísticas adotam o caráter mercantil, "[...] seus dirigentes deparam-se com a inevitabilidade das concessões sociais", ao Estado, aos grupos econômicos, à audiência. "Tornou-se incômodo manter o monopólio opinativo que expressava, através do editorial, o ponto de vista das forças diretamente responsáveis pelo funcionamento da empresa jornalística". (MARQUES DE MELO, 2003, p.113).

No Brasil, o comentário apareceu na década de 1950, mas só se consolidou na primeira metade da década de 1960, quando a imprensa brasileira passou por um período de modernização e incorporou técnicas norte-americanas de jornalismo. Um dos fatores que contribuíra para a implantação deste formato nos periódicos nacionais, inicialmente nos jornais do Rio de Janeiro, fora a necessidade de inovação diante da rapidez de notícias veiculadas pelo rádio e pela televisão.

O comentário brasileiro ainda é muito jovem e enfrenta o desafio de construir uma identidade própria. Em sua curta trajetória no país, este formato sofreu as conseqüências da instabilidade política nacional. O golpe de 1964 e a implantação da ditadura militar no Brasil

veio a frear o desenvolvimento do jornalismo opinativo, especialmente aquele relacionado à temática política, pois as decisões do governo foram centralizadas nos gabinetes militares e as medidas na área econômica e política passaram a ser anunciadas de surpresa. "Além da censura que se estabelece nos processos de difusão, com maior ou menor intensidade, verifica-se também o fechamento das fontes de informação". (MARQUES DE MELO, 2003, p.117). Neste período, somente o comentário esportivo gozava de certa liberdade editorial. Segundo descrição de Marques de Melo (2003), foram poucos jornalistas que permaneceram exercendo a atividade como comentarista. Os que permaneceram, trabalhavam com restrições das próprias empresas que temiam não agradar aos novos dirigentes do país. Carlos Castelo Branco, Carlos Chagas e Newton Carlos foram alguns destes raros profissionais.

Com o enfraquecimento da ditadura, a partir do governo Geisel (1974-1979), os veículos de comunicação passam a ter mais liberdade opinativa, "São os tempos de distensão ou da abertura que fazem renascer o comentário", com destaque para a atuação do jornal *Folha de São Paulo*, que abre espaço para o gênero e para muitos profissionais. (MARQUES DE MELO, 2003, p.120)

> Nos últimos anos, depois da anistia, das eleições diretas para governadores, do aguçamento da crise econômica, quando toda a sociedade civil despertou para os problemas nacionais, o comentário ganhou enorme espaço nas emissoras de rádio e adquire pouco a pouco sua identidade, enquanto gênero que se liberta da expressão elaborada, apreendendo o sentido dos acontecimentos por intermédio de uma linguagem descontraída, natural, espontânea. (MARQUES DE MELO, 2003, p.120)

Nas duas últimas décadas do século XX, o comentário firmou-se, não só na imprensa, mas também no rádio e na televisão e, mais recentemente apareceu como formato freqüente nas páginas de jornalismo e em blogs na internet. Pesquisas recentes elaboradas por alunos da Universidade Metodista de São Paulo, citadas no item 2 deste capítulo, demonstram como o comentário é um dos formatos opinativos mais presentes nos jornais e revistas do país. No jornal *O Estado de São Paulo,* o comentário é o segundo entre os formatos opinativos mais presentes, depois do artigo (2,95%), neste periódico, o comentário tem participação média de 2,38%. No jornal *Diário de São Paulo* o comentário ocupa 1,08%, aparecendo atrás da coluna (10,15%) e da carta (2,17%)[49]. Na revista *Pará+* o comentário é o formato opinativo com maior freqüência, 11,76%. Na revista *Nordeste* o comentário está em primeiro lugar, com destaque para os temas políticos, este formato aparece em 7,89%. Na publicação *Foco*, revista de Brasília, é o segundo, com 4,68%, enquanto que o primeiro é a

[49] Pesquisa realizada por Rego e Amphilo (2010).

coluna, com 11,43%[50]. Uma análise dos jornais *Zero Hora* (Sul), *Folha de São Paulo* (Sudeste), *Correio Brasiliense* (Centro-Oeste), *A Tarde* (Nordeste) e *O Liberal* (Norte) mostra que o comentário é o segundo formato do gênero opinativo mais freqüente no conjunto destes periódicos, contabilizando 2,8% de presença, a coluna é a mais presente (4,8%) e o artigo o terceiro (2,6%)[51].

No Brasil, o primeiro a identificar o comentário em pesquisas científicas e incluí-lo em uma classificação de gêneros jornalísticos foi o doutor José Marques de Melo. Na classificação pioneira de Luiz Beltrão (1980) este formato não fora citado, o pesquisador incluiu apenas cinco formatos no gênero opinativo: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor. Na classificação de Marques de Melo (2009a) são oito formatos: editorial, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta e comentário. Manoel Carlos Chaparro (2000) cita o comentário como formato, mas utiliza a palavra 'comentário' para denominar um dos dois gêneros, em que está dividida sua classificação: gênero comentário e gênero relato. Nesta classificação, o gênero comentário inclui os formatos artigo, crônica, carta, coluna, caricatura e charge, bem semelhante ao grupo do gênero opinativo de Beltrão e Marques de Melo.

Conforme conceituação de Marques de Melo (2003, p.115), "o comentário explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas conseqüências [...]. Trata-se de um gênero que mantém vinculação estreita com a atualidade, sendo produzido em cima dos fatos que estão ocorrendo". É uma narração do cotidiano, com "ancoragem informativa e perspectiva histórica" (MARQUES DE MELO, 2003, p.117). É um texto opinativo, mas que contém informações, análises, interpretações e opiniões e, por isso, aproxima-se da crônica e do editorial. (MARTINEZ ALBERTOS, 1974 apud MARQUES DE MELO, 2003, p.115) afirma que o comentário é "um editorial assinado", um "[...] vaticínio mais ou menos profético do posterior desenvolvimento dos fatos". Eugênio Castelli (1968 apud MARQUES DE MELO, 2003, p 115) conceitua o comentário como "[...] um gênero intermediário entre o editorial e a crônica, porque utiliza o método expositivo do editorial, mas introduz a ironia e o humor da crônica". Entre as características deste formato está a continuidade e a 'camuflagem' da conclusão. Sobre a continuidade significa dizer que os fatos retratados dia após dia devem ter nexo, pois "Uma matéria que contém apreciação sobre um fato articula-se necessariamente com as que a antecederam e com as que virão". (MARQUES DE MELO, 2003, p.113). A 'camuflagem' da conclusão é o fato de que o texto do comentário não termina com uma

[50] A pesquisa com as revistas regionais foi realizada por Salomão (2010).
[51] Estudo realizado por Costa (2010).

conclusão clara, como acontece no editorial, as defesas do comentarista estão implícitas nos argumentos apresentados ao longo do texto. “Nem sempre o comentarista emite uma opinião explícita. Seu julgamento é percebido pelo raciocínio que utiliza, pelos rumos de sua argumentação”. (MARQUES DE MELO, 2003, p.115).

O comentário absorve a natureza mutável da realidade dos fatos, “Arriscar uma conclusão é perigoso, já que se torna exíguo o tempo que tem o comentarista entre a ocorrência e a sua apreciação. As conclusões vão emergindo naturalmente como conseqüência dos julgamentos anteriores”. (MARQUES DE MELO, 2003, p.116). Construir estas conclusões na relação entre texto e leitor, e não de forma explícita, é um desafio para os comentaristas, ele deve ter habilidade para ligar os acontecimentos, contextualizá-los na história e rapidez para analisar e opinar sobre os fatos no momento em que eles ocorrem. “Ver e perceber o que transcende a aparência constitui seu maior desafio. Exige uma permanente sintonização do jornalista que pratica esse gênero com suas fontes de informação”. (MARQUES DE MELO, 2003, p.116).

É justamente na elaboração implícita da conclusão que o comentarista dá sua maior contribuição para a formação da Opinião Pública. Devido à autonomia e o respeito intelectual do comentarista, este profissional está mais livre para emitir opinião, mais independente da publicidade governamental. Os textos que levam a assinatura de um determinado comentarista carregam consigo mais do que informações e opiniões, carregam algumas simbologias: do profissional enquanto orientador credível e do jornal, enquanto veículo que se apresenta idôneo. O leitor/receptor deposita sua confiança e faz da leitura daquele comentarista, um hábito diário. O profissional que elabora o comentário realiza assim aquele que seria o primeiro estágio na formação da Opinião Pública: a elaboração e organização das ideias. A recepção dos leitores e contato entre eles seria o segundo estágio, conforme exposição feita no item 1 deste capítulo.

Atingir o público e contribuir com a reelaboração de ideias é uma das missões do comentário e desejo primeiro do comentarista. Para atingir estes objetivos ele deve primar pela atualidade, discutindo não os fatos passados, mas os acontecimentos em curso para ajudar na opinião que está se formando. O texto deve recorrer a símbolos comuns aos leitores para ilustrar o ambiente desconhecido, os bastidores, é preciso aproximar a realidade descrita ao mundo conhecido. Assim como em toda a produção jornalística, o comentário deve atender ao interesse público, os assuntos abordados, selecionados pelo jornalista, devem priorizar a orientação dos receptores para questões que afetem suas vidas individuais e a vida em sociedade. Ao comentarista cabe o bom senso de não praticar a polêmica pela polêmica

simplesmente, mas levantar debates, criar discussões produtivas. O comentário é, pois, um formato que cumpre uma das missões sociais do jornalismo, que é o de orientar a opinião pública, com a ressalva de que só se concretiza se ancorado na ética e competência profissional.

Ao ler os conceitos já elaborados sobre o comentário, emerge inevitavelmente dúvidas sobre a classificação deste formato como gênero opinativo, uma vez que ele contém informações, análises e interpretações. O comentário é um exemplo de que a fronteira entre informação, interpretação e opinião ainda provoca muitas discussões. Gomis (1991, p.49, tradução nossa) destaca que o comentário está intrinsecamente relacionado à notícia, o autor afirma que a notícia surgiu com o comentário. "Notícia é a expressão jornalística de um fato capaz de causar interesse e suscitar comentários. Ou, mas brevemente, notícia é um fato que dará o que falar". Segundo Gomis (1991, tradução nossa), toda informação é uma interpretação de um fato. O caráter enigmático dos acontecimentos é que possibilita mais de uma interpretação e os comentários são conseqüências para questões sobre o significado dos acontecimentos e para os futuros desdobramentos. Nesta perspectiva, tudo é interpretação, desde a notícia ao comentário. A partir deste conceito, Gomis (1991) elaborou uma classificação com dois níveis de interpretação: interpretação informativa de primeiro grau: notícia (descritiva, objetiva uma exatidão no relato e possibilita conhecer o passado recente) e a interpretação de segundo grau: comentário (é a interpretação de uma primeira interpretação, comentário da notícia, ampla, aberta, se projeta sobre um horizonte incerto, apresenta uma interpretação do futuro).

Posteriormente, Gomis (1991, p 109) ampliou sua classificação para três níveis de interpretação: *interpretação de fatos ou notícias*: sua função é relatar o presente (notícia); *interpretação de situações*: apresenta personagens, lugares e situações em um lugar do mundo, em um ambiente específico. Sua função é compreender o presente apresentado nas notícias (reportagens e crônicas); *interpretação moral ou comentário*: analisa e julga fatos e situações. Sua função é esclarecer se os atos são bons ou ruins (gênero comentário e suas variantes: editorial, artigos, colunas, cartas, humor, debates (na TV).

Ao discutir a presença do comentário e o trabalho do comentarista na televisão, Rezende (2010, p.310) levanta uma nova função para este formato, que seria o de prestação de serviços, pois, para o autor, orientar o público é função desempenhada pelo jornalismo de serviço, por orientar o público. "O comentário define-se como matéria jornalística em que um jornalista especializado em um determinado assunto faz uma análise, uma interpretação de

fatos do cotidiano". O comentarista, "além de explicar os acontecimentos e problemas, orienta o público, que pode conferir ao seu trabalho um valor de jornalismo de serviço".

A reflexão de Gomis (1991) e Rezende (2010) e as classificações e conceitos elaborados por Marques de Melo (2003), Beltrão (1980) e Chaparro (2000) ensinam que os formatos jornalísticos podem desempenhar mais de uma função, na medida em que informam podem interpretar ou opinar, quando orientam estão fornecendo também informações, os gêneros mais recentes, diversional e utilitário, também podem oferecer informações. Defende-se aqui, não a hibridização dos gêneros, mas a tese de que não são puros no que concerne a função ou as funções desempenhadas em relação ao receptor. Mas é necessário afirmar que sempre há uma função predominante em relação às demais e é nesta questão que se concentra a classificação dos gêneros e formatos. O comentário desempenha, portanto, as funções de informar, analisar e interpretar, porque oferece informações, faz análise e interpreta os fatos, porém é na argumentação opinativa em que está baseada a estrutura do comentário e, portanto, é na função de orientação que se centra os esforços deste formato.

Segundo conceituação de Marques de Melo (2003, p.116), o comentário estrutura-se em duas partes: "a) síntese do fato e enunciação do seu significado; b) argumentação que sugere o seu julgamento". Como explicado anteriormente, não há uma conclusão explícita, são os argumentos que apontam para a opinião e ponto de vista do comentarista. Diferentemente do editorial, que tem maior ênfase em frases afirmativas, o comentário tem mais ênfase nas demonstrações e nas argumentações. Com relação ao espaço ocupado pelo comentário no jornal impresso, ele pode estar presente na página de Opiniões, em páginas que comportam matérias nos diversos cadernos ou ainda em espaços chamados de colunas, que servem para separar graficamente o conteúdo opinativo dos demais.

Abre-se um 'parênteses' para fazer a separação entre os conceitos de coluna e comentário, visto que o espaço em que o *Jornal do Brasil* publicava os comentários de Carlos Castello Branco era intitulado de *Coluna do Castello*. Segundo explicação de Marques de Melo (2003, p.140), a coluna "Trata-se de um mosaico estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade ou abrangência". Discorda-se da classificação de coluna como um formato autônomo, defende-se que se trata de um espaço gráfico que pode abrigar outros formatos, não somente do gênero opinativo, mas de outros gêneros, pode ser inclusive, essencialmente informativa.

Dois importantes pensadores, Foucault (2009) e Charaudeau (2006) elaboraram análises do comentário como elemento do discurso considerando sua função social:

Foucault (2009, p.25) trabalha o comentário como um desdobramento do discurso e como uma intervenção. Para o autor, o comentário é um discurso reatualizável, que permite dizer algo além do texto, pode ser incrementado, mas acaba por dizer, na essência, o que já estava articulado no texto original.

> [...] o desnível entre texto primeiro e texto segundo desempenha dois papéis que são solidários. Por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. (p.25)

Concorda-se com o caráter "reatualizável" do comentário, porém discorda-se que o comentário feito na imprensa seja apenas a reafirmação do relato do acontecimento. O comentário sempre incorpora elementos novos através da análise de conjuntura e implementação de previsões.

Charaudeau (2006) explica que as atividades de relatar e comentar surgiram da necessidade do homem explicar seu destino. "Comentar o mundo constitui uma atividade discursiva, complementar ao relato, que consiste em exercer suas faculdades de raciocínio para analisar o porquê e o como dos seres que se acham no mundo e dos fatos que aí se produzem". (CHARAUDEAU, 2006, p 175).

Entre as diferenças entre relato e comentário apontadas por Charaudeau (2006, p.175), está o de que o relato solicita apenas um reconhecimento do fato por parte do leitor, o comentário exige um raciocínio mais aprofundado, uma tomada de posição em relação ao texto. Segundo o autor, as esferas narrativas e argumentativas se misturam, mas "apesar da convergência, essas duas atividades apelam para diferentes faculdades da mente e para diferentes processos de discursivização". A diferenciação entre os dois estaria na maneira como cada texto se comporta diante do mundo, o relato propõe uma visão "*constantiva"*, um testemunho da experiência humana. O comentário apresenta uma visão do mundo de caráter "*explicativo"*. (p.176)

Em sua descrição sobre o comentário, Charaudeau (2006, p.183) explica que este tipo de discurso possui uma estrutura argumentativa que inclui: a problematização do propósito e elucidar e avaliar os seus aspectos. Problematizar o propósito significa apresentar o tema de que se fala, fazer um questionamento sobre ele e inserir argumentos. Elucidar é mostrar no texto as razões mais ocultas para o surgimento do fato, as causas para o tal acontecimento apresentar-se daquela forma e a avaliação é feita com base na opinião pessoal do comentarista.

> [...] o discurso do comentário jornalístico é, em princípio, marcado por uma argumentação de ponderação: uma dosagem equilibrada entre julgamento pró e julgamento contra, entre apreciação favorável e apreciação desfavorável, entre exposição de uma determinada opinião ou de uma outra (muitas vezes contrária). Disso decorre uma argumentação em forma de gangorra, que corresponde, de fato, a uma recusa em escolher entre os termos de uma alternativa, entre uma opinião e seu contrário. Se o discurso do comentário jornalístico coloca uma problematização, não desenvolve um ato de persuasão que, ao final da argumentação, revele o ponto de vista do argumentador e permite ao leitor ou ouvinte tomar partido. (CHARAUDEAU, 2006, p 183).

Voltando à discussão sobre a estrutura do comentário, ressalta-se que devido à liberdade de que goza o jornalista, pode-se afirmar que não há estrutura única seguida por todos na elaboração do comentário, a criatividade do comentarista é que orienta a construção do texto. É o comentarista também quem determina os temas a serem tratados, já que possui independência em relação à chefia de reportagem.

Castelli (1968 apud MARQUES DE MELO, 2003, p.117) identifica três espécies de comentários:

> 1) Análise de um problema (cujo estilo é similar ao editorial, manejando dados eruditos e imprimindo certa subjetividade, mas agregando traços de humor e ironia);
> 2) Documentação de um fato (utiliza o estilo do relatório, valendo-se muitas vezes dos recursos da reportagem, sem excluir porém a formulação de juízos pessoais provenientes da observação direta);
> 3) Crítica de uma situação (apreciação pessoal, realçando a natureza da situação analisada, mas antecipando as possibilidades de solução).

Em uma análise do jornal *Folha de São Paulo*, Coelho (1987, p.78-79) identificou quatro subgêneros para o Comentário:

> Comentário-editorial (localizado na página do editorial, escrito por pessoas de relação próxima a direção da empresa, como membros do conselho editorial ou diretores e secretários de sucursais, expressam opinião dos mesmos); Comentário-coluna (presente na editoria de política, fragmenta as informações que deseja transmitir); Comentário-personalista (o comentarista narra os fatos como expectador participante, o ângulo de visão é de dentro dos acontecimentos, como co-autor dos fatos) e o comentário-comentário (guarda mais características típicas do comentário, "ângulo de visão mediado pela reportagem", opinião do local do fato).

A variedade na estruturação e classificações do comentário aumenta se forem considerados os diferentes suportes em que é veiculado, pois como explicou Marques de Melo (anotações em aula), "não se pode entender o gênero, sem entender o suporte". (MARQUES DE Melo, anotações de aula). Até agora, falou-se sobre o comentário no jornal impresso, mas

faz-se agora uma breve exposição sobre as características deste formato nos demais veículos de comunicação.

No Rádio, o comentário tem duração entre um minuto e 30 segundos até três minutos. (LUCHT, 2010, p.279), "[...] pode ser entendido como um gênero baseado em um monólogo, que pretende analisar fatos, interpretá-los, valorá-los e julgá-los, dentro de uma perspectiva individual e não institucional como é o caso do editorial". (ESPINOSA, 2001, p.117, tradução nossa). Assim como na TV, o comentário radiofônico pode ser feito ao vivo, gravado para posterior veiculação, lido de outro lugar ou lido por telefone, sendo que "a voz do comentarista é elemento constitutivo do comentário radiofônico, de modo que sem ela o gênero perde sua principal razão de ser". (ESPINOSA, 2001, p.118, tradução nossa). No rádio é preferível o comentário ao editorial, porque o comentarista é um atrativo a mais, frente ao anonimato da instituição. (ESPINOSA, 2001, p.117, tradução nossa). Segundo Espinosa (p.118), estabelece-se "uma espécie de vínculo entre a audiência e o comentarista que permite a este utilizar uma linguagem direta, mas sempre com credibilidade para manter o prestígio junto ao público". Tanto no rádio como na TV o comentarista deve estar vinculado a um programa específico e aparecer sempre no mesmo horário para manter a fidelidade da audiência. "[...] A área de cobertura do programa, condiciona ou justifica parcialmente o tema sobre o qual versa o comentário". (ESPINOSA, 2001, p.118, tradução nossa).

Marques de Melo (2003, p.121) argumenta que o segredo do comentário radiofônico tem sido o de ampliar o seu universo temático, não restringindo-se à política, economia e esportes, como ainda ocorre nos jornais, revistas e televisão, "[...] mas captando aquelas facetas da vida social que expressam as vicissitudes do cidadão comum: o custo de vida, os problemas de transporte e habitação, as questões ligadas à educação e à saúde, sem perder de perspectiva a sua inserção no conjunto da vida nacional". Um dos problemas no comentário radiofônico brasileiro é que ainda mantém-se atrelado ao jornal diário "que serve como fonte de referência para a seleção dos fatos a merecerem análise, elucidação e julgamento". (MARQUES DE MELO, 2003, p.120).

Na televisão, além da voz, o comentarista pode e deve recorrer aos recursos visuais de sua própria expressão para transmitir argumentos e opiniões. Conforme análise de Espinosa (2001, p.118, tradução nossa), "o autor incorpora a sua voz às conotações lingüísticas e psicológicas que julga adequadas". Os comentários feitos para a TV seguem geralmente o noticiário do programa jornalístico a que está vinculado, é exibido após matéria ou reportagem a qual se relaciona.

A literatura brasileira ainda é muito insipiente no que diz respeito ao comentário jornalístico, mas de todos os suportes o menos retratado é o da internet, uma vez que nem mesmo a configuração dos gêneros e formatos está consolidada neste suporte. Com relação ao comentário na internet o que se tem observado é a reprodução do modelo praticado nos jornais impressos. Um dos fenômenos atuais é o trabalho duplo de comentaristas nos jornais e na internet. Com base em observação prática superficial, afirma-se que o comentário na internet ainda não conseguiu inovar em relação ao jornal e que os recursos que o suporte oferece não estão sendo usados pelos comentaristas.

Após exposição dos diversos fatores relacionados à elaboração e recepção do comentário jornalístico, afirma-se que o comentário é um formato eminentemente opinativo que, apesar de oferecer informações e análises, baseia-se em uma estrutura argumentativa, indicando a um ponto de vista, com o fim de orientar a Opinião Pública. Na elaboração do comentário é o suporte que determina os recursos possíveis a serem utilizados. O profissional jornalista é o principal elemento deste processo, pois dele depende o respeito aos temas de interesse público, a qualidade técnica do texto, a veracidade das informações, a responsabilidade nas análises e a contextualização dos fatos, elementos cruciais para a elaboração de um bom comentário.

CAPÍTULO III – O COMENTÁRIO JORNALÍSTICO NA *COLUNA DO CASTELLO*

Os comentários jornalísticos de Carlos Castello Branco, publicados no *Jornal do Brasil*, perpassaram quatro períodos relevantes da história recente do país: o conturbado governo do então vice-presidente João Goulart e o golpe militar de 1964; o endurecimento do regime com a decretação do Ato Institucional n°5; o período de transição para a abertura política, a partir do governo Ernesto Geisel e o período de redemocratização do país, a partir de 1985.

O funcionamento das instituições políticas e o comportamento da sociedade brasileira em cada um destes momentos influenciaram diretamente a produção jornalística no país e, por conseguinte, o trabalho de Carlos Castello Branco como comentarista destes acontecimentos.

Neste capítulo faz-se uma análise a partir de pesquisa qualitativa, com dados quantitativos, sobre o formato comentário, levando-se em conta a relação com cada um destes quatro períodos históricos.

1 Análise e quantificação dos dados

1.1 Primeira fase: 1963 a 1967

Quando Carlos Castello Branco começou a publicar a *Coluna do Castello*, em 1963, o Brasil vivia a instabilidade política oriunda da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, governo do qual Castelinho participara. No contexto internacional, a Guerra Fria dividia o mundo em socialistas e capitalistas. À frente do segundo estavam os Estados Unidos, acusados pelos soviéticos de intervir nos países latino-americanos sob o pretexto de evitar a expansão do comunismo no mundo.

A *Coluna do Castello,* como espaço eminentemente político, tratou de diversos assuntos da vida pública naqueles primeiros anos. Os temas mais abordados por Castello entre 1963 e 1967 foram: reforma política; reforma Constitucional; formação do Ministério; crise na Marinha; legislação eleitoral; sucessão presidencial e política externa.

Para descrever as características do comentário de Castellinho nestes cinco primeiros anos de existência da *Coluna do Castello*, analisaram-se 10 comentários, dois de cada ano,

selecionados em meses distintos, conforme descrição de elaboração da amostragem feita na Introdução. Após o detalhamento da pesquisa em cada texto ou unidade de análise, faz-se a observação ampla do conjunto dos 10 comentários.

Comentário 1: *"Opção na Guerra, Pastas Civis e reforma difícil"* - publicado em 3 de janeiro de 1963.

Neste texto Castello comenta a nomeação de novos ministros a reforma política. A palavra "crise" é constante em seu texto, refletindo o momento de instabilidade política porque passava o país. Logo no começo ele critica a falta de informações por parte do governo: *"Nas escassas fontes de informação e nos limitados setores de repercussão política de Brasília [...]"*.

É um comentário baseado em previsões e especulações de como será formado o novo ministério. Com base em fontes governamentais e parlamentares, mas sem citar nomes, o jornalista apresenta argumentações destas fontes "ocultas" sobre as possíveis indicações do governo para os cargos. Para complementar as informações, Castello contextualiza a questão, remetendo à notícias divulgadas anteriormente, o que representa uma reatualização de informações objetivas a partir de um comentário inicial.

Comentário 2: *"Revogado o Ato Adicional Congresso gozará recesso"* - publicado em 15 de janeiro de 1963.

Através de informações sobre o funcionamento do Congresso, Castello aborda a questão da reforma Constitucional, em debate naquela Casa. Apesar de oferecer muitas informações, mais uma vez as fontes não aparecem, refletido nos termos indefinidos: *"Assegura-se nas esferas oficiais [...]"*. Este texto centra-se essencialmente na formulação de previsões sobre o comportamento dos partidos, parlamentares e governo em relação ao tema, o jornalista analisa a situação atual para, em seguida, fazer previsões e apresentar conseqüências sobre possíveis desdobramentos.

Sobre a estrutura da Coluna, a partir deste item, observa-se a presença de pequenas notas informativas ao final do texto principal, que é o comentário. O número de notas varia de duas, até quatro.

Comentário 3: *"Esquerda fecha a questão contra Nei"* - publicado em 19 de março de 1964.

Através da exposição de argumentos e opiniões de fontes parlamentares, Castello comenta a falta de autoridade do então presidente João Goulart. Às vésperas do golpe militar que aconteceria no dia 31 do mês de março, as especulações sobre o futuro do país eram constantes.

A começar do próprio título, um texto com muitas informações partem das fontes ouvidas por Castello. A partir destas informações, o jornalista faz previsões e suposições: *"Esse documento deverá ser entregue nas próximas horas [...]"*; *"O próprio PC (Partido Comunista) poderia chegar ao Ministério [...]"*; *"O ex-presidente Jânio Quadros teria decidido [...]"*. Em outros momentos faz sugestões: *"O governador [...] deveria procurar [...]"*.

Comentário 4: *"Goulart decide de longe crise naval"* - publicado em 27 de março de 1964.

Este texto comenta *"o estado de rebelião declarada na Marinha"* e apresenta suposições sobre como o presidente João Goulart iria resolver a questão. Assim como nos comentários anteriores, predominam as informações de fontes sobre a opinião, mas o que prevalece no texto são as suposições e as possibilidades de conseqüências, como nos exemplos: *"O presidente João Goulart não deve ter dado crédito [...]"*; *"O presidente [...] ou terá aceito [...] ou terá recusado [...]"*. A apresentação de mais de uma conseqüência ou mais de uma alternativa demonstra que Castello conseguia analisar o futuro não de uma maneira única, fechada, mas de um panorama aberto de possibilidades, assim como é a política.

Comentário 5: *"Lacerda mais acuado do que reintegrado"* - publicado em 4 de maio de 1965.

Este comentário é centrado em um personagem político, o então governador do Estado da Guanabara pela UDN Carlos Lacerda, e a possibilidade dele vir a disputar o mandato de presidente da República nas eleições do ano de 1966. Através da descrição de acontecimentos políticos, de informações do próprio personagem e de correligionários, Castello faz previsões sobre a sucessão presidencial.

Na estrutura, prevalecem as suposições, previsões e apresentação de conseqüências: *"É Claro que o Sr. Carlos Lacerda, no fundo, ainda alimenta uma tênue esperança [...]"; "As divergências [...] são incontornáveis e darão conseqüências definidas e inevitáveis [...]"*.

Comentário 6: *"Lei dos Coronéis é o preço das eleições"* - publicado em 16 de maio de 1965.

A partir deste texto observa-se uma reduzida presença de informações de fontes nos comentários de Castello. Este texto, por exemplo, tem caráter mais argumentativo e opinativo do que os quatro anteriores. Vale salientar que a partir daqui, o país já está vivendo sob a ditadura militar, instaurada no ano anterior.

O comentário trata da "emenda das inelegibilidades", sobre a legislação política e as regras de elegibilidade para os postulantes ao parlamento. As opiniões e críticas do jornalista são mais explícitas, como nos exemplos: *"Como admitir o exercício de um mandato por uma pessoa declarada incompatível com esse mandato?"*; *"Ela (a emenda) se apresenta [...] como uma arma de facção que [...] agride rudemente o espírito da revolução"*; *"Não é o melhor caminho, não é mesmo nem um bom caminho [...]"*.

No primeiro ano após a tomada do poder pelos militares, a ideia de ditadura ainda não havia sido disseminada. A imprensa chamava o movimento de Revolução, mas Castello já previa as intenções do governo: *"A idéia de legislar-se para atingir pessoas não se ajusta ao regime democrático"*; *"Como o inferno, as ditaduras e as oligarquias se forram de boas intenções. E dão sempre no que dão"; "A intranqüilidade não é apenas dos parlamentares, ela é de todo mundo"*.

Comentário 7: *"Memórias do Senador Benedito Valadares"* - publicado em 19 de julho de 1966.

A exemplo do comentário 5, o texto centra-se em um personagem, na vida do senador Benedito Valadares. Ao comentar o livro de memórias publicado pelo parlamentar, Castello faz críticas à postura pública de Benedito Valadares e analisa a história recente do Brasil. *"O senador Benedito Valadares [...] fez a última coisa que um político pode fazer: dizer a verdade"; "Na transcrição de documentos inúteis [...] ocupam espaços que deveria dedicar ao retrato de tantos homens com os quais conviveu"; "O episódio-chave de sua carreira política é a participação no golpe de estado de 1937"*.

O título é distinto dos demais até aqui analisado, apresentado numa frase descritiva e não informativa como os anteriores: *"Memórias do Senador Benedito Valadares"*.

Comentário 8: *"Castelo não vai olhar para o lado"* - publicado em 24 de julho de 1966.

Carlos Castello Branco deixa transparecer que ainda acredita que o então presidente Humberto Castelo Branco trabalhava pelo restabelecimento da democracia no país: *"Tudo indica que o Marechal Castelo Branco, que presume estar encaminhando a redemocratização e o próprio fortalecimento do regime democrático em nosso país".* O comentário retrata sobre a reforma constitucional e a sucessão presidencial. É basicamente elaborado a partir de previsões sobre o futuro político do país, as expressões usadas no texto demonstram estas suposições sobre o que viria a acontecer: *"É possível que as intenções estejam assentadas nesta linha [...]"; "O presidente entenderia que é seu dever [...]"; "Parece claro que o encaminhamento da sucessão [...]"; "Todos os indícios são de que a maioria parlamentar [...]".* Além das previsões, Castello faz também sugestões de comportamento ou dá conselhos de como a oposição deveria comportar-se: *"A oposição deveria, em consequência, preparar-se realisticamente para encarar a conjuntura [...]"*.

Comentário 9: *"Lacerda em Diamantina falará sobre Juscelino"* - publicado em 1° de setembro de 1967.

O texto informa sobre o lançamento do movimento político "frente ampla" que seria lançado no país. No texto, Castello informa o fato, explica o contexto que propiciou o surgimento do movimento. O comentarista também recorre a previsões com base no teor do discurso de Carlos Lacerda que seria pronunciado no então lançamento, mas são as informações que predominam no comentário, informações fornecidas por membros deste grupo político sobre como funciona a frente ampla e como pretende atuar.

Comentário 10: *"A 'frente ampla' passou a existir"* - publicado em 12 de setembro de 1967.

Este texto dá continuidade ao tema discutido no comentário 9, apesar de passados 11 dias da publicação do primeiro para o segundo, ambos retratam o mesmo assunto, dando sequência aos acontecimentos. Neste comentário, Castello fornece informações sobre como a "frente ampla" está atuando, com destaque para a mudança de atitude do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O comentarista recorre constantemente as frases explicativas para demonstrar qual os porquês dos fatos, sendo que as informações predominam em todo o texto.

Esta primeira fase da *Coluna do Castello* é caracterizada pela forte presença de informações, seja nos títulos e nos comentários propriamente ditos ou nas notas, publicadas no final da coluna. Conforme dados demonstrados na tabela abaixo, dos 10 comentários analisados, cinco ou metade do total possuíam informação no título, ou seja, o título tinha estrutura verbal que oferecia uma informação direta: *"Esquerda fecha a questão contra Nei"; "Goulart decide de longe crise naval"; "Revogado o Ato Adicional Congresso gozará recesso"; "Eleição direta excita a ARENA"; "Lacerda em Diamantina falará sobre Juscelino".* Dois são descritivos, ou seja, apresentam uma descrição do assunto: *"Opção na Guerra, Pastas Civis e reforma difícil"*; *"Memórias do Senador Benedito Valadares"*. Três são opinativos, apresentam um ponto de vista do comentarista ou, pelo menos, sugere conclusões sobre o assunto: *"Lacerda mais acuado do que reintegrado"*; *"Lei dos Coronéis é o preço das eleições"*; *"Castelo não vai olhar para o lado"*.

TABELA 7: Caracterização dos títulos dos comentários na primeira fase da *Coluna do Castello*:

Título:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Informativo	5	50%
Descritivo	2	20%
Opinativo	3	30%
Outros	0	0%
TOTAL	10	100%

Apesar de não ser objeto deste estudo a análise do formato informativo "nota", observou-se a presença significativa deste tipo de texto na primeira fase da *Coluna do*

Castello. Conforme dados expostos na tabela, em metade das colunas analisadas encontrou-se este tipo de formato, reforçando a presença da informação no espaço.

TABELA 8: Caracterização da estrutura da *Coluna do Castello* na primeira fase:

Estrutura da Coluna:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Somente o comentário	5	50%
Comentário e notas	5	50%
TOTAL	10	100%

Outra questão relacionada à presença de informações no comentário de Carlos Castello Branco para este período de sua produção é a citação constante das fontes, oriundas basicamente do parlamento e do governo, conforme dados das tabelas abaixo:

TABELA 9: Presença de fontes na *Coluna do Castello* na primeira fase:

Fontes:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Cita:	6	60%
Não cita:	4	40%
TOTAL	10	100%

TABELA 10: Tipos de fontes na *Coluna do Castello* na primeira fase:

Tipos de Fontes:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Governamentais	2	20%
Sindicais	0	0%
Empresariais	0	0%
Partidárias	1	10%
Parlamentares	4	40%
Acadêmicas	0	0%
Judiciárias	0	0%
Outros	2	20%
TOTAL	9	90%

A partir da análise da estrutura do texto de Carlos Castello Branco, nesta e nas três outras fases seguintes, identificaram-se oito tipos distintos de comentários na produção deste jornalista, a partir da função desempenhada. As características do comentário de Castellinho são muitas e não são exclusivas em cada tipo, elas se repetem em vários textos, o que se leva em conta para classificá-los é a predominância de cada característica em determinado comentário. Definiram-se assim os tipos e suas respectivas características:

Analítico – comentário abrangente, o tema comentado não se restringe a um único assunto. Comenta-se sobre uma série de fatos e suas relações e conseqüências, vislumbrando descrever um panorama futuro para o país, uma sociedade, um estado;

Crítico –comentário onde as opiniões do comentarista são expostas com mais clareza e a estrutura é composta basicamente de argumentos que reiteram aquela opinião defendida. As informações estão nos argumentos, reforçando as opiniões;

Conclusivo – é um tipo de comentário baseado em descrever fatos e a partir das informações do cenário descrito incitar conclusões. Diferentemente dos demais tipos, em que não há conclusões, este sugere e pressupõe desfechos dos fatos;

Causal – é o comentário que explica as causas dos fatos ou do fato/acontecimento, o comentarista apresenta suposições dos motivos que provocaram o fato;

Explicativo – comentário com cunho mais interpretativo, nele o comentarista procura explicar o sentido dos fatos, além de fazer aconselhamentos. A partir do seu ponto de vista, ele orienta como devem agir os personagens dos acontecimentos, conforme o seu entendimento do que esteja acontecendo por trás dos fatos;

Hipotético – comentário baseado em previsões sobre o que virá acontecer. Geralmente refere-se a algum acontecimento corriqueiro na vida política como eleições; formação de equipes de governo e, antecipando-se ao fato, o comentarista apresenta suas perspectivas para o futuro relacionadas aquele acontecimento específico;

Factual – este tipo de comentário apresenta um número mais significativo de informações, geralmente relacionadas às fontes. Quase não aparecem opiniões diretas do comentarista, seu posicionamento se dá a partir dos argumentos das fontes, das informações colhidas com as fontes. A análise e a apresentação de conseqüências é mais presente do que a opinião explícita do comentarista. No entanto, não deve ser confundido com formatos do gênero informativo como a notícia ou a reportagem, visto a diferença na estrutura e a predominância de elementos opinativos, diferente da reportagem que usa dados reais, as informações são essencialmente pessoais e não institucionais.

Personalista – é o comentário baseado em um único personagem. O texto centra-se em comentar os fatos a partir da ótica ou da atuação de uma única pessoa, geralmente um político.

Nesta primeira fase da *Coluna do Castello* identificou-se a presença predominante do comentário do tipo "factual". O segundo mais presente fora o tipo "hipotético", seguido do tipo "personalista". O tipo "crítico" apareceu apenas uma vez e os demais tipos não estiveram presentes nesta fase, conforme dados da tabela:

TABELA 11: Tipos de comentários na *Coluna do Castello* na primeira fase:

Tipo de comentário:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Analítico:	0	0%
Crítico:	1	10%
Conclusivo:	0	0%
Causal:	0	0%
Explicativo:	0	0%
Hipotético:	3	30%
Factual:	4	40%
Personalista:	2	20%
TOTAL	10	100%

Com relação aos temas tratados na *Coluna do Castello* neste período, a amostra indicou a presença dos temas relacionados à política em 100% dos comentários. Entre os subtemas estiveram presentes a política internacional e a política nacional, esta última predominante:

TABELA 12: Temas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na primeira fase:

Temas:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Política	10	100%
Economia	0	0%
Cultura	0	0%
Outros	0	0%
TOTAL	10	100%

TABELA 13: Subtemas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na primeira fase:

SubTemas:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Política Internacional	1	10%
Política Nacional	9	90%
Política Estadual	0	0%
TOTAL	10	100%

Outra questão analisada refere-se à contextualização histórica do comentário, com o objetivo de identificar se o jornalista utilizava de informações ou explicações de períodos anteriores para comentar os fatos do presente. Nesta fase apenas em 20% da amostra fora identificada o uso deste tipo de recurso, conforme dados da tabela:

TABELA 14: Uso do recurso de contextualização na *Coluna do Castello* na primeira fase:

Contextualização histórica do tema:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Sim	2	20%
Não	8	80%
TOTAL	10	100%

No universo da cobertura política, os políticos, aparecem como personagens chaves, seja como fontes de informação ou como alvo de críticas. Com o objetivo de saber quem foram as principais fontes de Castello e quem foram os nomes e qual a origem dos personagens que 'ilustraram' a *Coluna do Castello*, analisaram-se dois aspectos: a quais grupos ou instituições pertenciam estes personagens e quem foram os nomes mais citados pelo jornalista.

Nesta primeira fase, em todos os comentários, ou em 100% deles, foram citados parlamentares: deputados ou senadores. Os outros grupos de destaque foram os membros do poder Executivo, como presidentes, governadores e ministros e os partidos políticos ou representantes destes partidos. Observe a tabela abaixo:

TABELA 15: Personagens ou grupos citados na *Coluna do Castello* na primeira fase:

Personagens ou grupos citados:	**Quantidade:**	**Percentual:***
Executivo	9	90%
Legislativo	10	100%
Judiciário	3	30%
Soc. Civil	2	20%
Empresariado	0	0%
Forças Armadas	4	40%
Partidários	8	80%
Outros	1	10%
TOTAL	37	370%

* O calculo do percentual foi feito em função do número total de comentários, ou seja, 10 comentários e não em função do total de personagens citados, que foram 37.

Com relação aos nomes mais citados por Carlos Castello Branco em seus comentários, destacam-se a presença dos presidentes da República, visto o caráter de sua cobertura, que se destina à política nacional. Nesta fase o nome mais presente fora o do presidente João Goulart, o seu nome foi citado 30 vezes nas 10 colunas, representando 26,54% do total de nomes citados.

TABELA 16: Nomes citados na *Coluna do Castello* na primeira fase:

Nomes:	**Quantidade:**	**Percentual:***
General Osvino Alves	4	3,53%
Pres. João Goulart	30	26,54%
Dep.Oliveira Brito	5	4,42%
Dep. Pedro Aleixo	4	3,53%
Dep. Raniere Mazzilli	4	3,53%
Gov. RS Leonel Brizola	5	4,42%
Gov. MG Magalhães Pinto	4	3,53%
Jânio Quadros	8	7,07%
Gen. Castelo Branco	10	8,84%
Gov.RJ Carlos Lacerda	16	14,15%
Gen. Costa e Silva	5	4,42%
Sem. Benedito Valadares	10	8,84%
Pres. Getúlio Vargas	8	7,07%
TOTAL:	113	100%

*O calculo do percentual foi feito em função do número total de nomes citados nos 10 comentários analisados, ou seja, o percentual refere-se ao total de 113 nomes.

1.2 Segunda fase: 1968 a 1973

A segunda fase da produção de Carlos Castello Branco na *Coluna do Castello* compreende um dos momentos mais repressivos da imprensa brasileira. O Ato Institucional n°5, decretado em 13 de dezembro de 1968 pelo então presidente Costa e Silva, determinou o fechamento do Congresso Nacional e a adoção de censura extrema contra os meios de comunicação. Para a análise desta fase selecionaram-se 12 comentários publicados entre dezembro de 1968 a maio de 1973. Apesar da vigência do AI-5 até o ano de 1979, se considera que o período a partir do governo Geisel (1974) como uma terceira fase, a do início da abertura política no país.

Mesmo em tempos de forte censura e repressão, Castellinho não se eximiu de comentar questões polêmicas da nova conjuntura nacional, apesar da coluna ter sofrido os impactos dos governos militares. Os temas mais comentados na *Coluna do Castello* nesta fase foram: a questão do fechamento do Congresso; os atos institucionais; a relação do governo com os órgãos de comunicação; o anticomunismo; as sucessões nos governos estaduais; a administração pública; a relação entre governo e oposição; a liberdade política; a situação dos partidos; sucessão presidencial e política externa. A restrição do acesso de jornalistas ao governo e a censura prévia não pouparam a *Coluna do Castello*, fazendo com que os comentários adquirissem novas características, como observado nas análises, relatadas adiante.

Comentário 11: *"Ainda não revelada a tática da oposição"* - publicado em 7 de dezembro de 1968.

Nesta coluna, Castello comenta sobre a posição dos deputados sobre *"um pedido de licença para processar o Deputado Márcio Moreira"*. O jornalista não explica quais as causas que originaram o problema, centra-se no relato de opiniões de parlamentares sobre o caso e na previsão de como os fatos iriam desenrolar-se. As informações e opiniões explícitas partem das fontes: *"O Sr. Martins Rodrigues acha desaconselhável [...]; "O presidente da Câmara já estudou todas as possibilidades [...]"; "O Sr. Covas assegura que [...]".*

As suposições, apresentação de possibilidades é freqüente em todo o comentário: *"Sr. Geraldo Freire parece temer que [...]"; "Quanto à posição dos líderes, ela será ditada pelo comparecimento e pelo clima do plenário"; "É provável que de trinta a quarenta deputados da Arena votem contra [...]".*

Comentário 12: *"Primeiras impressões sobre o Ato de ontem"* - publicado em 14 de dezembro de 1968.

Este pode ser considerado como um dos comentários mais emblemáticos da *Coluna do Castello*. Nele são analisados o significado do AI-5 para os partidos, para o Congresso e para o país. Além da análise e explicações, a maior parte do texto destina-se a fazer previsões sobre as conseqüências daquele fato. As frases usadas ao longo do comentário identificam esta tendência:

"Ao Ato Institucional de ontem não deverá seguir-se nenhum outro ato institucional. Ele é completo e não deixou de fora, aparentemente, nada em matéria de previsão de poderes discricionários expressos";

"[...] tudo indica que se cumprirão as profecias de um expurgo no Poder Judiciário";

"A possibilidade, mantida pelo Presidente, de convocar o Congresso sem compromisso de data indica que somente para resolver uma crise eventual ele o fará. Mas provavelmente, contudo, Câmara e Senado somente voltarão a se reunir para constituir o Colégio Eleitoral [...]";

"Tudo indica que algumas intervenções estão em vias de ser consumadas";

Em um dos trechos, Castello prevê as dificuldades que teria os políticos de oposição ao governo a partir da decretação daquele Ato e defende que somente a imprensa livre seria o canal para manter o discurso e o debate das oposições: *"A oposição não terá a menor possibilidade de produzir-se, a não ser que seja respeitada, e até quando o for, a liberdade de imprensa".*

Comentário 13: *"Governo quer reabrir o processo político"* - publicado em 3 de janeiro de 1969.

Em menos de um mês após a publicação do AI-5 Castello volta a comentar sobre a liberdade de imprensa. Em um texto extremamente crítico, o jornalista fala sobre a relação do governo com os órgãos de comunicação do país. Mostra-se um tanto otimista com a possível intenção do governo de retomar a liberdade de imprensa.

É um comentário elaborado basicamente com opiniões e argumentos do próprio Castello, ele não cita fontes e oferece pouquíssimas informações. Este texto é um exemplo da defesa do jornalista em prol da liberdade dos profissionais e dos órgãos de informação:

"Há, portanto, uma profunda divergência de concepção do papel dos jornais e dos jornalistas e um irrecusável desejo de pôr os órgãos de comunicação de massa a serviço de uma mobilização permanente da sociedade com vistas aos objetivos que a Revolução se aponta a si mesma e ao país".

"O que a Revolução parece desejar dos jornais é seu enquadramento, seu total ajustamento aos objetivos que ela traça, com a inspiração que hoje se concentra principalmente na caserna. Ela não quer apenas que os jornais respeitem suas metas, mas deseja de todos nós a adesão".

Comentário 14: *"O entulho a ser removido"* - publicado em 14 de janeiro de 1969.

Em mais um comentário predominantemente opinativo, Castello critica a política anticomunista do governo. *"Tudo indica que o combate ao comunismo já não se justifica ou já não esgota sua justificativa nos deveres decorrentes de compromissos internacionais [...] o anticomunismo é hoje uma atitude interna [...]".*

No entanto traz algumas frases mais amenas em relação ao posicionamento dos militares, como, por exemplo, diz que não há ditadura no Brasil e que as Forças Armadas *"mantêm-se fiéis à inspiração e ao compromisso democrático"*. Para tratar do tema "anticomunismo" e da existência ou não de ditadura, ele faz uma considerável contextualização histórica, citando fatos do começo do governo Humberto Castelo Branco e a conjuntura política do país no governo de Getúlio Vargas.

Comentário 15: *"Burburinho no aeroporto"* - publicado em 15 de fevereiro de 1970.

Este texto comenta sobre a sucessão no governo da Bahia, uma das raras exceções em que o tema tratado é a política no âmbito estadual. A descrição do cenário político na Bahia demonstra que o comentarista estava presente no local *"Assistimos no aeroporto de Salvador, na Bahia, à chegada triunfal do Sr. Rondon Pacheco [...]".*

Apesar de conter algumas informações e muitas análises, o comentário destina-se a descrever a situação e insinuar conclusões: *"[...] sua viagem provoca efeito contrário, pois onde ele é esperado a negociação e a disputa de intensificam"; "O Sr. Lomanto [...] perdeu condições de situar-se como candidato da Arena"; "Da parte do governador, poderá haver desencanto e decepção, mas não rebeldia. A política já não tem instrumentos de rebeldia".*

Comentário 16: *"Comando unido e fixado em Brasília"* - publicado em 25 de fevereiro de 1970.

Em um comentário com muitos argumentos, Castello defende a transferência dos ministérios da Fazenda e do Planejamento para a capital Brasília. Na opinião de Castello, com a transferência, *"restaura-se a unidade do governo e desfaz-se a solidão. Brasília volta aos*

seus grandes dias [...] Brasília investe-se na situação de centro do poder do Estado, do poder político e do poder econômico do Estado".

O assunto principal é uma crise na administração pública, uma briga entre os ministros que culminou com a decisão presidencial de transferir ministérios que estavam instalados no Rio de Janeiro.

Apesar de ser um comentário "crítico" observa-se ausência de críticas diretas ao governo neste texto, se comparado aos anteriores. O tom adotado pelo comentarista é bem mais leve, apesar de falar em *"crise da equipe de Médice"*, não critica diretamente o governo.

Comentário 17: *"A medida da oposição"* - publicado em 2 de março de 1971.

Através de informações de fontes não explícitas, Castello comenta a relação entre governo e oposição. Ao referir-se a origem das informações, escreve: *"Segundo civis mais próximos do sistema [...]"; "Ainda este ano novas medidas [...] seriam adotadas"; "Acham os referidos informantes que [...]"; "Como se sabe, a oposição parlamentar não dispõe de instrumentos com os quais possa se atravessar [...]"; "Alguns setores oposicionistas temem ainda que [...]".*

Apesar de não serem identificadas no texto, as fontes desempenham um papel primordial neste comentário. Castello reproduz o que seria um aconselhamento das fontes sobre como a oposição deveria comportar-se e também ao partido do governo. A partir disso pode-se dizer que as fontes de Castello usavam o espaço da coluna para transmitir suas opiniões acerca dos parlamentares, do governo e dos partidos. Vale ressaltar que neste período o Congresso encontrava-se fechado.

Ao falar do papel da oposição, Castello comenta mais uma vez sobre a importância da liberdade de imprensa para o debate político:

"Os discursos parlamentares, como se sabe, adquirem sua ressonância e sua importância como fator político na medida em que possam ser reproduzidos pela imprensa e pelos demais órgãos de comunicação social".

"O Congresso, para afirmar-se como instituição em que suas correntes se manifestam com autonomia, deverá contar com esse pressuposto, sem o qual se tornará inútil a própria liberdade da tribuna parlamentar".

Comentário 18: *"As emoções de Adauto Cardoso"* - publicado em 12 de março de 1971.

Este é um comentário do tipo "personalista", onde o foco é um único personagem. Neste texto o juiz do Supremo Tribunal Federal Adauto Lúcio Cardoso é citado oito vezes ao longo do comentário, inclusive no título, como se pode observar. Através deste homem, Castello critica o trabalho da Justiça no país diante das restrições da legislação elaborada pelo governo. No entanto, as críticas feitas pelo jornalista não se assemelham as críticas diretas da primeira fase, pois neste texto Castello não cita nomes dos criticados.

O valor do teor crítico está no espaço que Castello concede ao seu personagem, que se posiciona contra o regime. "*A atitude do Sr. Adauto Cardoso não se relaciona, portanto, com o Supremo [...] do qual ele discorda e contra o qual deixou lavrado seu protesto.* Castello destaca ainda o posicionamento de seu personagem sobre as restrições às informações: *"A cortina continua a se encorpar de maneira a sonegar à opinião pública, através da censura de todos os graus, o conhecimento do que se passa numa esfera que interessa não apenas ao grupo que está no poder, mas à própria coletividade".*

O uso da palavra "censura" demonstra uma certa audácia do jornalista, visto que o governo e seus censores proibiam naquele período, entre outros assuntos, fazer qualquer menção a existência de censura nos meios de comunicação.

Comentário 19: *"O 31 de Março e o Ministério"* - publicado em 19 de abril de 1972.

Este comentário refere-se a uma reunião do presidente Médice com sua equipe ministerial, onde ele definiu as prioridades do governo, com base no discurso de posse do dia 31 de março. Apesar de descrever o que aconteceu durante a referida reunião, Castello não cita suas fontes.

O texto é formado de poucas informações e de mais previsões, desdobramentos e conseqüências possíveis e, principalmente, de sugestões de conclusões. Como por exemplo nesta frase: "*Como nenhuma providência concreta tenha sido anunciada [...] a conclusão lógica é que se tratou de uma reiteração[...]. Pressume-se que o General tenha querido por na cabeça de seus auxiliares a idéia [...]".* Ou no parágrafo final, em que provoca o ministro da Fazenda sobre o futuro da economia do país: *"Um novo desafio está assim feito à competência, à imaginação e ao senso pragmático do professor Delfim Neto".*

Comentário 20: *"Devaneios ainda não fantasistas"* - publicado em 30 de abril de 1972.

Este é um texto em certa medida enigmático, percebe-se que Castello tenta dizer mais do que está explícito. O comentário discute a situação dos partidos e do Congresso, temas delicados para aquele momento. O próprio título é pouco claro, nele *"devaneios"* refere-se às suposições apresentadas por Castello ao longo do comentário e *"ainda não fantasistas"* significa que suas teses podem se concretizar. O jornalista faz uma exposição sobre a natureza dos fatos políticos e a incerteza de suas previsões como comentarista. *"A missão dada ao Sr. Filinto Muller conduz a especulações óbvias, mas que os fatos poderão transformar em devaneios fantasistas. O processo revolucionário tem sua dinâmica própria e insondável e ela é que, em última análise, determinará o rumo dos acontecimentos".*

Com ironia e humor, Castello diz que há assuntos que não podem ser examinados, a quem chama de "*lugar sagrado*", ou seja, o que não se pode contestar, nem criticar. *"Sem querer forçar a porta do cenáculo onde se examinam as questões proibidas, pode-se voltar em torno do lugar sagrado e fazer suposições convenientes".*

As previsões perpassam em todo o texto, a capacidade de análise dos fatos e da rotina do governo é que indicam como os acontecimentos se desdobrarão. *"O governo provavelmente necessitará [...]"; "Há ai um primeiro indício de que as decisões poderão [...]"; "Pode-se inclusive vislumbrar nela a hipótese de [...]".*

Comentário 21: *"Filinto não falou em nome do governo"* - publicado em 1° de maio de 1973.

Este é mais um texto do tipo personalista, em que, através da atuação de um único personagem, Castello elabora seu comentário. Neste caso o assunto é a sucessão presidencial daquele ano, comentada a partir da fala do presidente da Arena e do Congresso, senador Filinto Muller.

Durante todo o texto, Castello interpreta a fala de Filinto Muller, nome citado seis vezes, e de outros personagens que aparecem com menor destaque: *"Ele queria dizer que [...]"*. Em outra ocasião dialoga com o leitor, no estilo machadiano: *"o senador Filinto Muller – pasmem os calouros da Arena – falou por conta própria [...]".*

Neste comentário, Castello faz uma reflexão importante para este estudo, ao falar sobre si, justificando como elabora a sua análise: *"Não queremos discutir a tese, uma tese como outra qualquer, sobretudo para quem, depois de tanto ter visto, se habituou a examinar as teses pelas suas inspirações e pelas conseqüências, jamais pelo seu conteúdo, isto é, pela coisa em si (das dang in sie)".*

Esta reflexão e a do "*comentário 20"* são demonstrações de que Castello encontrava-se em um momento conturbado para o exercício do seu trabalho de comentarista, procurando justificar suas análises ou escrevendo um texto mais enigmático, diferente do texto claro que caracterizou a primeira fase da *Coluna do Castello,* o estilo do jornalista apresenta-se distinto nestas fases analisadas.

Comentário 22: *"Perspectivas a longo prazo"* - publicado em 19 de maio de 1973.

Apesar do título sugerir que este seja um comentário hipotético, de previsões, é um texto mais informativo, o único do tipo nesta fase. Assinado da cidade de Lisboa, Castello descreve a visita do presidente Médice a Portugal e os acordos firmados entre o Brasil e aquele país. Apesar de prevalecerem informações sobre a política externa, o comentário oferece análise, descrição, suposições, conseqüências, explicações e previsões.

Através das atitudes do então presidente, Castello faz previsões sobre as questões a serem enfrentadas pelo governo seguinte: "*O assunto deverá ser objeto de exame mais aprofundado no futuro governo [...] A prevalecer a orientação atual, as negociações se concentrarão no projeto de viabilidade econômica".*

Em comparação com a primeira fase da *Coluna do Castello,* este segundo momento apresenta algumas mudanças consideráveis, tanto no estilo da escrita, quanto no conteúdo dos textos. A principal diferença observada está na redução da quantidade de informações apresentada nos comentários.

Inicialmente constatou-se que os títulos das colunas mudaram de estilo, a maioria deles passou a não oferecer mais informação. Dos 12 títulos analisados, nove deles ou 75% tinham um caráter mais descritivo do que informativo: *"Primeiras impressões sobre o Ato de ontem"; "O entulho a ser removido"; "Burburinho no aeroporto"; "Comando unido e fixado em Brasília"; "A medida da oposição"; "As emoções de Adauto Cardoso"; "O 31 de Março e o Ministério"; "Devaneios ainda não fantasistas"; "Perspectivas a longo prazo"*. Dos 12,

apenas três ou 25% são informativos: *"Ainda não revelada a tática da oposição"; "Governo quer reabrir o processo político"; "Filinto não falou em nome do governo*.

TABELA 17: Caracterização dos títulos dos comentários na segunda fase da *Coluna do Castello*:

Título:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Informativo	3	25%
Descritivo	9	75%
Opinativo	0	0%
TOTAL	12	100%

As notas no final da coluna também reduziram significativamente. Em 75% das colunas analisadas havia a presença somente do comentário, as notas estiveram presentes em apenas 25% da amostra, conforme dados da tabela abaixo:

TABELA 18: Caracterização da estrutura da *Coluna do Castello* na segunda fase:

Estrutura da Coluna:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Somente o comentário	9	75%
Comentário e notas	3	25%
TOTAL	12	100%

Com relação à presença de fontes nos comentários, nota-se uma redução das citações de nomes de políticos ou outros tipos de fontes. É relevante perceber que o número de fontes parlamentares, deputados e senadores reduzem significatimente nesta fase, as fontes mais citadas são as governamentais, que incluem o presidente da República, ministros e governadores:

TABELA 19: Presença de fontes na *Coluna do Castello* na segunda fase:

Fontes:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Cita:	4	33,33%
Não cita:	8	66,66%
TOTAL	12	100%

TABELA 20: Tipos de fontes na *Coluna do Castello* na segunda fase:

Tipos de Fontes:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Governamentais	2	16,66%
Sindicais	0	00%
Empresariais	0	00%
Partidários	1	8,33%
Parlamentares	1	8,33%
Acadêmicos	0	00%
Judiciário	0	00%
Outros	1	8,33%

Visto a redução de informações nos comentários de Carlos Castello Branco nesta segunda fase, a opinião, a descrição, as explicações e as previsões ocupam mais espaço. Das 12 unidades desta amostra, apenas um ou 8,33% dos comentários são do tipo "factual"; a maioria é do tipo "crítico" ou do tipo "hipotético", 25% cada. Destacam-se ainda os comentários dos tipos "conclusivo" e "personalista", que apareceram em 16,66% da amostra cada um.

TABELA 21: Tipos de comentários na *Coluna do Castello* na segunda fase:

Tipo de comentário:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Analítico:	0	0%
Crítico:	3	25%
Conclusivo:	2	16,66%
Causal:	0	0%
Explicativo:	1	8,33%
Hipotético:	3	25%
Factual:	1	8,33%
Personalista:	2	16,66%
TOTAL	12	100%

O tema mais retratado continua sendo a política, que aparece em 100% da amostra. Com relação aos subtemas aparecem, além dos assuntos relacionados à política nacional, política estadual e política internacional, embora com menores percentuais:

TABELA 22: Temas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na segunda fase:

Temas:	Quantidade:	Percentual:
Política	12	100%
Economia	0	0%
Cultura	0	0%
Outros	0	0%
TOTAL	12	100%

TABELA 23: Subtemas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na segunda fase:

SubTemas:	Quantidade:	Percentual:
Política Internacional	2	16,66%
Política Nacional	9	75%
Política Estadual	1	8,33%
TOTAL	12	100%

A contextualização histórica dos temas comentados foi mais utilizado nesta fase, em relação a primeira. Em sete dos 12 textos, Castello relembrou fatos do passado para embasar o seu comentário sobre acontecimentos do presente:

TABELA 24: Uso do recurso de contextualização na *Coluna do Castello* na segunda fase:

Contextualização histórica do tema:	Quantidade:	Percentual:
Sim	5	41,66%
Não	7	58,33%
TOTAL	12	100%

A presença dos personagens do mundo político na *Coluna do Castello* nesta segunda fase também foi alterada. Os personagens do Legislativo que apareceram em 100% dos comentários na primeira fase, nesta segunda fase apareceram em menos da metade da amostra ou 41,66%. Quem aparece como mais citados são os membros do poder Executivo, com 83,33%. Os representantes dos partidos e os próprios partidos, a exemplo do que ocorreu com os parlamentares, também tem reduzida sua presença nos comentários, de 80% na primeira fase para 41,66% nesta segunda fase:

TABELA 25: Personagens ou grupos citados na *Coluna do Castello* na segunda fase:

Personagens ou grupos citados:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Executivo	10	83,33%
Legislativo	5	41,66%
Judiciário	1	8,33%
Soc. Civil	1	8,33%
Empresariado	0	0%
Forças Armadas	2	16,66%
Partidários	5	41,66%
Outros	3	25%
TOTAL	27	

Com relação aos nomes mais citados, destaca- se uma vez um presidente da República, o general Emílio Médice, que teve o nome citado 14 vezes nos 12 comentários analisados. Destaque para o Ministro do Supremo Tribunal Federal Adauto Cardoso e do senador Filinto Muller, devido terem sito personagens de comentários do tipo personalista.

TABELA 26: Nomes citados na *Coluna do Castello* na segunda fase:

Nomes:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Dep. Mário Covas	6	9,67%
Gen. Castelo Branco	5	8,06%
Rondon Pacheco	5	8,06%
Gen. Emílio Médice	14	22,58%
Antonio Carlos Magalhães	6	9,67%
Min. Delfin Neto	5	8,06%
Min. Reis Veloso	4	6,45%
Min. Adauto Cardoso	8	12,90%
Sen. Filinto Muller	9	14,51%
TOTAL	62	100%

1.3 Terceira fase: 1974 a 1984

A terceira fase da *Coluna do Castello,* que se inicia com a posse do presidente Ernesto Geisel, em março de 1974 e vai até o final do governo de João Figueiredo em 1984, é caracterizado como o período de enfraquecimento do regime militar e o começo da transição para a redemocratização do país. Ao assumir o governo, Geisel deu início ao processo de

abertura política e os meios de comunicação tiveram significativa importância neste processo. Logo no início do mandato o novo presidente retirou a censura prévia de alguns meios de comunicação, a partir de então a liberalização da imprensa tomou um ritmo irregular, alternando momentos de liberdade com momentos de repressão. Em Brasília a equipe do presidente enfrentava uma crise interna com a linha mais dura das Forças Armadas e o país enfrentava sérios problemas econômicos e financeiros. O governo de Figueiredo, a partir de março de 1979, deu prosseguimento ao processo de abertura política e redução da censura, compreendido como uma extensão do governo Geisel.

Nesta fase, a *Coluna do Castello* continua como um espaço de discussão de temas importantes como a democracia; a sucessão nos governos estaduais; crise na Argentina; sucessão na Arena; relação entre governo e oposição; crises na política; constitucionalização do país; sucessão presidencial; tráfico de influência no governo; organização dos partidos; crescimento econômico; eleições de 1982; abertura política e eleições diretas.

Algumas características nos comentários de Carlos Castello Branco permanecessem inalteradas em relação à fase anterior, visto que a repressão contra a imprensa continua e o acesso as fontes de informação mantém-se restritas. No entanto, é possível notar algumas peculiaridades, conforme análise da amostra com 22 textos:

Comentário 23: *"Os apelos afetivos"* - publicado em 18 de junho de 1974.

Este comentário descreve a situação da sucessão para os governos nos Estados do Maranhão e de Minas Gerais. Não é citada qualquer tipo de fonte. A estrutura é formada basicamente de frases explicativas sobre os dois casos, incrementadas com algumas poucas opiniões sobre os candidatos e partidos envolvidos. Destacam-se as explicações:

"O Maranhão é um caso singular, pois lá havia um só Partido e uma só corrente e, depois da viagem do presidente da Arena, sem que lhe possa atribuir a iniciativa do que ocorreu, surgiu uma nova corrente, quase que um novo Partido [...]".

"Os fatores relacionados à prévia mineira têm sido deturpados. Lá que houve foi uma divisão em três correntes, duas udenistas e uma pessedista".

Comentário 24: *"As fontes do modelo paulista"* - publicado em 29 de junho de 1974.

O comentário em questão é bem diferente dos demais, não refere-se a políticos ou a partidos, mas a um livro sobre teoria política. Neste texto Castello comenta as idéias do livro "A Democracia Possível" do professor Manuel Ferreira Filho, que havia sido incumbido de elaborar um modelo político que São Paulo ofereceria ao governo como contribuição à democratização do regime brasileiro.

Em certos momentos este texto assemelha-se a uma resenha, pois descreve a obra, opina sobre ela e a comenta, mas a relação que Castello faz de seu conteúdo com a política e com o futuro do país, o distancia de uma resenha.

A descrição do livro é muito restrita, o predominante no texto são as opiniões do jornalista sobre a obra, conforme observado nestes trechos:

"O pensamento deste professor [...] mais crítico do que dogmático, em que rejeitam as bases clássicas em que se realizam as instituições democráticas, sobretudo o sistema de Partidos, que só encontrou alguma viabilidade na Inglaterra, e sugere novas formas de participação popular".

"Esse tipo de comunidade, em que se assenta a teoria do Estado corporativo, não propicia a formação de um Estado democrático."

"Seu reformismo não é, todavia, dogmático, mas experimental. Se único dogma é o de que a democracia corresponde a uma forma evolutiva da sociedade humana".

Comentário 25: *"Um problema de paciência"* - publicado em 1° de julho de 1975.

O comentário retrata a votação no Senado sobre a cassação de um parlamentar e a atuação do governo neste processo. O texto não cita fontes, mas cita vários personagens envolvidos no processo. A estrutura é formada essencialmente de informações e explicação das causas do resultado da votação que fora a cassação do senador.

"É possível que, na condução política do processo, tenham-se registrado alguns erros"; "A veemência da defesa e sua habilidade influíram nos resultados".

Comentário 26: *"Hipóteses da Arena"* - publicado em 12 de julho de 1975.

Como indicado no título, este comentário trata de possibilidades futuras. Castello comenta a sucessão na presidência do Partido Arena e apresenta os possíveis desdobramentos, interpreta falas das fontes sobre quem vai suceder o então presidente. As hipóteses especulam sobre qual será o nome escolhido:

"Quando o presidente da Câmara, Dr. Célio Borja, diz que pode dar zebra na escolha do sucessor do Sr. Petrônio Portela na chefia da Arena, ele está admitindo que o futuro presidente do seu Partido não seja o Sr. Luis Viana Filho nem o senhor Passarinho";

Apresenta possibilidades diferentes do futuro: *"Se for o caso do afastamento do obstáculo legal, haveria no Governo federal algumas hipóteses a considerar"; "Se a lei prevalecer e se se procurar o futuro presidente da Arena nos meios políticos, parlamentares ou não, os nomes catalogáveis são conhecidos"; "Fora desse quadro, há as hipóteses militares, evidentemente não da ativa, mas de militares com vivência política [...]".*

É peculiar neste comentário, o uso raro de adjetivos, recursos a que Castello recorre para caracterizar seus personagens:

"José Sarney, comunicativo, jovem, talentoso [...]";

"Antônio Carlos Magalhães, ex-governador, jovem, talentoso, dinâmico [...]";

"Sr. Rafael de Almeida Magalhães, o mais talentoso entre os políticos em recesso e o homem mais imaginoso e competente com que a Arena poderia contar [...]".

É neste comentário que aparece pela primeira vez o nome de uma mulher. Sandra Cavalcanti aparece entre os nomes cotados para assumir a presidência da Arena:

"Há uma terceira hipótese fluminense, a Sra. Sandra Cavalcanti, com cujo nome se inauguraria uma nova fase na política brasileira".

Comentário 27: *"Itaipu e a Oposição"* - publicado em 17 de agosto de 1976.

Neste texto, Castello comenta sobre a participação de representantes da oposição do Brasil e do Paraguai na administração da companhia binacional que atuava na construção da Usina de Itaipu. Na medida em que analisa a composição dos membros da administração desta companhia, o jornalista apresenta seu ponto de vista, embasado em argumentos e em possíveis conseqüências, ele defende mais fiscalização na obra. Nas frases abaixo percebe-se o tom opinativo do texto:

"*Tal idéia a esta altura é dificilmente negociável e, se não foram previstas alternativas que garantam a estabilidade do projeto de uma usina independente das desestabilizações políticas de um lado e de outro da fronteira";*

"O problema levantado tem óbvia importância e não se assemelha exatamente ao problema da construção de Brasília".

"Num caso e no outro, porém, valeria melhor à oposição dispor de sua liberdade de crítica e de fiscalização do que envolver-se diretamente num assunto que é da órbita governamental".

Comentário 28: *"Todo o poder com o sistema"* - publicado em 28 de agosto de 1976.

Este comentário não trata especificamente de um fato único. Tem um caráter mais analítico, apensar de conter outros recursos como previsão de conseqüências e descrição de situações. A temática abordada são as crises porque passa à política nacional, o comentário apresenta uma abordagem geral, citando fatos, enumerando problemas e crises, fazendo uma contextualização histórica para explicar as origens dos problemas. Nesta perspectiva, são variados os personagens a quem Castello se refere: presidente da República, parlamentares, entidades da sociedade civil organizada, partidos políticos e forças armadas. No entanto, não cita nenhuma fonte, o texto é bem autoral.

Neste texto Castello usa a expressão "distensão lenta e gradual", jargão usado pelo governo para definir o processo de abertura política pretendido por Geisel. *"Presidente da República, que ainda não pode, em matéria de recomposição da unidade nacional, ir além do seu projeto de uma distensão lenta e gradual".*

O comentário é muito crítico em relação ao sistema político brasileiro, com o uso de palavras depreciativas como "poleiro", para definir o governo ou "maluquice" para conceituar uma atitude do líder do governo no Congresso.

"O presidente é a peça de um sistema, nele integrado, e não pode contribuir a não ser ao longo do tempo e metodicamente para suprimir um estado de coisas que, suprimido, equivale ao fim do processo que estratificou o Poder na mão dos militares, independentemente do consenso da Nação".

No decorrer do texto, Castello enumera as crises que o país atravessa, sendo ousado ao falar dos escândalos que o governo enfrenta. A primeira crise refere-se a "[...] *denúncias sobre mordomias e seus abusos".* Sobre estes fatos, o jornalista comenta:

"*A Revolução marginalizou a representação parlamentar, policiando-a. No lugar dela surgiram os super funcionários, a princípio assépticos, depois sensíveis à aquisição gradual de vantagens e privilégios. O Governo tomou providências, baixando normas, mas o fato, como se sabe, é que, salvo autocontenções, não se tirou do seu poleiro qualquer empregado de escalão inferior que tenha se aproveitado do relaxamento dos costumes da alta burocracia"*.

A segunda crise foi a tentativa do líder do governo de contra atacar os denunciantes, chamando-os de comunistas ou como pessoas a serviço do comunismo. Sobre este episódio, Castello escreveu:

"Essa maluquice não foi punida, não foi sequer contida. E como o líder continua a falar e a falar na qualidade de líder a dedução lógica é que ele diz suas sandices como porta-voz do Governo.

Até aqui só quem escapou da pecha de comunista foi o cadáver do Presidente Juscelino, mas não será de espantar que se identifiquem como comunistas os 100 mil acompanhantes do seu enterro em Brasília".

A terceira crise foi a explosão de bombas na ABI e na OAB. A quarta crise, a morte de Juscelino Kubistchek e a demora, por parte do governo, de prestar as honrarias ao ex-presidente.

Comentário 29: *"O consenso como preliminar"* - publicado em 1° de setembro de 1977.

De uma forma sutil, usando argumentos do próprio governo alternados com opiniões próprias, Castello defende, neste comentário, a constitucionalização do país a partir da iniciativa do senador Petrônio Portela. A estrutura predominante é a argumentativa opinativa, no entanto o jornalista emprega suposições, explicações e algumas poucas informações. As frases abaixo demonstram a tendência opinativa do texto:

"A iniciativa do Governo, demonstração de boa vontade, é o que pode ser feito no momento para quebrar o pessimismo e excluir iniciativas sem condições de prosperar como a convocação de uma assembléia constituinte";

"Espera-se assim nos círculos governamentais que haja uma correção necessária no equacionamento do problema de modo a permitir ao Senador Petrônio Portela conduzir com êxito seu proselitismo em favor da constitucionalização como resultante de um consenso político, atendendo, portanto às correntes de opinião".

Comentário 30: *"Continuam os problemas"* - publicado em 11 de setembro de 1977.

O comentário trata sobre a sucessão presidencial e os problemas enfrentados pelo postulante ao cargo, o general João Batista Figueiredo. Este texto indica uma continuidade do assunto, Castello faz referencias a outros problemas e uma continuidade destes, observando-se que o jornalista considerava que os seus leitores tinham o hábito da leitura diária de seus comentários.

O texto é basicamente feito de previsões sobre o futuro presidente do país e quais as chances e empecilhos para o nome de Figueiredo. As expressões definem o tom de previsibilidade: "*Se tal ocorrer [...]"; "Poderá fazer [...]"; "O provável é que [...]".*

"Do ponto-de-vista da situação geral, a solução de compromisso militar, que resultasse de um pacto de unidade, excluiria a adoção de reformas liberais da Constituição e representaria a vitória de uma espécie de linha dura que operaria respaldada na faixa dominante cio aparelho de segurança".

Comentário 31: *"A defesa do general Golbery"* - publicado em 13 de outubro de 1978.

Neste comentário do tipo "personalista", Castello defende a atitude do ministro Chefe da Casa Civil general Golbery do Couto e Silva sobre episódio em que fora acusado pelo senador Roberto Saturnino de que teria usado de influencia política para pleitear benefícios a empresas privadas em órgãos do governo. Ao comentar o fato, Castello escreve ainda sobre a participação de investimentos estrangeiros nos programas econômicos do país.

A defesa que Castello faz do general Golbery, nome citado cinco vezes ao longo do texto, está embasada em uma carta escrita pelo ministro aos seus acusadores, demonstrando que a *Coluna do Castello* fora o espaço usado para tornar público os argumentos de autodefesa de Golbery. As frases abaixo exemplificam a opinião de Castello sobre o fato:

"O General Golbery deu afinal satisfações á opinião pública e deixou claro que, antes de assumir responsabilidades governamentais, desligou-se da presidência do grupo Dow, o qual não teria qualquer projeto de importância aprovado sob o atual Governo. O General-Chefe da Casa Civil não alimenta, obviamente, os conceitos do Senador com relação

a investimentos estrangeiros no Brasil e aí – está uma das razões fundamentais da campanha que há longo tempo procura atingi-lo".

"O General Golbery enfrentou, com minúcia e propriedade de estilo, a primeira acusação objetiva que lhe foi feita".

Comentário 32: *"O futuro dos partidos"* - publicado em 21 de outubro de 1978.

Como indica no título, este é um comentário sobre o futuro. Nele, Castello faz previsões sobre como será a organização dos partidos no Brasil e as tendências da legislação nacional, ao mesmo tempo em que critica o bipartidarismo:

"Esse bipartidarismo não deve ser condenado por si mesmo, mas pela sua origem, fruto que é não do jogo espontâneo propiciado pelas normas de organização política, mas de decreto ditatorial".

As expressões demonstram as previsões e hipóteses levantadas pelo jornalista sobre os partidos: *"Não é provável que [...]"; "Poderá ocorrer ou deverá ocorrer em função dos resultados eleitorais [...]"; "O bom senso indica, portanto, como mais provável a manutenção da unidade [...]"; "A confirmar-se tal perspectiva, dificilmente um partido de oposição [...]".*

Castello também faz uso de previsões feitas pelas fontes, reproduzindo o discurso dos políticos acerca do futuro: *"Mas a hipótese com a qual trabalham os políticos, neste momento, é a vitória do MDB [...]".*

Na medida em que arisca fazer previsões, o jornalista reconhece ser a política campo difícil de prever. "*Antes de conhecidos os resultados eleitorais é difícil prever o destino das atuais agremiações [...]".*

Comentário 33: *"A emenda que não emenda"* - publicado em 1° de novembro de 1979.

Neste comentário, Castello questiona a eficiência da Emenda Constitucional n°11 que acabaria com o bipartidarismo então vigente no Brasil. Com uma análise explicativa, o jornalista faz comparações do sistema de partidos brasileiros com aqueles existentes na França e na Alemanha e apresenta hipóteses do impacto da nova lei na política nacional para três anos após, nas eleições de 1982.

"O governo [...] não impedirá que os Partidos extintos a prazo médio se recomponham em torno de dois grandes Partidos, com um eventual resíduo partidário a funcionar como fiel de balança, à semelhança dos Partidos liberais da Inglaterra e da Alemanha".

"A exigência do apoio de 5% do eleitorado [...] não pode conduzir senão à concentração partidária, pois a experiência demonstrou na Alemanha a inviabilidade de evitar a concentração das grandes correntes de opinião em dois pólos nos momentos de decisão política".

"Com a emenda atual, extinguem-se Arena e MDB e inicia-se um processo que levará fatalmente depois de 1982 a dois grandes Partidos, acrescidos inclusive pelos deputados eleitos sob outras legendas, mas que deverão ao tomar posse optar por um dos dois grandes".

Comentário 34: *"As tendências da oposição"* - publicado em 11 de novembro de 1979.

Comentando sobre o futuro dos partidos, Castello dá continuidade a um debate já iniciado no texto anterior, "comentário 33", o que representa uma continuidade nos comentários. A cada novo acontecimento, o comentário acompanha os desdobramentos, faz comparações e reafirma ou refaz previsões defendidas anteriormente.

Este comentário trata especificamente sobre os rumos dos partidos políticos brasileiros no processo de abertura política proposta pelo governo. É um texto sem fontes, mas com muitos personagens, todos atrelados as siglas partidárias e a novas forças políticas que emergiam na sociedade. As frases abaixo representam a tendência de previsão deste comentário:

"Pela primeira vez a Oposição teria em São Paulo e no Nordeste seus pólos principais e encontraria nessa conjunção os fatores estimuladores da revisão do liberalismo brasileiro e da sua composição com as forças renovadoras do pacto social".

"Reduzidas as chances de um quarto Partido, o Governo terá de contemplar a hipótese de, com um Partido eleitoralmente frágil, enfrentar dois Partidos fortes de Oposição".

Comentário 35: *"Delfim estaria mais confiante"* - publicado em 24 de dezembro de 1980.

Este comentário apresenta-se emblemático nesta fase porque marca a volta das notas informativas no final da coluna e, pela primeira vez, o tema não é estritamente político, mas econômico. Através do Ministro da Fazenda Delfim Netto, Castello comenta as perspectivas para a economia no Brasil no ano seguinte (1981). Conforme demonstram os trechos abaixo, todo o comentário baseia-se na pessoa do ministro Delfim Netto, portanto, do tipo "personalista".

"A taxa de crescimento deveu-se substancialmente ao incremento do setor agrícola, o maior desde 1965, e reflete a ação do Sr Delfim Netto quando, à frente do Ministério da Agricultura, agiu objetivamente visando ao aumento da produção agropecuária".

"O Ministério do Planejamento, segundo a assessoria ministerial, está mais confiante nessa passagem de ano, por ter consciência de dispor agora dos instrumentos de operação de que não dispunha o Sr Delfim Netto ao assumir a Pasta".

"Perguntamos ao informante se o Ministro ainda alimenta esperanças políticas para o futuro próximo. A resposta é que o Sr Delfim Netto é um ser político e pensa sempre politicamente".

Comentário 36: *"As regras do jogo para 1982"* - publicado em 31 de dezembro de 1980.

Embora seja um comentário com considerável número de hipóteses sobre as eleições de 1982, este texto trata-se de uma análise do cenário político brasileiro e não somente das eleições, retratando diversos temas como filiação partidária, eleições diretas, papel dos meios de comunicação, representação dos estados e situação dos partidos.

Neste texto, Castello faz críticas diretas ao papel do governo no processo eleitoral:

"[...] a cada ano de eleição modificam-se algumas normas de procedimento, há a distinguir, no entanto, o empenho do Governo para facilitar suas vitórias e as regras que, no interesse geral, devem ser adotadas, quando nada para revogar passados casuísmos".

O jornalista faz ainda a defesa do fim da Lei Falcão e do uso dos meios de comunicação na campanha eleitoral:

"O acesso aos canais de comunicação de massa é indispensável à propaganda eleitoral, até mesmo para evitar a ridícula cena muda em que a transformaram para atender à 'preservação da Revolução'".

Comentário 37: *"Jânio, quem serve a quem"* - publicado em 2 de janeiro de 1981.

Mais um exemplo de comentário do tipo "personalista", o texto trata do retorno do ex-presidente Jânio Quadros a vida pública. O nome "Jânio" ou "Jânio Quadros" é citado oito vezes ao longo do texto. Por falar de um homem que já exercera cargos públicos importantes, Castello recorre a muitos argumentos de contextualização histórica da vida do ex-presidente:

"Não se sabe se ele é do Governo ou da oposição, se é favorável à Revolução ou contrário a ela, e por essas dubiedades continua a não merecer confiança";

"O Sr. Jânio Quadros manifestou-se inicialmente a favor do movimento de março, mas foi excluído da vida pública com a suspensão dos seus direitos políticos";

"O Sr. Jânio Quadros considerava insatisfatória a Constituição como instrumento para o exercício do Governo [...] Essa autoridade plena é a Tonica da Carta de 1967, cuja filosofia poderia ser definida como uma espécie de janismo sem Jânio".

Depois de descrever as posições políticas de Jânio, Castello faz uma reflexão sobre o seu próprio texto, justificando seus comentários a cerca do ex-presidente:

"Não estou julgando, mas expondo. E continuarei a fazê-lo quando se examina a atual atuação política do ex-presidente da República para apresentá-lo como um agente político do Ministro Chefe da Casa Civil (Golbery)".

Comentário 38: *"Minas, a difícil"* - publicado em 13 de janeiro de 1981.

Raramente Castello escrevera sobre a política estadual, em algumas exceções falou sobre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Maranhão. Neste texto de 13 de janeiro de 1981, o jornalista comenta sobre a sucessão ao governo de Minas Gerais. Sem citar suas fontes de informação, Castello faz especulações e previsões de como iria desenrolar-se a disputa naquele estado.

"O sistema corre o risco de perder substância nos Estados nos quais a escolha do governador for a tônica da preferência eleitoral, sabida que é a tendência do eleitorado para votar nos candidatos oposicionistas a postos majoritários";

"Lá a tendência seria a polarização entre os candidatos dos Partidos aparentemente mais fortes, o PDS e o PP";

"As divergências internas nessas duas agremiações [...] continuam a tornar incerto o quadro sucessório do Estado, abrindo caminho a novas hipóteses".

Comentário 39: *"Em que Magalhães pode cooperar"* - publicado em 18 de fevereiro de 1982.

Centrado no personagem do ex-governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, o jornalista trata sobre a sucessão eleitoral naquele estado. O personagem é também sua principal fonte, conforme demonstram os trechos:

"Acha o ex-governador de Minas que, radicalizado, o processo torna-se inassimilável [...]";

"No seu entender, ou há uma intermediação conciliatória ou chegaremos em futuro próximo a um estado de conflito";

"Sua avaliação pessoal decorre não somente das suas observações relacionadas com os últimos acontecimentos [...]".

Comentário 40: *"Ou galopa ou sai da estrada"* - publicado em 28 de fevereiro de 1982.

O comentário tem a função principal de explicar as razões e intenções do governo sobre o processo de abertura política. O fato principal é a mensagem do presidente Figueiredo ao Congresso e aos seus ministros visando uma mobilização em prol do projeto.

"O Presidente da República dispõe-se a impedir a implantação de uma crise institucional representada pela incorporação, ao mesmo tempo em que justificará as eventuais decisões que vier a tomar na necessidade de levar avante o projeto de abertura, a que a Oposição teria negado colaboração por não entendê-lo na sua essência e nas suas circunstâncias".

Ao mesmo tempo em que defende a abertura política, Castello critica o posicionamento da oposição de não cooperar com o governo:

"Acusa os políticos de análise simplista do projeto de abertura, por não terem percebido que o processo ainda é de transição. O pacote de novembro situa-se como uma resposta do Governo a essa incompreensão".

Comentário 41: *"Na batalha da comunicação"* - publicado em 1° de março de 1983.

Neste comentário, Castello analisa como o governo de Figueiredo usa os meios de comunicação na sua estratégia política. O então presidente havia feito um discurso na televisão antecipando o teor da mensagem a ser encaminhada ao Congresso, provocando, segundo a opinião do jornalista "*um rush de comunicação social".*

O texto demonstra que há uma cobertura da mídia, mais ampla, sobre os assuntos governamentais, incluindo denúncias de escândalos. Seriam estas denúncias que dariam suporte ao discurso da oposição:

"O Governo não acredita nos escândalos denunciados pela imprensa e que darão pasto aos debates parlamentares sem que outras investigações se façam [...]".

O conteúdo do texto é basicamente formado de explicações, análises, algumas antecipações de fatos que ainda iriam ocorrer:

"O Ministro-General Ludwig ganhará certamente a batalha da comunicação. Resta saber o que virá depois, quando, cessada a onda, recomeçar a projeção de realidades que o exercício de liberdades públicas, propiciado pelo Governo, tornará inevitável".

Comentário 42: *"O candidato é Aureliano"* - publicado em 11 de março de 1983.

É um dos poucos comentários com prioridade informativa nesta fase. O assunto, retratado antecipadamente no título, diz respeito à indicação, por parte dos militares, de que o vice-presidente Aureliano Chaves iria ser candidato a sucessão de Figueiredo. Partindo desta informação principal, Castello comenta os bastidores das articulações políticas para as eleições presidenciais, alternando opiniões, explicações e informações.

Nestes trechos observa-se um conteúdo mais informativo:

"A sucessão presidencial da República ainda desta vez é um assunto de militares e, segundo todos os indícios, eles já tomaram uma decisão — apontar o Vice-Presidente Aureliano Chaves como candidato a Presidente da República";

"O Governo não concorda com a eleição direta, reivindicada pela Oposição, mas dispõe-se a examinar reformas constitucionais que alterem em substância as normas constitucionais vigentes";

"O Sr Tancredo Neves, que sentiu reações no Congresso a pronunciamentos anteriores, fez um discurso de fidelidade ao voto que recebeu e ao partido a que pertence".

Nas frases abaixo, o comentarista apresenta, sutilmente, suas opiniões:

"Considera-se exeqüível um acordo político que altere o quadro partidário, embora nesta fase o PMDB, por seus governadores, esteja atento à inspiração dos votos que lhe foram dados no pleito";

"Essas aspirações hoje deslocaram-se para a área civil e são inassimiláveis, motivo pelo qual deve o Governo antecipar-se igualmente e cortar pela base qualquer pretensão que não atenda aos requisitos mínimos de idoneidade, respeitabilidade e viabilidade do candidato".

Comentário 43: *"Dividindo as responsabilidades"* - publicado em 18 de abril de 1984.

Neste comentário, Castello comenta o papel das diversas forças políticas na reestruturação da legislação brasileira. O assunto principal é a instituição das eleições diretas para presidente da República. O conteúdo do texto é composto de frases explicativas, de suposições e algumas opiniões.

Nas frases abaixo, observam-se as explicações:

"O projeto de emenda, reduzindo excessos da iniciativa do Executivo em matéria legislativa e devolvendo ao Congresso o poder de participar na legislação de natureza financeira, principalmente no que se refere à criação de impostos, com a restauração do princípio de que é vedado cobrar impostos não previstos em lei votada no exercício anterior, desce ainda a pormenores como o da assistência ao indígena e outros que visam a equacionar problemas que se vão tomando incontornáveis na atual conjuntura nacional".

"São atendidas necessidades de aperfeiçoamento e ajustamento da Carta às necessidades de melhor desempenho do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, nesse último caso em especial o critério de escolha do Procurador Geral da República".

Nos trechos abaixo, a exposição de possíveis conseqüências:

"Propondo a negociação, o Governo está dividindo com a Oposição a responsabilidade pela permanência do impasse, fonte irrecusável de crise e de perturbação institucional. Se a Oposição recusá-la liminarmente estará assumindo uma responsabilidade histórica, se bem que, se o fizer, estará agindo sob o impacto de uma mobilização popular e de um apoio de opinião pública inéditos na história política contemporânea do país".

"Há de supor-se que a presunção de insatisfação e inconformidade popular com que joga o Sr Ulysses Guimarães venha a ser um fator de decisão, que o Governo não pode desconhecer".

E, por último, trechos opinativos:

"A emenda é uma boa proposta de reforma constitucional, sobretudo por estar aberta, à negociação e ao debate";

"[...] ela propõe um ajustamento do regime à realidade institucional democrática, com a eliminação das ambigüidades e das espertezas casuísticas introduzidas na Carta pelos diversos surtos de intervenção militar, ela é, neste momento, sobretudo uma proposta de solução política do impasse institucional brasileiro".

Comentário 44: *"Travando a guerra por outros meios"* - publicado em 29 de abril de 1984.

Através do deputado Ulysses Guimarães, Castello comenta sobre as negociações entre governo e parlamentares para institucionalização das eleições diretas no país. Em um comentário do tipo "personalista" o nome do então presidente do PMDB Ulysses Guimarães é citado oito vezes neste texto. Merece destaque a ressalva que Castello faz sobre o comportamento de Ulysses na tentativa de tornar-se um símbolo das "Diretas Já", fato que viria a acontecer, visto que nos dias atuais o político ainda é lembrado como ícone deste movimento:

"O presidente do PMDB, num país que ele define como um país de símbolos, julga-se o símbolo da eleição direta. Logo o homem que se situa no ápice do êxito dessa mobilização".

É um comentário com opiniões explícitas do jornalista e também com críticas. Logo no começo, Castello emite sua opinião sobre a atitude do personagem:

"Para falar claro não é o Sr Ulysses Guimarães a pessoa indicada para negociar com o Governo uma solução de entendimento ou de consenso. O que o presidente do PMDB quer é prosseguir, por outros meios, a luta pela eleição direta. O negociador lógico e adequado seria o Governador Tancredo Neves [...]".

Em outro momento critica as dificuldades que o governo militar impõe às eleições diretas:

"Essa é uma aspiração nacional. Mas essa aspiração é bloqueada pelo Governo e pelos militares sob o pretexto de que, nas atuais condições, a eleição direta representaria

abrir o acesso da Presidência à "esquerda radical", entendido nessa expressão o Governador Leonel Brizola”.

Os dados coletados na análise das 22 colunas, publicadas entre 1974 e 1984, demonstram pouco conteúdo informativo e mais analítico e descritivo nos comentários de Carlos Castello Branco. Do total de títulos, 16 ou 72,72% são do tipo descritivo, ou seja, descrevem o assunto a ser abordado no texto: *“Os apelos afetivos”*; *“As fontes do modelo paulista”*; *“Um problema de paciência”*; *“Hipóteses da Arena”*; *“Itaipu e a Oposição”*; *“O consenso como preliminar”*; *“A defesa do general Golbery”*; *“O futuro dos partidos”*; *“A emenda que não emenda”; “As tendências da oposição”*; *“As regras do jogo para 1982”*; “*Jânio, quem serve a quem”*; *“Em que Magalhães pode cooperar”*; *“Na batalha da comunicação”; “Dividindo as responsabilidades”; “Travando a guerra por outros meios”*. Enquanto que apenas três ou 13,63% contém alguma informação: *“Continuam os problemas”; “Delfim estaria mais confiante”; “O candidato é Aureliano”*. E dois ou 4,54% apresentam opinião: *“Todo o poder com o sistema”*; *“Minas, a difícil”*.

TABELA 27: Caracterização dos títulos dos comentários na terceira fase da *Coluna do Castello*:

Título:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Informativo	3	13,63%
Descritivo	16	72,72%
Opinativo	2	9,09%
Outros	1	4,54%
TOTAL	22	100%

Apesar de ter aumentado em relação à segunda fase, a presença das notas no final da coluna ainda é pouco. Em 72,72% da amostra, a *Coluna do Castello* era formada apenas pelo texto do comentário. Em menos de 30% foram encontradas as notas informativas:

TABELA 28: Caracterização da estrutura da *Coluna do Castello* na terceira fase:

Estrutura da Coluna:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Somente o comentário	16	72,72%
Comentário e notas	6	27,27%
TOTAL	22	100%

Assim como na segunda fase, as fontes estão pouco presente nos comentários. Em quase 70% dos textos analisados, Castello não citou o nome dos seus informantes. Quando cita, as fontes tem origem majoritariamente no governo, o segundo grupo mais representativo são os parlamentares, embora ainda pouco expressivos:

TABELA 29: Presença de fontes na *Coluna do Castello* na terceira fase:

Fontes:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Cita:	7	31,81%
Não cita:	15	68,18%
TOTAL	22	100%

TABELA 30: Tipos de fontes na *Coluna do Castello* na terceira fase:

Tipos de Fontes:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Governamentais	3	13,63%
Sindicais	0	0%
Empresariais	0	0%
Partidários	1	4,54%
Parlamentares	2	9,09%
Acadêmicos	1	4,54%
Judiciário	0	0%
Outros	0	0%
TOTAL	7	31,81%

O tipo de comentário mais comum nesta fase é o "hipotético", com 27,27%. Neste tipo de comentário a função principal do jornalista é fazer previsões sobre o futuro com relação ao tema, explorando suas conseqüências e desdobramentos. O comentário do tipo "personalista" é o segundo mais freqüente, com 22,72%, ressaltando a importância dos personagens públicos na cobertura política. O tipo "factual" foi registrado em apenas um caso ou em 4,54% da amostra:

TABELA 31: Tipos de comentários na *Coluna do Castello* na terceira fase:

Tipo de comentário:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Analítico:	3	13,63%
Crítico	3	13,63%
Conclusivo:	0	0,00%
Causal:	1	4,54%
Explicativo:	3	13,63%
Hipotético:	6	27,27%
Factual:	1	4,54%
Personalista:	5	22,72%
TOTAL	22	100,00%

A temática economia aparece pela primeira vez nesta fase, apesar de ocupar pequena margem de 4,54% da amostra. O tema predominante continua sendo a política, presente em quase 100%. Vale ressaltar que o comentário de economia tratava de assunto relacionado à administração pública, portanto, também relacionado à política. É também a fase em que a política estadual ocupa maior espaço (13,63%). A primazia continua com a política nacional, conforme dados da tabela:

TABELA 32: Temas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na terceira fase:

Temas:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Política	21	95,45%
Economia	1	4,54%
Cultura	0	00%
Outros	0	00%
TOTAL	22	100%

TABELA 33: Subtemas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na terceira fase:

SubTemas:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Política Internacional	2	9,09%
Política Nacional	16	72,72%
Política Estadual	3	13,63%
TOTAL	21	95,45%

A contextualização histórica dos temas esteve relacionada à explicação do contexto político iniciado em 1964, geralmente os fatos desta fase apresentavam alguma relação com o começo dos governos militares. A presença ou não deste recurso manteve-se equilibrado nesta amostra:

TABELA 34: Uso do recurso de contextualização na *Coluna do Castello* na terceira fase:

Contextualização histórica do tema:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Sim	12	54,54%
Não	10	45,45%
TOTAL	22	100%

Aumenta a referência aos personagens do Poder Legislativo, deputados e senadores, em relação à segunda fase, neste terceiro período, os personagens do Legislativo aparecem em 81,81% das colunas. A presença de membros do Executivo continua sendo a maior, 90,9%. Os representantes dos partidos e os partidos políticos foram citados em 59,09%. Os empresários aparecem pela primeira vez, sendo citados em 13,63%, decorrente da maior freqüência no aparecimento de questões econômicas:

TABELA 35: Personagens ou grupos citados na *Coluna do Castello* na terceira fase:

Personagens ou grupos citados:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Executivo	20	90,9%
Legislativo	18	81,81%
Judiciário	1	4,54%
Soc. Civil	3	13,63%
Empresariado	3	13,63%
Forças Armadas	8	36,36%
Partidários	13	59,09%
Outros	1	4,54%
TOTAL		

Além dos presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo, políticos que atuaram diretamente no processo político apareceram com destaque na coluna, como Tancredo Neves, Golbery do Couto e Silva e Ulysses Guimarães.

TABELA 36: Nomes citados na *Coluna do Castello* na terceira fase:

Nomes:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Petrônio Portela	10	6,02%
José Sarney	10	6,02%
Sen. Magalhães Pinto	18	10,84%
Ernesto Geisel	17	10,24%
Sem. Jarbas Passarinho	5	3,01%
Gen. Golbery do Couto e Silva	14	8,43%
Sem Paulo Brossard	6	3,61%
José Aparecido	5	3,01%
Sen. Montoro	5	3,01%
Jânio Quadros	9	5,42%
Leonel Brizzola	9	5,42%
João Figueiredo	18	10,84%
Emílio Médice	4	2,4%
Tancredo Neves	18	10,84%
Ulysses Guimarães	13	7,83%
Paulo Maluf	5	3,01%
TOTAL:	166	100%

1.4 Quarta fase: 1985 a 1993

No final da década de 1980, a economia brasileira é o assunto que recebe mais atenção por parte do novo governo, uma série de planos são colocados em prática e fracassam, empurrando o país para um situação de crise. O primeiro governo civil após duas décadas de ditadura militar enfrenta dificuldades.

Em sua última fase de existência, a *Coluna do Castello* acompanhou a atuação de três presidentes da República, dois deles vices que assumiram o cargo no lugar dos titulares, apenas um deles eleito pelo voto direto. Inicialmente o governo de José Sarney, que assumiu após a doença e morte de Tancredo Neves, depois o governo de Fernando Collor, que sofreu impedimento e fora substituído por Itamar Franco.

A morte de Tancredo Neves e a comoção nacional, em 1985; a primeira eleição direta para presidente da República, em 1989; o impedimento de Collor, em 1992 e o Plano Real, em 1994 foram os principais marcos históricos deste período, fatos emblemáticos na atuação da imprensa no final do século XX.

Os principais assuntos abordados pela *Coluna do Castello* nesta fase foram: as greves em São Paulo; legislação eleitoral; conflitos de terra; eleições estaduais; duração do mandato presidencial; Plano Bresser; relação das Forças Armadas com a redemocratização do país; eleições presidenciais; dívida externa; legislação partidária e representação estadual no Congresso.

A análise feita de 18 colunas, selecionadas entre os anos de 1985 a 1993, demonstram como foi caracterizado o comentário de Carlos Castello Branco neste período de redemocratização do Brasil:

Comentário 45: *"Roberto Gusmão foi alertar Montoro"* - publicado em 1° de maio de 1985.

O comentário trata sobre as greves em São Paulo e da tentativa do governo federal ajudar o governador Franco Montoro na condução das negociações com os grevistas. Em dois momentos o jornalista opina sobre o problema, em um deles defende o direito dos grevistas: *"[...] reconhecido o direito de reivindicação por essa via consagrado na Constituição e a ser liberado de restrições legais que o assinalaram desde os tempos do Estado Novo"*.

Sobre a estrutura do texto Castello começa com uma informação - *"As greves começam a preocupar o governo"* – depois apresenta argumentos e, na maior parte do texto,

faz previsões sobre os desdobramentos do problema, relacionando as possíveis soluções e suas conseqüências após a intervenção do governo federal na questão estadual. As expressões usadas no comentário demonstram a tentativa de analisar o futuro: *"A proposta do pacto não ficará na retomada pelo Ministério [...]"; "É provável que o presidente Sarney retome o tema [...]"; Não há previsão de solução imediata [...]"*.

Comentário 46: *"O 'robertão' virou a mesa"* - publicado em 11 de maio de 1985.

Como característico nos comentários hipotéticos, este texto começa com uma informação – a vitória do grupo de deputados liderados por Roberto Cardoso Alves na votação de emenda constitucional que introduziu modificações na Constituição – e segue fazendo previsões e apresentando possíveis conseqüências a partir das medidas aprovadas:

"No PMDB dificilmente surgirá um político responsável por inserir- nessa disputa [...]"; "O desfecho dessa situação municipal será grave [...] terá reflexos na própria futura sucessão presidencial"; "Se o PMDB quiser enfrentar o Sr. Vasconcelos, terá de coligar-se com o PCB"; "O ministro Aureliano Chaves já tem indícios de que perde terreno para o PMDB [...]".

Vale ressaltar que, apesar do título trazer o nome de um personagem, este não é um comentário do tipo "personalista", porque o texto não baseia-se exclusivamente na atuação do deputado, mas, principalmente, nas conseqüências da votação de leis nacionais.

Comentário 47: *"Brossard volta de um dos 'fronts'"* - publicado em 1° de junho de 1986.

O comentário faz explicações sobre a situação de conflito na região do Bico do Papagaio no estado do Pará e sobre as ações do governo a partir da visita do Ministro da Justiça Paulo Brossard à região. Neste texto, Castello conta a origem do conflito, descreve os personagens envolvidos, entre eles os ruralistas, os trabalhadores, a Igreja e os militares. Fala dos objetivos do governo e o porquê da visita do ministro, apresenta ainda previsões sobre o fim do conflito e termina com aconselhamentos ao presidente.

São exemplos de trechos explicativos:

"Dada a influencia de migrantes para a região e a intensificação das atividades econômicas, a área, a partir do Sul do Pará, tornou-se estimulante ao surgimento de conflitos políticos, econômicos e ideológicos";

"[...] as polícias militares, antigamente por inspiração de governadores, posteriormente como braço armado do coronelismo rural que por ali sobrevive, ingressaram no conflito".

Comentário 48: *"Garcia animado com pesquisas"* - publicado em 12 de junho de 1986.

Mais uma vez, Carlos Castello Branco comenta sobre a política de Minas Gerais, um dos poucos estados a que o jornalista dedicou espaço em sua coluna. Vale relembrar que Castello viveu os oito primeiros anos de sua vida profissional naquele estado, de 1937 a 1945, quando mudou-se para o Rio de Janeiro.

O comentário em questão antecipa os dados de uma pesquisa eleitoral ainda não divulgada oficialmente, o que demonstra o prestígio do jornalista junto às fontes mineiras. A pesquisa é referente à sondagem sobre a avaliação pela população do governo de Hélio Garcia e sobre as intenções de voto dos mineiros.

Por tratar de eleições, o texto é baseado em previsões de resultados, descrição de cenários e suposições de candidaturas, conforme demonstram os trechos:

"[...] cujo eleitorado estaria vocacionado a votar com o Palácio da Liberdade"; "O governador não estaria pensando nos chamados grande nomes [...]"; "Os dados da pesquisa [...] deverão ser formalmente publicados na imprensa mineira nas próximas horas"; "O senador contaria com um apoio não ostensivo dentro do PMDB"; "Mas essa é uma hipótese cuja efetividade irá depender, ou não, do peso das pressões ao longo da campanha eleitoral".

Comentário 49: *"Só cúpula quer o adiamento"* - publicado em 18 de julho de 1987.

O comentário trata sobre a duração do mandato presidencial com foco na discussão que iria acontecer durante a convenção do PMDB. No texto, Castello enumera os possíveis resultados da convenção:

"1 O presidente José Sarney teria concordado [...]

2 O presidente do partido disporia de informações pelas quais, larga maioria aprovaria o mandato de cinco anos [...]

3 O presidente Sarney [...] seria favorável à decisão [...]

4 Setores do governo temem que convencionais [...] rejeitem a hipótese de não votar agora [...]

5 A eventual vitória do mandato de quatro anos levaria o presidente a encará-la como uma confrontação [...]".

Comentário 50: *"Bresser agora e na hora da verdade"* - publicado em 31 de julho de 1987.

O texto comenta sobre o plano econômico coordenado pelo Ministro da Fazenda Bresser Pereira. O foco principal do comentário são os impactos do plano no mercado nacional e internacional e na recepção das medidas por parte dos setores políticos e empresariais.

Os trechos abaixo exemplificam o conteúdo de previsões que tem o texto:

"A primeira etapa deverá realizar-se com êxito [...]"; "O governador [...] antecipou reação favorável, que deverá estender-se a muitas áreas do partido [...]"; "Esse documento deve influir na aprovação da primeira etapa [...]"; "O provável, no entanto, é que haja compreensão no partido [...]"; "Essa fase da constituinte poderá levar o governo a fazer concessões que importariam na perda de credibilidade do Plano Bresser".

Comentário 51: *"Leônidas nega ameaça de golpe"* - publicado em 2 de agosto de 1988.

O personagem principal, o ministro do Exército general Leônidas Pires Gonçalves, é também a única fonte citada. Todo o comentário é baseado nas opiniões, argumentos e informações do ministro, portanto um comentário do tipo "personalista". O assunto tratado refere-se às relações dos militares com o governo Sarney e a questão da redemocratização do país.

Os trechos demonstram a grande participação do discurso do personagem em todo o texto:

"O general Leônidas [...] considera que [...]"; "Para o ministro, a conduta dos chefes das Forças Armadas tem sido irreprochável no respeito às instituições [...]"; "O general Leônidas declara-se pessoalmente convencido de que [...]"; "O ministro do Exército, como se sabe, tem feito algumas viagens ao exterior [...]"; "Insiste o ministro em afirmar que [...]".

Comentário 52: *"Crise adiada mas não resolvida"* - publicado em 12 de agosto de 1988.

Castello trata sobre uma crise existente entre ministros do governo Sarney em função das pressões de funcionários de empresas estatais para aumento de salários. O texto possui algumas informações, opiniões, previsões e conselhos, mas o predominante são as explicações sobre a crise ministerial, conforme demonstram os trechos selecionados:

"O conflito não é específico entre os ministros da Fazenda e das Comunicações, mas entre o primeiro e os ministérios que administram empresas estatais, sob crescentes pressões nos meses em que se situam as datas-base, de acordo salarial de diversas categorias profissionais";

"O acordo com os eletricitários do Sul e com os postalistas e telegrafistas gera pressão inflacionária fora de controle. Para o ministro da Fazenda não há semelhança entre essas concessões e as que, sob sua supervisão, foram feitas aos empregados do banco do Brasil e da Caixa Econômica".

Comentário 53: *"Políticos já não têm nome alternativo"* - publicado em 6 de setembro de 1989.

O texto apresenta hipóteses sobre quais seriam os candidatos a disputarem as eleições presidenciais contra o candidato Fernando Collor. Este comentário apresenta algumas peculiaridades, as previsões apresentadas não são exclusivas do jornalista, mas sim das fontes. Castello apresenta as possibilidades a partir do que suas fontes pensam sobre o futuro. Os nomes prováveis como candidatos seriam o de Aureliano Chaves, Antonio Ermírio e Jânio Quadros.

"O ex-ministro (Aureliano) [...] poderá considerar a hipótese da substituição do seu nome [...]"; "Há quem continue a jogar em Jânio Quadros [...]"; "Cláudio Lembo [...] mantém-se apreensivo com o destino da campanha [...]".

Comentário 54: *"Entra a campanha na etapa final"* - publicado em 10 de setembro de 1989.

Este comentário trata do mesmo assunto do texto anterior, as eleições presidenciais, no entanto com conteúdo e estrutura distintos. Neste texto, Castello explica as causas para o que seria o fracasso do PMDB, partido do presidente Sarney, na campanha eleitoral:

"Assim foi tudo na convivência PMDB-governo. O povo percebe e não esquece. O preço cobrado ao partido por suas incongruências e suas culpas está aí na brutal rejeição do eleitorado a Ulysses [...]";

"PMDB e PFL, que se aliaram para o golpe final no regime militar, estão aí frustrados e sem fôlego com candidatos que, apesar da longa e brilhante folha corrida, não são assimilados pelos eleitores, que preferem exibir o cansaço com a enorme farsa política decodificada no curso do governo que eles instituíram e abandonaram depois de usufruídos os benefícios possíveis".

É um comentário bastante crítico, onde Castello comenta o futuro de uma eleição a partir dos fatos do passado recente, com uma perspectiva causal, explicando aos leitores os porquês dos resultados que viriam se confirmar posteriormente.

Comentário 55: *"Collor ganha mas terá dificuldades"* - publicado em 2 de outubro de 1990.

Através do personagem do presidente Fernando Collor, Castello comenta como seriam os possíveis desdobramentos da política nacional após as eleições nos estados, principalmente no que concerne à relação entre Collor e os governadores eleitos:

"Já não há duvida de que a corrente política na qual se insere o presidente Collor sairá vitoriosa desta eleição de amanhã [...] Isso, no entanto, não dará tranqüilidade total ao presidente [...]";

"O presidente [...] terá de lidar com fatores novos, dentre os quais a equivalência de prestígio popular [...]";

"[...] os vencedores não terão relações automáticas com o Palácio do Planalto";

"O retrato de Collor com Maluf [...] poderá ser uma dificuldade para o relacionamento entre um governo peemedebista em São Paulo [...] Isso indica a conveniência de participação mais ativa do governo federal [...]";

Comentário 56: *"Em política Israel dá nota 2 a Collor"* - publicado em 12 de outubro de 1990.

O comentário é do tipo "personalista", pois o foco são as opiniões do deputado por Minas Gerais Israel Pinheiro Filho sobre o governo de Fernando Collor e sobre as eleições mineiras. As falas e reproduções de discurso do personagem são constantes em todo o texto:

"Como disse o deputado Israel [...], o presidente da República, por enquanto, está obtendo nota 8 em economia, mas não passa da nota 2 em política. Em política, insiste, todo governo tem obrigação de ter nota 10";

"Israel voltou das urnas extremamente preocupado com o sistema de desorganização, quase de anarquia, que se evidenciou no Congresso";

"O PMDB, diz ele, chega a Brasília com a bancada muito reduzida e sem saber ainda se vai ser governo ou oposição [...]. Do PFL se limita a observar que continua o mesmo, ansioso e fisiológico [...]";

"Sobre a campanha mineira, Israel Filho diz que [...]. O que vale, na sua opinião, é [...]. O deputado, antigo parlamentarista, volta a pregar a reforma do sistema de governo [...]. Israel diz que eles afundaram 'e não deixam saudades'".

Comentário 57: *"Economistas começam a ver dias melhores"* - publicado em 26 de novembro de 1991.

Este comentário trata de economia, mas sempre atrelada ao governo, pois na *Coluna do Castello*, tudo é política. Nele, o jornalista faz uma análise sobre a situação econômica do país, os recursos usados são a contextualização da história recente, onde cita as medidas econômicas do início do governo e o uso de depoimentos de ministros e economistas publicadas na imprensa:

"Já o presidente do Banco Central falou à revista Veja em tom mais animado [...]";

"[...] na Folha de São Paulo também de domingo liam-se declarações de economistas de fora do governo [...]";

"Eis para os leitores deste jornal uma visão dada por outros jornais".

Comentário 58: *"Bem conduzidas as negociações: Lucena"* - publicado em 30 de novembro de 1991.

Baseado em opiniões de fontes parlamentares, Castello comenta sobre dois assuntos da área econômica, a dívida externa brasileira e a reforma tributária. O fato principal relacionado ao tema fora uma reunião realizada entre membros do governo e parlamentares.

No conteúdo do comentário há algumas informações, aconselhamentos, opinião do jornalista, opinião das fontes, argumentos, previsões e conseqüências, mas o que prevalecem são os trechos explicativos, as frases em que o comentarista explica o fato, explica o tema:

"A partir da aprovação começaria o fluxo de US$ 2 bilhões a US$ 3 bilhões que em conseqüência seriam destinados ao Brasil";

"Os juros continuarão a ser pagos na medida das possibilidades e, chegada a bom termo a negociação com o FMI, em março ou abril poderá estar equacionado o acordo com os banqueiros privados. A terceira etapa será a negociação com o Clube de Paris";

"Já quanto ao ajuste fiscal, o problema é mais difícil, pois Câmara e Senado resistem, segundo está visto na pesquisa de Goes & Piquet, a afetar interesses de municípios e estados tanto quanto os interesses corporativos dos servidores públicos".

As fontes aparecem de maneira constante neste comentário, a maioria das opiniões partem delas. Ao publicar a opinião das fontes e suas previsões sobre o tema, Castello reforça o discurso dessas fontes, neste comentário específico estas falas representam uma pressão política contra o governo:

"Maciel disse ter sido uma proveitosa reunião de trabalho";

"'O PMDB', disse o senador Lucena, 'acompanhou com interesse as informações do governo e me parece que as negociações estão sendo bem conduzidas'";

"Para o líder do PMDB o ideal seria não pagar a dívida mais isso é impossível, pois o país necessita acertar-se com seus parceiros e retomar condições de obter financiamento para seu projeto de retomada do desenvolvimento";

"Lucena, que espera receber na segunda-feira a minuta da carta ao FMI, está certo de que o ministro continuará a manter o fluxo de informações de que carece o Senado para exame final das negociações que dependerem de seu aval";

"O senador Maciel está preocupado com a tramitação do projeto de reforma tributária e das emendas constitucionais";

"Humberto Lucena perguntou ao ministro qual o preço a pagar, pois teme que haja aperto insuportável para atender ao que quer o FMI";

"O líder do PMDB ainda tem dúvidas, mas acha que é dever de todos colaborar no encontro de soluções que quebrem o impasse da economia brasileira".

Comentário 59: *"O que pára o Congresso na hora da reforma"* - publicado em 1° de dezembro de 1992.

Este comentário é formado basicamente de argumentos sobre como deveriam ser as principais modificações na legislação eleitoral brasileira. No texto, Castello emite suas opiniões acerca do problema, embasado em informações e comparações com legislações eleitorais de outros países. Como é comum nos comentários do tipo "crítico", a presença de fontes e personagens é mínima. Abaixo alguns exemplos de trechos em que o comentarista argumenta a favor das mudanças na legislação:

"Os debates [...] já diagnosticaram na legislação partidária e eleitoral a fonte principal do mau funcionamento das instituições brasileiras";

"O excesso de partidos e sua escassa representatividade é um dos erros a corrigir sem quebra do princípio constitucional da liberdade de reunião e associação";

"A primeira coisa a fazer seria a mudança do sistema eleitoral e a correção da proporcionalidade com a introdução do voto distrital uninominal para preenchimento de parcela substancial da representação. A segunda seria condicionar o acesso dos partidos às câmaras legislativas à obtenção de uma percentagem expressiva de votos";

"Sabe-se também pelo conhecimento da realidade brasileira que a reforma do sistema eleitoral e partidário deve ser complementada pela correção da base eleitoral da representação".

Comentário 60: *"Supremo pode fazer o que o Congresso nunca fará"* - publicado em 11 de dezembro de 1992.

O texto trata da representação dos estados no Congresso Nacional. É um comentário do tipo "crítico", onde o comentarista apresenta argumentos e opiniões sobre uma questão específica. A estrutura deste tipo de comentário começa com uma informação central de um fato que ocorreu ou irá acontecer e a partir de então apresenta-se argumentos, faz contextualização com dados e informações e opina-se sobre o assunto. Abaixo alguns exemplos de trechos argumentativos:

"Os estados que compõem as primeiras regiões representam 42,3% da população, 37,84% do eleitorado e detêm 54,3% da representação global. Os estados do Sul e Sudeste contam com 57,7% da população e 45% dos membros da Câmara. A distorção projeta-se na composição das comissões técnicas ou especiais":

"O correto seria, como diz Collares, a realização de censo nos anos de eleição para fixar a cota de representantes por estado segundo o critério populacional ou eleitoral para a redistribuição pelas unidades da Federação da representação nacional";

"De conveniência para o país seria também que se definisse um número fixo de deputados federais ainda que, na distribuição, algumas pequenas unidades ficassem sem representação como tem acontecido nos Estados Unidos";

"A Câmara representa a população ou o eleitorado. O Senado é que representa os estados e por isso cada unidade, tem direito a três senadores, número, aliás, que poderia ser reduzido para dois com proveito para seu funcionamento e para as finanças públicas".

Comentário 61: *"Erundina ministra perturba São Paulo"* - publicado em 27 de janeiro de 1993.

É a primeira vez que uma mulher aparece como personagem principal em um comentário de Carlos Castello Branco. Neste texto, comenta-se sobre a composição do ministério do governo Itamar Franco e sobre os impactos da nomeação de Luiz Erundina para a Secretaria da Administração.

No comentário, Castello apresenta algumas informações, questões polêmicas e, a partir delas, apresenta conclusões:

A escolha de Itamar convulsionou o PT, mexeu na sua base parlamentar, mas, sobretudo subverteu a sucessão de São Paulo.

Lula não gostou. Nem ele nem os candidatos petistas à sucessão de Fleury.

Maluf está inconformado, embora possa vir a beneficiar-se com o impacto do problema no PT. Quércia está mudo, como se não fosse com ele. Mas o governador Luiz Antônio Fleury está amargurado.

Algumas frases são postas em formas de perguntas, incitando o leitor a uma conclusão:

"Quem sabe, por aí Itamar possa ter surpresas nas próximas votações do Congresso?"

"Todos os ministros de Itamar que vieram do Congresso são candidatos a alguma coisa em 1994. Ou ele quer um ha-ra-kiri dos seus amigos?"

"Maurício Corrêa, Fernando Henrique Cardoso, Antônio Britto, Alberto Goldman, Andrade Vieira, Jutahy Jr., Alexandre Costa, Paulino Cícero, quem não e candidato? O presidente, claro, sabe disso. Então porque toldar a alegria de Erundina?"

Comentário 62: *"Itamar Franco entre a cruz e o calvário"* - publicado em 20 de maio de 1993.

Esta foi a última *Coluna do Castello,* publicada 12 dias antes da morte do jornalista, que falecera em 1º de junho de 1993 no Rio de Janeiro, às vésperas de completar 73 anos de idade.

A última coluna destinou-se a comentar sobre a atuação do então presidente Itamar Franco. Através da trajetória política de Itamar, Castello fala sobre os problemas enfrentados pelo governo. A metáfora no título indica certa ironia que segue em todo o texto:

"O presidente Itamar Franco, por sua vez, mostra mais vocação para o calvário do que para a cruzada e por aí deverá levar-nos";

"Ainda bem que ele já praticou alguns exorcismos indispensáveis como o de reunir-se com os chefes militares e firmar com eles um pacto de compreensão e ordem";

"[...] essa esquerda romântica e aguerrida que, se briga entre si, o faz em cena aberta, com direito até mesmo de participar de caravanas cívicas que soprem pelos sertões os velhos ventos semeados pelo Cavaleiro da Esperança".

Em alguns comentários do tipo "personalista" observou-se muito a fala do personagem ou a sua opinião, noutros, como este, observa-se a referência ao personagem através de um conteúdo mais analítico e descritivo. No comentário em questão o nome do presidente Itamar fora citado sete vezes.

"O presidente Itamar Franco compôs seu Ministério sob a inspiração de reunir num só governo as forças que haviam participado ativamente do impeachment de Fernando Collor";

"Itamar, na verdade, oriundo do PTB getulista, foi fundador do MDB e do PMDB";

"O presidente da República ficaria mais desprotegido ainda se perdesse o apoio dos partidos que, minoritários embora, compõem uma esquerda atuante".

Observou-se nesta fase da *Coluna do Castello* que os comentários são mais híbridos, no sentido de apresentarem elementos diversos em um mesmo texto, desde informações, análises a opiniões. No entanto a primazia do comentário desta fase dá-se a previsão dos desdobramentos dos fatos. A informação volta a ser freqüente nos títulos e nas notas, que voltam a ser publicadas no final da coluna. Nas 18 unidades de análise a maioria dos títulos ou 61% deles continham alguma informação: *"Roberto Gusmão foi alertar Montoro"; "O 'robertão' virou a mesa"; "Brossard volta de um dos 'fronts'"; "Garcia animado com pesquisas"; "Só cúpula quer o adiamento"; "Leônidas nega ameaça de golpe"; "Políticos já não têm nome alternativo"; "Em política Israel dá nota 2 a Collor"; "Economistas começam a ver dias melhores"; "Erundina ministra perturba São Paulo"; "Entra a campanha na etapa final"*. Quatro deles ou 22,22% são opinativos: *"Crise adiada mas não resolvida"; "Collor ganha mas terá dificuldades"; "Bem conduzidas as negociações: Lucena"; "Supremo pode fazer o que o Congresso nunca fará"*. E 16% descritivos: *"Bresser agora e na hora da verdade"; "O que pára o Congresso na hora da reforma"; "Itamar Franco entre a cruz e o calvário"*.

TABELA 37: Caracterização dos títulos dos comentários na quarta fase da *Coluna do Castello*:

Título:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Informativo	11	61,11%
Descritivo	3	16,66%
Opinativo	4	22,22%
Outros	0	0 %
TOTAL	18	100%

Constatou-se ainda a presença mais constante de notas no final na coluna, apesar de se ter muitas publicações ainda somente com o comentário, conforme os dados:

TABELA 38: Caracterização da estrutura da *Coluna do Castello* na quarta fase:

Estrutura da Coluna:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Somente o comentário	6	33,33%
Comentário e notas	12	66,66%
TOTAL	18	100%

Com relação à citação de fontes, percebe-se um equilíbrio. Em pouco mais da metade dos comentários ou 55,55% não há descrição da origem das informações, em 44,44% dos textos, as fontes aparecem. As fontes mais citadas são representantes do governo, dos partidos e do Congresso, conforme demonstram os dados das tabelas:

TABELA 39: Presença de fontes na *Coluna do Castello* na quarta fase:

Fontes:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Cita:	8	44,44%
Não cita:	10	55,55%
TOTAL	18	100%

TABELA 40: Tipos de fontes na *Coluna do Castello* na quarta fase:

Tipos de Fontes:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Governamentais	7	38,88%
Sindicais	0	0%
Empresariais	0	0%
Partidários	2	11,11%
Parlamentares	2	11,11%
Acadêmicos	0	0%
Judiciário	0	0%
Outros	0	0%
TOTAL	11	61,1%

A maior freqüência entre os tipos de comentários fora do tipo “hipotético”, estrutura predominante em quase 40% da amostra. Merecem destaque ainda os tipos “explicativo” e “personalista”, com 16% cada e o tipo “crítico” com 11%. Vale ressaltar que o comentário do tipo “factual” não fora constatado em nenhuma coluna desta fase:

TABELA 41: Tipos de comentários na *Coluna do Castello* na quarta fase:

Tipo de comentário:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Analítico:	1	5,55%
Crítico:	2	11,11%
Conclusivo:	1	5,55%
Causal:	1	5,55%
Explicativo:	3	16,66%
Hipotético:	7	38,88%
Factual:	0	0%
Personalista:	3	16,66%
TOTAL	18	100%

Observa-se uma presença maior de temas econômicos, em relação às fases anteriores, apesar da predominância dos temas políticos. Economia foi tema de 16,66% dos comentários e política de 83,33%. Entre os subtemas da política, destaca-se mais uma vez a política nacional, com 66%:

TABELA 42: Temas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na quarta fase:

Temas:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Política	15	83,33%
Economia	3	16,66%
Cultura	0	0%
Outros	0	0%
TOTAL	18	100%

TABELA 43: Subtemas dos comentários tratados na *Coluna do Castello* na quarta fase:

SubTemas:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Política Internacional	0	0%
Política Nacional	12	66,66%
Política Estadual	3	16,66%
TOTAL	15	83,33%

A contextualização histórica dos assuntos fora menos freqüente nesta fase. Em 66% das colunas analisadas, o jornalista não fez referencias a momentos anteriores, conforme mostram os dados:

TABELA 44: Uso do recurso de contextualização na *Coluna do Castello* na quarta fase:

Contextualização histórica do tema:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Sim	6	33,33%
Não	12	66,66%
TOTAL	18	100%

Com relação aos personagens ou grupos citados, merece destaque o crescimento registrado na citação de representantes dos partidos e das próprias siglas, que apareceram em 72,22% da amostra, acima do grupo do poder Legislativo, que fora citado em metade dos comentários. O grupo mais referenciado continua sendo o do poder Executivo, com quase 90% de presença.

TABELA 45: Personagens ou grupos citados na *Coluna do Castello* na quarta fase:

Personagens ou grupos citados:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Executivo	16	88,88%
Legislativo	9	50%
Judiciário	1	5,55%
Soc. Civil	2	11,11%
Empresariado	3	16,66%
Forças Armadas	4	22,22%
Partidários	13	72,22%
Outros	3	16,66%
TOTAL	70	283,3%

Entre os personagens, os mais citados são os presidentes José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco. Outros nomes também aparecem com destaque, como Ulysses Guimarães, Helio Garcia, Aureliano Chaves e Jânio Quadros.

TABELA 46: Nomes citados na *Coluna do Castello* na quarta fase:

Nomes:	**Quantidade:**	**Percentual:**
Gov. Franco Montoro	4	2,06%
Tancredo Neves	9	4,63%
José Sarney	20	10,30%
Ulysses Guimarães	16	8,24%
Dep. Roberto Gusmão	4	2,06%
Jânio Quadros	10	5,15%
Gov.BSB José Aparecido	6	3,09%
Aureliano Chaves	11	5,67%
Min. Paulo Brossad	4	2,06%
Gov.MG Helio Garcia	13	6,7%
Itamar Franco	17	8,76%
Dep. Israel Pinheiro Filho	10	5,15%
Dep. José Serra	4	2,06%
Luis Antonio Fleury	5	2,57%
Sen. Marco Maciel	6	3,09%
Min. Marcílio Moreira	6	3,09%
Sem. Humberto Lucena	5	2,57%
Fernando Collor	22	11,34%
Min. Mailson da Nóbrega	6	3,09%
Min. Bresser Pereira	6	3,09%
Antonio Carlos Magalhães	5	2,57%
Paulo Maluf	5	2,57%

2 Discussão dos resultados

2.1 Instabilidade política e o golpe militar: a *Coluna do Castello* entre os anos 1963 a 1967

As primeiras *Colunas do Castello* publicadas entre o período de 1963 aos primeiros meses de 1964 refletiam a instabilidade política que passava o país e o governo de João Goulart. Trecho do comentário publicado em 15 de janeiro de 1963 demonstra a situação conflitante entre o governo e a oposição:

> Mostram-se, assim, empenhados os udenistas no rápido encerramento do episódio constitucional, e se preparam para recuar suas linhas de resistência para a defesa da Constituição de 1946, ao mesmo tempo que anunciarão o propósito de permanecer em oposição vigilante relativamente ao Governo do Sr. João Goulart.

Em 19 de março de 1964, alguns dias antes do golpe militar, Carlos Castello Branco escrevera sobre a contestação, que a oposição fazia, da autoridade do Presidente da República e a tentativa de convocar a reunião do Congresso Nacional para outra cidade, Rio de Janeiro ou São Paulo:

"O senador Daniel Krieger define a tendência de numerosos congressistas de provocar a reunião do Congresso no Rio ou em São Paulo como um desejo de, com um ato legal, responder as ilegalidades do Presidente da República'".

Toda esta situação de instabilidade significava a iminência do golpe militar, que se instalou "com um forte consentimento civil" e de setores empresariais, especialmente da grande imprensa. (ABREU, 2001, p.13). "A maioria dos proprietários de jornal encampavam as idéias do liberalismo econômico e se identificava com o ideário da UDN, o partido que, junto com os militares, conspirou para a deposição de João Goulart". (ABREU, 2001, p.13). O próprio Carlos Castello Branco fora a favor da derrubada do presidente João Goulart, conforme contou em entrevista, citada no capítulo I.

No entanto, diante das restrições à liberdade de expressão, os jornalistas passaram a ser penalizados com a nova forma de governar. "No período imediatamente após o golpe e até 1968, a forma mais comum de controle da informação é o telefonema para as redações de jornais proibindo a divulgação de notícias". (BARBOSA, M., 2007, p.187).

Apesar desta primeira fase do regime militar ser considerada como um período mais ameno com relação à censura, se comparado com a fase posterior, mecanismos de controle de informação já haveriam sido instalados logo após o golpe, entre eles o Serviço Nacional de

Informações (SNI). “Há a preocupação com o armazenamento de informações e com a divulgação que a imprensa poderia produzir para o público”. (D´ARAÚJO, 1994 apud BARBOSA, M., 2007, p.187).

As Forças Armadas estavam preocupadas em controlar as informações que chegariam até a população, a fim de manipular os instrumentos que dão suporte a formação da Opinião Pública, discutidos no Capítulo II.

Depoimento de Danton Jobim (1984, p.25 apud BARBOSA, M., 2007, p.188) atesta que esta primeira fase fora de alternância na intensidade da censura. “No seu primeiro estágio, o governo revolucionário evitou obstruir a livre circulação de ideias, das opiniões e das informações”. Mas, “Enquanto o Presidente Castello Branco se negava a adotar qualquer medida restritiva da liberdade de imprensa, violências contra jornais e jornalistas se verificavam aqui e ali”. Um destes casos fora o ataque contra o *Jornal do Brasil,* em 31 de março de 1964. O periódico que Castello trabalhava foi tomado por fuzileiros navais. No dia 10 de abril, após o golpe, o jornal publicou a manchete “Gorilas invadem o JB”. (MARQUES DE MELO; QUEIROZ, 1998, p.169).

A análise da coluna nesta fase demonstrou que a informação foi um dos principais elementos usados por Castello para comentar os fatos, demonstrando que um formato do gênero opinativo não é constituído obrigatoriamente apenas com opinião, mas também por interpretação e informação. Como foi descrito no capítulo II, o comentário possui “ancoragem informativa e perspectiva histórica” (MARQUES DE MELO, 2003, p.117), é um texto opinativo, mas que contém informações, análises, interpretações e opiniões e, por isso, aproxima-se da crônica e do editorial. (MARTINEZ ALBERTOS, 1974 apud MARQUES DE MELO, 2003, p.115).

Mesmo contendo várias informações, o comentário do tipo “factual”, identificado em 40% da produção de Carlos Castello Branco nesta fase, continua sendo considerado um gênero opinativo porque a sua função é de comentar os fatos. Nele, as informações são expostas como base de argumentação para a opinião, diferentemente da notícia, onde a função é informar objetivamente.

A quantidade de informações presentes na coluna, seja nos comentários, seja nas notas, demonstra que, nos primeiros anos da ditadura militar, Castello tinha acesso às informações por parte do governo. O elevado percentual de citação de fontes (60% dos comentários citavam qual a origem da informação) reforça a tese do prestígio de Castello junto aos políticos, especialmente aos governo e parlamentares.

No entanto, as fontes são pouco diversificadas, concentrando-se em três grupos: governamentais, partidários e parlamentares, com destaque para o último que aparece em 40% dos comentários, o dobro da citação de representantes do governo (20%). Este dado pode significar a aproximação maior de Carlos Castello Branco com deputados e senadores do que com os governos ou até mesmo a presença da oposição, que se faz representada por parlamentares.

Os presidentes da República, nesta fase João Goulart e depois Humberto Castelo Branco, são sempre os mais citados, não como fontes, mas como personagens dos comentários. João Goulart fora citado 30 vezes e o general Castelo Branco, 10 vezes. Os ex-presidentes Getúlio Vargas e Jânio Quadros foram citados oito vezes cada um. A presença de presidentes da República na *Coluna do Castello* é, em certa medida, óbvia, visto que o tema essencial da publicação é a política nacional, assunto de 90% da amostra desta fase. Entre os personagens citados destaca-se ainda o nome do governador do estado da Guanabara (Rio de Janeiro) Carlos Lacerda, o segundo mais citado depois de João Goulart. O nome "Lacerda" aparece 16 vezes na amostra, o que equivale a 14,15% do total de referencias a pessoas. Isto se justifica pela relevância daquele estado que até a década de 1950 abrigava a capital federal e também pelo estilo polêmico do governador, protagonista de muitas crises políticas desde o governo Vargas. Todos os nomes citados na amostra são de políticos homens, refletindo a situação política brasileira dominada pelo sexo masculino.

Embora os nomes individualmente mais citados tenham sido de representantes do poder executivo, presidentes e um governador, quando se considera os grupos a que pertencem, os mais citados são os deputados e, principalmente, os senadores, presentes em 100% das colunas. Em segundo lugar aparece o grupo do Executivo, com 90% e, quase com o mesmo percentual, os partidos e representantes dos partidos, com 80%. Os números revelam a importância que o Congresso nacional e os partidos políticos tiveram para a cobertura jornalística nesta fase. Os dois grupos podem ser incluídos tanto políticos que apoiavam o governo, quanto representantes da oposição.

Quando estes grupos (Executivo, Legislativo e partidários) tem acesso aos meios de comunicação e, especificamente a um espaço de debate importante como fora a *Coluna do Castello*, eles tem a oportunidade de transmitirem as suas versões dos fatos a um número grande de pessoas. Como se discutiu no Capítulo II, é a partir da transmissão de idéias e opiniões de um grupo ou indivíduo que a Opinião Pública é formada, pois, a idéia de mundo e as ideias que formarão a Opinião Pública e, consequentemente, a ação individual e coletiva,

estão baseadas em imagens transmitidas a cada indivíduo e não em conhecimento direto. (LIPPMAN, 2008, p.37).

Quando apenas poucas pessoas ou poucos grupos tem direito a voz nos meios de comunicação o processo de elaboração da Opinião Pública é prejudicado, porém não se pode esperar que uma cobertura setorizada como é a de política, consiga representar todos os grupos sociais. Quando a *Coluna do Castello* abre espaço para que, dentro do tema política, tanto o governo quanto a oposição possa falar, proporciona uma melhor qualidade de seus comentários.

O elevado percentual de comentários do tipo "personalista" indica a importância dos personagens para a cobertura política. Vale ressaltar que, em nenhum dos comentários personalistas Castello usou o espaço para elogios gratuitos ou engrandecimento do personagem, embora o aparecimento de nome de um político em um título da *Coluna do Castello* significasse prestígio, os personagens que mereceram este destaque eram homens públicos já conhecidos e sua importância estava relacionada sempre a atitudes e fatos políticos e não meramente a comportamentos pessoais.

Os dados coletados nesta pesquisa incitam algumas questões, entre elas, a dúvida se os personagens são essenciais para os comentários políticos. Em alguns comentários do tipo "crítico", presente em apenas 10% nesta fase, Castello não cita fontes, nem mesmo cita qualquer nome, o texto é construído a partir de opiniões e argumentos sobre um fato e não em fontes e personagens. Mas estes exemplos, em que os personagens não são citados, aparecem muito raramente na produção de Carlos Castello Branco. Acredita-se ser possível que o formato "comentário" e o formato interpretativo "análise" consigam tratar os fatos políticos sem os políticos, no entanto, é difícil imaginar textos informativos como notas, notícias e reportagens sem estes personagens.

O segundo tipo de comentário mais presente nesta fase, depois do tipo "factual", fora o do tipo "hipotético". Constante em todas as fases da coluna, o tipo "hipotético" abriga uma das principais funções do comentário que é a de prevê o futuro, de apresentar possibilidades e conseqüências sobre os acontecimentos presentes. Está relacionado diretamente à natureza da cobertura política, que seduz pelas disputas e pelos problemas ainda não resolvidos.

O trabalho de Castelinho nesta primeira fase, o confirma como o principal comentarista político do país, a liberdade que ainda dispunha nestes primeiros governos (João Goulart, Raniere Mazzili e Humberto Castelo Branco) propiciaram ao jornalista fazer da *Coluna do Castello* um espaço de informações privilegiadas, além das análises inteligentes e

das previsões certeiras. Na fase seguinte, a *Coluna do Castello* viria a transformar-se, adotando novo estilo e imprimindo alterações consideráveis no conteúdo.

2.2 O AI-5 e a repressão à imprensa: a *Coluna do Castello* entre os anos 1968 a 1973

As medidas adotadas pelo governo militar a partir de 13 de dezembro de 1968 afetaram diretamente a *Coluna do Castello*. Nesta data o governo comandado pelo general Costa e Silva decretou o Ato Institucional n°5, fechando o Congresso e dando início à fase mais repressiva da ditadura. O comentário de Carlos Castello Branco publicado no dia posterior explica o que significou o AI-5:

> Ele (AI-5) cobre perfeitamente as previsões dos deputados mais íntimos do processo revolucionário, que antecipavam uma peça destinada a munir o Governo dos instrumentos para fazer tudo o que por timidez ou por compromisso democrático deixou de fazer, nos dias quentes da revolução de março, o Presidente Castelo Branco.
>
> ---
>
> O Congresso, posto em recesso por tempo indeterminado, está pràticamente fechado e tudo indica que se cumprirão as profecias de um expurgo no Poder Judiciário.

No mesmo comentário Castello previu como seria difícil, a partir daquele ato, as manifestações de oposição ao governo e ressaltou o papel que a imprensa desempenharia a partir de então:

> A medida estancou todas as fontes políticas de resistência ao Governo, não deixando nenhuma válvula. A Oposição não terá a menor possibilidade de produzir-se, a não ser que seja respeitada, e ate quando o for, a liberdade de imprensa. Mesmo assim os políticos estão de tal modo contidos que seu acesso aos jornais importará num risco certo para cada um deles.

Nesta mesma data, a primeira página do *Jornal do Brasil*, publicou em linguagem cifrada, uma crítica à instauração do Ato. A previsão do tempo nada tinha a ver com o sol que fazia: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por ventos fortes”. No outro lado da página o título era: “Ontem foi o dia dos cegos”. (MARQUES DE MELO; QUEIROZ, 1998, p.169).

Durante esta fase sombria da história brasileira, a censura instalou-se em definitivo nos órgãos de comunicação. O governo censurava a imprensa através de “bilhetinhos” e telefonemas, autocensura e censura prévia, quando o jornal era obrigado a submeter os originais a um censor/policial que se instalava dentro das redações. A gama de assuntos

vetados aos jornalistas e veículos de comunicação era extensa: corrupção no governo, greves, crises políticas, protestos estudantis, as condições de vida do cidadão comum, citações a determinados indivíduos, além da própria informação sobre a existência da censura. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.130).

A autocensura foi bem mais geral, abrangendo a totalidade da grande imprensa, "[...] consistia no informe aos meios de comunicação sobre assuntos cuja veiculação era proibida. Cabia aos jornalistas suprimir estes temas da pauta de assuntos publicados, sob o risco de represália". (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.131). As punições para quem desobedecessem às determinações descritas nos bilhetes eram a apreensão dos jornais, além da ameaça de censura prévia e o afastamento de jornalistas. O governo agia ainda sobre os setores comerciais das empresas de comunicação: auditorias contábeis, suspensão de anúncios, pressões sobre anunciantes. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.132).

O *Jornal do Brasil* começou a sofrer com a repressão do governo antes mesmo do AI-5. Segundo Marconi (1980), a censura prévia fora instalada no *Jornal do Brasil* dois meses antes, em outubro de 1968. Neste mesmo período censores militares invadiram o jornal *Tribuna da Imprensa*. Para minimizar os eventuais prejuízos da censura ou perseguição da ditadura, o *Jornal do Brasil* e a *Editora Abril* elaboraram normas que, "na prática, constituíam uma efetiva auto-censura". (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.135). Uma circular interna do JB, de 1969, arrola vários temas que deveriam ser tratados com o 'maior cuidado' (questões militares, movimentos de contestação ao regime, entre outros). (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.135).

Apesar das represálias e até das prisões sofridas por Castellinho, descritas no Capítulo I, o jornalista manteve a publicação de sua coluna, mas foi obrigado a imprimir um novo estilo aos seus comentários e reduzir drasticamente a informação nos textos. Como constatou Marques de Melo (2003, p.118), foram poucos os jornalistas que conseguiram manter suas publicações opinativas neste período. "Os que permaneceram ativos entregaram-se a um trabalho refinadíssimo de explicar os fatos através de uma linguagem cifrada que só os iniciados nos bastidores da política podiam perceber com exatidão".

Tereza Cruvinel (2006, p.214) considera o trabalho de Castello naquela fase como "heróico e exemplar":

> Castellinho, como era conhecido, fez da arte de evitar ou driblar a censura seu próprio estilo, explorando com sutileza as entrelinhas e as figuras de linguagem para transmitir sua mensagem, em um trabalho denso e persistente que foi muito mais analítico/informativo do que opinativo. (CRUVINEL, 2006, p.214).

A pesquisa sobre os comentários da *Coluna do Castello* nesta fase constatou tanto o estilo refinado, a que se referiu Marques de Melo (2003), quanto ao uso de figuras de linguagem, a que se referiu Cruvinel (2006).

A metáfora usada no comentário "*Burburinho no aeroporto"* de 15 de fevereiro de 1970 exemplifica o uso das figuras de linguagem por Castello para fazer críticas aos políticos: *"Sobre as conversações paira a convicção generalizada de que aos políticos o máximo que cabe fazer, na presente circunstância, é esse bater de claras que jamais condensará a espuma ao ponto de neve".*

Quanto ao estilo refinado podem ser citadas como exemplo algumas palavras publicadas por Castello que são pouco usuais na linguagem coloquial: *"prescindibilidade", "consuetudinária", "conducentes", "exegese", "suasórios", "escorreita", "idiossincrasia", "regozijar-nos".* Vale ressaltar que a presença de palavras mais "refinadas" ou pouco coloquiais fora constatada não somente nesta segunda fase, mas também na terceira e quarta fase da amostra.

Sobre a observação feita por Cruvinel (2006, p.214), de que o trabalho jornalístico de Castello neste período fora "mais analítico/informativo do que opinativo" não fora confirmada nesta pesquisa. Conforme dados coletados, a informação esteve pouco presente nos comentários desta fase. A informação esteve reduzida tanto nos títulos, no conteúdo dos comentários e nas notas. Enquanto que na primeira fase, 40% dos títulos continham alguma informação, nesta segunda fase, apenas 25% deles eram informativos e 75% descritivos.

As notas informativas situadas no final da coluna, após o comentário, fizeram-se presente em metade da amostra na primeira fase, enquanto que nesta segunda fase o percentual de colunas com notas caiu para 25%. A referência às fontes de informação, considerada como indicativo para a presença de informação, estiveram ausentes, apenas 33,33% da amostra o jornalista fazia referência a alguma fonte. Na primeira fase esse percentual era de 60%.

A ausência de fontes e a redução das informações nos comentários de Carlos Castello Branco nesta fase refletem o difícil acesso dos jornalistas e dos órgãos de comunicação às fontes oficiais. Algumas medidas vieram a prejudicar a cobertura política no país naquele período, entre elas a fixação de portarias administrativas nos ministérios proibindo qualquer funcionário de prestar qualquer informação a jornalistas. (MARCONI, 1980, p.103). "Além das violências policiais, há também outro aspecto, não menos grave, porque sutil e permanentemente, que é o da coleta de informações". (MARCONI, 1980, p.99).

Segundo depoimentos de jornalistas que atuaram no período em Brasília, a cobertura dos fatos políticos tornou-se extremamente difícil. O depoimento do jornalista Walter de Góes a Marconi (1980, p.102), ilustra bem esta dificuldade: "O nosso dia a dia de repórter político começa pela preocupação de conversar com o Petrônio, o Francelino e às vezes com o Marchezan. Mas poucos, poucos mesmo, tem realmente informações a dar". Até mesmo as entrevistas das lideranças governamentais eram raras, o presidente Médice, por exemplo, só concedeu uma entrevista em todo o seu governo que "assemelhou-se mais a uma monótona, mas bem ensaiada peça de teatro", transmitida em cadeia nacional de televisão. (MARCONI, 1980, p.99).

Conforme descrevera Marconi (1980, p.101) fora neste período revolucionário que proliferaram as assessorias de imprensa e relações públicas, que acabaram por tornarem-se instrumentos usados pelas autoridades para "[...] se verem livres da presença de jornalistas que tem o mau costume – segundo elas - de fazer perguntas indiscretas e embaraçosas". Na avaliação do autor, "elas tiveram sua função deturpada e passaram a agir teleguiadamente como uma barreira intransponível entre os profissionais de imprensa e a autoridade que devia prestar as informações". (MARCONI, 1980, p.101)

Todas estas circunstâncias vieram a imprimir modificações nos comentários políticos de Castellinho, como demonstram os dados desta pesquisa. Todos os tipos de fontes citadas foram reduzidos em relação à primeira fase; as fontes governamentais que foram citadas em 20%, caíram para 16,66%; as fontes partidárias saíram de 10% para 8,33% e a redução mais brusca se deu com as fontes parlamentares, que foram citadas em 40% dos comentários na primeira fase para 8,33% na segunda fase, uma redução de mais de 31 pontos percentuais. A ausência de senadores e deputados na *Coluna do Castello* reflete o fechamento do Congresso neste período, o que implicou na perca de espaço na mídia pelo Poder Legislativo e, principalmente, pela oposição. Pode-se dizer, a partir destas constatações, que os parlamentares foram afastados da vida pública brasileira pelos militares, não somente da tribuna do Congresso, mas também nas tribunas dos órgãos de comunicação.

Esta realidade pode ser constatada também quando se observam os números referentes aos personagens ou grupos citados nos comentários. Na primeira fase os representantes do Legislativo foram citados em 100% da amostra e os partidos ou partidários em 80%. Na segunda fase, os parlamentares aparecem em menos da metade da amostra, 41,66%, mesmo percentual dos partidários. Em comparação com a primeira fase, o Poder Legislativo teve 58 pontos percentuais a menos e os partidários 38 pontos.

Entre os nomes citados, os deputados apareceram mais na primeira fase, entre os nomes com maior freqüência estiveram os deputados Oliveira Brito, Pedro Aleixo, Raniere Mazzilli e o senador Benedito Valadares. Na segunda fase apenas dois parlamentares se destacaram: deputado Mário Covas e o senador Filinto Muller.

Vale ressaltar que, apesar do Congresso estar fechado, a citação de fontes parlamentares ou a referência a estes personagens indicam que Castellinho manteve contato com este segmento e que, na medida possível, concedeu espaço a este grupo político e aos partidos que estavam marginalizados do processo de decisões na política nacional.

O conteúdo dos comentários, aliado à estrutura da narrativa, possibilitou modificações consideráveis no estilo de Castello. Os comentários deste período apresentam-se mais críticos, mais argumentativos e mais hipotéticos. As explicações e as especulações a respeito de resultados e de conseqüências são mais freqüentes nesta segunda fase, pois na primeira o comentário baseava-se primordialmente em informações e previsões de futuro. Os tipos de comentários mais freqüentes nesta segunda fase são: em primeiro os comentários "crítico" e os "hipotéticos" (25% cada); seguido dos tipos "conclusivos" e "personalistas" (16,16% cada). Na primeira fase os mais freqüentes são: os "factuais", com grande maioria de 40% e os "hipotéticos", com 30%. Assim como na segunda fase, os comentários "personalistas" mantem-se freqüentes, com 20%.

Apesar da censura e repressão aos jornalistas e aos órgãos de informação, Carlos Castello Branco contribuiu nesta fase com a defesa da liberdade de imprensa, não se eximindo de fazer críticas ao regime e a buscar a legitimação da imprensa como um lugar essencial à democracia. Como exemplos podem ser citados os comentários número 13 ("*Governo quer reabrir o processo político"* - publicado em 3 de janeiro de 1969) e o comentário número 17 (*"A medida da oposição"* - publicado em 2 de março de 1971), onde Castello defende claramente mais liberdade para a imprensa e mais espaço para a oposição:

> O que a Revolução parece desejar dos jornais é seu enquadramento, seu total ajustamento aos objetivos que ela traça, com a inspiração que hoje se concentra principalmente na caserna. Ela não quer apenas que os jornais respeitem suas metas, mas deseja de todos nós a adesão. (*Coluna do Castello*, 3 jan.1969)
>
> ---
>
> Os discursos parlamentares, como se sabe, adquirem sua ressonância e sua importância como fator político na medida em que possam ser reproduzidos pela imprensa e pelos demais órgãos de comunicação social. [...] O Congresso, para afirmar-se como instituição em que suas correntes se manifestam com autonomia, deverá contar com esse pressuposto, sem o qual se tornará inútil a própria liberdade da tribuna parlamentar. (*Coluna do Castello*, 2 mar.1971)

A partir destes exemplos, questiona-se como um jornalista, que não era proprietário de empresa de comunicação, conseguira manter a publicação de comentários com críticas ao regime, com espaço para parlamentares oposicionistas em um período considerado como o mais repressor da ditadura militar no Brasil? Esta é uma questão que carece de nova pesquisa para respondê-la, este estudo apresenta apenas algumas suposições sobre a questão.

O seu colega de sindicato Helio Doyle, que fora seu vice na presidência do Sindicato dos Jornalistas no Distrito Federal e também seu sucessor, acredita que Castello conseguira manter a publicação da coluna em função de seu prestígio junto às autoridades, conforme contou em depoimento: "Ele tinha bastante autoridade, era um jornalista respeitado. Além disso, como jornalista mantinha relações profissionais com as principais autoridades do país, especialmente na área política". (DOYLE, 2010).

Em entrevista a Celina Duarte (1987, p.87-88), o próprio Carlos Castello Branco explicou o porquê de sua coluna ter sido tolerada durante todo o governo Médice:

> Eu imagino que essa preocupação do governo em manter minha coluna é: não havendo canal de comunicação, sobretudo em Brasília, onde estava concentrada a imprensa estrangeira que não tinha nenhum contato com o governo brasileiro, o corpo diplomático, os embaixadores, precisavam ter um ponto de referência. Como o governo não dava nada, tinham que permitir que eu desse alguma indicação pela imprensa para eles saberem das coisas. Minha coluna teve muito essa função de ser uma indicação para a imprensa e a diplomacia. (Depoimento a Duarte, 1987, p.88).

O depoimento do comentarista mostra o que significou a *Coluna do Castello* para o regime militar, a importância que o jornalista tinha, sendo a sua coluna motivo de discussão dentro do governo:

> Fui preso três vezes. As ordens de censura depois eram dadas para o Jornal do Brasil no Rio de Janeiro. Daí para a frente eu comecei a escrever uma linguagem cifrada para passar para o leitor uma informação que eu não podia dar explicitamente. A coluna então passou a ter uma grande importância porque era a única porta aberta para informações. Isso gerou muitas pressões sobre o jornal. Pressões para me enquadrar. E nessas vezes eu mandei cartas pedindo demissão do jornal, e o jornal me chamou ao Rio dizendo que o governo não concordava que a coluna acabasse. Na terceira vez, o Jarbas Passarinho era ministro e me telefonou convidando para almoçar. Lá ele disse: 'Olha o governo está dividido com relação à sua coluna. Eu estou te trazendo aqui, porque eu quero fazer um apelo a você em meu nome, em nome do Mário Gibson (ministro das Relações Exteriores), em nome do Mário Andreazza (ministro dos Transportes) e em nome de outros membros liberais do governo, cujos nomes eu não posso citar. Nós queremos fazer um apelo para você não pedir demissão do Jornal do Brasil. Nós achamos sua coluna muito importante e é uma coisa que deve ser preservada'. Eu disse: 'Olha ministro, eu fico muito agradecido pela sua intervenção mas eu já pedi demissão'. E mostrei a cópia da carta para ele. Ele disse: 'Os termos da carta são perfeitos, mas quero informar a você que apesar disso nós vamos agir para impedir que esse fato seja consumado'. No dia seguinte eu fui chamado ao Rio e o Nascimento Brito disse: 'Olha Castello esse é um regime estranho, vem as pressões a gente procura acordo e não tem mais pressão'". (Depoimento a Duarte, 1987, p.87-88)

O governo Médice, ao qual se refere Castello no depoimento acima, fora um dos mais fechados do regime e limitou ainda mais a liberdade de imprensa no país, entre as principais proibições estavam: 1- notícias, comentários, entrevistas de qualquer natureza sobre abertura política, democratização; 2- anistia a cassados ou revisão de penas e processos; 3- críticas, comentários ou editoriais desfavoráveis sobre a situação econômico-financeira; 4- problemas sucessórios, dentre outros. (DUARTE, 1987, p.95). Observa-se que os formatos jornalísticos opinativos como editoriais, comentários eram os mais visados pela censura.

Segundo descrição de Barbosa, M. (2007, p.204), fora neste governo que os jornais tiveram que limitar ainda mais o trabalho de seus jornalistas. Em 1973, os diretores do *Jornal do Brasil* "colocam-se, ostensivamente, numa espécie de campo neutro, apelando para as regras da objetividade, materializadas no regulamento interno da empresa, não tomando partido".

Correspondências trocadas entre Carlos Castello Branco e o proprietário do *Jornal do Brasil*, Nascimento Brito atestam a conflituosa situação porque passou o jornalista. Em carta enviada ao Rio de Janeiro em 2 de outubro de 1971, Castello comunica ao seu chefe o fim da *Coluna do Castello:*

> Meu caro Dr. Brito,
> Desculpe-me por ter levado alguns dias a ruminar nossa última conversa e a tirar dela todas as conseqüências, ou seja, concluir que a coluna acabou. Penso que assim alcança a sua intenção de resolver uma questão delicada. E creio ter chegado a tempo àquela conclusão, pois a experiência dos últimos dias, em que tentei ampliar as fronteiras, indicou-me claramente que todos os temas de que possa tratar têm conotação política e sobre eles incidem, portanto as restrições.
> Da vez anterior que tratamos do assunto, a situação se apresentava de modo diferente da de hoje. Antes, eram manifestações do governo, de desagrado pela maneira como eu desenvolvia meus temas. Pressupunha-se então que ambos procurávamos, você e eu, uma rota possível no estreito canal que nos deixavam. Hoje, você, segundo me disse, está com o governo e deseja dar-lhe total cobertura no presente e no futuro. Minha coluna tornou-se assim apenas um obstáculo. Vamos removê-lo. Estou escrevendo hoje, sábado, dia 2, a última, e assim, quando você vier a Brasília, ao encontro do Professor Leitão de Abreu, estará com essa página virada e com sua pauta limpa. (CARTA, 2 out.1971, on-line).

Em outra carta de 5 de outubro do mesmo ano, Castello volta a tratar com Nascimento Brito das dificuldades em adequar os temas de política à censura:

> Meu caro Dr. Brito,
> Depois de uma semana de experiência, quero confessar a você que me parece extremamente difícil, senão impossível, continuar a escrever uma coluna política sem tratar de política ou tratando-a de modo tão condicionado que é o mesmo que não tratar.
> Compreendo que você, como chefe da empresa, tenha graves razões para me colocar o problema nos termos em que o fez. Mas espero que você também compreenda as minhas dificuldades, tanto mais quanto supunha estar colaborando com o jornal; através de uma análise desapaixonada da situação do país, e com o governo, a cujos problemas penso ser sensível. Acho que o debate político, do ângulo moderadamente crítico, que é o meu, ajuda a manter abertas certas perspectivas do interesse do próprio governo. Não tenho engajamentos políticos de qualquer espécie, a não ser com certos princípios essenciais ao exercício da nossa profissão e da nossa cidadania. Sei que esses princípios são também os seus, o que não o faz esquecer as responsabilidades especiais que lhe dá o comando de uma grande empresa.
> Quando em abril conversamos sobre dificuldades relacionadas com a minha coluna, dispus-me a atender seus apelos, pois naquela oportunidade pudemos identificar facilmente o mal-estar causado por certos temas bem como os focos sensíveis do sistema. Nós juntos procuramos o modo de contornar a situação e acho que o fizemos com êxito, pois a coluna sobreviveu com suas características essenciais, embora contida sob vários aspectos. Desta vez não vejo francamente nada de semelhante. (CARTA, 2 out.1971, on-line).

Na resposta a Castello, Nascimento Brito reitera o desejo de manter a publicação da *Coluna do Castello*, mas ressalta as adequações que o jornal deve fazer em função do AI 5:

> Meu caro Castello,
> Recebi sua carta de 5 de outubro corrente. Em resposta, quero dizer-lhe, antes de mais nada, sem hesitações ou reservas, que desejo a continuação da Coluna do Castello e a sua permanência na Chefia da Sucursal do Jornal do Brasil em Brasília. O espaço que você ocupa no Jornal, há quase dez anos, já lhe pertence por uma espécie de usucapião, fundado no apreço, na admiração e na amizade que lhe dedico. Jamais me passou pela cabeça abrir mão da publicação da Coluna, que é um patrimônio do *Jornal do Brasil*, o, qual só desejo preservar e prestigiar.
> Depreendo da leitura de sua carta que você entendeu mal o sentido de nossas últimas conversas. Nunca desejei que você deixasse de tratar de política. Você é, por consenso geral, o melhor, o mais abalizado, o mais sério comentarista político da imprensa brasileira. Não teria nenhum sentido que me passasse pela cabeça desviar o curso de seus artigos da área em que se consagraram e se fizeram respeitados por todo o Brasil. O que procurei transmitir-lhe é que considero o Ato Institucional n º 5 como fato consumado, do qual o Governo, na minha opinião, não pode abrir mão, antes que estejam definitivamente balizados e pavimentados os caminhos do regresso à vida normal da democracia brasileira.
> ---
> Agora, mais do que nunca, é indispensável uma cautela patriótica e uma contenção esclarecida no trato dos problemas políticos. Aproxima-se o que, ao meu ver, é o ponto crítico, com a abertura do problema da sucessão no plano federal e, principalmente, no plano estadual. Como você sabe um bom número de governadores escolhidos pela Revolução frustram todas as expectativas, e há forças ponderáveis, represadas há quase dez anos, que aguardam esse momento para fazer o jogo do caos. (CARTA, 6 out.1971, on-line).

Diante de todos os impropérios, de tantas dificuldades, Castello permaneceu com a publicação da coluna. Provavelmente esta tenha sido a fase de maior dificuldade para tal, mas ele manteve diariamente a exposição de suas análises, críticas, comentários. Como o próprio jornalista definiu, durante solenidade de posse na Academia Brasileira de Letras, "Sei que não trabalhei em vão". E não fora mesmo um trabalho em vão, as críticas de Castello possivelmente contribuíram para alertar seus leitores a respeito dos excessos cometidos pelos militares, contribuiu para dar voz à oposição, enfim, contribuiu para a democracia brasileira.

2.3 A abertura lenta e gradual: a *Coluna do Castello* entre os anos 1974 a 1984

A frase que se tornou um jargão na segunda metade da década de 1970 "abertura lenta e gradual" foi reproduzida intensamente pela imprensa neste período, representava a

política do governo Geisel, primeiro presidente eleito pelo Colégio Eleitoral instituído em 1967. Na *Coluna do Castello* o tema da abertura política fora constante nesta fase.

A liberalização da imprensa fora o primeiro instrumento acionado pelo governo Geisel para atuar na reversão dos aspectos disfuncionais gerados no período autoritário precedente, desempenhando um papel estratégico no projeto de distensão política do governo Geisel. (DUARTE, 1987, p.68). A imprensa seria "um meio para a divulgação do projeto junto à opinião nacional. Esse processo tem inicio pela imprensa escrita e, mais tarde, vai atingir também os meios de comunicação eletrônicos". (DUARTE, 1987, p.68)

O abrandamento da censura à imprensa aparece logo como um elemento fundamental para despertar e conservar a credibilidade no projeto de abertura política. Mesmo com a censura prévia vigorando em alguns órgãos. A censura à imprensa já não era vista como essencial à manutenção do regime, "pois os jornais já não lhe eram verdadeiramente hostis". (DUARTE, 1987, p.69). "Já não basta a autocensura: agora é preciso criar um discurso consensual em torno do padrão de abertura política e neste papel o discurso jornalístico seria, mais uma vez, imprescindível" (BARBOSA, M., 2007, p.196).

Logo que Geisel assumiu, a censura prévia foi retirada de *O Estado de S.Paulo,* de *Veja* e do *Pasquim*. No entanto, a abertura aos meios de comunicação fora tão gradual quanto a abertura política. Em 1976 os jornais e revistas já não recebiam mais os bilhetinhos dos censores, mas a censura permaneceu em três jornais até junho de 1978, nos periódicos *São Paulo, Movimento* e *Tribuna da Imprensa*. Sendo que a censura ainda foi mantida para emissoras de rádio e televisão, os meios de maior penetração junto a população brasileira. (MARCONI, 1980, p.114).

Neste período de mudanças, os comentários de Carlos Castello Branco retomaram algumas características daquelas encontradas na primeira fase, no entanto mantém vestígios de repressão e censura. A informação, por exemplo, continua escassa nos textos de Castello. Os títulos são predominantemente descritivos (72,72%); as notas informativas quase não aparecem (apenas em 27,27% das colunas); a citação de fontes ainda é pouca (31,81% dos comentários citam fontes); os tipos de comentários mais presentes são os "hipotéticos" (27,27%); "personalistas" (22,72%); "crítico", "analítico" e "explicativo" (13,63%) e, por último, os tipos "factuais" e "causais" (4,54%). Vale destacar que esta e a quarta fase são os extratos com maiores diversidades dos tipos de comentários[52].

[52] A terceira e quarta fases são as maiores da amostra com 22 e 18 colunas, respectivamente. Na primeira fase foram analisadas 10 colunas e 12 na segunda fase, conforme descrito na Introdução.

Com relação às fontes citadas pelo jornalista há uma redução ainda maior no percentual de partidários (8,33% para 4,54%) e um leve aumento no percentual dos parlamentares (8,33% para 9,09%).

As principais alterações se dão em relação aos personagens ou grupos citados e aos temas e subtemas tratados. Os representantes do poder Legislativo que apareceram em apenas 41,66% no segundo extrato, neste terceiro são citados em 81,81% das colunas. Embora os parlamentares não sejam citados como fontes, são personagens constantes na coluna, indicando um retorno deste grupo aos comentários de Castello.

Há um aumento considerável na participação de outros grupos sociais, que até então não eram citados pela *Coluna do Castello,* como o empresariado e a sociedade civil (13,63% cada grupo). No grupo "sociedade civil" estão inclusos as entidades organizadas como associações, sindicatos, entidades profissionais, estudantis, dentre outras. A inserção destes grupos no debate midiático se dá em função da imprensa ter se transformado "no principal mecanismo de articulação política e na principal arena do debate durante o governo Geisel". (DUARTE, 1987, p.72). Pois os demais canais de participação, mediação e comunicação da sociedade, como os partidos políticos, os sindicatos, as associações profissionais, o próprio Congresso e demais instancias do Poder Legislativo, "necessitam de algum tempo para recuperar o exercício pleno de suas funções". (DUARTE, 1987, p.72). As entidades políticas e civis tem na mídia, que passa a atuar com menor repressão, um meio para divulgar suas opiniões e até mesmo fazer articulações. A *Coluna do Castello* pode ser compreendida como um destes espaços, pois publica, como fora demonstrada, opiniões de parlamentares de oposição, de ministros e de outros setores sobre os destinos do governo e, consequentemente, do país.

> Na medida, portanto, em que a liberalização da imprensa não foi acompanhada de processos semelhantes, no que diz respeito às demais organizações e instituições da sociedade, reforçou-se sua preponderância como mecanismo de articulação e enquanto esfera privilegiada à socialização do debate político-ideológico. É através dela que surgem os novos temas políticos, que se manifesta a pluralidade de pontos de vista e de interesses, em torno dos temas controversos; e que os debates em torno deles são levados ao conhecimento público. (D,UARTE, 1987, p.73)

Em estudo realizado sobre o papel da imprensa no processo de abertura política, Duarte (1987, p.75) observou que, por volta de 1976-1977 os órgãos de classe, os movimentos sociais e políticos autônomos passam a ser interlocutores privilegiados como a OAB, CNBB, CPT, os estudantes, intelectuais, os empresários, movimento pela Anistia. A partir destes grupos são introduzidos novos temas e projetos: distribuição de renda, o papel do

capital internacional e da empresa privada, a estatização, Universidades, questão da terra, sindicalismo, Direitos Humanos, a anistia. (DUARTE, 1987, p.75). Para a pesquisadora, é através da imprensa, em 1977, que se recupera o conceito de sociedade civil e que é fixada a noção de afastamento entre esta e o Estado. "Ao recuperar setores da sociedade civil para o debate político, a imprensa os retira do marginalismo e passa a dar substancia política às suas posições e reivindicações". (DUARTE, 1987, p.74). A autora vai além e afirma que a imprensa "empreendeu um trabalho de politização desses grupos, no sentido em que transformou pensamentos privados em proposições políticas". (DUARTE, 1987, p.75).

A série de entrevistas realizadas por Duarte (1987, p.82) com jornalistas que atuaram naquela época, demonstra que, quando a imprensa levava ao conhecimento do público opiniões de lideranças da sociedade civil ou da oposição, o governo recuava em certas decisões. "Foi comum em nossas entrevistas a afirmação de que o presidente Geisel costumava dizer que não precisava ler os jornais para saber o que estava acontecendo, que os lia para saber como a opinião pública estava sendo informada". (DUARTE, 1987, p.86). Muito pertinente o raciocínio do presidente Geisel, pois ele não subestima a imprensa, no sentido de afirmar que ela reflete a Opinião Pública, mas entende que através dos jornais percebe de que forma a Opinião Pública está sendo informada e a partir daí ele pode deduzir quais dados e informações estão chegando até a população.

A economia teve significativa cobertura neste período da história brasileira, não mais como no governo Médice, quando o interesse era criar um clima de euforia com o chamado "milagre econômico", mas, inversamente. O governo Geisel queria preparar a população para a crise financeira iminente no país, mas não poderia criticar diretamente o governo anterior, "[...] nada mais oportuno do que as críticas necessárias serem feitas, e talvez até mesmo incentivadas, através de outros canais". (DUARTE, 1987, p.80). O governo queria que a imprensa ajudasse a "reverter, a nível de opinião pública, as expectativas otimistas geradas pela propaganda do 'milagre econômico'" (DUARTE, 1987, p.79) e para informar à população sobre os impactos das novas medidas adotadas. Nesta perspectiva, a crise econômica é o primeiro tema liberalizado para a imprensa. (DUARTE, 1987, p.80). O aparecimento, pela primeira vez, do grupo "empresariado" se dá devido a maior freqüência dos temas de economia, também presentes pela primeira vez na *Coluna do Castello*. Apesar de ser reduzido o percentual em que o tema principal seja "economia" (apenas 4,54%), a temática aparece outras vezes dentro de comentários sobre política.

Em sua pesquisa, Duarte (1987, p.77) descreve que foi através da imprensa que ganhou ressonância a luta do empresariado contra o excesso de centralismo decisório na área

econômica. “Assim que alguns empresários começam a se pronunciar politicamente, a imprensa passou a sondar a categoria em geral, organizando mesas-redondas, solicitando depoimentos individuais, artigos, etc...” (DUARTE, 1987, p.78).

Além do grupo “empresariado”, as Forças Armadas também aparecem constantemente nesta fase da *Coluna do Castello.* Além dos militares comporem o grupo “Executivo”, representado pelos presidentes Geisel e Figueiredo e os seus ministros, outros militares que não ocupam cargos no governo também são bastante citados, devido a um conflito interno entre o grupo de Geisel e o grupo chamado “linha dura”, que defendiam o regime mais fechado. Na segunda fase as Forças Armadas são citadas em 16,66% das colunas, na terceira fase, aparecem em 36,36% da amostra. Na primeira fase o índice fora o mais alto, em 40% das colunas faz-se alguma referencia ao Exército, Marinha ou Aeronáutica. Neste primeiro momento, o grupo tem grande repercussão política, pois é o momento em que se dão os anos pré-golpe e golpe militar. Já na quarta fase, a presença deste grupo volta a cair, registrando 22,22%, visto que compreende o período de queda do regime e primeiros governos civis no país pós-ditadura.

A oposição interna da linha-dura e a ameaça de perder o controle do processo fizeram com que a política de abertura fosse feita de avanços e retrocessos. Demonstrando essa ambigüidade, o controle à imprensa só terminaria em 1976. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.152). Mas alguns meios continuaram sob censura prévia e outras formas de repressão como atentados a bomba, invasões a redações, prisões e violência física contra jornalistas e pressões contra donos das empresas. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.133). O período de liberdade nos primeiros momentos do governo Geisel fora seguido de “[...] espasmos de fecha-e-abre, que estiveram intimamente ligados à dificuldade de se reunir as condições internas para a liberalização da censura”. (DUARTE, 1987, p.94).

Na concepção de Duarte (1987, p.109-110), a imprensa também serviu para que o grupo do presidente combatesse os militares mais “duros” e evitasse um golpe militar de direita. Segundo a autora, a ajuda aconteceu em função da divulgação, pela mídia, da morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI, em 1975. “A divulgação do caso Herzog certamente contribuiu para a realização de atos públicos de repúdio”, momento em que a imprensa passa a funcionar, para o governo, “[...] como uma contra-operação, um fator de equilíbrio para neutralizar as áreas militares mais radicais do sistema”. (DUARTE, 1987, p.110).

Merval Pereira contou no prefácio do livro *‘Militares no Poder’*, obra que reúne textos da *Coluna do Castello* escritas durante o regime, que Castellinho ganhou mais

liberdade para escrever após a posse de Geisel e, "[...] em conseqüência, atraiu a fúria da linha dura que se opunha à democratização". Neste período o comentarista teria, segundo Merval Pereira, recebido cartas anônimas com ameaças de morte:

> Uma delas, a que mais o impressionou, trazia a fotografia de Vladimir Herzog, jornalista assassinado na prisão em São Paulo durante o governo Geisel, com um bilhete: 'Você será o próximo'. A morte do filho Rodrigo, em um acidente de automóvel nas cercanias do aeroporto de Brasília, trouxe-lhe uma imensa dor e uma dúvida lancinante.

Odiado pela "linha-dura", Castello era visto como um intermediário importante entre o governo e diversos setores sociais pelo grupo do presidente Geisel, especialmente pelo então ministro da Justiça e senador, conterrâneo do jornalista, Petrônio Portella, que comandou a chamada 'Missão Portella', que objetivava a implantação de um novo projeto político com vistas à por fim no AI-5.

Merval Pereira escrevera no mesmo prefácio sobre o episódio em que o presidente Ernesto Geisel procurava estratégias de como convencer a Opinião Pública de que continuava com a intenção inalterada, mesmo depois de ter fechado o Congresso e ter baixado o "Pacote de abril" de continuar com a abertura política. Petrônio Portella teria aconselhado o presidente: "Só há um homem no Brasil que fará com que se acredite que o senhor quer mesmo fazer a abertura política. Este homem é o jornalista Carlos Castello Branco".

O senador Petrônio Portela era uma das principais fontes de Castello e também de outros jornalistas neste período do regime. Nesta fase da *Coluna do Castello,* Petrônio fora citado em mais de 6% da amostra, um dos nomes mais citados junto com os presidentes Geisel (10,24%), João Figueiredo (10,84%), Tancredo Neves (10,84%), general Golbery do Couto e Silva (8,43%), Ulysses Guimarães (7,83%) e José Sarney (6,02%).

Em entrevista a Duarte (1987, p.76), o jornalista Carlos Castello Branco contou que "a imprensa prestigiou muito, motivando e analisando, a chamada 'Missão Portella', levando a que a sociedade civil apoiasse um projeto independente do partido de oposição".

A "Missão Portella" começou em fins de 1976. Em 1977, período em que Castello estava como presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, a instalação em Brasília da representação regional da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) é considerada uma das etapas importantes da "Missão Portella".

Segundo depoimento do jornalista Marcos Sá Correa à Duarte (1987, p.76), Portella usou muito a imprensa para atingir os objetivos de seu plano. "Tinha coisas que ele queria propor ao governo e a forma que encontrou para fazê-lo foi incentivando setores da sociedade civil para que eles assumissem as bandeiras. E sugeria que batessem nessas teclas através da

imprensa". Ainda segundo Sá Correa, a anistia não estava no projeto do governo, e teria sido resultado de uma negociação entre Portella e o deputado Thales Ramalho, do MDB. "Portella teria incentivado os setores sociais que preconizavam a anistia política a recrudescer essa batalha". (DUARTE, 1987, p.76). Por isso, concluiu o jornalista, durante a "Missão Portella", "a imprensa teve um papel nem sempre muito consciente, mas muito eficiente para a abertura".

Assim como Petrônio Portella, o general Golbery do Couto e Silva teve importância crucial para o relacionamento com os órgãos de comunicação neste período. Na *Coluna do Castello* ele fora um dos mais citados nesta fase. Logo no início do governo Geisel, Golbery chama os editores de jornais e declara que não deveriam mais acatar as ordens e bilhetes da censura, procurando "[...] impedir a interferência de setores militares incompatibilizados com o governo na ação censória e na atividade jornalística de modo geral". O grupo palaciano procurava garantir-se como a única autoridade do regime nas relações com a imprensa. (DUARTE, 1987, p.105-106).

Conforme apurou Duarte (1987, p.101), o general Golbery mantivera forte influencia sobre jornalistas que trabalhavam no *Jornal do Brasil* e, embora, Nascimento Brito não apoiasse inicialmente aquele governo, o jornal acabava por publicar o material dos jornalistas, porque continha informações privilegiadas do governo, repassadas pelo próprio Golbery:

> O diretor Nascimento Brito sempre foi opositor do General Golbery, e nos primeiros momentos do governo Geisel defendeu a política do grupo Médice, com o qual mantinha relacionamentos estreitos. Chegou mesmo, em 1972, a defender a continuidade de Médice na Presidência. No entanto, os jornalistas ligados a Golbery que trabalhavam no jornal não só eram competentes como possuíam importantes informações que o jornal não podia desprezar. Durante o governo Geisel, o *Jornal do Brasil* apresentou uma forte contradição entre a parte noticiosa e a editorial. (DUARTE, 1987, p.102).

Em depoimento a Duarte (1987, p.102), Carlos Castello Branco deixou a entender que não fazia parte desta rede de influenciados por Golbery. Ele contou que o esquema montado pelo general deixava grande parte dos jornalistas marginalizados das informações mais importantes: "Ele (Golbery) tendo contato apenas com esses quatro ou cinco, nos deixava isolados, em termos de informação oficial. Nós tínhamos que fazer uma atuação um pouco marginal com outros ministros".

Golbery é um nome bastante presente nesta terceira fase da *Coluna do Castello*, mas não se pode aqui afirmar os motivos exatos para tal: se em função da atuação política do general na administração do país ou se pelo relacionamento de Carlos Castello Branco com ele. Vale lembrar que anos depois, o general fora um dos articuladores principais da

candidatura de Castello a Academia Brasileira de Letras, conforme depoimento do próprio jornalista relatado no Capítulo I.

Um dos exemplos da presença de Golbery na coluna é o comentário n° 31 com o título *"A defesa do general Golbery"*, publicado em 13 de outubro de 1978, onde Castello defende a atitude do então ministro Chefe da Casa Civil sobre episódio em que fora acusado de que teria usado de influencia política para pleitear benefícios a empresas privadas em órgãos do governo. A defesa que Castello faz do general Golbery, nome citado cinco vezes ao longo do texto, está embasada em uma carta escrita pelo ministro aos seus acusadores, indicando que a *Coluna do Castello* fora o espaço usado para tornar público os argumentos de autodefesa de Golbery. "O General Golbery enfrentou, com minúcia e propriedade de estilo, a primeira acusação objetiva que lhe foi feita".

Nesta terceira fase, a imprensa fora também de extrema importância para o processo sucessório na presidência da República. Segundo Duarte (1987, p.113), a candidatura de Figueiredo "fora articulada fora dos quartéis, tendo a imprensa assumido um papel crucial. Pela primeira vez, a opinião pública pode acompanhar todos os lances e, assim, indiretamente participar de um processo do qual estava marginalizada há 13 anos". Essa abertura dada ao processo sucessório foi o que impediu que Geisel fosse surpreendido por um golpe militar de direita.

A imprensa teria sido usada, inclusive, para a solução da difícil promoção de Figueiredo a general de quatro estrelas, condição para aprovação de sua candidatura. (DUARTE, 1987, p.115). No comentário n° 30 com o título *"Continuam os problemas"*, publicado em 11 de setembro de 1977, Castello trata sobre a sucessão presidencial e os problemas enfrentados pelo postulante ao cargo, João Batista Figueiredo:

> Apesar da Tranqüilidade habitualmente demonstrada pelos partidários da candidatura do General João Batista Figueiredo, parece pelo menos prematuro ter como assegurada sua indicação tranqüila a sucessão do presidente Geisel. Os problemas que envolvem desde o início a fixação do seu nome persistem e não há indícios de soluções simples para os mesmos.

No mesmo texto, Castello comenta sobre o futuro do projeto de abertura política e diz que um possível acordo com a linha dura poria em risco os avanços constitucionais pretendidos pelo governo Geisel. De forma sutil, o comentarista defende a continuidade do modelo de gestão adotado pelo então presidente:

> Do ponto-de-vista da situação geral, a solução de compromisso militar, que resultasse de um pacto de unidade, excluiria a adoção de reformas liberais da Constituição e representaria a vitória de uma espécie de linha dura que operaria respaldada na faixa dominante cio aparelho de segurança.

A imprensa passou a dar amplitude às críticas da sociedade e às denúncias dos crimes e abusos cometidos contra os Direitos Humanos. Consequentemente, a sociedade civil e a sociedade política recuperaram, neste particular, seu poder de fiscalização, e foi justamente nessa recuperação do poder da opinião pública que o presidente Geisel procurou apoiar-se para contrapor-se ao excesso de poder e autonomia que os órgãos de segurança haviam adquirido ao longo do período autoritário. (DUARTE, 1987, p.120). "O papel desempenhado pela imprensa durante todo esse processo (sucessório) foi, também, um fator determinante para garantir definitivamente o processo de abertura política no Brasil". (DUARTE, 1987, p.119).

O presidente Ernesto Geisel conseguiu fazer seu sucessor e Figueiredo continuou com o projeto de abertura política. No comentário n°40 da terceira fase com o título *"Ou galopa ou sai da estrada"*, publicado em 28 de fevereiro de 1982, Carlos Castello Branco explicar as razões e intenções do governo sobre o processo de abertura política, através da mensagem do presidente Figueiredo ao Congresso e aos seus ministros visando uma mobilização em prol do projeto. "O Presidente da República dispõe-se a impedir a implantação de uma crise institucional representada pela incorporação, ao mesmo tempo em que justificará as eventuais decisões que vier a tomar na necessidade de levar avante o projeto de abertura".

Neste clima de maior liberdade, Castello contribui para discutir não somente o processo de abertura política, mas também a situação dos partidos no país e a legislação eleitoral, assuntos constantes nesta terceira fase. Conforme descreve Duarte (1987, p.71), a partir do governo Geisel, "A questão da democracia passa a ser privilegiada nas páginas dos jornais, onde jornalistas, intelectuais e políticos são chamados a discutir o modelo político brasileiro, os caminhos e as alternativas para a democracia no país".

Carlos Castello Branco, assim como outros profissionais da imprensa, colaborou com o processo de abertura política no Brasil, pois, conforme descrevera Duarte (1987, p.94), "Os jornalistas foram os primeiros a demonstrar um forte sentimento de esperança no novo governo". Fora esta esperança que possibilitou o enfrentamento da repressão que ainda persistia, dando início a uma nova fase para a política e para o jornalismo no país.

2.4 Transição política e a redemocratização do Brasil: a *Coluna do Castello* entre os anos 1985 a 1993

A partir de 15 de janeiro de 1985, quando acontece a eleição no Colégio Eleitoral do primeiro presidente civil após a ditadura militar, começa uma nova história para o Brasil e para a imprensa brasileira. Esta fase de transição entre um regime fechado, que estava às vésperas de completar 21 anos de vigência, para a nova democracia causou mudanças no comportamento de jornalistas e dos órgãos de comunicação, fruto das alterações nas relações entre governo e imprensa.

Na eleição de 1985, apesar de indireta, apresentou traços de uma campanha democrática, com candidatos aparecendo na televisão. "A imprensa, de modo geral, apoiou Tancredo" contra Paulo Maluf, indicado pelos militares. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.164). Com a ampliação da liberdade de imprensa, os jornalistas tiveram a oportunidade de acompanhar de mais perto os fatos emblemáticos deste período, como a posse de José Sarney como presidente interino em 15 de março de 1985 e a morte do presidente eleito Tancredo Neves, em 21 de abril do mesmo ano. O governo do presidente Sarney enfrentou muitas dificuldades, inicialmente o desafio de legitimar-se, visto as condições de sua posse e, depois, o relacionamento com o ministério que fora formado por Tancredo. As disputas internas e as crises econômicas tornaram-se prato cheio para a cobertura jornalística.

A administração de Sarney é marcada pela ampliação da liberdade de imprensa e distribuição de concessões de rádio e TV. "Essa tendência positiva, paradoxalmente, ocorre junto com uma maior concentração da propriedade dos meios de comunicação". (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.168). Outro aspecto positivo deste governo fora o desmantelamento de órgãos ligados à repressão, resquícios da ditadura. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.175). Há mais de 20 anos os jornalistas trabalhavam sob as restrições extremas impostas pelos militares, sendo impedidos até mesmo de circularem pelas dependências do Palácio do Planalto. A nova conjuntura política do país permite, a partir deste momento de transição, mais liberdade aos profissionais da imprensa, possibilitando, entre outros, o desenvolvimento do jornalismo investigativo.

Na *Coluna do Castello,* alguns aspectos confirmam o maior acesso de Carlos Castello Branco ao governo, como o aumento no percentual de fontes, principalmente as fontes governamentais, partidárias e parlamentares e maior presença das notas informativas no final da coluna. O percentual de fontes citadas cresceu consideravelmente em relação à segunda e terceira fases. Na quarta fase, 44,44% dos comentários citam as fontes de

informação, na segunda 33,33% e na terceira 31,81%. As fontes governamentais, presidente, ministros e governadores aumentam mais de 24 pontos percentuais em relação à terceira fase. Na quarta fase 38,88% das fontes citadas são governamentais, 11% partidários e 11% parlamentares.

O tema economia é mais freqüente de toda a história da *Coluna do Castello*, refletindo o enfoque que o governo de José Sarney deu para a questão econômica. Os temas de política continuam predominantes, com 83,33%, economia aparece em 16,66% da amostra, outros temas não são tratados.

Quando Sarney assumiu a presidência o país convivia com uma inflação crescente e redução do Produto Interno Bruto em 2%. Para conter a crise, o governo tentou os planos Cruzado 1 e 2 (1986), Bresser (1987) e o Plano Verão (1989). Segundo Romancini; Lago (2007, p.172), o Cruzado impulsionou o jornalismo econômico no país, com destaque para os jornais *Gazeta Mercantil*, *Jornal do Commercio* e *Valor Econômico*. "O jornalismo em particular teve um importante papel de explicar o plano à população, traduzindo os vários aspectos técnicos complexos". (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.172).

Além da iniciativa da própria imprensa, o governo também facilitou o acesso dos jornalistas às informações da área econômica. O secretário de imprensa de Sarney Fernando César Mesquita contou em entrevista que logo no começo do governo organizara uma equipe para atender os repórteres da área de economia, tendo a frente o jornalista Frota Neto. "Nós queríamos dar uma visibilidade maior à questão econômica". (depoimento de Fernando César Mesquita a SINGER, 2010, p.45).

Nomes consagrados do jornalismo como Carlos Castello Branco tinham acesso direto ao presidente. Antonio Frota Neto contou em entrevista para o livro "No Planalto, com a imprensa" que Sarney gostava de conversar com alguns jornalistas, entre outros com o Castellinho. "Nunca vi o Castellinho na Palácio, mas ele sabia de tudo. Ou quase. O filé do que saía na imprensa era obtido diretamente com o presidente [...] Os colunistas famosos daquele tempo falavam diretamente com o chefe". (SINGER, 2010, p.80).

O consumo explodiu e a economia entrou em rota ascendente, porém por pouco tempo. A poupança Nacional diminuía e começava a faltar bens a serem vendidos. Governo aumenta sua popularidade. No mesmo ano, é lançado o Cruzado 2, que praticamente acabou com o congelamento de preços e aumenta impostos. A inflação saiu do controle e o país ficou sem reservas cambiais.

Os presidentes e demais representantes do Poder Executivo continuam sendo os mais citados na *Coluna do Castello*. Além dos presidentes José Sarney, Fernando Collor e Itamar

Franco, aparece com destaque o nome do deputado Ulysses Guimarães. Ulysses era o presidente do Congresso Constituinte, responsável pela elaboração na nova Constituição, em função de sua importância no processo de redemocratização o parlamentar fora constantemente citado na coluna.

Um dos temas mais polêmicos do período foi a duração do mandato de presidente. Pela Constituição em vigor, o mandato seria de seis anos, a proposta feita pelos constituintes era de quatro anos, mas Sarney conseguiu articular um grupo de parlamentares conservadores, chamado "Centrão", através de troca de favores, inclusive de farta distribuição de concessões de rádio e de retransmissoras de televisão e obteve o mandato de cinco anos. (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.174). "Esse aspecto fisiológico do governo, criticado por vários segmentos da imprensa, aliado à crise econômica, desgastou a presidência de Sarney". (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.175).

Nem mesmo Ulysses Guimarães conseguira desvencilhar-se das críticas feitas ao fracassado governo Sarney o que prejudicou suas intenções de disputar a presidência. "A esquerda, com Lula e Brizola, mostrava grandes chances de vencer a eleição e, do lado conservador, a ausência de um candidato presidencial forte ajuda a explicar o surgimento do 'fenômeno' Collor". (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.175)

Na avaliação de Cláudio Humberto, secretário de Imprensa de Collor, a mídia passa a partir daquele momento a experimentar uma "explosão de independência", liberdade conquistada ao longo do governo Sarney e consolidada no governo Collor. Para Romancini; Lago (2007, p.168), o jornalismo brasileiro a partir da década de 1990 "caracteriza-se por possuir sofisticação técnica e mercadológica, além de forte capacidade em refletir e influenciar o país, da qual o fenômeno Collor foi exemplar". Como bem definiu Vizeu (2003 apud ROMANCINI; LAGO, 2007, p.169), "O conjunto de preocupações das pessoas é, assim, formado cada vez mais a partir das produções simbólicas transmitidas pelos meios".

Segundo Cláudio Humberto, no governo Collor surgiu um novo perfil no jornalismo político brasileiro, representado pelo jornalismo investigativo, com destaque para a atuação dos repórteres e enfraquecimento dos jornalistas que faziam a análise dos acontecimentos. "Os analistas continuaram muito respeitados, mas ficaram a reboque dos fatos apurados pelos repórteres investigativos [...] De todos os analistas, aquele que mais me impressionava era o Castellinho". (SINGER, 2010, p.167).

Na década de 1990 consolida-se ainda a informatização das empresas de mídia, iniciada com a introdução de terminais de vídeo na *Folha de São Paulo*, em 1983. A lógica de mercado domina a visão empresarial dos proprietários de jornais, "parte-se do princípio que o

leitor, de modo geral, tem menos tempo para leitura. Daí, para atender melhor este consumidor, a proliferação das colunas de notas, textos e parágrafos curtos, recomendações no sentido do uso de uma linguagem acessível, concisa e didática". (ROMANCINI; LAGO, 2007, p.180). Na *Coluna do Castello* voltaram a ser publicadas as notas informativas após o comentário principal, é a fase com maior percentual de colunas contendo comentários e notas. Nesta amostra 66,66% das colunas possuem notas informativas, na primeira fase esse percentual era de 50%, na segunda fase, de 25% e na terceira fase 27,27% das colunas estudadas possuíam, além do comentário, as pequenas notas.

Vale destacar ainda nesta quarta fase da *Coluna do Castello* o aumento vertiginoso da referência aos partidos e representantes partidários (em 72,22% das colunas analisadas), fato que pode ser explicado em prol da liberdade adquirida pelos partidos políticos e seu papel no processo de redemocratização do país. A presença do empresariado também aumenta (16,66%), visto o maior debate das questões econômicas. Já os representantes das Forças Armadas têm reduzida participação (22,22%), devido, justamente, não serem mais os protagonistas da vida política nacional

Nesta quarta e última fase de atuação de Carlos Castello Branco no jornalismo ele consolida o tipo de comentário "hipotético", que aparece como o mais freqüente em sua produção. Este tipo de comentário aparece em todas as fases, como menor ou maior presença: 30% na primeira fase; 25% na segunda fase; 27,27% na terceira fase e 38,38% na quarta fase. O que permite afirmar que a previsão é uma das principais características dos comentários políticos de Castellinho.

Outro tipo de comentário constante em todas as fases é o tipo "personalista": presente em 20% das colunas da primeira fase; 16,66% na segunda fase; 22,72% na terceira fase e 16,16% na quarta fase. O tipo explicativo, que tem presença menor nas fases anteriores, aparece co maior destaque neste último período, com 16,66%, principalmente relacionado aos comentários que tratam sobre temas de economia. O recurso da explicação é usado para descrever os fatos desta área, muitas vezes complicados.

Um dos dados mais intrigantes deste quarto extrato é a ausência de comentários do tipo "factual", visto a conjuntura de maior liberdade e de fontes mais acessíveis. As hipóteses que podem ser levantadas a respeito deste dado é que Carlos Castello Branco optou pelo modelo com mais previsões, argumentos e explicações e menos informações, consolidando um estilo próprio que passou muitas décadas tentando adaptar-se as condições políticas. A segunda hipótese seria a de que Castello desempenha nestes últimos anos um trabalho de

comentarista mais distante dos fatos. Depoimentos revelam que ele não freqüentava o Palácio do Planalto, embora fosse respeitado e prestigiado pelos políticos.

Claudio Humberto contou, em entrevista, que no governo Collor Castello perdia muitas informações porque sua coluna era fechada no período da manhã. "Na nossa época Castellinho fechava a coluna pela manhã e, talvez por isso, acabava fora dos acontecimentos que se sucederiam ao longo do dia". (depoimento a SINGER, 2010, p.167-168). No entanto, Cláudio Humberto disse que, embora menos presente do que outros jornalistas que cobriam política, o presidente Collor dava preferência a falar com Castello, mesmo por telefone. "(Collor) Perdeu um pouco o respeito pela imprensa. A partir daí, só falava com jornalistas importantes, como o Castellinho, por exemplo". (SINGER, 2010, p.175).

Depois do governo Collor, Castello acompanhou os primeiros meses da gestão de Itamar Franco, a última coluna que publicara tratava-se de um comentário personalista sobre o presidente. No texto *"Itamar Franco entre a cruz e o calvário"*, publicado em 20 de maio de 1993, Castello fazia previsões pessimistas para o futuro do governo.

3 Questões acerca do comentário jornalístico

A partir dos dados coletados na análise quantitativa e qualitativa da *Coluna do Castello* e da discussão dos resultados com respectiva contextualização histórica, surgem algumas questões acerca do formato comentário. Entre os novos questionamentos que este estudo provocou: como se dá a presença da informação em um formato do gênero opinativo? o comentário tem quantas funções? o formato comentário supera a efemeridade inerente ao jornalismo e adquire maior valor histórico? o personalismo é característica fundamental do comentário?

Ao refletir sobre estas questões não se pretende formular respostas nem mesmo finalizar o debate ou generalizar os resultados e caracterização feita para os textos de Carlos Castello Branco para todos os comentários, mas consideram-se estes resultados como referências para o entendimento da produção do formato. Pretende-se, portanto, discutir estas questões a fim de enriquecer o entendimento sobre a produção jornalística, especificamente sobre o comentário.

A primeira das questões, "como se dá a presença da informação em um formato do gênero opinativo", não compreende debate exclusivo do comentário, mas sim uma discussão

que permeia o próprio conceito de gênero jornalístico e suas classificações. Como se viu no Capítulo II, a separação entre informação e opinião é um dos pontos mais polêmicos da literatura sobre o assunto.

A análise da *Coluna do Castello* mostra que, no comentário, apesar de prevalecer a opinião, a informação é um elemento crucial para a sua elaboração. As informações estão presentes de duas formas: através de informação direta com estrutura predominantemente verbal ou através de frases argumentativas. No segundo caso, as informações aparecem como argumentos que dão suporte à elaboração da opinião.

Em todas as quatro fases da *Coluna do Castello* a informação esteve presente, em alguns momentos mais e outros menos constantes. O que se observou foram oscilações no tipo de presença da informação. Na primeira fase, a informação direta, a partir da segunda fase, a informação está implícita na argumentação. Como o próprio Carlos Castello Branco explicou em entrevista ao *Jornal de Brasília* (AUTRAN, 2007, p.45), a partir de 1968, as informações ou notícias lhes serviam de suporte para comentar, sendo que elas não apareciam claramente no texto.

> De 1968 para cá, mudou muito o caráter da coluna. Antes era uma grande massa de informações. Hoje o cidadão que conhece os fatos sabe que, por trás da coluna, se pode percebê-los, já que não podem ser ditos.
> ---
> O jeito é escrever dizendo as coisas, mas escondendo as noticias, sem parecer que a gente sabe. É partir para o mais geral, ficando menos no particular. O pressuposto da análise são certas informações que tenho e que não posso tornar explícitas.

Castello desenvolvera o jornalismo opinativo em um período em que a imprensa brasileira privilegiava a objetividade, a partir da década de 1950 com as reformas nos jornais *Diário Carioca* e *Jornal do Brasil*. Ele próprio tinha uma concepção de que a função única do jornalismo era informar e a missão maior do jornalista era fornecer informação objetiva e independente. “Escrevo a Coluna sem nenhum objetivo, a não ser para dar informações. Não tenho nenhum interesse em salvar o Brasil, mas também não quero que ele se afunde porque a gente mora aqui”. (AUTRAN, 2007, p.43). No entanto, o papel principal desempenhado por Castellinho fora o de opinar sobre os acontecimentos políticos, recorrendo sempre ao suporte da informação.

Esta discussão remete à segunda questão sobre quais as funções do comentário jornalístico. Pelo menos na produção de Carlos Castello Branco o comentário desempenha funções diversas como a de analisar, criticar, explicar, interpretar, informar e orientar. Esta

diversidade de funções fica clara quando se considera os tipos de comentários identificados na amostra: analítico, crítico, conclusivo, causal, explicativo, hipotético, factual e personalista.

A terceira questão diz respeito ao valor histórico do comentário jornalístico. A produção de Carlos Castello Branco durante mais de 30 anos na *Coluna do Castello* tornou-se fonte de pesquisa histórica, especialmente no período referente à ditadura militar. As colunas desta fase estão publicadas em três volumes com o título de "Militares no Poder" e tornaram-se referência para a compreensão da história brasileira naquele período. O dicionário Aurélio refere-se a Carlos Castello Branco como "Jornalista, historiador político e romancista" (FERREIRA, 2001, p.741).

É certo que ser fonte de pesquisa para os estudos de história não é exclusividade da *Coluna do Castello*, jornais de todo o mundo em distintos momentos são consultados com tal finalidade, mas a publicação do conjunto de comentários sobre os governos militares significa mais do que um registro de um jornal, a continuidade dos textos lhes conferem maior valor histórico. Como bem explicou Wilhelm Bauer (1957 apud MARQUES DE MELO, 2006, p.227), os pesquisadores contemporâneos encontram na imprensa "uma verdadeira mina de conhecimentos, não somente como fonte de sua própria história, mas também das situações e acontecimentos os mais diversos". "A imprensa é como um diário de sua época, cuja consulta é necessária às gerações futuras, inclusive para descobrir os mais finos estímulos da vida pretérita".

O que diferencia os comentários da *Coluna do Castello* das demais produções jornalísticas são a contextualização e continuidade dos assuntos tratados. Quando reunidos em uma publicação, a coluna deixou de ser uma cobertura fragmentada do cotidiano para ser uma história contada diariamente.

Outros comentaristas emblemáticos também tiveram as suas produções jornalísticas reunidas em livros e seus trabalhos passaram a ser referencia histórica. Como o jornalista Newton Carlos que reuniu os seus comentários no volume "América Latina: dois pontos", publicado pela Codecri em 1978. Márcio Cavalheiro, na resenha *"Grotesca América"* (*Jornal do Brasil*, 26 de agos. 1979) apreende a dimensão histórica dos textos de Newton Carlos: "Escritas muitas vezes diante do próprio cenário em que se desenrolam os fatos, essas crônicas, em seu conjunto, acabam por formar um painel expressivo da sombria realidade deste pedaço de mundo [...]". (apud MARQUES DE MELO, p.116)

Entende-se que as próprias características do comentário como a continuidade são responsáveis por lhe conferir o valor histórico. A perenidade de uma coluna, publicada diariamente, possibilita ao comentarista rever e ajustar opiniões e informações publicadas

anteriormente, a fidelidade do leitor também possibilita a continuidade. Segundo Marques de Melo (2003, p.115) as alterações nas versões apresentadas pelo comentarista são necessárias, variando conforme a mudança nos fatos, "de acordo com as tendências da realidade". "Esta transitoriedade de cada texto pode ser observada quando são reunidos em livros como fez Castellinho com os comentários sobre o movimento militar de 1964, reunidos no livro *'Militares no Poder'*".

A "transitoriedade" e "continuidade" parecem ser características antagônicas, no comentário elas só são percebidas quando reunidas posteriormente ao período em que fora publicada. Embora o comentarista escreva sobre os fatos daquele dia, ele procura relacioná-los com os acontecimentos do dia anterior e fazer projeções para o dia seguinte. No texto posterior ele tem a possibilidade de rever o que disse anteriormente, explicando o porquê das mudanças e fazendo novas projeções.

Conforme analise já detalhada, na primeira fase da *Coluna do Castello*, 20% dos comentários da amostra possuía alguma referencia ao passado para contextualizar o fato comentado; na segunda fase esse percentual aumenta para 41,66%; na terceira fase mais da metade ou 54,54% da amostra fazia alusão aos fatos precedentes e na quarta fase 33,33% da amostra apresentou contextualização histórica.

Vale ressaltar que a contextualização histórica oferecida por Castello em seus comentários diz respeito à história recente, em raras ocasiões ele remete a períodos mais longínquos. Mesmo sendo referências a um passado recente, esta é uma característica pouco presente em outros formatos jornalísticos, como nos do gênero informativo, à referencia ao passado parece estar mais atrelada à análise, ao comentário e à interpretação.

Outros elementos que confirmam esta contextualização histórica como característica do comentário de Carlos Castello Branco é a presença constante de personagens já falecidos, como o presidente Getúlio Vargas ou de ex-presidentes como Jânio Quadros e Humberto Castelo Branco.

Inicialmente, Castello não tinha noção do valor histórico de sua obra, disse em entrevista: "Escrevo pensando que estou sempre praticando um ato de extrema transitoriedade. Jornalismo é coisa que se faz todo dia e dura o tempo que dura o jornal". (AUTRAN, 2007, p.44). Mas passado o regime militar, quando ele reuniu suas colunas em publicação única, passou a se dar conta da contribuição que dera à história do país.

Na introdução de *Militares no Poder* escrevera:

> [...] os fatos vão se criando e as explicações se multiplicando, ganhando coerência ou clareza à medida em que os surpreendemos no seu aparecimento, no seu colapso, no seu ressurgimento, nessa permanente elaboração, fundada em contradições que nem sempre chegam a sínteses, que caracteriza a ação política.

A quinta e última questão diz respeito ao papel dos personagens no comentário político. Conforme análise da *Coluna do Castello*, os personagens são essenciais, correspondem no fazer jornalístico a responder a questão "quem são os atores do fato". Especialmente na cobertura política estes personagens ganham um maior destaque muitas vezes até maior do que o próprio acontecimento, como é o caso dos comentários do tipo "personalista", onde o texto destina-se primordialmente a comentar sobre as atitudes/discursos e posições de um determinado personagem.

No trabalho de Carlos Castello Branco, os personagens aparecem como essenciais, os fatos são muitas vezes as próprias atitudes destas pessoas. Pois nesta esfera da vida pública os atores ganham conotação especial, visto que as entidades envolvidas nos acontecimentos, o governo, o Congresso, o judiciário, os partidos são nada mais do que os próprios personagens. Resta questionar se nas demais coberturas ou nos comentários relacionados a outros assuntos como economia, esportes ou cultura, os personagens são tão importantes como na política ou são características peculiares do comentário político.

Estas são questões a serem pensadas em estudos específicos. O que a pesquisa contribui inicialmente é instigar a busca de novas respostas, pois a dúvida é uma das conseqüências da investigação científica.

CONCLUSÕES

Os resultados iniciais deste estudo foram obtidos nas primeiras pesquisas documentais. Reunidas no Capítulo I, as informações colhidas possibilitaram a descrição da trajetória de vida e profissional do jornalista Carlos Castello Branco, material inédito sobre este personagem emblemático da imprensa brasileira. A história de Castellinho, contada através deste estudo, revela um profissional dedicado e um homem forte, permitindo reafirmar a condição de um dos jornalistas mais influentes na política brasileira durante o século XX.

De todo o seu trabalho como comentarista no *Jornal do Brasil* o que mais impressiona é a defesa que Castello faz da liberdade de imprensa como condição primordial para a consolidação da democracia. As atitudes deste jornalista diante da censura e da repressão remete à discussão feita no Capítulo II sobre a relação entre imprensa e democracia, onde fora explicitado que somente a existência da imprensa não signifique plena democracia, pois são necessárias condições políticas favoráveis. A deficiência da imprensa em contribuir com a democracia estaria na maneira de organização do próprio jornalismo e na incapacidade de fornecer a quantidade de conhecimento que o indivíduo necessita para exercer plena liberdade democrática.

No entanto, mesmo em períodos de pouca ou nenhuma democracia, Carlos Castello Branco usou de sua função de formador de Opinião Pública para orientar os seus leitores sobre os acontecimentos políticos no país, dando uma contribuição significativa para a conscientização de grande número de pessoas e, primordialmente, concedendo espaço, através de seus comentários, para que políticos e partidos de oposição ao governo pudessem opinar.

As críticas que Castellinho fizera à atividade jornalística e alguns episódios embaraçosos de sua vida como a posse na Academia Brasileira de Letras não lhe tira mérito como profissional de imprensa, que optou pela ética e independência. Os comentários em que ele faz a defesa da liberdade e da democracia são um instigante estímulo aos jovens jornalistas, por isso sua vida e produção merecem novos e mais estudos.

O estudo da produção jornalística de Carlos Castello Branco foi providencial para a compreensão do formato comentário. A análise da *Coluna do Castello* possibilitou identificar tipos distintos de comentários, além de definir as características peculiares deste formato em cada período histórico. A partir do referencial teórico adotado e da pesquisa realizada pode-se definir o comentário como um formato do gênero opinativo, que tem a função principal de orientação, recorre a frases de cunho explicativo, conclusivo, factual, especulativo,

consecutivo, analítico e crítico. Não possui estrutura fixa, podendo adotar diversos estilos conforme as peculiaridades do comentarista. As características que distinguem o comentário de outros formatos opinativos são a continuidade, a contextualização dos fatos, o direcionamento para um ponto de vista, porém sem conclusões explícitas e, principalmente, a especulação sobre o futuro. Esta última característica esteve presente em todas as fases da produção de Carlos Castello Branco, permitindo afirmar que, fazer previsões sobre o futuro é uma das funções secundárias do comentário, pois os demais elementos como a informação, a explicação e a exposição de causas funcionam como alicerces para a exposição de conseqüências futuras para os acontecimentos do presente.

O êxito de Carlos Castello Branco como comentarista pode ser explicado por sua capacidade de prever o futuro, não como um vidente, mas como um observador do presente e conhecedor do passado. A *Coluna do Castello* tornou-se referência por oferecer ao leitor e, principalmente, à classe política as possibilidades de desdobramentos dos fatos da atualidade e do surgimento de novos acontecimentos. Muito mais do que prever, Castello, através de seus comentários, orientou e influiu na dinâmica dos próprios fatos.

A pesquisa qualitativa e quantitativa da *Coluna do Castello* propiciou a identificação de oito tipos para o formato comentário.

TABELA 47: Tipos de comentários identificados na *Coluna do Castello*:

Analítico	Comentário sobre mais de um fato, distintos, porém relacionados. Este tipo de comentário especula sobre a definição de uma nova conjuntura a partir dos desdobramentos destes acontecimentos.
Crítico	Comentário com grande teor crítico, as opiniões do comentarista são expostas com mais clareza e a estrutura é composta basicamente de argumentos que reiteram a opinião defendida.
Conclusivo	Diferentemente dos demais tipos, este comentário sugere claramente uma conclusão sobre um tema ou fato. Sua estrutura está baseada na descrição dos fatos e do cenário.
Causal	é o comentário que explica as causas dos fatos ou do fato/acontecimento, o comentarista apresenta suposições dos motivos que provocaram o fato.
Explicativo	A sua estrutura está baseada em aconselhamentos e orientações. A partir do seu ponto de vista, o comentarista orienta como devem agir os personagens retratados, conforme o seu entendimento do que esteja acontecendo por trás dos fatos;
Hipotético	Comentário baseado em previsões sobre o que virá acontecer. Geralmente refere-se a algum acontecimento corriqueiro na vida política como eleições; formação de equipes de governo e antecipando-se ao fato, o comentarista apresenta suas perspectivas para o futuro relacionadas aquele acontecimento específico.
Factual	Este tipo de comentário apresenta um número mais significativo de informações, geralmente relacionadas a fontes. Quase não aparecem opiniões diretas do comentarista, seu posicionamento se dá a partir dos argumentos das fontes, das informações colhidas com as fontes. A análise e a apresentação de conseqüências é mais presente do que a opinião explícita do comentarista.
Personalista	É o comentário baseado em um único personagem. O texto centra-se em comentar os fatos a partir da ótica ou da atuação de uma única pessoa, geralmente um político.

A forma como Carlos Castello Branco se comportou em diversos momentos da história brasileira estão refletidos em sua produção. A análise da *Coluna do Castello* em extratos correspondentes a quatro fases da história brasileira demonstram as peculiaridades do comentário e confirma a dependência do jornalismo com relação a situação política em que vive a nação.

Na primeira fase, de 1963 a 1967, tem-se uma coluna com considerável número de informações, tanto na estrutura dos títulos (40% dos títulos das colunas deste período possuíam informação), quanto no tipo de comentário (40% do tipo factual). Outros elementos como grande percentual de citação de fontes (60%), presença de notas informativas na coluna (50%) indicam uma fase marcada por acesso às informações, ao governo e ao parlamento. Os representantes do Legislativo tem presença massiva nos comentários desta fase, sendo citados em 100% da amostra e em 40% como fontes.

Cenário bem diferente da segunda fase, de 1968 a 1973, quando os parlamentares e também os partidos são praticamente extintos na coluna, são citados como fontes em apenas 8,33% da amostra, cada um. A referência a deputados e senadores como personagens dos acontecimentos reduz pela metade, aparecem em apenas 41% da amostra. A referência a representantes da sociedade civil também reduz vertiginosamente, saindo de 20% na primeira fase para 8,33% na segunda. Enquanto que os membros do Executivo continuam como personagens principais. Estes dados demonstram a uniformidade do discurso na mídia, que passa a ser limitado aos representantes do governo.

Nesta segunda fase quase não há comentários com base informativa, apenas 8,33%, os tipos predominantes são o crítico e o hipotético (25% cada). A informação, anteriormente principal eixo do comentário, dá lugar as especulações e argumentos mais evasivos. Os títulos são predominantemente descritivos (75%) e as notas informativas praticamente desaparecem das colunas (25%). Os dados confirmam a análise feita pelo próprio Carlos Castello Branco, quando afirmava que a *Coluna do Castello* havia adotado um estilo "ensaístico" no período mais fechado do regime militar, pois faltavam aos jornalistas informações e acesso às fontes.

Na terceira fase, de 1974 a 1984, as características são similares à fase anterior. O momento histórico compreende continuidade do regime militar, com algumas aberturas para a censura e a liberdade de expressão. Semelhante a segunda fase, os títulos continuam sendo, na sua maioria, descritivos (72%), as notas informativas presente na minoria nas colunas (27%), as fontes são citadas em apenas 31% da amostra. O comentário do tipo "hipotético" (27%) e o "personalista" (22%) são os mais freqüentes. A principal diferença nesta fase diz respeito ao retorno dos representantes do Legislativo, presente em 81% das colunas e o crescimento na

citação de outros personagens como os representantes da sociedade civil e do empresariado (13% cada) e dos partidos (59%).

Na quarta fase, de 1985 a 1993, aumenta a quantidade de informação nos títulos dos comentários (61%) e registra-se novamente a predominância de colunas com notas informativas (66%), que haviam reduzido drasticamente na segunda e terceira fases. A presença das fontes também volta a ser mais freqüente, 44% dos comentários cita a origem das informações. As fontes governamentais (38%), partidárias (11%) e parlamentares (11%) apresentam crescimento significativo, representando mais acesso do jornalista aos poderes Executivo e Legislativo e aos partidos. Este último grupo é o que registra maior crescimento ao se considerar os personagens citados, os partidários tem participação em 72% da amostra. No entanto, o retorno das fontes e dos personagens não propiciam a retomada do estilo adotado na primeira fase. Neste último período, Castello continua privilegiando as previsões (o comentário hipotético representa 38% da amostra) e as explicações (o comentário explicativo é tipo de 16% nesta fase).

A partir da análise estratificada pode-se concluir que o comentário de Carlos Castello Branco começou com uma proposta informativa e moldou-se ao longo de sua prática para consolidar-se como um texto baseado em hipóteses sobre o futuro, hipóteses formuladas a partir de opiniões, argumentos e informações. Percebe-se que as imposições da censura e da repressão a partir de 1968 provocaram mudanças permanentes no estilo da coluna, permanecendo até mesmo após a redemocratização do país. No entanto, vale frisar que, apesar das restrições da ditadura, o teor crítico nos comentários de Carlos Castello Branco manteve-se constante em toda sua produção. Nesta criticidade centra-se uma das principais distinções entre os formatos do gênero informativo, que se detem a informar e a descrever e os formatos do gênero opinativo, que garantem liberdade de emitir juízos de valor sobre os fatos. No caso do comentário o juízo de valor é menos explícito, camufla-se na argumentação e na reprodução de determinados discursos das fontes.

O estudo permite afirmar que informação e opinião não se excluem, pelo contrário, elas atuam em parceria nos diversos formatos e gêneros. A distinção entre uma e outra deve ser definida em níveis de predominância nos textos, para fins de classificação e produção de material didático para o ensino do jornalismo. As definições de cada formato não devem servir de camisa de força, mas sim como vislumbre de possibilidades e reinvenções, sempre com o propósito de servir ao interesse público.

Algumas características identificadas na *Coluna do Castello* somente podem ser aplicadas aos comentários que tratam da cobertura política, pois o assunto, além do suporte,

influi da composição do formato. Entre estas características está a relevância que os personagens acarretam no comentário de Carlos Castello Branco. Os políticos, sejam deputados, senadores, governadores, presidentes, assumem papel de protagonistas imprescindíveis nos textos. Esta característica pode ser evidenciada no elevado percentual de comentários do tipo "personalista" em todos os extratos da amostra: 20% na primeira fase; 16% na segunda fase; 22% na terceira fase e 16% na quarta fase. O comentário do tipo "personalista" aparece sempre como o segundo ou o terceiro mais freqüente em toda a amostra. Os números demonstram a atenção, dedicada pelo comentarista, a determinados nomes da política nacional.

A importância dos personagens não se evidencia somente nos comentários daquele tipo específico, mas em todos os demais. Seja como fonte, seja apenas como personagem do comentário, os nomes a que Castello faz referência são dotados de poder de emitir opinião, muitas vezes até maior do que a do próprio jornalista. Em algumas colunas, Castello reproduz entre aspas falas de suas fontes ou descreve as opiniões de cada um.

Ao conceder espaço a determinados grupos e pessoas em detrimentos de outros, visto que sua opinião parte de informações colhidas em determinadas fontes, pode-se afirmar que, em cada coluna, a opinião de Castello representava pessoas, grupos ou setores. Questiona-se então qual a verdadeira representação da opinião de Carlos Castello Branco para a política nacional, qual fora realmente a influência de sua opinião nos rumos do país? Embora o texto fosse elaborado com base em sua capacidade intelectual e formação pessoal, eram as informações fornecidas pelas fontes que lhe davam suporte.

Estas e outras dúvidas surgem a partir da reflexão sobre o comentário de Carlos Castello Branco. Entre elas a questão sobre a notoriedade dos personagens na cobertura jornalística, se seria uma característica peculiar da política ou perpassa por outras produções? A cobertura política, seja noticiosa ou opinativa, teria como eximir-se de por os personagens no foco dos acontecimentos visto que as instituições políticas são os próprios homens que a dirigem?

Para avançar no conhecimento sobre as diversas coberturas jornalísticas, sobre os gêneros e sobre o formato comentário é preciso prosseguir com as reflexões. Novos tipos de comentário podem ser identificados a partir destes expostos, a produção de outros comentaristas deve ser pesquisada e, principalmente, o comentário jornalístico deve ser compreendido em outros suportes como televisão, rádio e internet.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira et al. **A Imprensa em Transição:** O Jornalismo Brasileiro nos Anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A modernização da imprensa** (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ATORRENSI, Ana (Org). **Los géneros periodísticos** – Antología. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 1996.

AUTRAN, Cristina. A noite de Castello: entrevista com Carlos Castello Branco. In: **"Por que a mulher gosta de apanhar"**: e outras reportagens dos anos 1960 e 1970. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. p.43-48.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica –** história da imprensa brasileira**.** 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900 – 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990, 80 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin. A Popularização da Ciência como "Imunização Cultural": a Função de Resistência das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 229 – 253.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. In: A estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 4.ed. p. 261 – 306.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900 – 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. **Jornalismo Opinativo.** Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. **Teoria e prática do Jornalismo.** Adamantina: Cátedra UNESCO, 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria de M. **O governo Jânio Quadros.** 6°ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Sobre a televisão:** seguido de A influência do Jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CARNEIRO, Luiz Orlando. IN: **Observatório da Imprensa**. São Paulo, jul.2000. Disponível em http://www.observatóriodaimprensa.com.br. Acesso em 01 abr.2002.

CARNEIRO, Luiz Orlando. O madrugador entregou as chaves. **Repórther**. Teresina, p.4, jun 2005.

CARTA AO DR. BRITO. [Brasília, 02 out.1971]. Disponível em: <http://www.carloscastellobranco.com.br>. Acesso: 24 nov.2010.

CARTA AO DR. BRITO. [Brasília, 05 out.1971]. Disponível em: <http://www.carloscastellobranco.com.br>. Acesso: 24 nov.2010.

CARTA DO DR. BRITO A CASTELLO. [Rio de Janeiro, 06 out.1971]. Disponível em: <http://www.carloscastellobranco.com.br>. Acesso: 24 nov.2010.

CARLOS CHAGAS. **Câmara Federal**. [Brasília, s/d]. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/tvcamara/?lnk=CARLOS-CHAGAS-JORNALISTA-BL-1&selecao=MAT&materia=24486&programa=124&velocidade=100K>. Acesso: 22 set.2010.

CASTELLO BRANCO, Élvia. IN: **Observatório da Imprensa**. Entrevista reproduzida em 5 jul.2000. Disponível em <http://www.observatóriodaimprensa.com.br>. Acesso em 23 mar.2010.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **A Renúncia de Jânio** – um depoimento. 3°ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

CASTELLO: 40 anos de jornalismo. **Senado Federal**, 1979.

CASTELLO vence e é acusado de "amigo do rei". **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, p.1, 1982.

CASTELLO, jornalista, é imortal. **Última Hora**. Rio de Janeiro, 05 nov. 1982.

CASTELLINHO é nosso mais novo imortal. **Correio Braziliense**. Brasília, 05 nov. 1982.

CASTELLINHO dá nome a novo prêmio. **Jornal do Brasil**. Brasília, 10 agos. 1993.

CASTRO, Pedro Jorge (org). **Carlos Castelo Branco:** O jornalista do Brasil. Entrevista concedida a Carlos Chagas. Senac. Distrito Federal, 2006.

CHAPARRO, Manoel Carlos. **Sotaques d´aquém e d´além mar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Edições Jortejo, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

COELHO, Marco F. S. Comentário. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo.** São Paulo: FTD, 1987. p.75-81.

CORRÊA, Marcos Sá. Luto nos Bastidores – morre Castellinho, o jornalista que melhor traduzia a babel dos políticos. **Veja**. São Paulo, p.92-93, 9 jun. 1993.

CORTE REAL, Victor Kraide. **Campos Salles e o positivismo**: um estudo sobre a comunicação política do segundo presidente civil brasileiro. 2005. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

COSTA FILHO, Odylo. Carlos Castello Branco: jornal e história. In: CASTELLO BRANCO, Carlos. **Os militares no poder**. p. 7-17.

COSTA, Lailton Alves da. Outros gêneros em jornais regionais. In: MARQUES DE MELO, J. ; ASSIS, Francisco de (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p.226 – 268.

_____. **Teoria e Prática dos gêneros Jornalísticos**: estudo empírico dos principais diários das cinco macro-regiões brasileiras. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

CRUVINEL, Tereza. Colunismo: análise, opinião e ética. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. (Org.). **Jornalismo Político**: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.211-233.

DINES, Alberto. IN: **Observatório da Imprensa**. Artigo de 5 jul. 2000. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 01 abr.2010.

DINIZ, Lidiane. Alberto Dines: polêmico iniciador da crítica de mídia no Brasil. **Bibliocom**: revista editada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom. Ano 2, n.7, p.1-13, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/bibliocom/home.shtml>. Acesso em: 22 set.2010.

Discurso de recepção de Carlos Castello Branco e resposta de José Sarney. **Carlos Castello Branco**. [Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 25 mai.1983]. Disponível em: <http:www.carloscastellobranco.com.br>. Acesso em: 20 out.2010.

Discurso de Carlos Castello Branco na Academia Piauiense de Letras. **Carlos Castello Branco**. [Teresina: Academia Piauiense de Letras, 26 set.1984]. Disponível em: <http:www.carloscastellobranco.com.br>. Acesso em: 20 out.2010.

DOYLE, Hélio Marcos. Pelegos, nunca mais. **NR** - Informativo do Sindicato dos Jornalistas de Brasília. p.7, Caderno 1, jun. 1993.

_____ **Carlos Castello Branco** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <daianerufino@yahoo.com.br> em 23 ago.2010.

DRUMMOND, Aristóteles. A candidatura de Carlos Castello Branco. In: **A Revolução Conservadora**: testemunho e análise. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991. p.82-83.

DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e Redemocratização no Brasil**: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de mestrado, 1987.

ERBOLATO, Mário A. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

ESPINOSA, Pastora Moreno. Gêneros para La persuasión em prensa: los artículos de opinión del diario El País. **Revista Âmbitos**. n.6, p.107-121, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**. 4 ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIGUEIREDO, Luiz. Trajetória de um mestre. **Correio Brasiliense**. Brasília, p.8, Caderno 1, 2 jun. 1993.

FIGUEIREDO, Wilson. IN: **Observatório da Imprensa**. Artigo de 5/7/2000. Disponível em <http://www.observatóriodaimprensa.com.br>. Acesso em 25 mar 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso** – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 19.ed.

FOGO CERRADO. Castello conta tudo o que a história não conta. Rio de Janeiro, p.14-22, agosto, 1990.

FORTES, Heráclito. Câmara dos Deputados. Brasília, 17 de junho de 1983.

GIL**,** Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2000, 2 ed.

GOMES, Itania. Recepções e Mediações: crítica à filiação crítica dos estudos de recepção. In: FAUSTO NETO, A.; PINTO, M. J. (Org.). **O indivíduo e as mídias.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 208 – 215.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo**: cómo se forma el presente. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidos. 1991.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **A produção do real em gêneros do jornal impresso.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

GROSSI, Eduardo. **A vassoura e o voto:** publicidade eleitoral de Jânio Quadros na campanha presidencial de 1960. 2001. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

GUIMARÃES, Bruna Vieira. **Deodoro da Fonseca** – A propaganda política do primeiro presidente do Brasil. 2007. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

Hábitos e Consumo 2010. **GLOBOSAT**. 11° Ed.

HERSCOVITZ, Heloíza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; MENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

IMPRENSA. Castellinho. São Paulo, p.23-28, jun. 1992.

JACKS, Nilda. Tempo e Espaço e Recepção. In: FAUSTO NETO, A.; PINTO, M. J. (Org.). **O indivíduo e as mídias.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 197 – 207.

JANUÁRIO, Marcelo. **Castelo Branco**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/dic_c1.htm>. Acesso em 24 mar.2010.

JOBIM, Danton. **Espírito do Jornalismo.** São Paulo: Edusp, 1992.

JORNAL DO BRASIL. Caderno especial Carlos Castello Branco. p.4, 2 jun.1993.

JORNAL DE BRASÍLIA. Suplemento – Edição especial. Pompeu, o jornalista. 21 mar. 1976.

JORNAL DE MINAS. Carlos Castello Branco x a realidade dos fatos. Belo Horizonte, p.1, 9 set.1977.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul. Tradução de Rafael Varela Jr. São Paulo: Edusp, 2002.

LETTES, Rosa Maria. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis:Vozes, 2008.

LUCHT, Janine Marques Passini. Gêneros no Radiojornalismo. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p.269 – 290.

LYSIAS, Cláudio. Um brasileiro decente. **DF Letras**. Brasília, p.15, 8 jun. 1993.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira** (1968 – 1978). 2ed. São Paulo: Global, 1980.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961** – Que as armas não falem. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. O Castello da Coluna. **Revista Imprensa**. p.46-50, set.1987.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação, Opinião, Desenvolvimento**. 2 ed. São Paulo: Vozes, 1975.

_____ & QUEIROZ, Adolpho (org). **Identidade da imprensa brasileira no final de século**: das estratégias comunicacionais aos enraizamentos e as ancoragens culturais. São Bernardo do Campo: UNESCO, 1998.

_____. **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no Jornalismo Brasileiro. 3 Ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. **Teoria do Jornalismo:** identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

_____ (Org.). **Síndrome da Mordaça** – Mídia e Censura no Brasil (1706-2006). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

_____. **Jornalismo:** compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009a.

_____. **Jornalismo**: forma e conteúdo. São Caetano do Sul: Difusão, 2009b.

_____. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**: o estado da questão. Intercom. 2009c.

_____; ASSIS, Francisco de (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. 331 p.

_____. **Televisão Brasileira**: 60 anos de ousadia, astúcia, reinvenção. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo/ Cátedra UNESCO, 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva,** Ed. Senac, São Paulo, 2001.

MARTINS, B., **Revisitando as teorias da recepção:** uma revisão de literatura dos paradigmas e modelos. Rio de Janeiro, 1996.

MELO FILHO, Murilo. "Castellinho" Branco: um ícone e um guru. In: **Tempo Diferente**. Rio de Janeiro: Topbooks: Academia Brasileira de Letras, 2005. p.125-135.

_____. O dia em que Jânio Renunciou. **Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro, 23 ago.2006. Disponível em <http://www.academia.org.br/>. Acesso em 13 mar.2010.

MENDOZA, Carlos A. **Opinión Pública y Periodismo de Opinión**. San Juan: Universidad nacional de San Juan, 1989.

MENEGUETTI, Celso Antonio. **Conselheiro Rodrigues Alves**: do Vale à Presidência. A comunicação política nas eleições presidenciais de 1902. 2004. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo Antigo e Moderno**. 2.ed. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

NATALI, João Batista. Jornalismo é ‘técnica’, diz Castello Branco. **Folha de São Paulo**. p. A-6, ago. 1987.

NAVA, Rosa. Sob o signo da censura: nascimento e morte do jornalismo interpretativo. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Síndrome da Mordaça** – Mídia e Censura no Brasil (1706-2006). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007. p.101 – 130.

NASSIF, Luís. O Jornalista e o estilo Francis. **Folha de São Paulo**. 9 fev. 1997.

OLIVEIRA, Antonio Madson Vieira. **Carlos Castelo Branco e a preparação para a Revolução de 1964**. Monografia apresentada para conclusão do curso em Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2002.

OLIVEIRA, José Aparecido. Um homem honrado e patriota. **Repórther**. Teresina, p.12, jun 2005.

PAUPÉRIO, Arthur Machado. **Teoria Democrática do Estado**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

PEREIRA, Francelino. **Castelinho**: o reinventor do jornalismo político no Brasil. Senado Federal. Brasília, 2001.

PEREIRA, Merval. Ao mestre. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 jun. 2010.

_____. **O poder das palavras**. Disponível em: <www.carloscastellobranco.com.br>. Acesso em: 20 out.2010.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Tradução de Paulo da Rocha Dias. **Comunicação e Sociedade**: revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo. UMESP, n.33, p 199 – 214, 2000.

PICOLIN, João Carlos. **As metas e o plano**: Juscelino para Presidente do Brasil – As estratégias de comunicação política que ajudaram a eleger JK em 1955. 2001. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

POLISTCHUT, Ilana; TRINTA, A. Ramos. **Teorias da comunicação:** o pensamento e a prática social. Pós modernidade e Meios de Comunicação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PONTES, Marcelo. Homenagem a um mestre. **Repórther**. Teresina, p.3, jun 2005.

REGO, Ana Regina. Carlos Castello Branco – a opinião no jornalismo brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). **Imprensa Brasileira:** Personagens que fizeram história. 4 v. São Paulo: Imprensa Oficial; São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2009. p.25-40.

_____; AMPHILLO, Maria Isabel. Gêneros em jornais de prestígio. In: MARQUES DE MELO, J. ; ASSIS, Francisco de (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p.163-181

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato. **Marketing político e governamental:** um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação. 6.ed. São Paulo: Summus, 1985.

RESENDE, Otto Lara. Carlos Castello Branco: Coluna, Carlos, Castello. In: **O príncipe e o sabiá e outros perfis**. São Paulo: Companhia das Letras: Instituto Moreira Sales, 1994. p. 164-166.

REZENDE, Guilherme Jorge de. Gêneros no telejornalismo. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p.291-313.

RIVERS, William L. **The opinion-makers** – the Washington Press Corps. Estados Unidos, 1965.

RODRIGUES, J. Páscoa. **Mídias e Identidades Culturais:** um estudo de recepção midiática do Balé Folclórico de Teresina no Piauí. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

RONSINI, M. Veneza. O que Acontece Aqui e "Lá no Fim do Mundo": como Pensar esta Relação nos Estudos de Recepção. In: FAUSTO NETO, A.; PINTO, M. J. (Org.). **O indivíduo e as mídias.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 227 – 234.

SAKAI, Lívio. **Castello Branco, o conspirador** – A comunicação que permitiu o Golpe de 64 e a nomeação do presidente Castelo Branco. 2005. Dissertação (mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

SALOMÃO, Virgínia. Gêneros em revistas regionais. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p.183-223.

SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. (Org.). **Jornalismo Político:** teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais:** um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1989, 3 ed.

SILVA, Abdias. Castellinho e as virtudes de Cristino. **O Estado**. Brasília, 27 set. 1984.

SILVA, Luiz Martins. Jornalismo e Interesse Público. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. (Org.). **Jornalismo Político:** teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006. (p.45-84)

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SINGER, André et al (Org). **No Planalto, com a imprensa** – entrevistas de secretários de Imprensa e porta-vozes: de JK a Lula. Recife: Massangana, 2010.

SOARES, Wilson Teixeira. Para onde vai o Brasil. **Revista Ela Ele**. Cidade, p.18-26,p.124-126, dez. 1979.

SOBREIRA, Geraldo. Carlos Castello Branco. In: **Manual da Fonte**: como lidar com jornalistas. 2.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 151-156.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as Teorias Implícitas: uma Metodologia de Análises das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 117 – 145.

TEMER, Ana Carolina. **Notícias & Serviços nos telejornais da Rede Globo.** Rio de Janeiro, Sotese, 2002.

TENÓRIO, Carlos Alberto. Lançamento de romance "Arco do Triunfo" começa preocupando Mal.Lott. s/d. s/l.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. Tradução Elisa Angotti Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

VILAR, Clif. "Escrevo sem pensar". **Calandragem**. 1993.

ZARVOS, Adriana. Entrevista **Castello 50 anos de jornalismo**. Disponível em: <www.carloscastellobranco.com.br>, 21 de março de 2010. Entrevista concedida em 1986.

ZIRALDO et al. Castello sem coluna. **Pasquim**. Rio de Janeiro, p.6-13, 31 dez. 1976.

APÊNDICE

TABELA DE ANÁLISE DAS COLUNAS:

Título da Coluna: _____

Data de publicação: ___/_____/_____. **Fase:** _____.

A) Título:	**B) Estrutura da Coluna:**
1- Informativo ( ) 2- Descritivo ( ) 3- Opinativo ( ) 4- Outros ( )	1- Somente o comentário ( ) 2- Comentário e notas ( )

C) Fontes:	**D) Tipo de comentário:**
1- Cita ( ) 1.1 – Governamentais ( ) 1.2 – Sindicais ( ) 1.3 – Empresariais ( ) 1.4 – Partidários ( ) 1.5 – Parlamentares ( ) 1.6 – Acadêmicos ( ) 1.7 – Judiciário ( ) 1.8 – Outros ( ) 2- Não cita ( )	1- Analítico ( ) 2- Crítico ( ) 3- Conclusivo ( ) 4- Causal ( ) 5- Explicativo ( ) 6- Hipotético ( ) 7- Factual ( ) 8- Personalista ( )

E) Temas:	**F) Contextualização histórica do assunto:**
1- Política ( ) Internacional ( ) Nacional ( ) Estadual ( ) 2- Economia ( ) 3- Cultura ( ) 4- Outros ( )	1- sim ( ) 2- não ( )

G) Personagens ou grupos citados:	**H) Nomes citados:**
1- Executivo ( ) 2- Legislativo ( ) 3- Judiciário ( ) 4- Soc. Civil ( ) 5- Empresariado ( ) 6- Forças Armadas ( ) 7- Partidárias ( ) 8- Outros ( )	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____